

**INSTITUTO
FEDERAL**
Alagoas



**PLANO DE
DESENVOLVIMENTO
INSTITUCIONAL**
IFAL 2019/2023



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Jair Messias Bolsonaro

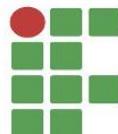
MINISTRO DA EDUCAÇÃO

Abraham Weintraub

SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Ariosto Antunes Culau

OUTUBRO/2019



**INSTITUTO
FEDERAL**
Alagoas

REITOR

Carlos Guedes de Lacerda

PRÓ-REITORA DE ENSINO

Maria Cledilma Ferreira da Silva Costa

PRÓ-REITORA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO

Eunice Palmeira da Silva

PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO

Abel Coelho da Silva Neto

PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO

Heverton Lima de Andrade

PRÓ-REITORA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Edja Laurindo de Lima

DIREÇÃO-GERAL DOS CAMPI

CAMPUS ARAPIRACA

Fábio Ribeiro

CAMPUS AVANÇADO BENEDITO BENTES

Alexandre Bonfim Barros

CAMPUS BATALHA

Marcos Henrique Lucena Serafim

CAMPUS CORURIFE

José Roberto Alves Araújo

CAMPUS MACEIÓ

Damião Augusto de Farias Santos

CAMPUS MARAGOGI

Sandra Maria Patriota Ferraz

CAMPUS MARECHAL DEODORO

Éder Júnior Cruz de Souza

CAMPUS MURICI

Rodrigo Oliveira Ferreira da Silva

CAMPUS PALMEIRA DOS ÍNDIOS

Roberto Fernandes da Conceição

CAMPUS PENEDO

Felipe Thiago Caldeira de Souza

CAMPUS PIRANHAS

Antônio Iatanilton Damasceno de França

CAMPUS RIO LARGO

Edel Alexandre Silva Pontes

CAMPUS SANTANA DO IPANEMA

Gilberto da Cruz Gouveia Neto

CAMPUS SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

Talita Maria Gomes de Moraes

CAMPUS SATUBA

Valdemir Lino Chaves Filho

CAMPUS VIÇOSA

Valdomiro Odilon Pereira

EQUIPES DE ELABORAÇÃO DO PDI 2019-2023

COMISSÃO CENTRAL

PRESIDENTES

Altemir João Secco
Alvaro José de Oliveira

MEMBROS

Abel Coelho da Silva Neto
Acássia Delié Mendonça Alves
Adriana Paula Nogueira dos Santos Lopes
Altanys Silva Calheiros
Ana Roberta Belo Matos de Figueiredo
Carlos Fabiano da Silva
Fernanda Silva Bezerra de Albuquerque
Heráclito de Almeida Ávila Júnior
Jorge Luiz Maranhão Barbosa
José Jonas de Melo Alves
Marciana Barros Correia de Souza
Natália Júlia Batista Dória Silveira
Patrícia Borsato Satírio
Roberto Marques Veeck
Rogério de Alencar Gouveia
Sara Nicolý Ferreira Lins
Stella Lima de Albuquerque
Wagner dos Santos Fonseca

COMISSÕES TEMÁTICAS

ENSINO

Adriana Paula Nogueira dos Santos Lopes
Ana Cristina Nascimento Cavalcante Vieira
Elton Barros Nascimento
Emanuelle Teixeira Gaia
Glycia Guimarães Souza Mendes
Jordana Rangely de Almeida Santos
Luiz Henrique de Gouvêa Lemos
Marciana Barros Correia de Souza
Márcio Yabe

Margareth Nunes Miranda Vasconcellos
Maria Cledilma Ferreira da Silva Costa
Maria Verônica de Medeiros Lopes
Patrícia Borsato Satírio
Regina Maria de Oliveira Brasileiro
Rosângela Cerqueira da Luz
Stella Lima de Albuquerque

PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO

Altanys Silva Calheiros
Andreia Silva Ferreira
Cristiane Francisco da Silva
Daniele Gomes de Lyra
Danielle Clara Santana da Silva
Eunice Palmeira da Silva
Frederico Salgueiro Passos
Lucas de Melo Silva

EXTENSÃO

Abel Coelho da Silva Neto
Altemir João Secco
Natália Júlia Batista Doria Silveira
Heráclito de Almeida Ávila Júnior
Jacqueline Gomes
José Aparecido Gama
José Simplício de Medeiros Neto
Kelly Medeiros de Oliveira Barbosa
Leandro Pereira da Silva
Maria José de Oliveira
Rita de Cássia Barbosa Lopes

GESTÃO

ADMINISTRAÇÃO

Bruno Mendonça Monteiro de Carvalho
Daniel Cabral de Almeida
Fabianna Domingues Lins Cavalcante
Fernanda de Oliveira Cândido
Heverton Lima de Andrade
Jorge Luiz Maranhão Barbosa

Kássia Camila Ribeiro Rufino
Mariana Melo de Oliveira Lima Costa Alves
Maurício Caldas de Vasconcelos
Maurício Ferreira Menezes
Nadiege Maria da Silva Delfino
Pedro Henrique Ramos de Souza
Rafaella Cristina Teixeira Penedo
Wellington Spencer Peixoto

COMUNICAÇÃO

Acássia Deliê Mendonça Alves
Adriana Cirqueira Freire
Bartolomeu Honorato de Oliveira
Diego dos Santos Alves
Elaine Cristine Rodrigues dos Santos
Gabriela Luzia Rodrigues Silva
Gerônimo Vicente dos Santos
Jhonathan Wilker da Silva Pino
Lidiane das Neves Silva
Luciana Fonseca Pontes
Monique de Sá Tavares Viard
Rhamayana Barros Barreto
Roberta Maria Soares Rocha Silva
Zoroastro Pereira de Araújo Neto

DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Carlos Guedes de Lacerda
Edja Laurindo de Lima
Fernando Antônio Corado Carneiro
Jaqueline Cabral Lopes Carvalho
João Paulo Ajala Sorgato
Jordannya Dannyelly do Nascimento Silva
José Jonas de Melo Alves
Roberta Maria Soares Rocha Silva
Shyrdnez de Azevedo Farias

RECURSOS HUMANOS

Adriana Paula Nogueira dos Santos Lopes
Edson de Albuquerque Moreno
Wagner dos Santos Fonseca

RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Carla Cristina Real Vieira de Andrade

COMISSÕES DE CAMPUS

CAMPUS ARAPIRACA

Augusto César Lúcio de Oliveira
Andreia Silva Ribeiro
Carlos Gustavo Paiva Rodrigues
Cledja Karina Rolim da Silva
Elaine Cristine Rodrigues dos Santos
Fernando Antonio Guimarães Tenório
José Adílson Correia
José Arnóbio de Araújo Júnior
José Enildo Freire Costa
Marcos Nunes de Oliveira
Vagner Gomes Ramalho
Waléria de Melo Ferreira
Wellington Barbosa Silva

CAMPUS AVANÇADO BENEDITO BENTES

Alexandre Bonfim Barros
Ana Cleide Pereira da Silva
Emily de Borges Santos Pinto
Larisse do Nascimento
Marcos Charles Pinheiro Baltazar
Max Paulo Giacheto Manhas
Patrícia Borsato Satírio
Talita Lucio Chaves Vasconcelos
Wellington Manoel Santos da Silva

CAMPUS BATALHA

Evilma dos Santos Oliveira
Filipe de Oliveira Melo
Gicele Rose dos Santos Oliveira
José Ribeiro da Silva
Luam Henrique Benedito da Silva Gomes
Magno Luiz de Abreu
Priscylla Silva Godoy
Silvânia Alves Ladeira

Wilton da Silva Rocha

CAMPUS CORURIBE

Alex Aguiar da Silva
Alisson Werner Arruda de Arruda
Breno Isidio de Oliveira
Eugênio Bastos da Costa
Helane Carine de Araújo Oliveira
Hermes Lucas Padre dos Santos
Jonathas Matias de Oliveira
Márcio Santos Bomfim
Thiago Figueiredo Azevedo
Wisner Franklin dos Santos Silva

CAMPUS MACEIÓ

Alan John Duarte de Freitas
Carlos Alberto Silva dos Santos
Crezivando Soares Dias Júnior
Demetrius Pereira Morilla
Elaine Cristina dos Santos Lima
Eronilma Barbosa da Silva
Gisele Fernandes Loures
Gregory Aguiar Caldas Barbosa
João Batista Silvestre do Amaral
Karine Vasconcelos Leite
Leonardo Melo de Medeiros
Maria Betânia Vilar de Souza
Maria Eduarda Fontan Arruda Cedrim
Marilúcia Barbosa
Ronaldo Antônio Torres Cruz
Walter Pereira Vianna Júnior

CAMPUS MARAGOGI

Anne Francialy da Costa Araújo
Cassiano Henrique de Albuquerque
Cassio dos Santos Luz
Eurico de Lima Cezar Junior
Edineia Alves Homem
Henny Nayane Tavares de Araújo
Isadora Ladislau Marques
Jailson do Carmo Alves

Joabe Gomes de Melo
Fabricia Carla de Albuquerque Silva
Fabiana Camila Guedes Cunha
Luciano Taveira de Azevedo
Manoel Carlos da Silva
Maíra da Silva Nascimento
Sandra Maria Patriota Ferraz

CAMPUS MARECHAL DEODORO

Anderson Campos Bezerra
Artur Barbosa dos Anjos
Cristiane Simões de Oliveira
Cristina Rodrigues Bernardo Silva
Deise Mendes de Araújo Cunha
Diogo de Vasconcelos Oliveira
Éder Júnior Cruz de Souza
Evelyn Correia de Oliveira Cavalcante
Karine Miranda Castro
Maria do Socorro Ferreira dos Santos
Marília Costa Gois
Paulo Aparecido Cavalcante
Rodrigo de Melo Lucena
Romero Fortunato Pereira da Silva
Sandoval Rocha da Costa Neto
Sérgio Ciríaco de Freitas
Tâmisa Ramos Vicente
Tiago Rodrigues Torres Leite
Tomás Gustavo Pedro

CAMPUS MURICI

Aloir Marcos Dietz
Anna Júlia Giurizatto Medeiros
Eduardo Lima dos Santos
Flávio Cavalcante Veiga
Isnaldo Brandão
Maria Aparecida de Medeiros
Nelson Vieira da Silva
Vanessa Rodrigues de Gusmão

CAMPUS PALMEIRA DOS ÍNDIOS

Arthur Lopes da Silva Porto
Elizângela Correia Mariano
Magaly Rodrigues Lúcio
Manoel Pereira da Silva Júnior
Maurício Ricardy Batista Ramos
Renata Santana Vieira
Sheyla Karolina Justino Marques
Thayná Costa Tenório Ribeiro Neves

CAMPUS PENEDO

Adriano de Souza Freitas
Bárbara Tereza Brandão Guerreiro Barbosa
Carlos Eduardo Menezes Oliveira
Carlos Marcelo Maciel Gomes
Carlos Miranda da Silva
Carlson Lamenha Apolinário
Cláudio José da Silva
Cleyla Janey Peixoto Calheiros
Danielly Spósito Pessoa de Melo
Elisangela Costa Santos
Felipe Thiago Caldeira de Souza
Giselle Moreira Santos
Gisele Oliveira de Lima
Jarbas Mauricio Gomes
Jenny Christine Gomes dos Santos
Jonas Gonçalves Lopes
José Diego Magalhães Soares
Luciane Brito da Paixão
Luiz Henrique Ferreira Wanderley
Nayara de Araújo Vasconcelos Carvalho
Nina Kátia Silver Santos
Rubênia Mábia da Silva Barbosa
Vera Núbia Carvalho de Farias

CAMPUS PIRANHAS

Antônio Iatanilton Damaceno de França
Bárbara Pereira da Silva
Cristiano Quintino Furtado
Fabiano Barbosa de Souza Prates
Fernando Antonio de Andrade Morais

José Madson da Silva
Kevia Taiane dos Santos Honório
Luana Vital Cavalcante Brandão
Márcio Alexandre Veloso Gomes
Michelangelo de Oliveira Silva
Randerson Cavalcante Silva
Rendrikson Gonçalves Alencar
Wellton Amorim Falcão de Lima

CAMPUS RIO LARGO

Darliton Cezario Romão
Edel Alexandre Silva Pontes
Giliarde Bispo da Silva
Jirlene Barros Monteiro
Kelly Araujo Silva
Lidianne Leite e Lira
Marcus André Freire dos Santos
Pedro Augusto Santos da Silva
Ricardo Luís Alves de Oliveira Ribeiro
Tâmara Moraes Bastos
Walker Araújo Ataíde

CAMPUS SANTANA DO IPANEMA

André Luiz Araújo e Silva
Angeline Santos Castro
Anna Sofia Costa Neri
Diego dos Santos Alves
Franklin Alves dos Anjos
Genildo Ferreira Nóbrega
Gilberto da Cruz Gouveia Neto
José Carlos da Costa
Lilian de Rezende Jordão
Pedro Manoel Prestelo Valadares
Petrucio Alexandre Fonseca Rios
Rafael dos Santos Balbino
Sebastião da Silva Junior
Vinicius Rodrigues Amorim

CAMPUS SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

Anderson Rogério de Albuquerque Pontes Pino
Bruna dos Santos
Everton Marques da Silva
Geovania dos Santos Almeida
Giovanna Silva Vanderlei
José Lins de Oliveira
Luan Abílio da Silva
Lucielma Semião da Silva
Talita Maria Gomes de Moraes
Tamara Gama Cavalcante
Paulete Constantino Cerqueira
Viviane Lins Ebrahin Morcerf

CAMPUS SATUBA

Adeilton Menezes de Oliveira
Bruno Rafael Rocha de Araújo
Francisco Rafael da Silva Pereira
Gilberto Tenório da Silva Filho
José Harlisson de Araújo Ferro
José Roberto Teixeira de Campos
Laudenice de Araújo Matias
Luciano de Araújo Silva
Ulisses Pereira Lima

CAMPUS VIÇOSA

Dartagnan Ferreira de Macêdo
Elinaldo da Silva Ramos
Emaur Florêncio de Oliveira
Luís Antônio Oliveira dos Santos
Márcio Yabe

EQUIPES PEDAGÓGICAS – REITORIA/CAMPI

Ana Cristina Nascimento Cavalcante
Angeline Santos Castro
Claudia Maria Rodrigues de Jesus

Chrystian Santos da Silva
Cristiane Simões Oliveira
Evilma Santos da Silva
Flávia Maria Monteiro de Lima Emiliano
Glycia Guimarães Souza Mendes
Henny Nayane Tavares de Araújo
Jirlene Barros Monteiro
José Enildo Fran Costa
Marciana Barros Correia de Souza
Margareth Nunes de Miranda Vasconcellos
Maria Cledilma Ferreira da Silva Costa
Maria de Fátima Borges Santos Cordeiro
Maria Verônica de Medeiros Lopes
Mônica Costa Santos
Mônica França da Silva
Rafael Gabriel Assis
Rendrikson Gonçalves Alencar
Sandra Sebastiana dos Santos
Stella Lima de Albuquerque
Suzany Cristino Vilhena Rodrigues
Thaís Gomes Carvalho
Tomás Gustavo Pedro
Vanda Figueredo Cardoso

COMISSÃO DE REVISÃO ORTOGRÁFICA

Fabio José dos Santos
Maria Aparecida Silva
Maria Lucilene da Silva
Mariana Duarte de Assunção
Ricardo Jorge de Sousa Cavalcanti

REVISÃO FINAL

Fernanda Silva Bezerra de Albuquerque

PROJETO GRÁFICO, DIAGRAMAÇÃO E CAPA

Martha Kristina Gomes Lima

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Alagoas – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM	30
Figura 2: PIB dos municípios alagoanos (2016) – preços correntes	31
Figura 3: APLs em Alagoas	32
Figura 4: Localização dos <i>Campi</i> do Ifal.....	33
Figura 5: Mapa estratégico do Ifal	39
Figura 6: Organograma do Ifal	226

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Objetivos estratégicos, indicadores e metas do Ifal.....	40
Quadro 2: Relação de cursos da Educação Básica e do Ensino Superior ofertados pelo Ifal	124
Quadro 3: Relação de cursos da Educação Básica e do Ensino Superior a serem implantados por <i>Campus/Ifal</i> , a partir de 2019.....	135
Quadro 4: Quantitativo do acervo impresso, setembro 2018.....	142
Quadro 5: Espaço físico das bibliotecas, setembro 2018.....	143
Quadro 6: Quantitativo de laboratório por <i>Campus</i> , julho 2018.....	145
Quadro 7: Laboratórios por cursos do <i>Campus Arapiraca</i> , agosto de 2019.....	146
Quadro 8: Laboratórios por cursos do <i>Campus Batalha</i> , agosto de 2019	146
Quadro 9: Laboratórios por cursos do <i>Campus Benedito Bentes</i> , agosto de 2019	146
Quadro 10: Laboratórios por cursos do <i>Campus Coruripe</i> , agosto de 2019	147
Quadro 11: Laboratórios por cursos do <i>Campus Maceió</i> , agosto de 2019.....	148
Quadro 12: Laboratórios por cursos do <i>Campus Maragogi</i> , agosto de 2019.....	149
Quadro 13: Laboratórios por cursos do <i>Campus Marechal Deodoro</i> , agosto de 2019.....	149
Quadro 14: Laboratórios por cursos do <i>Campus Murici</i> , agosto de 2019	150
Quadro 15: Laboratórios por cursos do <i>Campus Palmeira dos Índios</i> , agosto de 2019	151
Quadro 16: Laboratórios por cursos do <i>Campus Penedo</i> , agosto de 2019.....	152
Quadro 17: Laboratórios por cursos do <i>Campus Piranhas</i> , agosto de 2019.....	152
Quadro 18: Laboratórios por cursos do <i>Campus Rio Largo</i> , agosto de 2019	153
Quadro 19: Laboratórios por cursos do <i>Campus Santana do Ipanema</i> , agosto de 2019 ...	153
Quadro 20: Laboratórios por cursos do <i>Campus São Miguel dos Campos</i> , agosto de 2019	153
Quadro 21: Laboratórios por cursos do <i>Campus Satuba</i> , agosto de 2019.....	154
Quadro 22: Laboratórios por cursos do <i>Campus Viçosa</i> , agosto de 2019	154
Quadro 23: Objetivo estratégico 1, indicadores e metas do ensino 2019/2023.....	157
Quadro 24: Objetivo estratégico 2, indicadores e metas do ensino 2019/2023.....	158
Quadro 25: Objetivo estratégico 3, indicadores e metas do ensino 2019/2023.....	159
Quadro 26: Objetivo estratégico 4, indicadores e metas do ensino 2019/2023.....	160

Quadro 27: Objetivo estratégico 5, indicadores e metas do ensino 2019/2023	161
Quadro 28: Objetivo estratégico 6, indicadores e metas do ensino 2019/2023	161
Quadro 29: Objetivo estratégico 13 do ensino 2019/2023	162
Quadro 30: Relação de cursos de Pós-Graduação ofertados pelo Ifal	167
Quadro 31: Relação de cursos de Pós-Graduação a serem implantados por <i>Campus/Ifal</i> , a partir de 2019	168
Quadro 32: Objetivo estratégico 1, indicadores e metas da pesquisa, pós-graduação e inovação 2019/2023	169
Quadro 33: Objetivo estratégico 2 da pesquisa, pós-graduação e inovação 2019/2023	170
Quadro 34: Objetivo estratégico 4 da pesquisa, pós-graduação e inovação 2019/2023	170
Quadro 35: Objetivo estratégico 6, indicadores e metas da pesquisa, pós-graduação e inovação 2019/2023	171
Quadro 36: Objetivo estratégico 7 da pesquisa, pós-graduação e inovação 2019/2023	171
Quadro 37: Objetivo estratégico 12, indicadores e metas da pesquisa, pós-graduação e inovação 2019/2023	172
Quadro 38: Objetivo estratégico 13, indicadores e metas da pesquisa, pós-graduação e inovação 2019/2023	172
Quadro 39: Objetivo estratégico 1, indicadores e metas da extensão 2019/2023	176
Quadro 40: Objetivo estratégico 6, indicadores e metas da extensão 2019/2023	178
Quadro 41: Objetivo estratégico 12, indicadores e metas da extensão 2019/2023	180
Quadro 42: Ambientes da Reitoria, prédio principal, agosto de 2019	184
Quadro 43: Levantamento dos espaços físicos dos <i>Campi Ifal</i> , julho de 2018	187
Quadro 44: Objetivo estratégico 4, indicadores e metas do desenvolvimento institucional 2019/2023	189
Quadro 45: Objetivo estratégico 8, indicadores e metas do desenvolvimento institucional 2019/2023	190
Quadro 46: Objetivo estratégico 10, indicador e metas da comunicação 2019/2023	193
Quadro 47: Titulação do corpo docente, dezembro de 2018	195
Quadro 48: Distribuição dos servidores docentes por <i>Campus</i> , considerando a situação atual e a projeção de expansão, dezembro de 2018	197
Quadro 49: Plano de carreira de servidores docentes, dezembro de 2018	199
Quadro 50: Formação do corpo técnico-administrativo, dezembro de 2018	202

Quadro 51: Distribuição dos servidores técnicos-administrativos por <i>Campus</i> , situação atual e projeção de expansão, dezembro de 2018.....	203
Quadro 52: Plano de carreira dos servidores técnico-administrativos em educação, dezembro de 2018	204
Quadro 53: Objetivo estratégico 9 da gestão de pessoas 2019/2023.....	210
Quadro 54: Objetivo estratégico 11, indicadores e metas da gestão de pessoas 2019/2023	210
Quadro 55: Objetivo estratégico 13, indicador e meta da gestão de pessoas 2019/2023..	212
Quadro 56: LOA exercício 2019.....	216
Quadro 57: Projeção de recursos 2019-2023.....	218
Quadro 58: Objetivo estratégico 4, indicadores e metas da administração 2019/2023.....	221
Quadro 59: Objetivo estratégico 5, indicadores e metas da administração 2019/2023.....	221
Quadro 60: Objetivo estratégico 7, indicadores e metas da administração 2019/2023.....	222
Quadro 61: Objetivo estratégico 9, indicadores e metas da administração 2019/2023.....	222
Quadro 62: Objetivo estratégico 1, indicadores e metas da internacionalização 2019/2023	224

LISTA DE SIGLAS E ABREVIações

- AE – Assistência Estudantil
- AEE – Atendimento Educacional Especializado
- AL – Alagoas
- AN – Arquivo Nacional
- APL – Arranjo Produtivo Local
- Audint – Auditoria Interna
- AVA – Ambiente Virtual de Aprendizagem
- BI – *Business Intelligence*
- CA – Centro Acadêmico
- CAD – *Computer Aided Design*
- Capes – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- CDT – Contrato Temporário
- CDCP – Coordenação de Desenvolvimento e Capacitação de Pessoal
- CE – Comissão de Ética
- Cefet – Centro Federal de Educação Tecnológica
- Cepe – Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
- CES – Conselho de Educação Superior
- CGU – Controladoria-Geral da União
- CGP – Coordenação de Gestão de Pessoas
- CIS – Comissão Interna de Supervisão do Plano de Carreira dos Servidores/as Técnico-Administrativos em Educação
- Cissp – Comissão Interna de Saúde do Serviço Público
- CNE – Conselho Nacional de Educação
- CPA – Comissão Própria de Avaliação
- CPC – Conceito Preliminar de Curso
- CPD – Centro de Processamento de Dados
- CPPD – Comissão Permanente de Pessoal Docente
- Conaes – Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior
- Concamp – Conselho de *Campus*

Conif – Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Consup – Conselho Superior

CNC – *Computer Numeric Control*

CS – Conselho Superior

CTDE – Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos

CTI – Comissão de Tecnologia da Informação

DA – Diretório Acadêmico

DAA – Depositário de Acervo Acadêmico

Daes – Diretoria de Avaliação da Educação Superior

DCE – Diretório Central dos Estudantes

DCN – Diretrizes Curriculares Nacionais

DED – Diretoria de Educação a Distância da Capes

DGP – Diretoria de Gestão de Pessoas

DHAA – Direito Humano à Alimentação Adequada

Diread – Diretoria de Educação a Distância

DML – Depósito de Material de Limpeza

D.O.U. – Diário Oficial da União

DPE – Diretoria de Políticas Estudantis

DTI – Diretoria de Tecnologia da Informação

EaD – Educação a Distância

EBTT – Ensino Básico, Técnico e Tecnológico

EJA – Educação de Jovens e Adultos

EPI – Equipamento de Proteção Individual

ERP – *Enterprise Resource Planning*

Etfal – Escola Técnica Federal de Alagoas

FIC – Formação Inicial e Continuada

Forpae – Fórum Permanente de Assistência Estudantil

Forplan – Fórum de Planejamento e Administração

Fundec – Fundação Costa dos Corais

GR – Gabinete do Reitor

GTDE – Geração, Transmissão e Distribuição de Energia
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IES – Instituição de Ensino Superior
Ifal – Instituto Federal de Alagoas
IFE – Instituição Federal de Ensino
Inep – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
Inpi – Instituto Nacional da Propriedade Industrial
INSS – Instituto Nacional do Seguro Social
IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
LAI – Lei de Acesso à Informação
LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LDO – Lei de Diretrizes Orçamentária
LGBTQ+ – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Transgêneros e *Queer*
LOA – Lei Orçamentária Anual
MEC – Ministério da Educação
MJ – Ministério da Justiça
MP – Ministério do Planejamento
Napne – Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas
Neabi – Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas
NIT – Núcleo de Inovação Tecnológica
Paae – Programa de Apoio às Atividades Estudantis
PAE – Política de Assistência Estudantil
Paeja – Programa Auxílio EJA
Paene – Programa de Assistência às/aos Estudantes com Necessidades Específicas
Pame – Programa de Apoio à Mobilidade Estudantil
Panes – Programa de Alimentação e Nutrição Escolar
PAP – Programa de Aprendizagem e Psicologia
Pappe – Programa de Apoio à Produtividade em Pesquisa
PAS – Programa de Acompanhamento Social

Pass – Programa de Assistência à Saúde
Paup – Programa Auxílio Permanência
PBE – Programa Bolsa de Estudo
PCCTAE – Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação
PDA – Plano de Dados Abertos
PDC – Política de Desenvolvimento de Coleções
PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional
PDTIC – Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação
Pean – Programa de Educação Alimentar e Nutricional
Peipe – Plano Estratégico Institucional de Permanência e Êxito
PEN – Processo Eletrônico Nacional
PIA – Programa Inter-Ação
PIB – Produto Interno Bruto
PIP – Programa de Intervenção Psicológica
Pipad – Programa de Incentivo às Práticas Artísticas e Desportivas
PLS – Plano de Logística Sustentável
PNE – Plano Nacional de Educação
Pnud – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Humano
POP – Programa de Orientação Profissional
PPA – Plano Plurianual
PPC – Projeto Pedagógico de Curso
PPPI – Projeto Político-Pedagógico Institucional
PQPR – Programa de Qualidade na Produção de Refeições
PRE – Programa de Residência Estudantil
Proad – Pró-reitoria de Administração
Proen – Pró-reitoria de Ensino
Pronatec – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
Proex – Pró-reitoria de Extensão
ProfEPT - Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional
PRDI – Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional
PRPPI – Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação

RAP – Relação Aluno Professor
RCV – Relação Candidato por Vaga
RIM – Relação de Ingressos por Matrícula Atendida
RJU – Regime Jurídico Único
RNP – Rede Nacional de Pesquisa
RPF – Renda Familiar *Per Capita*
RT – Retribuição por Titulação
SAN – Segurança Alimentar e Nutricional
Sane – Serviço de Alimentação e Nutrição Escolar
Setec – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação
SGP – Secretaria de Gestão de Pessoas
Siass – Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor
Sibi – Sistema de Bibliotecas
SIG – Sistema Integrado de Gestão
Sigaa – Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas
SIGAdmin – Sistema de Administração dos Sistemas (Técnica e Gestão)
SIGRH – Sistema Integrado de Gestão e Recursos Humanos
Sipac – Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos
Sinaes – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SPDA – Sistema de Proteção Contra Descargas Atmosféricas
SPO – Subsecretaria de Planejamento e Orçamento
SRH – Secretaria de Recursos Humanos
TAE – Técnico-Administrativo em Educação
TDIC – Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação
TED – Termo de Execução Descentralizada
TCC – Trabalho de Conclusão de Curso
UAB – Universidade Aberta do Brasil
UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Uneal – Universidade Estadual de Alagoas
Unesco – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UPR – Unidades Produtoras de Refeições

SUMÁRIO

1 PERFIL INSTITUCIONAL	29
1.1 Breve histórico	29
1.2 Inserção regional	29
1.3 Localização dos <i>Campi</i>	33
1.4 Mapa estratégico	38
1.5 Objetivos estratégicos, indicadores e metas do Ifal	40
1.6 Alcance dos objetivos estratégicos	54
2 PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL (PPPI)	56
2.1 Marco teórico.....	56
2.1.1 Visão do mundo contemporâneo e principais características desse novo tempo	56
2.1.2 O papel da Educação frente a atual conjuntura tecnológica e globalizada	57
2.1.3 Princípios norteadores da concepção de Educação do Ifal.....	58
2.1.4 Princípios gerais orientadores do ensino, da pesquisa e da extensão.....	62
2.1.5 Perfil profissional requerido pela sociedade.....	63
2.1.6 Organização didático-pedagógica da Instituição	66
2.2 Marco operacional	79
2.2.1 Políticas de ensino.....	79
2.2.2 Políticas de pesquisa, pós-graduação e inovação	95
2.2.3 Políticas de extensão.....	105
2.2.4 Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão	110
2.2.5 Gestão democrática	112
2.2.6 Responsabilidade social do Ifal	114
3 ENSINO	121
3.1 Concepção	121
3.2 Princípios	121
3.3 Diretrizes	122
3.4 Organização didático-pedagógica da Instituição	123
3.5 A Educação a Distância no Ifal.....	129

3.5.1 Oferta de Educação a Distância	129
3.5.2 Abrangência geográfica.....	130
3.5.3 Relação de polos de Educação a Distância previstos para a vigência do PDI	130
3.5.4 Infraestrutura física, tecnológica e de pessoal projetada para a sede e para os polos de Educação a Distância, em consonância com os cursos a serem ofertados.....	130
3.5.5 Descrição das metodologias e das tecnologias adotadas e sua correlação com os projetos pedagógicos dos cursos previstos	131
3.5.6 Professores e tutores	132
3.5.7 Material didático	133
3.5.8 Encontros presenciais	133
3.5.9 Previsão da capacidade de atendimento do público-alvo	133
3.6 Implantação e desenvolvimento de cursos da Instituição	133
3.7 Projeto Acervo Acadêmico Digital.....	137
3.7.1 Acervo acadêmico	138
3.7.2 Acervo acadêmico digital	139
3.7.3 Plano de trabalho	140
3.7.4 Resultados esperados	140
3.8 Infraestrutura física e instalações acadêmicas	141
3.8.1 Sistema de bibliotecas.....	141
3.8.2 Laboratórios	144
3.9 Serviços de atendimento aos estudantes	154
3.9.1 Programas universais	155
3.9.2 Programas de seleção	156
3.10 Objetivos estratégicos, indicadores, metas e iniciativas do ensino.....	157
4 PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO	165
4.1 Concepção	165
4.2 Princípios	165
4.3 Diretrizes	166
4.4 Cursos de Pós-Graduação ofertados.....	167
4.5 Implantação de novos cursos de Pós-Graduação	167

4.6 Objetivos estratégicos, indicadores, metas e iniciativas da pesquisa, pós-graduação e inovação	169
5 EXTENSÃO	174
5.1 Concepção	174
5.2 Princípios	174
5.3 Diretrizes	176
5.4 Objetivos estratégicos, indicadores, metas e iniciativas da extensão	176
6 POLÍTICAS DE GESTÃO	182
6.1 Desenvolvimento institucional.....	182
6.1.1 Concepção	182
6.1.2 Princípios	182
6.1.3 Diretrizes	183
6.1.4 Situação atual dos espaços físicos.....	183
6.1.5 Tecnologia da informação e da comunicação	188
6.1.6 Objetivos estratégicos, indicadores, metas e iniciativas do desenvolvimento institucional	189
6.2 Comunicação	191
6.2.1 Concepção	191
6.2.2 Princípios	191
6.2.3 Diretrizes	192
6.2.4 Objetivo estratégico, indicador, meta e iniciativas da comunicação.....	193
6.3 Gestão de Pessoas	194
6.3.1 Concepção	194
6.3.2 Princípios	194
6.3.3 Diretrizes	195
6.3.4 Corpo docente.....	195
6.3.5 Corpo técnico-administrativo.....	201
6.3.6 Desenvolvimento de pessoal	206
6.3.7 Gestão de Desempenho e Carreira	206
6.3.8 Saúde e qualidade de vida no trabalho.....	208

6.3.9	Objetivos estratégicos, indicadores, metas e iniciativas da gestão de pessoas	210
6.4	Administração	213
6.4.1	Concepção	213
6.4.2	Princípios	213
6.4.3	Diretrizes	214
6.4.4	Demonstrativo de capacidade e sustentabilidade financeiras	214
6.4.5	Objetivos estratégicos, indicadores, metas e iniciativas da administração	220
6.5	Internacionalização	223
6.5.1	Concepção	223
6.5.2	Princípios	223
6.5.3	Regulamentação.....	223
6.5.4	Objetivo estratégico, indicadores, metas e iniciativas da internacionalização	223
7	ESTRUTURAS ADMINISTRATIVAS	226
7.1	Organização administrativa.....	226
7.1.1	Estruturas internas de governança e de apoio à governança	226
7.1.2	Formas de participação dos docentes e estudantes nos órgãos colegiados responsáveis pela condução dos assuntos acadêmicos	228
7.2	Avaliação institucional.....	229
7.2.1	Autoavaliação	229
7.2.2	Avaliação externa	230

1. PERFIL INSTITUCIONAL

1 PERFIL INSTITUCIONAL

1.1 Breve histórico

A criação do Instituto Federal de Alagoas deu-se por meio de uma particular integração entre duas autarquias, hoje extintas: a Escola Agrotécnica Federal de Satuba e o Centro Federal de Educação Tecnológica (Cefet).

Essas instituições já haviam passado por muitas outras mudanças: a Escola Agrotécnica Federal de Satuba, ao ser criada, recebeu o nome de Patronato Agrícola de Alagoas (1911) e, a seguir, passou a denominar-se Aprendizado Agrícola Floriano Peixoto (1939), Escola Agrícola Floriano Peixoto (1947), Escola Agrotécnica Floriano Peixoto (1957), Colégio Agrícola Floriano Peixoto (1964) e, por fim, Escola Agrotécnica Federal de Satuba (1979).

O Centro Federal de Educação Tecnológica de Alagoas, por sua vez, recebeu inicialmente os seguintes nomes: Escola de Aprendizes Artífices de Alagoas (1909), Liceu Industrial de Maceió (1937), Escola Industrial Deodoro da Fonseca (1961), Escola Técnica Federal de Alagoas (1967). Esta, mediante o Decreto nº 5.224/2004, transformou-se em Centro Federal de Educação Tecnológica, o que possibilitou a oferta de cursos superiores.

A partir de 29 de dezembro de 2008, por meio da Lei nº 11.892, com a fusão do Cefet e da Agrotécnica de Satuba, deu-se início ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas, com todas as prerrogativas de uma instituição de ensino superior, destacando-se na oferta de ensino técnico e tecnológico no Estado de Alagoas. É com esses históricos distintos que buscamos a construção de uma nova realidade educacional em nosso Estado.

Atualmente o instituto compõe-se por 16 *campi* distribuídos pelo Estado, além da Reitoria, localizada em Maceió.

1.2 Inserção regional

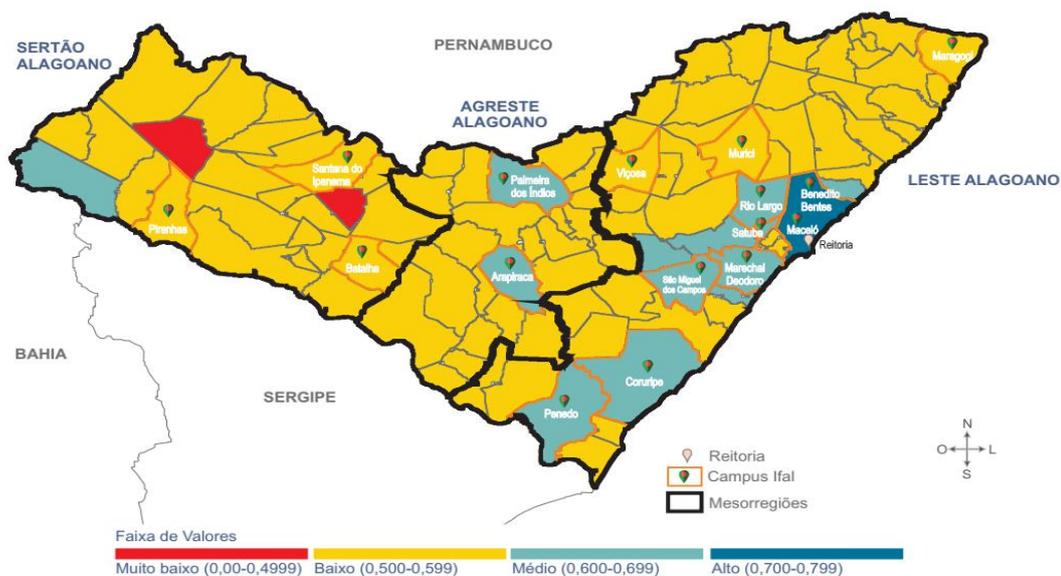
O Ifal está situado no Estado de Alagoas, que ocupa uma área territorial de 27.848,14 km², correspondendo a 1,8% da região Nordeste (a qual representa 18% do território brasileiro). Alagoas tem como limites os estados de Pernambuco, Sergipe e Bahia. Sua divisão político-administrativa é composta por 102 municípios, agrupados em três mesorregiões, as quais serão detalhadas mais adiante: Leste Alagoano, Agreste Alagoano e Sertão Alagoano. Ao longo deste capítulo será esta a divisão regional de referência.

Do início da série de estimativas populacionais do IBGE, em 1992, até o ano de 2017, Alagoas teve um acréscimo populacional de 32%, passando, nesses 26 anos, de 2.548.092 para 3.375.823 de habitantes. Este número corresponde a 6,4% do total da região Nordeste e a 1,6% do total da população nacional.

De acordo com dados divulgados em 2018 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Humano (Pnud), o Brasil apresenta um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,759, considerado de desenvolvimento alto, ocupando o 79º lugar no *ranking* global com 189 países analisados.

Nesse cenário, o IDH de Alagoas apresenta o pior resultado de todas as Unidades da Federação: 0,633 (2015). Para os municípios, os dados mais atualizados são do Censo 2010, sendo que as cidades alagoanas mais bem posicionadas são Maceió (0,721), ocupando a posição 1.266º, e Satuba (0,660), na posição 2.898º, de um *ranking* com 5.565 municípios brasileiros. A **Figura 1** mostra os municípios alagoanos classificados de acordo com seu Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM).

Figura 1: Alagoas – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM



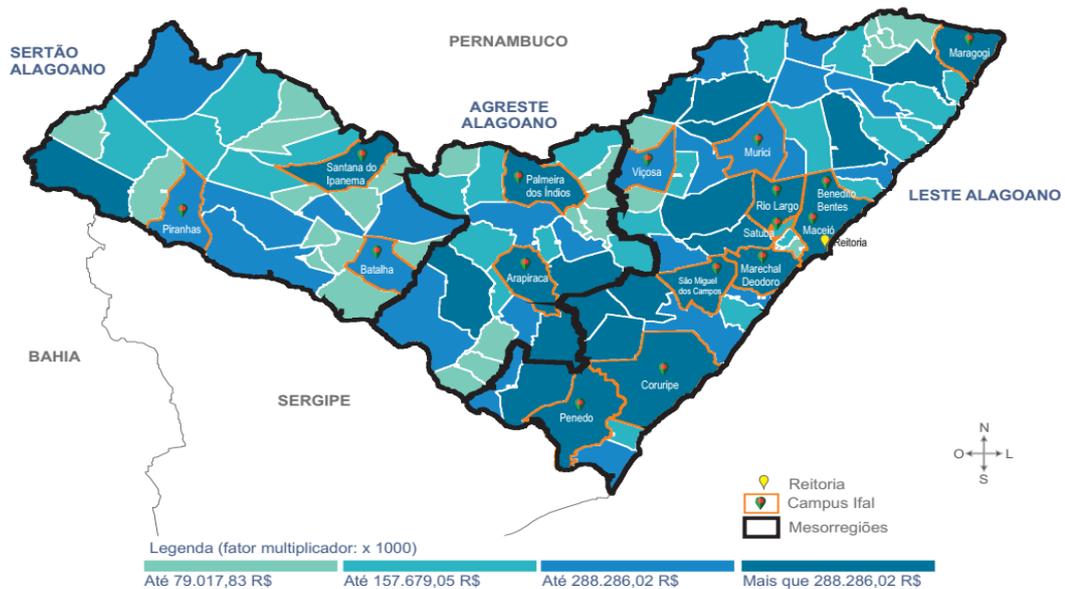
Fonte: Elaboração Ifal de Pnud/Censo 2010.

A taxa média anual de desemprego alagoana, em 2018, ficou em 17%, o segundo pior desempenho, à frente apenas do Amapá (20,2%). Já o rendimento domiciliar *per capita* mensal do trabalhador alagoano, em 2017, ficou em R\$ 658, abaixo do salário mínimo vigente naquele ano (R\$ 937,00) e do rendimento médio do país (R\$ 1.268,00), sendo o segundo pior resultado, à frente apenas do Maranhão (R\$ 597,00). Além disso, 49,8% da população encontra-se abaixo da linha de pobreza, ou seja, possui rendimento de até R\$ 406,00 por mês, de acordo com a Síntese de Indicadores Sociais (IBGE 2017).

O PIB de Alagoas em 2016 correspondeu a 5,5% do PIB nordestino e a 0,8% do nacional. Na **Figura 2** temos a distribuição do PIB dos municípios alagoanos, sendo que os com maior participação no PIB estadual foram: Maceió (43,08%), Arapiraca (8,11%), Marechal Deodoro (3,31%), Coruripe (3,14%) e Rio Largo

(1,98%). Dentre aqueles com pior participação, tivemos: Belém (0,07%), Palestina (0,07%), Mar Vermelho (0,06%) e Pindoba (0,06%). A capital alagoana foi o único município do Estado a entrar na lista dos 100 com maior participação nacional (38ª colocação).

Figura 2: PIB dos municípios alagoanos (2016) – preços correntes



Fonte: Elaboração Ifal de IBGE/Produto Interno Bruto dos Municípios 2018 (ano base 2016).

Alagoas ainda preserva características econômicas do passado colonial, pois é o maior produtor de cana-de-açúcar do Nordeste, possuindo grandes plantações que se estendem do litoral à Zona da Mata. Embora esteja perdendo espaço para a pecuária de corte nos últimos anos, a produção da cana é uma das mais relevantes na nossa pauta exportadora, visto que o principal produto exportado, que correspondeu a mais de 80% do total no segundo trimestre de 2018, foi “Outros açúcares de cana”. Existem, também, outros produtos agrícolas que aqui geram renda, tais como: mandioca, feijão, milho, coco, fumo, banana, laranja, abacaxi e arroz.

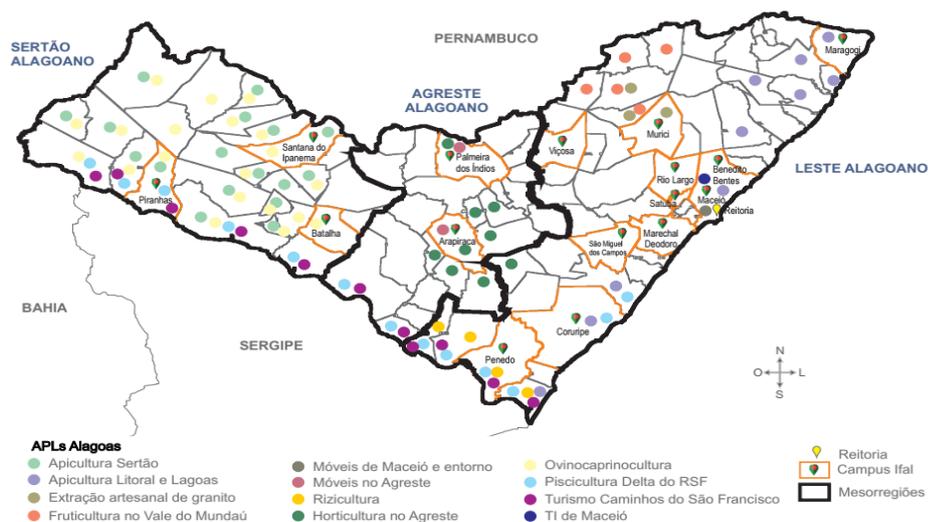
Apesar da importância da agroindústria na economia alagoana (usinas de açúcar e a fabricação de etanol), nosso parque industrial vem sendo diversificado e ampliado nos últimos anos graças à implantação de polos e distritos industriais, com destaque para o Polo Multifábrica José Aprígio Vilela (Maceió) e o Polo Multissetorial Governador Luiz Cavalcante (Marechal Deodoro).

Nas últimas décadas, a atividade do turismo em Alagoas obteve um crescimento em função da construção de hotéis e pousadas, da melhoria da infraestrutura, da promoção turística e de incentivos fiscais sobre o combustível de aviação. Em 2018, houve recorde de passageiros no Aeroporto Internacional Zumbi

dos Palmares, com crescimento de 3,65% quando comparado a 2017. Além de Maceió, principal destino, outras cidades também têm sido procuradas: Maragogi, São Miguel dos Milagres, Marechal Deodoro, Barra de São Miguel, Piranhas e o histórico município de Penedo.

Embora a atividade econômica se concentre em dois municípios, Arapiraca e Maceió, há a perspectiva de interiorização do desenvolvimento. Um elemento econômico com potencial são os Arranjos Produtivos Locais (APL), que são associações de pequenos e médios produtores ou pequenas e médias empresas que apresentam especialização produtiva e mantêm vínculos de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores locais, como: governo, associações empresariais, instituições de crédito, de ensino e de pesquisa. Esses APL estão espalhados pelo Estado, conforme **Figura 3**, e demonstram a potencialidade de diversificação produtiva. Em Alagoas, tal diversificação tem, como maior expoente, a cadeia produtiva da cana-de-açúcar.

Figura 3: APLs em Alagoas



Fonte: Elaboração Ifal de dados.al.gov.br.

Como a educação serve de parâmetro para o Ifal compreender o ambiente educacional no qual os *campi* estão inseridos, cabe registrar que a taxa de analfabetismo de Alagoas em 2017, entre pessoas com 15 anos ou mais, foi de 18,2%. Embora tenha caído 1,2% quando comparada ao ano de 2016, essa é a maior taxa de analfabetismo do país.

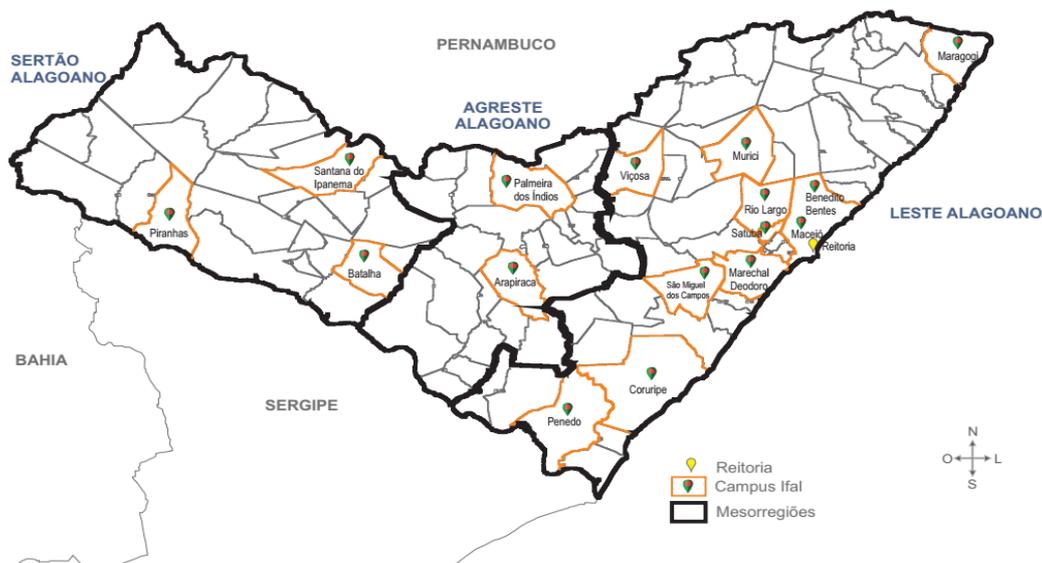
Ademais, considerando que a maior parte das matrículas do Ifal é realizada nos cursos técnicos de nível médio, também é interessante analisar os seguintes indicadores do ensino médio em Alagoas, divulgados pelo Inep para a rede pública (municipal, estadual e federal):

- a Taxa de Aprovação, que em 2011 era de apenas 67%, em 2017 teve resultado de 81,6%, igualando-se à do Nordeste e ultrapassando a taxa nacional (81,4%);
- a Taxa de Reprovação, que oscilou nos primeiros anos da década, desde 2015 está reduzindo, fechando 2017, em Alagoas, em 8,4%, enquanto no Nordeste ficou em 10,7% e, no Brasil, em 11,8%;
- a Taxa de Abandono em Alagoas, apesar de apresentar pior resultado quando comparada ao desempenho nacional e na Região Nordeste, vem em trajetória decrescente, passando de 21,6% em 2011 para 10% em 2017.

1.3 Localização dos Campi

O Ifal possui 16 *Campi* distribuídos pelas três Mesorregiões: Leste Alagoano, Agreste Alagoano e Sertão Alagoano, distribuídas conforme **Figura 4** a seguir.

Figura 4: Localização dos Campi do Ifal



Fonte: Elaboração Ifal.

a) Mesorregião Leste Alagoano

A mesorregião Leste Alagoano tem uma área de 13.238 km², ou seja, ocupa 47% de todo o território alagoano e possui 67% da população do Estado, sendo, portanto, a mais populosa. Nela está localizado o município de Maceió, com 1.029.129 habitantes, o que equivale a 30,5% da população estadual e a 45,4% dessa mesorregião.

É a mais desenvolvida economicamente e, conseqüentemente, a que mais recebe investimentos. Devido aos solos férteis e ao clima chuvoso, a região é propícia para a produção agrícola, onde se destaca a produção de cana-de-açúcar,

formada, majoritariamente, por grandes propriedades de terra. O parque industrial, nessa região, dispõe, além da agroindústria (açúcar e etanol), de indústrias do setor cloroquímico, de gás natural e de petróleo.

Na vegetação do Leste Alagoano sobressaem-se a Mata Atlântica e a vegetação litorânea (dunas, restingas e mangues). O clima é quente, mas com chuvas regulares.

Nessa mesorregião, há os seguintes *campi* do Ifal: Avançado Benedito Bentes, Coruripe, Maceió, Maragogi, Marechal Deodoro, Murici, Penedo, Rio Largo, São Miguel dos Campos, Satuba e Viçosa.

I) Campus Avançado Benedito Bentes

Localizado no bairro mais populoso de Maceió, o *Campus Avançado Benedito Bentes* é o segundo a se estabelecer na Capital do Estado. Foi inaugurado em 25 de novembro 2016 e localiza-se na Avenida Benedito Bentes, s/n, numa área cedida pelo Governo estadual, destinada a um complexo de cinco escolas públicas. O *Campus Benedito Bentes* possui instalações como biblioteca, laboratórios, pátio coberto, quadra de esportes e campo gramado.

II) Campus Coruripe

Localizado no Litoral Sul do Estado, o *Campus Coruripe* iniciou suas atividades em 10 de março de 2014, com sede provisória na Escola Municipal Nelson Araújo Lessa. A sede própria foi inaugurada no km 32 da Rodovia AL-101 Sul, em 24 de abril de 2018, tendo em sua estrutura biblioteca, laboratórios, auditório com capacidade para mais de 200 pessoas, ginásio de esportes, campo de futebol e quadra de areia.

III) Campus Maceió

A história do *Campus Maceió*, localizado na capital, teve início em 23 de novembro de 1909, com a criação, no país, de dezenove Escolas de Aprendizes e Artífices, pelo Presidente da República, Nilo Peçanha. Em Alagoas, a inauguração da Escola ocorreu em 10 de janeiro de 1910; a sede que a abrigou localizava-se na Rua Boa Vista, no Centro de Maceió. Em 1937, essa Escola transferiu-se para o prédio onde hoje funciona o Espaço Cultural da Universidade Federal de Alagoas e, em 1956, mudou-se para um prédio que foi construído na Rua Barão de Atalaia, nº 530, Centro (onde se situa até hoje). Em sua história, recebeu diversas outras denominações: Liceu de Artes e Ofícios (1937); Liceu Industrial de Alagoas (1940); Escola Industrial Deodoro da Fonseca (1956); Escola Industrial Federal de Alagoas (1960); Escola Técnica Federal de Alagoas/Etfal (1968). Após a Lei nº 8.948/1994, implementada pelo Decreto de 22 de março de 1999, passou a ser o Centro Federal de Educação Tecnológica de Alagoas (Cefet/AL), quando começou a ofertar alguns Cursos Superiores Tecnológicos. Em 2008, passou a integrar a Rede de Institutos Federais, sendo denominado de “*Campus Maceió*”. O espaço conta com biblioteca,

laboratórios, auditório com capacidade para 327 pessoas, ginásio de esportes, campo de futebol, quadra de areia, pista de atletismo e piscina.

IV) *Campus Maragogi*

Localizado no Litoral Norte, o *Campus Maragogi* iniciou suas atividades no segundo semestre de 2010, funcionando provisoriamente em parte do prédio da Fundação Costa dos Corais – Fundec. A sede própria foi inaugurada dia 17 de fevereiro de 2017, no km 139 da Rodovia AL-101 Norte. A infraestrutura conta com salas de aula, biblioteca, laboratórios, auditório, quadra poliesportiva coberta e teatro de arena.

V) *Campus Marechal Deodoro*

Localizado no Litoral Sul, o *Campus Marechal Deodoro* iniciou suas atividades em agosto de 1995, com sede própria, localizada na Rua Lourival Alfredo, nº 176, no bairro Poeira. Naquela época, funcionava como Unidade Descentralizada da antiga Escola Técnica Federal (Etfal), que, em 1999, foi transformada em Centro Federal de Educação Tecnológica de Alagoas (Cefet/AL). Em 2008, passou a integrar a Rede de Institutos Federais, sendo denominado de “*Campus Marechal Deodoro*”. A infraestrutura inclui biblioteca, laboratórios, auditório, campo de futebol, pista de atletismo, duas quadras de concreto e uma quadra de areia.

VI) *Campus Murici*

Localizado na Zona da Mata, o *Campus Murici* iniciou suas atividades no segundo semestre de 2010, funcionando provisoriamente em uma escola municipal. Sua sede própria foi inaugurada em 16 de maio de 2016, no km 57 da Rodovia BR-104, contando com biblioteca, laboratórios, auditório, campo de futebol, ginásio de esportes, quadra de areia e anfiteatro.

VII) *Campus Penedo*

Localizado na Região do Baixo São Francisco, o *Campus Penedo* iniciou suas atividades no segundo semestre de 2010. Situa-se na Rodovia Engenheiro Joaquim Gonçalves, s/n, bairro Dom Constantino, e possui, em sua infraestrutura, biblioteca, laboratórios e auditório.

VIII) *Campus Rio Largo*

Localizado na Região Metropolitana de Maceió, o *Campus Rio Largo* iniciou suas atividades em abril de 2014. Funciona no espaço Projeto Reviver, situado no Aeroporto Zumbi dos Palmares, enquanto não é construída sua sede própria, para a qual já existe um terreno, doado em 2019 pela Prefeitura de Rio Largo. Em sua estrutura, conta atualmente com laboratório de informática.

IX) Campus São Miguel dos Campos

Localizado na Zona da Mata, o *Campus* São Miguel dos Campos iniciou as suas atividades em 8 de setembro de 2010, funcionando provisoriamente nas dependências da Escola Municipal Mário Soares Palmeira, enquanto não é concluída a construção de sua sede. Este espaço dispõe de biblioteca e laboratório.

X) Campus Satuba

Localizado na Região Metropolitana de Maceió, na Rua Dezesete de Agosto, s/n, Zona Rural, podemos considerar que seu início se deu com a doação da Usina Wanderley à Sociedade de Agricultura Alagoana, em 1905. A partir de então, foi implantada no local uma Estação Agronômica que, em 1911, foi transformada em Patronato Agrícola de Alagoas, mudando de denominação ao longo dos anos: Aprendizado Agrícola de Alagoas (1934); Aprendizado Agrícola Floriano Peixoto (1939); Escola Agrícola Floriano Peixoto (1947); Escola Agrotécnica Floriano Peixoto (1957); Colégio Agrícola Floriano Peixoto (1964); Escola Agrotécnica Federal de Satuba/AL (1979); e, finalmente, Ifal *Campus* Satuba (2008), passando a integrar a Rede dos Institutos Federais. Dispõe de biblioteca, laboratórios, auditório, ginásio esportivo, campo de futebol, capela e alojamento para estudantes.

XI) Campus Viçosa

Localizado na Região Serrana dos Quilombos, a 90 km da Capital de Alagoas, o *Campus* Viçosa iniciou suas atividades em abril do ano de 2014, ainda na condição de *Campus* Avançado, nas antigas instalações do Colégio São José, cedidas pela Prefeitura do município, adquirindo sua autonomia em junho de 2017, quando se transferiu para a sede localizada na Rua Mota Lima, 35, Centro. Para atender à demanda dos cursos ofertados, o espaço conta com três laboratórios de informática, um auditório e uma biblioteca em funcionamento.

b) Mesorregião Agreste Alagoano

A mesorregião Agreste Alagoano tem uma área de 5.769 km², ou seja, ocupa 20% de todo o território alagoano, e possui 19,8% da população do Estado. Em seu território, está o município de Arapiraca, o segundo mais populoso do estado, com 234.185 habitantes. Outras importantes cidades são Palmeira dos Índios, Penedo, São Miguel dos Campos e União dos Palmares.

Como no Agreste predominam as pequenas e médias propriedades, tem-se uma produção mais diversificada. Destacam-se o fumo, a mandioca, o feijão, o milho e a fruticultura. Além disso, nesta mesorregião são encontrados minerais, tais como ferro e cobre.

Por estar localizado entre o Sertão e a Mata Atlântica, o Agreste apresenta características dessas duas regiões, tanto em relação ao bioma, quanto no que se refere ao clima.

I) Campus Arapiraca

O *Campus* Arapiraca iniciou suas atividades em 4 de setembro de 2010, com as aulas funcionando provisoriamente na Escola Municipal Hugo José Camelo Lima, sendo que, em 2017, esse *Campus* foi deslocado para a Rua Professor Domingos Correia, nº 1207, no bairro de Ouro Preto. Em 26 de outubro de 2018, foi inaugurada a sede própria do *Campus*, às margens da Rodovia AL-110, contando com biblioteca, laboratórios, auditório com capacidade para cerca de 170 pessoas, além de ginásio de esportes.

II) Campus Palmeira dos Índios

O *Campus* Palmeira dos Índios iniciou suas atividades em 2 de agosto de 1993, com sede na Avenida Alagoas, s/n, bairro Palmeira de Fora. Naquela época, funcionava como Unidade Descentralizada da antiga Escola Técnica Federal, que, em 1999, foi transformada em Centro Federal de Educação Tecnológica (Cefet/AL) e, em 2008, passou a integrar a Rede de Institutos Federais, quando esse *Campus* passou a denominar-se “*Campus* Palmeira dos Índios”. Em sua infraestrutura, dispõe de biblioteca, laboratórios, campo de futebol, quadra coberta, quadra de areia, pista de atletismo e anfiteatro.

c) Mesorregião Sertão Alagoano

A mesorregião Sertão Alagoano tem uma área de 8.840 km², ou seja, ocupa 32% de todo o território alagoano, e possui 13,6% da população do Estado. A principal cidade é Santana do Ipanema, sendo Delmiro Gouveia a mais populosa.

A economia dessa mesorregião está baseada principalmente na pecuária, com a criação de caprinos e bovinos, abrigando a principal bacia leiteira do estado. Na agricultura, os principais produtos são o feijão e a mandioca, além do arroz cultivado no baixo São Francisco.

O Canal do Sertão, situado nessa mesorregião, é a maior obra de infraestrutura hídrica de Alagoas e está registrando um avanço recente na geração de emprego nessa parte do Estado. Até sua conclusão, contará com 250 km de água, beneficiando milhares de famílias, além da piscicultura, pecuária, agroindústria e fruticultura.

A vegetação característica desta região é a caatinga, sendo o clima o semiárido, com temperaturas elevadas e chuvas escassas e mal distribuídas.

I) Campus Batalha

O *Campus* Batalha teve sua aula inaugural em 22 de outubro de 2014, funcionando na estrutura física do Polo Agroalimentar de Batalha, enquanto não é construída sua sede permanente. O espaço dispõe de laboratórios de informática e alimentos.

II) *Campus Piranhas*

Localizado no Alto Sertão Alagoano, o *Campus Piranhas* iniciou suas atividades no segundo semestre de 2010, provisoriamente na Escola Estadual de Xingó I. A sede própria foi inaugurada em 20 de dezembro de 2012 e fica localizada na Avenida Sergipe, s/n. Com um projeto arrojado, dispõe de bloco administrativo, bloco de serviços de almoxarifado e terceirizados, bloco de coordenações, bloco da Assistência Estudantil, bloco de laboratórios das áreas técnicas, dois blocos de salas de aula, bloco de laboratórios propedêuticos, auditório, biblioteca, salas de professores por área, refeitório, cantina, quadra poliesportiva e campo de futebol.

III) *Campus Santana do Ipanema*

O *Campus Santana do Ipanema* iniciou suas atividades no segundo semestre de 2010, funcionando, inicialmente, nas dependências da Universidade Estadual de Alagoas (Uneal). Uma sede provisória foi construída, sendo inaugurada em 22 de julho de 2016, localizada no km 4 da Rodovia AL-130, nº 1609. Sua infraestrutura conta com biblioteca, laboratórios, auditório para 110 pessoas e uma fazenda experimental com área de 25 hectares para aulas.

1.4 Mapa estratégico

O Mapa Estratégico apresentado pela **Figura 5** é composto pelos Direcionadores Estratégicos (Missão, Visão e Valores), 4 Perspectivas Institucionais e 13 Objetivos Estratégicos.

MAPA ESTRATÉGICO DO IFAL

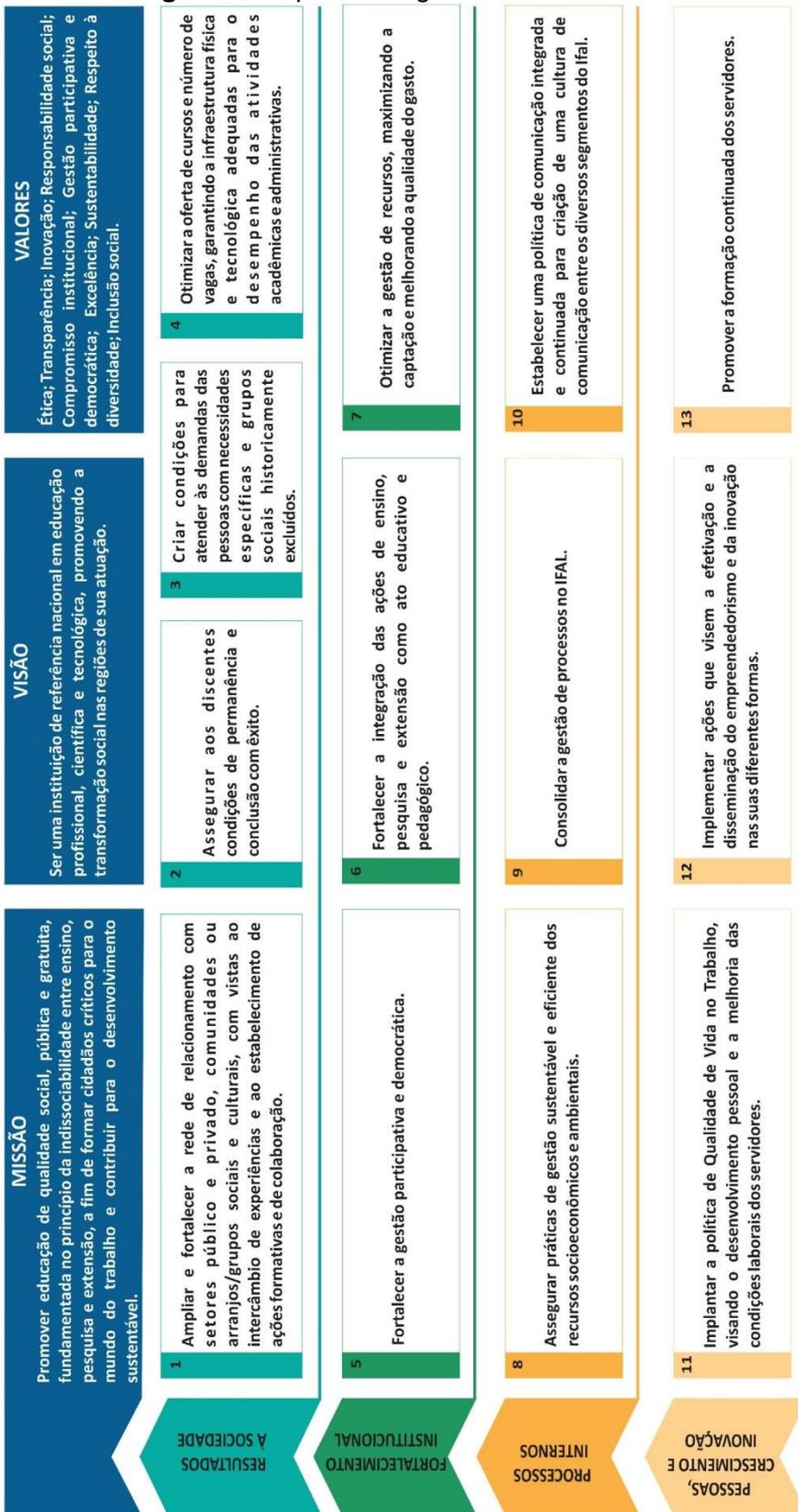


Figura 5: Mapa estratégico do Ifal

Fonte: Elaboração Ifal.

1.5 Objetivos estratégicos, indicadores e metas do Ifal

Os 13 objetivos estratégicos do Ifal, seus respectivos indicadores (58 no total) e metas estão descritos no **Quadro 1**, subdivididos de acordo com as 4 perspectivas institucionais.

Quadro 1: Objetivos estratégicos, indicadores e metas do Ifal

PERSPECTIVA: RESULTADOS À SOCIEDADE				
OBJETIVO 1			DESCRIÇÃO	
<p>AMPLIAR E FORTALECER A REDE DE RELACIONAMENTO COM SETORES PÚBLICO E PRIVADO, COMUNIDADE OU ARRANJOS/GRUPOS SOCIAIS E CULTURAIS, COM VISTAS AO INTERCÂMBIO DE EXPERIÊNCIAS E AO ESTABELECIMENTO DE AÇÕES FORMATIVAS E DE COLABORAÇÃO.</p>			<p>Estabelecer mecanismos de articulação sistemática com os atores sociais, desenvolvendo convênios e/ou parcerias com instituições nacionais e internacionais, objetivando a reciprocidade de relações nas áreas de Ensino, Pesquisa e Extensão.</p>	
PESO	INDICADORES	META	DESCRIÇÃO	FÓRMULA
10	1.1 Nível de satisfação dos beneficiados pelos programas/projetos/ações.	80%	Grau de satisfação dos beneficiados (público externo) dos programas e/ou projetos e/ou ações que responderam o questionário submetido.	(somatório dos beneficiados que responderam o questionário com "Satisfeito" ou "Muito satisfeito" / total de beneficiados que responderam o questionário) x 100
20	1.2 Número de convênios e acordos de cooperação firmados.	294	Quantitativo de novos convênios e acordos de cooperação nacional e internacional.	Somatório dos novos convênios e acordos de cooperação nacional e internacional que foram formalmente estabelecidos.
15	1.3 Número de discentes envolvidos em mobilidade acadêmica.	10	Número de discentes em mobilidade acadêmica nas modalidades <i>in coming</i> e <i>outgoing</i> .	Somatório de discentes em mobilidade acadêmica.
20	1.4 Número de municípios beneficiados pelos programas/projetos/ações.	80	Número de diferentes municípios beneficiados pelos programas/projetos/ações.	Somatório dos diferentes municípios beneficiados pelos programas e/ou projetos e/ou ações.

15	1.5 Número de parcerias firmadas.	1325	<p>Quantitativo de diferentes organizações que colaboraram para o atingimento de interesses institucionais.</p> <p>Estão excluídos os convênios e acordos de cooperação já formalmente estabelecidos.</p> <p>Computar o restante das organizações que colaboraram no desenvolvimento de alguma ação institucional.</p> <p>Exemplos: a) organização que forneceu estágio somente através de Termo de Compromisso, sem convênio assinado; b) Organização parceira no desenvolvimento de uma ação de extensão, de um projeto de pesquisa etc.</p>	Somatório das diferentes parcerias firmadas.
20	1.6 Número de pessoas beneficiadas formalmente pelos programas/projetos/ações.	156.000	<p>Quantitativo dos beneficiados (público externo) formalmente contabilizados dos programas e/ou projetos e/ou ações, oriundos dos acordos, convênios ou parcerias.</p> <p>Exemplo: pessoas diretamente beneficiadas pelas ações de extensão, pesquisa, inovação.</p>	Somatório dos beneficiados contabilizados formalmente.

OBJETIVO 2			DESCRIÇÃO	
ASSEGURAR AOS DISCENTES CONDIÇÕES DE PERMANÊNCIA E CONCLUSÃO COM ÊXITO.			Planejar e desenvolver ações pedagógicas e administrativas, preventivas e corretivas, com vistas ao controle da retenção e da evasão, a ser implementadas nos <i>Campi</i> /polos, observando o estabelecido no Plano Estratégico Institucional de Permanência e Êxito dos Estudantes do Ifal (Peipe).	
PESO	INDICADORES	META	DESCRIÇÃO	FÓRMULA
10	2.1 <i>Campi</i> com oferta de alimentação gratuita para alunos da Educação Básica.	100%	Percentual de <i>Campi</i> com oferta de alimentação gratuita para estudantes da Educação Básica.	$(\text{somatório dos } \textit{Campi} \text{ com oferta de alimentação gratuita para estudantes da Educação Básica} / \text{número de } \textit{Campi}) \times 100$
10	2.2 Discentes elegíveis beneficiados com auxílios/bolsas da assistência estudantil.	75%	Quantidade de discentes beneficiados com auxílios/bolsas da assistência estudantil em relação ao número total de discentes elegíveis.	$(\text{n}^\circ \text{ de discentes beneficiados com recurso financeiro da Assistência Estudantil} / \text{n}^\circ \text{ total de discentes elegíveis}^*) \times 100$ *estudantes que se inscreverem no edital de seleção para auxílios e bolsas da Assistência Estudantil.
10	2.3 Eficiência Acadêmica.	65%	Mede o percentual de alunos que concluíram o curso com êxito dentro do período previsto (+ 1 ano), acrescido de um percentual (projeção) dos alunos retidos que poderão concluir o curso.	$\text{Conclusão Ciclo} + [\text{Conclusão Ciclo} / (\text{Conclusão Ciclo} + \text{Evasão Ciclo})] \times \text{Retenção Ciclo}.$ Resultado extraído da Plataforma Nilo Peçanha.
10	2.4 Matriculados classificados de acordo com a renda familiar <i>per capita</i>.	70%	Mede a capacidade de a instituição mapear o nível social dos seus alunos, de acordo a renda familiar <i>per capita</i> .	$(\text{número de estudantes que informaram a renda em todas as faixas de renda familiar } \textit{per capita} / \text{total de matrículas atendidas}) \times 100$ As faixas de renda

				<p>familiar <i>per capita</i> são:</p> <p>0<RPF<=0,5 0,5<RPF<=1,0 1<RPF<=1,5 1,5<RPF<=2,5 2,5<RPF<=3,5 RPF>3,5</p> <p>Para cálculo do resultado, consultar base de dados da Plataforma Nilo Peçanha.</p>
10	2.5 Percentual de execução das ações do Peipe.	85%	Percentual de execução das ações do Peipe - Plano Estratégico Institucional de Permanência e Êxito.	(ações do Peipe executadas / total de ações do Peipe previstas) x 100
10	2.6 Relação Aluno por Professor (RAP).	20:1	Mede a capacidade de atendimento escolar pela força de trabalho docente.	Matrículas-equivalentes / Professores-equivalentes Resultado extraído da Plataforma Nilo Peçanha.
10	2.7 Taxa de Conclusão.	25%	Mede a capacidade dos alunos alcançarem êxito escolar, ou seja, é o percentual de matrículas atendidas que tiveram o status alterado para "concluído".	(matrículas concluídas / total de matrículas atendidas) x 100 Para cálculo do resultado, consultar base de dados da Plataforma Nilo Peçanha.
10	2.8 Taxa de Evasão.	15%	Mede o percentual de matrículas evadidas da instituição.	(matrículas evadidas / total de matrículas atendidas) x 100 Matrículas evadidas são aquelas abandonadas, canceladas, desligadas, excluídas, reprovadas, transferidas externas ou

				transferidas internas. Resultado extraído da Plataforma Nilo Peçanha.
10	2.9 Taxa de Retenção.	10%	Mede o percentual de matrículas retidas, ou seja, que continuaram ativas após o período de integralização do curso.	(matrículas retidas / total de matrículas atendidas) x 100 Para cálculo do resultado, consultar base de dados da Plataforma Nilo Peçanha.
10	2.10 Taxa de discentes atendidos pela assistência estudantil.	50%	Percentual de discentes que foram atendidos pelo menos uma vez por algum profissional da Assistência Estudantil.	(discentes atendidos pela Assistência Estudantil / total de matrículas atendidas) x 100

OBJETIVO 3			DESCRIÇÃO	
CRIAR CONDIÇÕES PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECÍFICAS E GRUPOS SOCIAIS HISTORICAMENTE EXCLUÍDOS.			Promover iniciativas que possibilitem a consolidação das políticas de inclusão do Ifal que contemplam as pessoas com deficiência, superdotados/altas habilidades, com transtornos globais do desenvolvimento, povos indígenas, população negra e quilombolas.	
PESO	INDICADORES	META	DESCRIÇÃO	FÓRMULA
20	3.1 Formação em educação inclusiva.	100	Quantifica o total de formações em educação inclusiva realizadas nos <i>Campi</i> e na Reitoria, ofertadas aos servidores do Ifal.	Somatório das formações ofertadas.
20	3.2 Percentual de implantação dos Neabi's.	100%	Mede o percentual de <i>Campi</i> com o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (Neabi) implantado.	(número de Neabi's implantados / total de <i>Campi</i>) x 100

20	3.3 Percentual de salas do Napne equipadas.	60%	Mede o percentual de salas do Napne (Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas) equipadas para atender à demanda dos estudantes com necessidades específicas nos <i>Campi</i> .	$(\text{número de salas do Napne equipadas} / \text{número de } \textit{Campi}) \times 100$
20	3.4 Profissionais especializados contratados.	100%	Mede o percentual de profissionais especializados contratados para atender às demandas dos estudantes com necessidades específicas.	$(\text{número de profissionais especializados contratados} / \text{número de profissionais especializados necessários}) \times 100$
20	3.5 Proporção de concluintes com necessidades específicas.	43%	Mede o percentual de estudantes com necessidades específicas que concluíram o curso.	$(\text{número de estudantes com necessidades específicas que concluíram o curso} / \text{total de estudantes com necessidades específicas}) \times 100$

OBJETIVO 4			DESCRIÇÃO	
OTIMIZAR A OFERTA DE CURSOS E NÚMERO DE VAGAS, GARANTINDO A INFRAESTRUTURA FÍSICA E TECNOLÓGICA ADEQUADAS PARA O DESEMPENHO DAS ATIVIDADES ACADÊMICAS E ADMINISTRATIVAS.			Proporcionar à sociedade possibilidade de acesso aos cursos ofertados, assegurando as condições de infraestrutura física/administrativa e pedagógica.	
PESO	INDICADORES	META	DESCRIÇÃO	FÓRMULA
15	4.1 Execução do planejamento de contratações.	90%	Mede o percentual de processos licitatórios de bens e serviços, exceto obras e serviços de engenharia, que foram homologados.	$(\text{número de processos licitatórios}^1 \text{ homologados no período} / \text{n}^\circ \text{ de processos licitatórios}^1 \text{ no período}) \times 100$ ¹ De bens e serviços, exceto obras e serviços de engenharia.

15	4.2 Percentual de novos cursos de graduação implantados.	60%	Percentual de cursos de graduação implantados, em relação aos que estavam previstos no PDI 2019-2023.	(número de novos cursos de graduação implantados / número de novos cursos de graduação previstos no PDI 2019-2023 para o ano) x 100
15	4.3 Percentual de novos cursos técnicos implantados.	80%	Percentual de novos cursos técnicos implantados, em relação aos que estavam previstos no PDI 2019-2023.	(número dos novos cursos técnicos implantados / número dos novos cursos técnicos previstos no PDI 2019-2023 para o ano) x 100
15	4.4 Percentual de obras entregues.	100%	Mede o percentual das obras (construções e reformas) que foram entregues à comunidade em relação ao total de obras planejadas no PDI.	(somatório de obras previstas no PDI que foram entregues à comunidade / total de obras previstas no PDI) * 100
15	4.5 Relação Candidato por Vaga (RCV).	6:1	Mede a consonância da oferta de vagas em relação à procura do público (concorrência das vagas).	Total de Inscritos / Total de Vagas ofertadas
10	4.6 Relação de Ingressos por Matrícula Atendida (RIM).	35%	Mede a capacidade de renovação do quadro discente.	(ingressantes / total de matrículas atendidas) x 100
15	4.7 Índice de preenchimento de vagas.	95%	Mede o percentual de preenchimento de vagas ofertadas nos cursos presenciais e a distância em todos os níveis de ensino.	(ingressantes / vagas) x 100

PERSPECTIVA: FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL

OBJETIVO 5	DESCRIÇÃO
FORTALECER A GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA.	Basear as iniciativas na promoção da participação social e da comunidade acadêmica, como sujeitos ativos em todos os processos institucionais, com base nos princípios da gestão democrática, onde gestores, comunidade acadêmica e sociedade se mobilizam e participam das decisões a serem tomadas pela instituição.

PESO	INDICADORES	META	DESCRIÇÃO	FÓRMULA
50	5.1 Percentual de Orçamento Participativo.	20%	Mede o percentual de orçamento disponibilizado para decisão da comunidade quanto a sua alocação.	$(\text{orçamento disponibilizado para decisão da comunidade} / \text{orçamento total}) \times 100$
50	5.2 Percentual de coordenadores eleitos segundo regulamentação própria.	100%	Mede o percentual de novos coordenadores de cursos e de áreas que assumiram por meio de eleição com regulamentação própria.	$(\text{quantitativo de coordenadores eleitos segundo regulamentação própria} / \text{total de novos coordenadores}) \times 100$

OBJETIVO 6			DESCRIÇÃO	
FORTALECER A INTEGRAÇÃO DAS AÇÕES DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO COMO ATO EDUCATIVO E PEDAGÓGICO.			Garantir que o princípio da indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão se expresse pela pedagogia do diálogo por meio de práticas integradas, incluindo outros espaços formativos, colaborando para o relacionamento entre a instituição e a sociedade.	
PESO	INDICADORES	META	DESCRIÇÃO	FÓRMULA
10	6.1 Percentual de discentes envolvidos em programas/projetos/ações.	7,5%	Percentual de discentes envolvidos (bolsistas e voluntários) em programas e/ou projetos e/ou ações de ensino, pesquisa ou extensão.	$(\text{número de discentes envolvidos em programas e/ou projetos e/ou ações de ensino, pesquisa ou extensão} / \text{total de matrículas atendidas}) \times 100$
10	6.2 Percentual de docentes envolvidos em programas/projetos/ações.	37,5%	Percentual de docentes (bolsistas e voluntários) envolvidos em programas e/ou projetos e/ou ações de ensino, pesquisa ou extensão.	$(\text{número de docentes envolvidos em programas e/ou projetos e/ou ações de ensino, pesquisa ou extensão} / \text{total de docentes}) \times 100$
20	6.3 Percentual de projetos de ensino oriundos da pesquisa e/ou extensão.	10%	Percentual de projetos de ensino que se originaram de projetos de pesquisa e/ou extensão.	$(\text{número de projetos de ensino oriundos de projetos de pesquisa e/ou de extensão} / \text{total de projetos de ensino}) \times 100$
20	6.4 Percentual de projetos de extensão oriundos do ensino e/ou pesquisa.	10%	Percentual de projetos de extensão que se originaram de projetos de	$(\text{número de projetos de extensão oriundos de projetos de ensino e/ou}$

			ensino e/ou pesquisa.	de pesquisa / total de projetos de extensão) x 100
20	6.5 Percentual de projetos de pesquisa oriundos do ensino e/ou extensão.	15%	Percentual de projetos de pesquisa que se originaram de projetos de ensino e/ou de extensão.	(número de projetos de pesquisa oriundos de projetos de ensino e/ou extensão / total de projetos de pesquisa) x 100
10	6.6 Percentual de técnicos envolvidos em programas/projetos/ações.	3%	Percentual de técnicos-administrativos (bolsistas e voluntários) envolvidos em programas e/ou projetos e/ou ações de pesquisa ou extensão.	(número de técnicos-administrativos envolvidos em programas e/ou projetos e/ou ações de pesquisa ou extensão / total de técnicos-administrativos) x 100
10	6.7 Quantitativo de eventos integrados entre ensino/pesquisa/extensão.	85	Mensura a quantidade de eventos integradores entre ensino, pesquisa e extensão.	Somatório dos eventos integradores entre ensino, pesquisa e extensão.

OBJETIVO 7			DESCRIÇÃO	
OTIMIZAR A GESTÃO DE RECURSOS, MAXIMIZANDO A CAPTAÇÃO E MELHORANDO A QUALIDADE DO GASTO.			Aumentar o percentual de participação de recursos próprios, recursos externos e melhorar a gestão dos recursos fiscais na composição do orçamento do Ifal, tendo como referência a matriz Conif.	
PESO	INDICADORES	META	DESCRIÇÃO	FÓRMULA
50	7.1 Taxa de crescimento da captação de recursos.	10%	Mede a taxa de crescimento da captação de recursos externos à Lei Orçamentária, por meio de parcerias com empresas ou agências de fomento, TED's, recursos próprios etc.	[(valor dos recursos captados – valor dos recursos captados no ano anterior) / valor dos recursos captados no ano anterior] x 100 OBS: Se não tiver captado recursos no ano anterior, no ano atual será divulgado apenas o valor captado.

50	7.2 Índice de eficiência no planejamento orçamentário.	Entre 0,9 e 1,1	<p>Mede a capacidade de planejamento e execução dos créditos orçamentários disponibilizados.</p> <p>Faixas: 0,9 a 1,1 = ótimo 0,8 a 1,2 = bom 0,7 a 1,3 = regular Abaixo de 0,7 ou acima de 1,3 = ruim</p>	<p>(indicador de equilíbrio + indicador de execução + indicador de autonomia + indicador de efetividade) / 4</p> <p>Onde: Indicador de equilíbrio: despesa prevista/dotação prevista Indicador de execução: despesa empenhada/dotação disponibilizada Indicador de autonomia: dotação disponibilizada/dotação prevista Indicador de efetividade: despesa empenhada/dotação prevista</p>
----	---	------------------------	--	---

PERSPECTIVA: PROCESSOS INTERNOS

OBJETIVO 8			DESCRIÇÃO	
ASSEGURAR PRÁTICAS DE GESTÃO SUSTENTÁVEL E EFICIENTE DOS RECURSOS SOCIOECONÔMICOS E AMBIENTAIS.			Implementar práticas socioambientais responsáveis, observando prioritariamente o Plano de Gestão de Logística Sustentável do Ifal (PLS).	
PESO	INDICADORES	META	DESCRIÇÃO	FÓRMULA
100	8.1 Número de ações de sustentabilidade do PLS realizadas no Ifal.	500	Mede a quantidade de ações de sustentabilidade do Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS) que foram realizadas no Ifal.	<p>Somatório das ações de sustentabilidade do PLS realizadas no Ifal.</p> <p>Obs: Uma mesma ação será computada quantas vezes surgir desde que em diferente unidade do Ifal, <i>Campi</i> ou Reitoria.</p>

OBJETIVO 9			DESCRIÇÃO	
CONSOLIDAR A GESTÃO DE PROCESSOS NO IFAL.			Fazer uso do mecanismo de gerenciamento de processos para medir e melhorar o desempenho das atividades, garantindo sua eficiência e eficácia.	
PESO	INDICADORES	META	DESCRIÇÃO	FÓRMULA
100	9.1 Implementação do Processo Eletrônico Nacional – PEN.	100%	Mede o percentual de implementação de processos eletrônicos.	$(\text{quantidade de processos eletrônicos criados} / \text{quantidade total de processos criados}) \times 100$

OBJETIVO 10			DESCRIÇÃO	
ESTABELEECER UMA POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO INTEGRADA E CONTINUADA PARA CRIAÇÃO DE UMA CULTURA DE COMUNICAÇÃO ENTRE OS DIVERSOS SEGMENTOS DO IFAL.			Integrar as ações de comunicação no Instituto Federal de Alagoas, promovendo atividades de fluxo contínuo, estruturadas, sistemáticas e que envolvam todos os segmentos e públicos estratégicos da instituição.	
PESO	INDICADORES	META	DESCRIÇÃO	FÓRMULA
100	10.1 Grau de satisfação dos públicos estratégicos da Comunicação do Ifal.	70%	<p>Pesquisa de avaliação dos públicos estratégicos com a Comunicação do Ifal (Reitoria e <i>Campi</i>).</p> <p>Considera-se público estratégico: estudantes, servidores e a imprensa.</p>	$(\text{somatório dos envolvidos nas ações de Comunicação protagonizadas pelo Ifal que responderam a pesquisa com "satisfeito" ou "muito satisfeito"} / \text{total de envolvidos que responderam a pesquisa}) \times 100$

PERSPECTIVA: PESSOAS, CRESCIMENTO E INOVAÇÃO

OBJETIVO 11	DESCRIÇÃO
IMPLANTAR A POLÍTICA DE QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO, VISANDO O DESENVOLVIMENTO PESSOAL E A MELHORIA DAS CONDIÇÕES LABORAIS DOS SERVIDORES.	Implantar a Política de Qualidade de Vida no Trabalho, promovendo um ambiente laboral saudável, de maneira que se possível conciliar a entrega dos resultados institucionais com as necessidades de saúde e equilíbrio de seus servidores.

PESO	INDICADORES	META	DESCRIÇÃO	FÓRMULA
20	11.1 Execução das ações de valorização e engajamento de servidores.	90%	Mensura a quantidade de ações/projetos que foram executadas com o propósito de valorização e engajamento dos servidores do Ifal.	(quantidade de ações executadas para a valorização e engajamento de servidores / quantidade de ações planejadas para a valorização e engajamento de servidores) x 100 Obs: O quantitativo de ações planejadas e executadas leva em consideração o somatório de todas as unidades do Ifal.
20	11.2 Percentual de servidores afastados por motivo de saúde.	20%	Mensura a quantidade de servidores que solicitaram afastamento por motivo de saúde, relacionando proporcionalmente ao total de servidores do Ifal.	(número de servidores* afastados por motivo de saúde / número de servidores do Ifal) x 100 *considera-se servidor RJU (efetivo) e CDT (temporário)
20	11.3 Rotatividade de servidores.	3%	Avaliar o índice de rotatividade de servidores efetivos da instituição.	(número de desligamentos de servidores efetivos + número de admissões de servidores efetivos / quantidade de servidores efetivos) x 100 Obs: Considera-se o ano civil. Obs: Servidores efetivos: considerar o quantitativo em 31/dezembro do ano em curso.
20	11.4 Taxa de <i>Campi</i> com implantação de ações de Qualidade de Vida.	75%	Mensura a implantação da Qualidade de Vida nos <i>Campi</i> , verificando as ações realizadas.	(somatório de <i>Campi</i> com implantação da qualidade de vida no trabalho / total de <i>campi</i>) x 100 *Implantação de ações de qualidade de vida = 1 ação semestral no <i>Campus</i>

20	11.5 Índice de satisfação de servidores.	80%	Mensura o nível de satisfação dos servidores do Ifal.	Pesquisa de Clima Organizacional com servidores RJU (efetivo) e CDT (temporário).
----	---	------------	---	---

OBJETIVO 12			DESCRIÇÃO	
IMPLEMENTAR AÇÕES QUE VISEM A EFETIVAÇÃO E A DISSEMINAÇÃO DO EMPREENDEDORISMO E DA INOVAÇÃO NAS SUAS DIFERENTES FORMAS.			Estimular e difundir a cultura da inovação, propriedade intelectual, empreendedorismo e associativismo, como iniciativas promotoras para o desenvolvimento individual, econômico e social de todos atores sociais envolvidos.	
PESO	INDICADORES	META	DESCRIÇÃO	FÓRMULA
15	12.1 Número de ações/atividades nas áreas de associativismo e empreendedorismo.	150	Número de programas, projetos e demais ações nas áreas de associativismo e empreendedorismo.	Somatório dos programas, projetos e demais ações nas áreas de associativismo e empreendedorismo.
20	12.2 Número de empresas incubadas instituídas.	6	Número das novas empresas incubadas que foram instituídas no Ifal.	Somatório das novas empresas incubadas instituídas no Ifal.
20	12.3 Número de empresas juniores instituídas.	5	Quantitativo das novas empresas juniores instituídas.	Somatório das novas empresas juniores instituídas.
15	12.4 Número de projetos com potencial de inovação.	300	Número de projetos aprovados em editais com potencial de inovação.	Somatório de projetos aprovados em editais com potencial de inovação.
15	12.5 Número de solicitações de propriedade intelectual.	100	Número de solicitações de propriedade intelectual depositadas no Inpi.	Somatório das solicitações de propriedade intelectual depositadas no Inpi.
15	12.6 Número de transferências de tecnologia geradas.	5	Número de transferências de tecnologia geradas.	Somatório das transferências de tecnologia geradas.

OBJETIVO 13			DESCRIÇÃO	
PROMOVER A FORMAÇÃO CONTINUADA DOS SERVIDORES.			Desenvolver iniciativas voltadas à formação em serviço, capacitação e qualificação de servidoras/es, as quais contribuam para o desempenho de suas atividades na instituição, garantindo as condições necessárias para o domínio de conhecimentos, habilidades e atitudes exigidos para o bom desempenho das funções profissionais.	
PESO	INDICADORES	META	DESCRIÇÃO	FÓRMULA
20	13.1 Número de convênios/parcerias/acordos firmados para qualificação dos servidores.	20	Número de convênios, parcerias e acordos firmados para qualificação dos servidores.	Somatório dos convênios, parcerias e acordo firmados para qualificação dos servidores.
20	13.2 Número de servidores afastados para qualificação.	200	Contabiliza o número de servidores que tiveram autorizado o afastamento total ou parcial para qualificação.	Somatório dos novos afastamentos autorizados para qualificação, sejam totais ou parciais.
20	13.3 Número de servidores que concluíram qualificação com incentivos do Ifal.	80	Contabiliza os servidores que concluíram qualificação com incentivos concedidos pelo Ifal. Para efeitos deste indicador, consideram-se incentivos quando o Ifal desembolsa recursos orçamentários para custear o curso.	Somatório dos servidores que concluíram qualificação com incentivos do Ifal.
20	13.4 Número de vagas reservadas para servidores nos cursos de pós-graduação.	100	Número de vagas reservadas para servidores nos cursos de pós-graduação ofertados pelo Ifal.	Somatório do número de vagas reservadas para servidores nos cursos de pós-graduação ofertados pelo Ifal.

20	13.5 Percentual de servidores participantes em capacitações.	55%	Índice de servidores efetivos participantes de capacitações (ações de formação) ofertadas pelo Ifal.	(quantidade de servidores participantes de capacitação / total de servidores efetivos do Ifal) x 100
----	---	------------	--	--

Fonte: Elaboração Ifal.

1.6 Alcance dos objetivos estratégicos

O desempenho de um determinado indicador é dado pela fórmula: $(Resultado/Meta)*100$, sendo considerado o resultado desse cálculo dentro do intervalo de 0% a 100%.

Para determinar o alcance de um objetivo estratégico, deve ser realizada a média ponderada dos desempenhos dos indicadores a ele vinculados:

$$\frac{(Resultado_1 / Meta_1) * Peso_1 + (Resultado_2 / Meta_2) * Peso_2 + \dots + (Resultado_n / Meta_n) * Peso_n}{Peso_1 + Peso_2 + \dots + Peso_n}$$

Assim, do cálculo da fórmula acima, será necessário um resultado de, pelo menos, **70%**, para considerar que o **objetivo estratégico foi alcançado**.

2 . PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL

2 PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL (PPPI)

2.1 Marco teórico

2.1.1 Visão do mundo contemporâneo e principais características desse novo tempo

A partir da segunda metade do século passado, diversos acontecimentos de importância histórica têm transformado o cenário cultural, político, social e econômico mundial. Vários analistas evidenciam que esses acontecimentos deflagraram um processo de reestruturação do modo de produção capitalista. Essa “nova” conjuntura econômica, dita pós-industrial, globalizada, multicultural, informacional, cada vez mais condiciona o processo de vida social, política e intelectual da sociedade contemporânea, a ponto de os centros de poder econômico e político emanarem ordens que submetem um mundo passivo e socialmente estratificado. É um poder monolítico, sem frestas nem aberturas, que agrava as disparidades sociais, econômicas e tecnológicas, e acentua a exclusão daqueles que não têm acesso aos bens produzidos historicamente pela humanidade.

As adequações promovidas no interior do modelo capitalista de produção – caracterizadas, principalmente, pela maior flexibilidade de gerenciamento; pela descentralização das empresas e suas organizações em rede, tanto internamente, quanto em suas relações com outras empresas; pelo considerável fortalecimento do papel do capital em contraposição ao trabalho; pelo declínio concomitante da influência dos movimentos dos trabalhadores; pela individualização e diversificação cada vez maior das relações de trabalho; pela intervenção estatal para desregular os mercados de forma seletiva e desfazer o estado de bem-estar social, com diferentes intensidades e orientações; pelo aumento da concorrência econômica global, em um contexto de progressiva diferenciação dos cenários geográficos e culturais, para acumulação e gestão de capital; pela integração dos mercados financeiros se sobrepondo ao capital produtivo e pela acentuação de um desenvolvimento desigual, que só agrava o quadro de exclusão social e a crise mundial do emprego – demonstram como o atual modo de desenvolvimento se aproxima mais da barbárie que da capacidade de resolver os grandes problemas da humanidade.

O contexto de globalização mercantil que caracteriza o mundo contemporâneo evidencia um momento muito crítico na história da humanidade: a produção do binômio *riqueza* e *pobreza*, como extremos paradoxais que parecem conduzir o homem ao abismo.

Se por um lado esse cenário parece assustador, por outro não se podem negar os progressos alcançados, consequentes da lógica capitalista. Nesse momento histórico, o que se questiona é a inequação entre a grande produção de riquezas e uma vertiginosa acentuação da pobreza daí consequentes, distanciando cada vez mais a perspectiva da tão almejada equidade social, que vislumbre a possibilidade da emancipação humana em outros patamares de convivência social.

2.1.2 O papel da Educação frente a atual conjuntura tecnológica e globalizada

Os conflitos e as contradições geradas pelo quadro sócio-histórico-econômico, que parece expressar uma visão trágica da sociedade, numa perspectiva dialética, são fatores que apontam para a possibilidade de um salto qualitativo na transformação da realidade.

Nesse contexto, superar o atual estágio de desigualdades sociais é o desafio que se impõe em todos os âmbitos das práticas sociais, para as quais se deve ter como objetivo a promoção do desenvolvimento, de forma a resgatar a capacidade dos sujeitos de projetarem um outro horizonte como espaço de convivência social que supere as atuais condições subumanas de existência.

Dentre os diversos campos de constituição das políticas sociais, a Educação é chamada, também, a responder a esses desafios. A função precípua da Educação, no contexto do século XXI, é, sobretudo, aliada às demais práticas sociais, recuperar o conceito formativo presente em todos os domínios da atividade humana, propiciando o alargamento dos horizontes dos sujeitos, considerando as dimensões do mundo do trabalho, preparando-os para a totalidade da vida, requisitos sem os quais a perspectiva de inserção social fica comprometida.

Mais do que nunca, ela [a Educação] deve possibilitar aos indivíduos a participação na sociedade científica e tecnológica, não como objetos, mas como sujeitos, resgatando, assim, a dimensão política: a construção da identidade social e a integração plena da cidadania (DELUIZ, 1999, p. 16).

Nesse sentido, é papel da Educação, fundamentada numa perspectiva humanista, formar cidadãos trabalhadores e conhecedores de seus direitos e obrigações que, a partir da apreensão do conhecimento, da instrumentalização e da compreensão crítica desta sociedade, sejam capazes de empreender uma inserção participativa, em condições de atuar qualitativamente no processo de desenvolvimento socioeconômico de transformação da realidade.

Como caminho metodológico para o cumprimento de tamanhos desafios, o papel da Educação deve ser o de apontar para a superação da dicotomia entre o academicismo superficial e a profissionalização estreita, que sempre pautaram a formulação de políticas educacionais para o nosso país.

A integração entre formação geral e profissional, segundo Deluiz (1999),

[...] faz avançar a luta pela apropriação da ciência pelos trabalhadores, ampliando as possibilidades de convergência entre a concepção (trabalho intelectual) e a execução (trabalho manual), e permitindo a discussão das relações sociais que estão na base da ruptura entre essas duas esferas (DELUIZ, 1999, p. 16).

Nessa perspectiva, a formação integral permite ao trabalhador o enfrentamento das diferentes alternativas de tecnologias e diferenciadas possibilidades de trabalho, em um contexto de rotatividade de empregos e ameaça

de desemprego, bem como amplia a compreensão dos indivíduos sobre o mundo do trabalho, e prepara-os para a totalidade da vida social.

Portanto, a Educação, tendo a escola como lócus de sua operacionalização, não pode eximir-se do seu papel de mediadora e deverá buscar, no âmbito de suas atribuições, a articulação da teoria com a prática, a relação entre o saber científico e o tácito, bem como a articulação entre parte e totalidade. Assim, vislumbra-se a superação da dualidade que opõe formação propedêutica e formação profissional, fortemente arraigada no contexto escolar e estabelecida por meio da disciplinaridade de saberes gerais e específicos (KUENZER, 1997).

2.1.3 Princípios norteadores da concepção de Educação do Ifal

Em um contexto de grandes transformações, notadamente no âmbito tecnológico, a educação profissional não pode restringir-se a uma compreensão linear que apenas treina o cidadão para a empregabilidade, nem a uma visão reducionista, que objetiva simplesmente preparar o trabalhador para executar tarefas instrumentais. Essa constatação, admitida pelo MEC/SETEC, ainda enseja, em função das demandas da atual conjuntura social, política, econômica, cultural e tecnológica, uma formação profissional que apresente uma visão de formação integral do cidadão trabalhador, unificando, assim, as dimensões da formação humana: o trabalho, a ciência, a tecnologia e a cultura, em que o papel da Educação Profissional e Tecnológica deverá ser o de

[...] conduzir à superação da clássica divisão historicamente consagrada pela divisão social do trabalho entre os trabalhadores comprometidos com a ação de executar e aqueles comprometidos com a ação de pensar e dirigir ou planejar e controlar a qualidade dos produtos e serviços oferecidos à sociedade (BRASIL, 2012, p. 8).

Enquanto instituição vinculada à esfera federal, o Ifal – comungando do entendimento de que a educação profissional e tecnológica tem importância estratégica no desenvolvimento social do país – reitera, no seu Projeto Político Pedagógico Institucional (PPPI), os seguintes princípios gerais da educação tecnológica postos nos seus diversos documentos, como referenciais propulsores na implementação desta política pública no Estado de Alagoas, os quais se traduzem em compromissos com os princípios abaixo enumerados.

2.1.3.1 Educação como transformação da realidade

É na dialética da educação, compreendida na perspectiva da formação do cidadão, tornando-o produtor de conhecimentos – em nível teórico e prático – que o Ifal constitui-se instrumento concreto de superação dos indicadores que inserem Alagoas como um dos Estados mais pobres do país, com um dos mais baixos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH). Nesta perspectiva, os conflitos e as

contradições geradas pelo quadro sócio-histórico-econômico, são fatores que apontam para a possibilidade de um salto qualitativo na transformação da realidade.

2.1.3.2 A redução das desigualdades sociais

Para a redução das desigualdades sociais, é preciso comprometer-se com um projeto de desenvolvimento justo, igualitário e sustentável. O atual estágio dessas desigualdades é o desafio que se impõe em todos os âmbitos das práticas sociais, para as quais o objetivo deve ser a promoção do desenvolvimento, de forma a resgatar a capacidade dos sujeitos de projetarem outro horizonte como espaço de convivência social que supere as atuais condições de existência. Dentre os diversos campos de constituição das políticas sociais, a educação é chamada, também, a responder a esses desafios.

2.1.3.3 Preparação para a vida cidadã

Aliada às demais práticas sociais, a função precípua da educação é, sobretudo, evidenciar o conceito formativo presente em todas as dimensões da atividade humana, considerando as demandas do mundo do trabalho, preparando-os para a totalidade da vida, requisitos sem os quais a perspectiva de inserção social fica comprometida.

2.1.3.4 Inserção social participativa

A educação deve possibilitar aos indivíduos a participação na sociedade científica e tecnológica, não como objetos, mas como sujeitos, resgatando, assim, a dimensão política: a construção da identidade social e a integração plena da cidadania. Dessa forma, numa perspectiva humanista, cabe à educação formar cidadãos trabalhadores e conhecedores de seus direitos e deveres, os quais, a partir da apropriação de saberes, que possibilita a instrumentalização e a compreensão crítica da sociedade, sejam capazes de inserir-se participativamente, atuando qualitativamente no processo de desenvolvimento socioeconômico e de transformação da realidade.

2.1.3.5 Integração entre formação geral e profissional

A integração entre formação geral e profissional faz avançar a luta pela apropriação da ciência pelos sujeitos, ampliando as possibilidades de convergência entre a concepção (trabalho intelectual) e a execução (trabalho manual), permitindo a discussão das relações sociais que estão na base da ruptura entre essas duas esferas. A educação, tendo a escola como lócus de sua operacionalização, não pode eximir-se do seu papel de mediadora e deve buscar, no âmbito de suas

atribuições, a articulação da teoria com a prática, a relação entre o saber científico e o senso comum, bem como a articulação entre parte e totalidade. Por conseguinte, deve ser superada a dualidade que opõe a formação propedêutica à formação profissional, ainda muito caracterizada nas práticas educacionais. Nesse sentido, a formação do sujeito não deve ser apenas de especialista, produtor de bens e serviços, razão pela qual a educação técnico-profissional busca a dupla dimensão formativa: preparar o profissional competente e o cidadão socialmente responsável (DELUIZ, 2011).

2.1.3.6 Formação crítica, humanizada e emancipadora

O papel da educação deve estar pautado em uma formação crítica, humanizada e emancipadora, numa perspectiva que proporcione o despertar do senso crítico, elevando o sujeito a patamares de compreensão que ampliem seu nível de participação nas esferas sociais e no mundo do trabalho. A educação não pode negligenciar a relação do homem com as questões de socialização, com as novas tecnologias, com as questões ambientais e com o complexo mundo do trabalho.

2.1.3.7 O desenvolvimento socioeconômico

À educação tecnológica cabe, também, atuar no processo de transformação da sociedade. A característica fundamental da educação profissional e tecnológica, assim como os demais níveis e/ou modalidades de ensino, constituintes da estrutura do sistema educacional brasileiro, é a de registrar, sistematizar e utilizar o conceito de tecnologia, histórica e socialmente construído, para dele fazer elemento de ensino, pesquisa e extensão, numa dimensão que ultrapasse concretamente os limites das aplicações técnicas, fazendo-se instrumento de inovação e transformação das atividades econômicas em benefício da sociedade. Conciliar o aproveitamento dessa capacidade técnica, apontando para um desenvolvimento alternativo ao modelo vigente, com a ampliação dos espaços de inclusão e participação popular, constitui-se elemento fundamental para o desenvolvimento socioeconômico a ser assumido pela educação tecnológica.

2.1.3.8 A vinculação à educação básica

Assegurar a vinculação da educação tecnológica à educação básica é romper com a visão histórica de que a educação profissional é substituta da educação básica. O resgate da educação profissional e tecnológica como atividade digna e construtiva passa pela sua articulação com outros níveis de desenvolvimento econômico e cultural do país e com a universalização da educação básica, de características humanistas e científico-tecnológicas.

Portanto, para o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para a cidadania e sua qualificação para o trabalho, torna-se imprescindível a articulação entre educação básica e profissional, libertando-se da perspectiva histórica, imposta pelo mercado e pelos segmentos produtivos, com vistas à formação omnilateral.

2.1.3.9 A educação pública de qualidade social

A garantia de qualidade para a educação tecnológica redundará na democratização da gestão, com a participação de todos os segmentos da comunidade interna e externa, na garantia da participação efetiva dos estudantes e na adequação das instalações. Isso significa um novo padrão de gestão que tenha como eixo uma educação pública de qualidade, socialmente discutida e construída em processos participativos e democráticos, incorporando experiências que permitam acumular conhecimentos e técnicas, bem como que deem acesso às inovações tecnológicas e ao mundo do trabalho.

Vale ressaltar que essa intencionalidade assim exposta aponta para um novo modelo de nação fundamentada em três eixos: inclusão social, desenvolvimento sustentável e redução das vulnerabilidades sociais, econômicas, culturais, científicas e tecnológicas, indo ao encontro do que propugna a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em seu Título I, ao tratar da abrangência da educação, indicando a sua evidência nos mais variados espaços de convivência e produção da existência humana, destacando, em seu artigo 2º, o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, como finalidades da educação em todos os níveis e modalidades de ensino.

Espera-se que a educação tecnológica seja capaz de entender, assim como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), que [...] a qualidade da educação é também uma questão de direitos humanos, (2008).

[...] que a educação de qualidade, como um direito fundamental, deve ser antes de tudo relevante, pertinente e equitativa. A relevância reporta-se à promoção de aprendizagens significativas do ponto de vista das exigências sociais e de desenvolvimento pessoal. A pertinência refere-se à possibilidade de atender às necessidades e às características dos estudantes de diversos contextos sociais e culturais e com diferentes capacidades e interesses (BRASIL, 2010, p. 151).

Nesse sentido, além de reafirmar a educação profissional e tecnológica como direito e bem público essencial para a promoção do desenvolvimento humano, econômico e social, compromete-se com a redução das desigualdades sociais e regionais; vincula-se ao projeto de nação soberana e desenvolvimento sustentável, incorporando a educação básica como requisito mínimo e direito de todos os

trabalhadores, mediados por uma escola pública com qualidade social e tecnológica. Em outros termos, da educação profissional e tecnológica espera-se o cumprimento de sua função mediadora que, como mostra Gramsci apud Kuenzer (1997), busca a justa adequação entre a capacidade de trabalhar, técnica e intelectualmente, por meio de uma educação básica sólida, sobre a qual se construirá a formação profissional e humanista adequada, de modo que permita aos sujeitos, numa perspectiva cidadã, participarem ativamente do processo de construção social.

Em síntese, enquanto princípios filosóficos e técnico-metodológicos gerais que norteiam as práticas acadêmicas, o Instituto Federal de Alagoas procura pautar suas ações compreendendo: a) o trabalho como princípio educativo, b) a educação como estratégia de inclusão social, c) a gestão democrática e participativa e c) a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

2.1.4 Princípios gerais orientadores do ensino, da pesquisa e da extensão

A perspectiva de ruptura com o paradigma da mera transmissão do “saber”, que vem consolidando-se no processo de implementação do PPPI do Ifal, encaminha-nos para a assunção de uma prática escolar baseada numa pedagogia crítica, cujo objetivo precípua é assegurar o cumprimento de sua missão institucional aqui já apontada: promover educação de qualidade social, pública e gratuita, fundamentada no princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, a fim de formar cidadãos críticos para o mundo do trabalho e contribuir para o desenvolvimento sustentável.

Nesse sentido, diante da perspectiva de implementação de um projeto educacional que tenha como fim a formação ampla e multilateral do indivíduo, urge que se entenda o trabalho como princípio educativo e, como pontua Kuenzer (1997), “tome o trabalho como expressão do estágio de desenvolvimento das relações sociais contemporâneas em que a ciência se faz operativa e a técnica se faz complexa, reunificando cultura e produção”.

Portanto, faz-se necessário instituir princípios gerais que norteiem a condução do ensino, da pesquisa e da extensão como tripé que articula a reunificação entre cultura e produção. Assim, decorrente do trabalho como princípio geral da ação educativa, destacam-se como pressupostos orientadores da proposição pedagógica que se delinea:

- a gestão democrática entendida como síntese superadora do dogmatismo, do espontaneísmo e do unilateralismo;
- a unificação entre escola da cultura e escola do trabalho, superando a dualidade estrutural antidemocrática, própria da lógica excludente;
- a adoção de conteúdo politécnico numa perspectiva histórica;
- a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
- a opção pelo método teórico/prático, tomando o trabalho como forma de ação transformadora da natureza e de constituição da vida social.

Para a consecução de proposição nesse nível é requerida uma concepção de currículo, cuja essencialidade seja a compreensão pelo estudante do que se passa no mundo e das formas de agir e atuar nele. Assim, a organização curricular necessária ao Ifal deve constituir-se nas ferramentas/instrumentos indispensáveis ao processo de desvelamento da realidade.

Por intermédio do currículo do ensino, é possível que se abram as janelas pelas quais se visualiza um mundo mais amplo e se enxerga nele para compreendê-lo melhor. Esses instrumentos são os conhecimentos, ponto de partida nesse processo de desvelamento do mundo. O currículo é um processo em que se veicula toda uma concepção de pessoa, de sociedade, de conhecimento, de cultura e poder, bem como de possibilidade ou destinação das classes sociais, às quais os indivíduos pertencem (OTTI, 1987, p. 16-19).

Para tanto, faz-se necessário ao Ifal lançar mão da autonomia didática e da flexibilidade estrutural e pedagógica asseguradas pela LDBEN/1996 e pela Lei nº 11.892/2008, de forma a pautar sua organização curricular, contemplando a captação da “espinha dorsal” de cada área de conhecimento e/ou de atuação profissional, a compreensão dos processos de apropriação do conhecimento e o domínio dos processos pelos quais se exerce a ação mediadora entre conhecimento e sua construção. Esse caminho aponta para a configuração de currículos que superem a noção de “conjunto de disciplinas isoladas”, abrindo a possibilidade da convivência de experiências de ensino/aprendizagem que expressem, de fato, a tarefa de consecução da função social dessa instituição de educação, que é a de colaborar na construção, pelas práxis, de patamares de convivência social que vislumbrem a emancipação humana.

Do elenco de organizações curriculares disponíveis na legislação educacional vigente, de onde se destacam: séries anuais, períodos semestrais, módulos, sistema de créditos, de onde emergirão as alternativas que melhor contemplem os princípios e critérios que devem se constituir em resolução para elaboração dos currículos plenos dos cursos do Ifal.

2.1.5 Perfil profissional requerido pela sociedade

Na perspectiva de superação da simples visão tarefaira de compor e/ou modificar uma matriz curricular ou de “ajuntamento de disciplinas isoladas”, é que as alternativas de proposições curriculares encontradas e/ou definidas por esta Instituição devem deixar claro o modo como pretende articular o ensino, a pesquisa e a extensão, numa dimensão indissociável, na qual estudantes e professores possam ser engajados num processo de composição de diagnóstico de sua região de influência, do qual derivariam projetos de pesquisa, envolvendo descobertas e recriações, além de programas de intervenção/inserção na comunidade/sociedade. Tudo isso como meio de articulação e superação da dualidade propedêutico/profissional, própria da lógica excludente.

Essa estratégia metodológica, aqui abraçada, que ratifica, como tarefa da educação numa perspectiva de formação humana a construção, pela práxis, de uma nova relação entre ensino, pesquisa e extensão, requer que o processo de ensino/aprendizagem do Ifal desenvolva-se permeado por uma concepção emancipatória de avaliação, da qual possa ser revelado, nos sujeitos, como efeitos da ação educativa, o desenvolvimento de competências e habilidades num plano multidimensional, envolvendo facetas que vão do individual ao sociocultural situacional e processual, que não se confunde com mero 'desempenho'.

Tal postura constitui-se reflexo da concepção político-metodológica participativa e democrática, na qual a extensão implica o próprio ensino e pesquisa, desenvolvidos numa perspectiva de ação-reflexão-ação, em que a concepção de ensino configura-se num contínuo processo de construção do conhecimento (a partir das relações estabelecidas entre os sujeitos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem) resultante do confronto com a realidade concreta, enquanto a pesquisa se constrói da sistematização dessa prática que resulta em novos conhecimentos significativos. Portanto, ensino/pesquisa/extensão constituem aspectos indissociáveis da ação educativa, os quais se traduzem em um conceito emergente de sala de aula, que não se limita ao espaço físico da dimensão tradicional, mas compreende todos os espaços dentro e fora da instituição em que se realiza o processo histórico-social, com suas múltiplas determinações, passando a expressar num conteúdo interdisciplinar/transdisciplinar, como exigência decorrente da própria prática.

O desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão de forma indissociável, como princípio da ação educativa institucional do Ifal, vai ao encontro da superação da dicotomia existente entre produção do saber e a sua socialização, bem como deixa clara a opção política de atendimento às demandas sociais da maioria da população, efetivando a transformação social e a formação da cidadania.

Nessa perspectiva, o perfil do profissional que o Ifal deseja formar está inserido em uma nova concepção de mundo, advinda da revolução tecnológica impulsionada pela informática, pela automação e pela microeletrônica. Tal revolução tem provocado mudanças significativas no cotidiano das pessoas, afetando diretamente as formas de produção, as condições de trabalho, o perfil do emprego, a qualificação de trabalhadores e as metodologias de propagação e de aquisição de conhecimentos.

A utilização de novos artefatos tecnológicos vem modificando também as formas de compreensão da realidade, cujos fundamentos provêm de categorias de aprendizagem linearmente estruturadas. Tais formas têm passado por ininterruptas mudanças, porque os saberes da atualidade são provocações em fluxos contínuos de estímulos, nos quais a racionalidade e as emoções se misturam, convergindo para múltiplas percepções e intuições da realidade. As novas tecnologias relativizam o conceito de tempo e espaço. O que é concebido como fixo e previsível se desloca para o virtual, para o efêmero e para o fluido.

Essa reconfiguração do mundo atual apresenta as estratégias de aprender e de estudar novos instrumentos e novas possibilidades que inevitavelmente devem redimensionar as concepções didático-pedagógicas, os espaços de aprendizagem e as relações entre os sujeitos. Trata-se, portanto, de um processo revolucionário que deve instrumentalizar os indivíduos para uma transposição de valores, pois os sistemas de produção, a economia, a política e a educação expressam a forma como as tecnologias são utilizadas em cada época. As novas configurações do conhecimento se redefinem em direção à estética, ao lazer, ao design, à moda, à comunicação, à robótica, à neurociência, à biotecnologia, à ecologia, ao aproveitamento de resíduos, às fontes de energia renováveis, à geriatria, à engenharia genética etc. Essa multiplicidade de novos saberes influencia a formação profissional.

Assim, o profissional egresso dos cursos do Ifal deverá ser competente para:

- atuar no mundo do trabalho utilizando-se das novas concepções de sociedade, impulsionadas pela evolução dos sistemas de informação, da automação e da microeletrônica;
- interagir nas estruturas das organizações, no sentido de desenvolver e aprimorar processos de gestão de tecnologias e de novos saberes correlatos;
- desenvolver formas e sistemas de produção que se fundamentem em um modelo de sociedade sustentável;
- agir com senso crítico na organização de processos produtivos;
- atuar no mundo do trabalho de forma eficiente, ética e comprometida com os valores sociais, tais como as diferenças de gêneros, as mudanças nos estratos sociais e econômicos, as peculiaridades regionais e linguísticas, numa perspectiva emancipatória.

Face a essa concepção, entende-se como princípios fundamentais para o perfil requerido do profissional a ser formado pelo Ifal em todos os níveis de ensino, etapas e modalidades:

a) Gestão das informações

Desenvolvimento de competências para gerir e selecionar informações, a partir de uma visão crítica de mundo e de uma intervenção cidadã sobre a realidade que permita aos egressos intermediar sua capacidade intelectual com autonomia, criatividade, inovação e valorização das atividades colaborativas.

b) Formação ampla e omnilateral

Em contraposição ao caráter unilateral, fragmentado e reducionista que o processo de trabalho assume no modo de produção capitalista – sobretudo pela cisão histórica entre trabalho manual e intelectual, execução e concepção, parcelarização da produção e controle do processo, subordinação a interesses alheios e autodeterminação –, a formação ampla e omnilateral é aquela que

concebe o ser humano em sua integralidade e que busca o desenvolvimento de todas as suas potencialidades, o que pressupõe a superação das dicotomias supramencionadas e a conciliação entre consciência e prática social, trabalho e formação humana, produção e fruição. A formação omnilateral parte da perspectiva da emancipação humana e compreende as diferentes dimensões ontológicas do ser humano, uma vez que envolve expressões e manifestações em campos como a moral, a ética, a ação prática, a criação artística, bem como nos planos racional-cognitivo, afetivo, emocional e relacional.

Dada a sua amplitude, seu caráter interdimensional e o propósito de integrar as diferentes dimensões constitutivas do ser humano, a formação omnilateral não se coaduna com as contradições e os conflitos gerados pela conjuntura socioeconômica vigente, o que pressupõe a busca por um novo projeto de sociedade de viés emancipatório, que permita o livre desenvolvimento das potencialidades humanas, sem as restrições e determinações impostas pelo mercado de trabalho. Para fazer frente a esse novo projeto, faz-se imprescindível uma concepção de educação que alie formação propedêutica e formação profissional, bem como a preparação do educando para o exercício crítico da cidadania nos mais diferentes contextos em que vier a atuar. Essa concepção de educação, por sua vez, harmoniza-se com a perspectiva interdisciplinar ao lidar com saberes de diferentes disciplinas e áreas de conhecimento, pois é a partir do entendimento amplo dos objetos de conhecimento como complexos e passíveis de estudos – em seus múltiplos aspectos – por disciplinas/áreas distintas que os estudantes terão melhores condições de interpretar, questionar e construir novas concepções sobre a realidade.

2.1.6 Organização didático-pedagógica da Instituição

2.1.6.1 Princípios da organização didática

Construir uma organização didática para o Ifal, coerente com uma visão omnilateral que requer a formação de cidadãos éticos e atuantes socialmente, é parte da missão desta Instituição. Nessa perspectiva, pautará sua organização curricular nos princípios “de liberdade e nos ideais de solidariedade humana”, tendo por finalidade “o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Lei nº 9.394/1996, art. 2º).

Nesse sentido, o Ifal perseguirá sua missão com base no princípio de igualdade de condições para o acesso (tendo como premissa a inclusão social) e permanência com sucesso – observando a liberdade do aluno em aprender e do professor em ensinar, tendo como um dos objetivos a divulgação da cultura, do pensamento, o pluralismo de ideias de concepções pedagógicas, valorizando a experiência extracurricular que vincule a educação ao trabalho e às práticas sociais – sem desconsiderar os princípios da competência, da laborabilidade, da

flexibilidade, da interdisciplinaridade e da contextualização, além de delinear os perfis de formação que respondam às exigências da contemporaneidade.

Diante dessa concepção, entende-se como princípios fundamentais para organização curricular do Ifal, em todos os níveis e modalidades, os seguintes princípios:

a) Formação integral

A estrutura curricular dos cursos deve tomar o trabalho como princípio geral da ação educativa, bem como a pesquisa e a extensão como princípios pedagógicos, no sentido de responder a uma formação integral, potencializando o ser humano como cidadão pleno, desenvolvendo suas dimensões individual e social.

b) Permanência com êxito

A estrutura curricular dos cursos deve propiciar condições de permanência com êxito, sem desconsiderar os princípios curriculares da competência, da laborabilidade, da flexibilidade, da interdisciplinaridade e da contextualização, delineando perfis de formação que respondam às exigências da atual conjuntura.

c) Integração das atividades

A estrutura curricular dos cursos deve favorecer a organização de atividades integradas e articuladas, a partir da síntese entre trabalho, ciência, tecnologia e cultura.

d) Formação cidadã

A estrutura curricular dos cursos deve adotar conteúdo politécnico que vislumbre a superação entre trabalho manual e intelectual, entre instrução profissional e geral, e que pressuponha um perfil amplo de trabalhador cidadão, consciente, capaz de atuar criticamente em atividades criativas e de buscar com autonomia os conhecimentos necessários ao seu constante e progressivo aperfeiçoamento.

2.1.6.2 Organização curricular

O currículo é um processo socialmente construído, historicamente situado e culturalmente determinado, no qual convivem, lado a lado, fatores lógicos, epistemológicos, intelectuais e determinantes sociais, tais como rituais, conflitos simbólicos e culturais, necessidade de legitimação e de controle, propósitos de dominação dirigidos por fatores ligados à classe, raça e gênero, o que possibilita sua interface entre a sociedade e a instituição de ensino.

O currículo do Ifal deve estar fundamentado em teorias críticas e ser orientado pela liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o conhecimento científico, na perspectiva de uma formação cidadã, constituindo-se, dessa forma, como um dos elementos balizadores da efetiva participação crítica na sociedade. Nesse sentido, a fim de que seja viabilizada a formação integral do estudante, sua preparação para o exercício crítico da

cidadania, bem como o desenvolvimento de sua capacidade de elaborar construções intelectuais mais complexas, apropriar-se de conceitos necessários para intervenção consciente na realidade e compreender o processo histórico do conhecimento, a estrutura curricular do Ifal parte da perspectiva do trabalho como princípio educativo e da pesquisa e da extensão como princípios pedagógicos em resposta aos pressupostos legais estabelecidos na Lei nº 9.394/1996 e nas Diretrizes Curriculares postas para os diferentes níveis da educação brasileira, norteando tal proposição nas seguintes premissas:

- do trabalho, concebido enquanto locus de definição de conteúdos que devem compor o currículo, contemplando os conteúdos científicos, tecnológicos, sócio-históricos e das linguagens;
- organização de um currículo de tal forma articulado e integrado, que possa atender aos princípios de uma educação continuada e à verticalização de uma carreira de formação profissional e tecnológica;
- mobilização dos conhecimentos para o exercício da ética e da cidadania, os quais se situam nos terrenos da economia, da política, da história, da filosofia e da ética, articulando esses saberes com os do mundo do trabalho e os das relações sociais;
- construção de alternativas de produção coletiva de conhecimento, adotando estratégias de ensino diversificadas, favorecendo a interação entre os sujeitos do processo de ensino;
- organização do desenho curricular em áreas de conhecimento e de atuação profissional;
- adoção de formato curricular que melhor resguarde identidade com a modalidade de oferta indicada;
- organização dos conteúdos de ensino em áreas de estudo de forma interdisciplinar, possibilitando o diálogo entre as diferentes áreas do saber, ensejando o desenvolvimento de competências e habilidades;
- abordagem dos conteúdos de ensino de modo contextualizado, devendo expressar a pluralidade cultural existente na sociedade;
- promoção da articulação entre conhecimento básico e específico, a partir do processo do trabalho como princípio educativo, contemplando os conteúdos científicos, tecnológicos, culturais e sócio-históricos;
- articulação e integração das dimensões do currículo, para atender aos princípios da educação continuada e à verticalização da carreira de formação profissional e tecnológica;
- mobilização dos conhecimentos para o exercício da ética e da cidadania, integrando os saberes curriculares com os do mundo do trabalho e os das relações sociais;
- organização do desenho curricular com base em eixos tecnológicos, o que significa estruturá-lo por áreas de conhecimento e de atuação profissional;

- adoção do formato curricular que melhor resguarde a identidade de cada modalidade de oferta;
- estabelecimento do núcleo epistemológico do curso, de modo a favorecer a mobilidade discente no interior do Instituto;
- estabelecimento das bases para aproveitamento de estudos realizados, por intercâmbio ou convênio, fora da Instituição;
- organização dos conteúdos de ensino em áreas de estudo de forma interdisciplinar, contextualizada e transdisciplinar;
- articulação dos conteúdos curriculares com o desenvolvimento socioeconômico e ambiental dos territórios onde os cursos ocorrem, com os arranjos produtivos locais, com os dados coletados e indicadores oficiais, com as aspirações e interesses da comunidade detectados;
- integração dos conhecimentos gerais e profissionais, na perspectiva de articulação entre saberes específicos, considerando a pesquisa e a extensão como eixos norteadores da prática pedagógica;
- atualização permanentemente cursos e currículos, estruturando-os em consonância com a identidade dos perfis de conclusão de curso e da realidade local e regional;
- garantia da flexibilidade estrutural e pedagógica dos currículos, bem como a autonomia didática do professor, preservando o respeito às diretrizes gerais do Instituto;
- desenvolvimento de ações para estudantes com rendimento insuficiente, o que inclui correção de fluxo – acompanhamento individualizado dos estudantes com rendimento escolar defasado – e estudos de recuperação;
- ampliação e fortalecimento do desenvolvimento de componentes curriculares com foco em associativismo, cooperativismo e empreendedorismo.

2.1.6.3 Práticas pedagógicas

Propor metodologias inovadoras de ensino que atendam à complexidade do ato de ensinar, que levem em conta o pluralismo de ideias, culturas, experiências trazidas pelos estudantes, bem como suas diversas formas de aprender, configura-se como importante elemento norteador para o desenvolvimento das práticas pedagógicas da instituição.

Nessa perspectiva, é importante que o Ifal faça uso de metodologias de ensino que promovam uma atuação ativa, interessada e comprometida no processo de aprender, que incluam não somente conhecimentos, mas, também, sua contextualização, experimentação, vivências e convivência em tempo e espaços escolares e extraescolares, mediante espaços e tempos em situações diversas, considerando os campos da ciência, cultura e tecnologia.

2.1.6.3.1 Princípios

Os princípios norteadores da concepção de práticas pedagógicas inovadoras almeçadas pelo Ifal, para todos os níveis de ensino, etapas e modalidades educativas são:

a) Aprendizagem ativa e colaborativa

Na interação entre os diversos sujeitos que atuam no processo de ensino e aprendizagem se dá a construção coletiva do conhecimento. Sob essa ótica, os envolvidos nesse processo trocam experiências e compartilham saberes necessários ao desenvolvimento da autonomia da aprendizagem.

b) Respeito ao conhecimento prévio e às diferenças

O trabalho pedagógico deve partir do diagnóstico das experiências de vida e das individualidades dos estudantes, considerando o conhecimento prévio e as diferenças, independentemente de idade, gênero, etnia, ou condição econômica, social, física e cognitiva.

c) Formação politécnica

A formação oferecida no Ifal deve buscar, numa perspectiva politécnica, a superação da dicotomia entre trabalho manual e intelectual, significando a compreensão de como os conhecimentos se produzem, se elaboram e se transformam, bem como a compreensão teórico-prática das bases científicas, dos princípios tecnológicos, da organização e da gestão do trabalho.

d) Práticas pedagógicas inovadoras

O incentivo à adoção de práticas pedagógicas inovadoras deve ter como base o currículo integrado, a (re)estruturação e a ressignificação dos espaços, dos tempos e dos recursos e insumos institucionais, os quais devem favorecer a autonomia dos estudantes na condução do seu processo de aprendizagem.

e) Mediação do professor

A participação do professor é fundamental no processo educativo. Ao mesmo tempo em que o estudante precisa reconhecer sua própria autonomia no estudo, ele também precisa sentir a presença do professor, como mediador, que ouve, questiona e orienta em situações de aprendizagem, favorecendo a construção coletiva do conhecimento.

f) Tempo escolar

A escola cumpre funções importantes na construção/constituição da humanização do homem mediante uma formação geral básica – capacidade de ler, escrever, formação científica, estética e ética e o desenvolvimento de capacidades cognitivas e operativas.

Sabe-se, também, que toda instituição de ensino constitui-se em um espaço representativo da síntese entre a cultura experienciada (o que acontece no nosso cotidiano) e a cultura formal (domínio dos conhecimentos, das habilidades de pensamento). Dessa forma, deve-se ter o cuidado em planejar a utilização de seu tempo como um dos elementos basilares para a consecução de seus objetivos e funções, enquanto uma das instâncias responsáveis pela construção de uma sociedade equitativa.

O tempo escolar sofre influências de diversos fatores que vão, desde as determinações externas até, obviamente, às diversas atividades incluídas no currículo. Estando sua organização pré-determinada legalmente, há que se ter o cuidado de delinear-la considerando, também, as exigências advindas da realidade, que nos permite pensar novas formas de estruturação desse tempo: sessões de aula, quadros de horários, organização de turnos, calendário escolar, reuniões pedagógicas, atividades de planejamento e replanejamento, períodos de avaliação, períodos de recuperação, espaço para suporte de aprendizagem, atividades socioculturais e esportivas, reuniões de pais e mestres, realização de reuniões de conselhos e colegiados, dentre outras.

g) Flexibilidade de espaços e tempos escolares

Incluir significa reconhecer a necessidade de adaptar o processo educativo à realidade de todos os sujeitos que compõem a diversidade da sociedade brasileira. Diante dessa concepção de educação, o Ifal deve desenvolver suas atividades curriculares e extracurriculares de forma menos rígida, segmentada e uniforme, a fim de que os alunos, indistintamente, possam adequar seus tempos de aprendizagens de modo menos homogêneo e cartesiano. Nesse sentido, é fundamental que a instituição se empenhe não apenas no aparelhamento físico de seus *Campi*, mas no aproveitamento de recursos tecnológicos, na busca de alternativas metodológicas e na flexibilização da regulação cotidiana de tempos e espaços, de modo a viabilizar a efetiva inclusão e a valorização das diferenças e o atendimento à pluralidade e à diversidade social, econômica e cultural, resgatando e respeitando os direitos humanos, individuais e coletivos.

2.1.6.4 Articulação entre níveis e modalidades de ensino

Articular níveis e modalidades de ensino é premissa essencial no Ifal, o qual deve ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional, possibilitando a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior.

Nessa perspectiva, o Ifal deve estruturar seus cursos de modo a possibilitar a integração de conteúdos, garantindo a integralidade dos conhecimentos científicos,

como também conhecimentos da área de atuação profissional, numa perspectiva de integração e articulação entre diversos níveis e modalidades de ensino.

2.1.6.4.1 Princípios

Os princípios norteadores da articulação entre níveis e modalidades de ensino almejada pelo Ifal são:

- integração e verticalização do conhecimento;
- articulação entre níveis e modalidades de ensino exige, como estratégia de estruturação curricular, a integração e a verticalização do conhecimento;
- equalização de bases curriculares;
- equalização da base curricular em cursos similares da instituição, nas modalidades presencial e a distância, entre polos, intra e intercampi, permite preservar a identidade institucional e promover o alinhamento e a mobilidade entre eles.

Ações

As ações que devem viabilizar os princípios norteadores da articulação almejada pelo Ifal entre todos os níveis de ensino, etapas e modalidades educativas são:

- articular a Educação Básica com a Educação Profissional e Tecnológica e a Educação Superior, na perspectiva da integração entre saberes específicos para a produção do conhecimento e a intervenção social, assumindo a pesquisa e a extensão como princípios pedagógicos;
- identificar os fundamentos científicos comuns a cada grupo de cursos da mesma área de conhecimento ou eixo tecnológico;
- alterar as matrizes curriculares de modo a atender aos princípios da verticalização e equalização;
- definir as bases tecnológicas que devem compor o núcleo politécnico dos eixos e áreas do conhecimento.

2.1.6.5 Flexibilização curricular

A flexibilização curricular supera o modelo curricular segmentado, tradicionalmente dividido em disciplinas que não se relacionam ao longo do aprendizado, modelando uma estrutura que possibilita nexos e permite uma convergência entre os diversos campos do saber, instituindo itinerários formativos num diálogo constante entre os vários níveis e modalidades de ensino.

Representa, em essência, a quebra da hierarquização dos saberes, corroborando para o tratamento condizente com a natureza dos conhecimentos científicos, tecnológicos, socioculturais que se apresentam multi, pluri e interdisciplinarmente. Dessa forma, o currículo flexível permite correções de rumo e

adaptações às exigências do mundo contemporâneo, dando condições aos estudantes de construir itinerários diversificados, segundo seus interesses e possibilidades, com vistas à educação continuada, realizada simultânea ou alternadamente com seu exercício profissional, viabilizando seu constante aprimoramento.

2.1.6.5.1 Princípios

Os princípios norteadores da concepção de flexibilização curricular almejada pelo Ifal para todos os níveis de ensino, etapas e modalidades educativas são:

a) Diversidade de contextos

A flexibilização curricular pressupõe diversidade de contextos, proporcionando um currículo cada vez mais acessível, ampliando o universo de conhecimentos a serem adquiridos pelo estudante, permitindo-lhe, ainda, a especificidade de seu campo de atuação profissional.

b) Responsabilidade compartilhada

Entendida não apenas como acréscimo de algumas atividades diferenciadas ou complementares, ou mudanças na estrutura curricular. Dela há a exigência de que esteja em consonância com os princípios e diretrizes apontadas neste documento e que envolva toda a comunidade acadêmica.

Ações

As ações que devem viabilizar os princípios norteadores da flexibilização curricular em todos os níveis de ensino, etapas e modalidades educativas são:

- priorizar um trabalho pedagógico que articule projetos transdisciplinares e ações disciplinares entre os diversos currículos e programas, dos níveis e modalidades de ofertas de ensino existentes;
- organizar a estrutura curricular dos cursos, contemplando um núcleo que caracterize sua identidade, estabelecendo, porém, alternativas que possibilitem o aproveitamento de outros espaços e formas de aprendizagem;
- garantir a formação profissional de todos os estudantes, mesmo daqueles que apresentem algum tipo de limitação física ou cognitiva, por meio de modelo curricular que atenda a essas diversidades;
- desenvolver o processo pedagógico, considerando a diversidade de saberes, respeitando os objetivos fundamentais e os conteúdos essenciais, aos quais os estudantes devem ter acesso para obter êxito em sua trajetória acadêmica e profissional;
- incorporar o aproveitamento curricular de outras formas de aprendizagem, como a educação a distância, a prática profissional, disciplinas avulsas, o

- intercâmbio estudantil, as atividades de pesquisa e extensão, os projetos integradores, componentes curriculares optativos, entre outras possibilidades;
- definir e regulamentar formas de certificação de saberes prévios adquiridos em outros espaços de aprendizagem;
 - permitir maior mobilidade estudantil entre os *Campi* do Instituto, bem como com outras instituições do país e do exterior.

2.1.6.6 Integralização curricular

A integralização curricular diz respeito à finalização de todas as atividades acadêmico-científicas previstas para o curso, tais como: disciplinas, prática profissional, estágio, atividades complementares, de ensino, de pesquisa e de extensão, quando previstas no fluxograma do curso, além de situação regular, no que se refere à documentação e às obrigações junto aos sistemas de avaliação da educação nacional. Após a integralização curricular, o estudante está apto a colar grau (cursos superiores) e, em seguida, solicitar a emissão de diploma.

Quando prevista no Projeto do Curso, a integralização curricular parcial pode ensejar a emissão de certificados específicos, desde que atendidos os requisitos de terminalidade.

A fixação de carga horária para as diferentes atividades acadêmicas possibilita incrementar a flexibilidade curricular, contudo garante que todos os estudantes sejam formados em igualdade de condições, frente a um conjunto de parâmetros definidos. É o estabelecimento das cargas horárias correspondentes aos períodos letivos, como também seus conteúdos, que garante e promove a mobilidade dos estudantes, permitindo, igualmente, a integralização curricular, mesmo que não seja um percurso formativo realizado em uma única Instituição.

2.1.6.6.1 Princípios

Os princípios norteadores da concepção de integralização curricular para todos os níveis, etapas e modalidades de ensino são:

a) Adequação do planejamento ao tempo escolar

A escola é o espaço representativo da síntese entre a cultura experienciada (o que acontece no nosso cotidiano) e a cultura formal (domínio dos conhecimentos, das habilidades de pensamento). Dessa forma, o adequado planejamento da utilização do tempo escolar é um dos elementos basilares para a consecução de objetivos educacionais e para a realização dos projetos educativos.

b) Adaptação do tempo escolar às demandas educacionais

O tempo escolar sofre influências de diversos fatores que vão, desde as determinações externas até as diversas atividades incluídas no currículo. Estando

sua organização predeterminada legalmente, no Ifal, há de se ter o cuidado de planejar o tempo escolar, considerando, também, as exigências advindas da realidade e as atividades previstas nos calendários escolares.

c) Conclusão dos estudos

Os fatores que proporcionam desvios que dificultam o cumprimento dos objetivos da Instituição e a conclusão de estudos – taxa elevada de evasão, ocupação de vagas ociosas, retenção dos alunos e desnivelamento de desempenho no ingresso – devem ser avaliados, de modo a serem devidamente enfrentados e corrigidos.

Ações

As ações que devem viabilizar os princípios norteadores da integralização curricular almejada pelo Ifal para todos os níveis, etapas e modalidades de ensino são:

- planejar ações pedagógicas e administrativas, preventivas e corretivas, com vistas ao controle da retenção e a evasão no Ifal, a serem implementadas nos *campi*/polos;
- planejar ações referentes ao desenvolvimento de uma política articulada entre ensino, pesquisa e extensão de combate à retenção e à evasão;
- monitorar sistemicamente, por meio das diversas pró-reitorias, as ações pedagógicas e administrativas, preventivas e corretivas, planejadas e implementadas nos *campi*/polos.

2.1.6.7 Avaliação da aprendizagem

A proposta de avaliação da aprendizagem no Ifal será realizada em função dos objetivos expressos nos planos e projetos de cursos, considerando os aspectos cognitivos, afetivos e psicossociais do educando, apresentando-se em três momentos avaliativos: diagnóstico, formativo e somativo, além de momentos coletivos de auto e heteroavaliação entre os sujeitos do processo de ensino e aprendizagem.

A avaliação diagnóstica define estratégias para identificar os conhecimentos prévios dos estudantes, em função do planejamento do professor, para que este possa estruturar e adequar as suas atividades, ao longo do curso, às necessidades de aprendizagem.

A avaliação formativa redimensiona, constantemente, o processo de ensino e de aprendizagem para ajustar-se à evolução dos estudantes, a fim de orientar as ações pedagógicas, de acordo com o que será observado na prática, mediante o acompanhamento contínuo e permanente.

A avaliação somativa reconhece, quantitativamente, se os estudantes alcançaram os resultados esperados, por meio dos mais variados instrumentos de avaliação.

Na autoavaliação, o estudante analisa, junto ao professor, os êxitos e fracassos do processo ensino/aprendizagem, observando o material didático, a metodologia e o seu próprio desempenho.

Esse entendimento conflui na ideia da necessidade de se estabelecer estratégias na formação do desempenho do estudante, para o desenvolvimento de saberes, ao longo do processo de ensino/aprendizagem.

Para isso, a adoção de parâmetros individuais e coletivos de desempenho dos estudantes é necessária, como forma de relacionar aos aspectos cognitivos, emocionais e sociais, consequentes da ação educativa. Assim, deverão ser criados espaços para a recuperação contínua da aprendizagem dos estudantes, por meio de várias técnicas e instrumentos avaliativos, de forma que estes avancem na sua trajetória acadêmica, junto aos demais, procurando evitar a reprovação e/ou exclusão.

Em síntese, a avaliação da aprendizagem deve ser uma estratégia pedagógica substancialmente voltada para o direito de aprender. Aprender implica esforço reconstrutivo político, que privilegia atividades de pesquisa e elaboração própria, habilidades de argumentação e autonomia, saber pensar, crítica e autocriticamente. No dizer de Demo (2009), “a aprendizagem é marcada profundamente pela virtude de trabalhar os limites em nome dos desafios e os desafios dentro dos limites”, a aprendizagem é, no seu âmago, expressão política e ética.

Enfim, o processo de avaliação de aprendizagem do Ifal, coerente com o que propugna seu PPPI, estabelecerá estratégias pedagógicas que assegurem uma prática avaliativa a serviço de uma ação democrática, por meio de instrumentos e técnicas que concretizem resultados em benefício do processo ensino/aprendizagem – prova escrita e oral; observação; autoavaliação; trabalhos individuais e em grupo; portfólio; projetos e conselho de classe, sobrepondo-se este último como espaço privilegiado de avaliação coletiva. O conselho é, por excelência, espaço dialético com enorme potencial pedagógico e guarda em si a possibilidade de articular os diversos segmentos da escola, objetivando avaliar o seu processo de ensino/aprendizagem.

2.1.6.7.1 Princípios

Os princípios norteadores da avaliação do desempenho do estudante em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino do Ifal são:

a) Ação de transformação e promoção social

A avaliação da aprendizagem escolar deve ser pensada enquanto ação de transformação e de promoção social dos estudantes. Por isso, exige constante reflexão a respeito de que e de quem ela está a serviço. O processo avaliativo é, antes de tudo, uma questão política, uma vez que reflete determinada concepção de homem, de educação e de sociedade.

b) Perspectiva emancipatória e democrática

A avaliação da aprendizagem escolar deve preconizar uma perspectiva emancipatória e democrática, o que pressupõe a conversão dos métodos avaliativos tradicionais em métodos investigativos capazes de indicar alternativas de superação das dificuldades existentes e possibilidades de intervenções pedagógicas.

c) Processo contínuo

A aprendizagem, em um processo avaliativo contínuo, não acontece de forma pontual, estática, mas em constante movimento. A avaliação contínua e cumulativa deve priorizar os aspectos qualitativos sobre os quantitativos e a evolução processual da aprendizagem, isto é, o desempenho do estudante ao longo do período letivo, não se restringindo apenas a uma prova ou a um trabalho no final do processo.

d) Recuperação contínua da aprendizagem

A adoção de parâmetros individuais e coletivos de desempenho dos estudantes é necessária, como forma de relacionar aos aspectos cognitivos os emocionais e sociais, consequentes da ação educativa. Assim, devem ser viabilizados os meios e estabelecidas as estratégias que promovam a recuperação contínua da aprendizagem dos estudantes que apresentam baixo rendimento por meio de técnicas e instrumentos de avaliação variados, de forma que estes avancem sempre juntos aos demais, procurando evitar sua retenção e/ou exclusão.

e) Diversidade de instrumentos

Devem ser utilizados instrumentos e estratégias diversificadas para avaliar o desempenho do estudante, tais como prova individual, em dupla e/ou em grupo, com consulta, oral, debate, painel, trabalho individual, trabalho em grupo, seminário, autoavaliação, observação, pesquisas, projetos, TCC, prática profissional, entre outros.

f) Decisões colegiadas

As instâncias colegiadas, a exemplo dos Conselhos de Classe, Colegiados de Curso, Núcleos Docentes Estruturantes, contribuem para a melhoria da qualidade do processo educativo. Trata-se de espaços dialéticos com grande potencial pedagógico, que possibilitam a articulação dos diversos segmentos que compõem a Instituição, com o objetivo de avaliar o processo ensino/aprendizagem, adquirindo papel relevante em prol de uma educação/avaliação inclusiva.

Ações

As ações que podem viabilizar os princípios norteadores da avaliação de desempenho do estudante em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino do Ifal são:

- assegurar práticas avaliativas emancipatórias, como instrumentos de diagnóstico e acompanhamento do processo ensino/aprendizagem, tendo como pressupostos o diálogo e a pesquisa;
- contribuir para a melhoria da qualidade do processo educativo, possibilitando a tomada de decisões para o (re)dimensionamento e o aperfeiçoamento desse processo;
- assegurar a consistência entre os processos de avaliação e a aprendizagem pretendida, por meio da utilização de formas e instrumentos diversificados, de acordo com a natureza dessa aprendizagem e dos contextos em que ocorrem;
- assegurar as formas de participação dos estudantes como construtores de sua aprendizagem;
- assegurar o aproveitamento de estudos concluídos com êxito;
- assegurar estudos de recuperação paralela ao período letivo, em todos os cursos ofertados;
- diagnosticar as causas determinantes das dificuldades de aprendizagem, para possível redimensionamento das práticas educativas;
- diagnosticar as deficiências da organização do processo de ensino, possibilitando reformulação para redimensioná-lo;
- estabelecer um conjunto de procedimentos que permitam traduzir os resultados em termos quantitativos;
- adotar transparência no processo de avaliação, explicitando os critérios (o que, como e para que avaliar) numa perspectiva conjunta e interativa, para estudantes e professores;
- garantir a primazia da avaliação formativa, valorizando os aspectos cognitivo, psicomotor, afetivo e as funções reflexiva e crítica, como caráter dialógico e emancipatório;
- consolidar o Conselho de Classe como fórum permanente de análise, discussão e decisão para o acompanhamento dos resultados dos processos de ensino e aprendizagem;
- desenvolver um processo mútuo de avaliação docente/discente como mecanismo de viabilização da melhoria da qualidade do ensino e dos resultados de aprendizagem.

2.2 Marco operacional

2.2.1 Políticas de ensino

Traduzidas no seu Projeto Político Pedagógico Institucional, as políticas de ensino do Ifal constituem-se em um desafio, tanto teórico-conceitual, quanto metodológico. É possível que, no campo metodológico, à primeira vista, as dificuldades em articular as demandas institucionais a uma reflexão crítica da realidade reduza ou mesmo limite a capacidade propositiva deste Projeto, em que estão explicitadas diretrizes e metas que caminham ao encontro dos anseios e necessidades da comunidade, requerendo, assim, uma permanente escuta da realidade cotidiana em constante referência à história institucional.

É justamente nesse conflito entre aquilo que pode conter o Projeto Político Pedagógico Institucional, em suas diretrizes e propostas, e as demandas nelas traduzidas, que sustenta, em si, a contradição como base para a possibilidade de advir o novo como o contrário da cristalização de saberes, comportamentos cotidianos e práticas educativas.

Conflito, aqui, não é algo que se rejeita; mas uma das condições para ressignificar saberes, comportamentos e práticas. Conflito aparente, mas instante complexo em que diferentes significados podem ser negociados e gerar novos sentidos para projetos individuais e coletivos.

Dessa forma, o Projeto Político Pedagógico Institucional, embora se objective num conjunto de escritos sobre a vida e identidade da instituição, constitui-se, para além de um mero registro de proposições, no instrumento de sustentação do diálogo permanente entre todos os sujeitos que compõem e vivem no seu interior. Assim sendo, torna-se o veículo que congrega diferentes vozes de uma diversidade de sujeitos.

Aqui, assume-se o compromisso com a formulação de uma prática de acesso, permanência e êxito dos sujeitos em situação de exclusão; política que se traduz numa prática pedagógica, cujo foco é o atendimento às necessidades e características dessa população.

O Ifal assume o compromisso de construir uma gestão que incorpore a participação ampla da comunidade em seu planejamento de ações, bem como em sua implementação e avaliação.

Nesse sentido, o Ifal, direcionando o trabalho para a democratização institucional, em que os sujeitos, coletivamente, assumem posturas transformadoras do fazer pedagógico, estabelece as seguintes Diretrizes Gerais do Marco Operacional do seu Projeto Político Pedagógico Institucional, enquanto políticas de ensino:

2.2.1.1 Diretrizes gerais

As diretrizes gerais das políticas de ensino do Ifal são:

- contribuir na construção de uma sociedade democrática e equitativa, universalizando o ensino, garantindo a inclusão social e assegurando a permanência com oportunidades educacionais, aliadas à diversidade e heterogeneidade de seus estudantes;
- consolidar o processo de gestão democrática na instituição, conforme postula os princípios da educação nacional contidos na Constituição Federal, na LDBEN nº 9.394/1996, na Lei nº 11.892/2008 e legislações correlatas;
- consolidar a política de formação continuada para os profissionais da Instituição;
- consolidar políticas de parceria, cooperação técnico-científica e intercâmbio com outras instituições de ensino superior em programas de pesquisa e pós-graduação, ampliando iniciativas e convênios desencadeados nesse âmbito;
- articular educação básica, educação profissional e tecnológica e educação superior, observando os princípios democráticos de qualidade e equidade, em conformidade com o que preceitua o artigo 205 da Constituição Federal e os artigos 2º e 3º da LDBEN nº 9.394/1996;
- garantir a aplicação dos recursos destinados à Instituição, prioritariamente para a manutenção e o desenvolvimento do ensino;
- garantir padrões de infraestrutura física e de equipamentos dos *Campi* e dos Polos do Ifal, inclusive relativos à acessibilidade de pessoas com deficiências, ampliando, adequando e modernizando laboratórios, salas de aulas, bibliotecas e demais espaços físicos;
- promover o acesso das minorias ao Ifal, contemplando as peculiaridades das pessoas com deficiência e com necessidades educacionais específicas;
- consolidar a oferta da educação de jovens e adultos na instituição;
- consolidar a oferta de cursos de formação de professores, tais como, licenciatura, formação pedagógica e segunda licenciatura;
- consolidar a oferta da educação a distância na instituição;
- instituir programa de avaliação institucional nas instâncias administrativas e pedagógicas, em suas especificidades, com vistas a possibilitar a viabilização das mudanças, de forma sistemática e sistêmica;
- estimular iniciativas educativas inovadoras e divulgação das experiências exitosas;
- consolidar a política de ampliação da oferta para todos os níveis e modalidades, prioritariamente do ensino médio integrado, decorrente de resultados de pesquisa de demanda e considerando as características de cada região;
- promover o desenvolvimento de novas tecnologias numa perspectiva de sustentabilidade;

- assegurar o regime de residência e semirresidência para estudantes nos *campi* que apresentem necessidade;
- observar as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação – PNE, em todos os níveis e modalidades;
- desenvolver programas de inserção social, mediante a intervenção/interação com a sociedade;
- incentivar a adoção e implantação de metodologias, no âmbito da educação profissional e tecnológica, para a organização da educação a distância, por meio de tecnologias, de multimídia e outros mecanismos capazes de ampliar o alcance institucional;
- promover uma maior interação entre o conhecimento sistematizado, no cotidiano da sala de aula, e o desenvolvimento das pesquisas científicas, evidenciando-se o princípio de contextualização;
- aplicar recursos de inovações tecnológicas voltados para a educação em todos os níveis e modalidades.

2.2.1.2 Níveis e modalidades de ensino

O Ifal, em consonância com o que postula a LDBEN nº 9.394/1996, art. 39, que trata da educação profissional, enquanto prática que possibilite o permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva, e como instituição vinculada à rede federal de educação tecnológica, com a prerrogativa de poder ofertar os dois níveis de ensino postos para a educação brasileira: educação básica e educação superior, no delineamento deste projeto pedagógico, destaca como possibilidades de ofertas educacionais:

- formação inicial e continuada de trabalhadores;
- educação profissional técnica de nível médio: integrado, concomitante, subsequente, educação de jovens e adultos;
- educação de jovens e adultos;
- educação superior: cursos superiores de tecnologia, bacharelados, licenciaturas e pós-graduação;
- educação a distância.

2.2.1.2.1 Formação inicial e continuada de trabalhadores

Formar para o trabalho é uma preocupação antiga que nossos antecedentes tinham, quando se ocupavam em transmitir conhecimentos e habilidades necessárias ao provimento de gêneros alimentícios e habitação. Segundo Fartes (1999), com a evolução da sociedade, essas funções do trabalho tornaram-se mais complexas, diferenciadas e especializadas, exigindo planejamentos mais específicos de treinamento e, conseqüentemente, programas de aprendizagem.

A partir daí, a escola assume um papel preponderante na formação do aluno trabalhador, organizando suas práticas educativas em função das exigências do setor produtivo, vinculando seus planejamentos às necessidades de qualificação de mão de obra demandada pelo mercado de trabalho cada vez mais flexível e imprevisível.

Nessa perspectiva, embora seja imprescindível levar em consideração a necessidade de um perfil profissional que responda às exigências do atual paradigma tecnológico e de gestão organizacional, não devemos perder de vista que esse profissional deverá ser formado em toda sua plenitude.

Nessa ótica, é papel da educação formar alunos trabalhadores, conhecedores de seus direitos e deveres, por meio de uma educação emancipatória de natureza ético-social, cognitiva e instrumental, que vise à eficácia dos processos formativos sob a exigência da ética e da cidadania, promovendo oportunidades de estudos, não somente para os jovens que estão matriculados na educação formal, mas também para os adultos que precisam de formação continuada.

Assim, é fundamental estabelecer como ações nesse campo de oferta:

- implementar programas de formação inicial e continuada para os trabalhadores do mercado formal e informal;
- democratizar o acesso à educação profissional e tecnológica para todos os segmentos da sociedade, em parceria com instituições, associações, empresas e organizações não governamentais;
- ofertar cursos para o público de desempregados, micros e pequenos empresários, além daqueles que não tiveram acesso à escolarização em tempo regular;
- adotar mecanismos de articulação da educação de jovens e adultos trabalhadores à Educação Profissional e Tecnológica desenvolvida no Ifal;
- implementar medidas, no âmbito da instituição, que assegurem aos programas de Educação de Jovens e Adultos trabalhadores a qualidade necessária à formação profissional desse segmento da população.

2.2.1.2.2 Educação profissional técnica de nível médio

A educação profissional apresenta-se como a modalidade de ensino que melhor configura a estreita relação entre as diversas esferas da sociedade (econômica, política e cultural) e o sistema educativo. Por conseguinte, a existência de uma tendência em atrelar a sua finalidade a uma mera adaptação às necessidades do mercado de trabalho e a outras questões a ele correlatas, banaliza sua importância, enquanto confluência dos direitos do cidadão à educação e ao trabalho.

Sabemos, no entanto, que a atual divisão e organização do trabalho no modelo capitalista nos impele a repensar o acesso do indivíduo ao conhecimento enquanto profissionalização e/ou qualificação, desvinculando-o certamente da noção

de aquisição de um rol de “habilidades” e “competências” cambiantes – modificadas mediante as necessidades e as exigências do capital – e vinculando-o à multidimensionalidade do trabalho como atividade humana, social e cultural. Nessa perspectiva, a educação profissional é compreendida como o entrelaçamento entre as experiências vivenciais e os conteúdos (saberes) necessários para fazer frente às situações nos diversos âmbitos: nas relações de trabalho, sociais, históricas e políticas, incidindo, também, esta compreensão na consolidação da aquisição de conhecimentos gerais e conhecimentos operacionais de forma interativa, atenuando, portanto, os limites entre formação geral e formação profissional.

Diante disso, cabe ao Ifal, enquanto instituição de educação profissional, pautar sua atuação, objetivando a construção da cidadania e a inserção dos indivíduos na sociedade, como ser produtivo, ético e político baseada na tríade: autonomia, participação e diálogo, e tendo o trabalho como princípio educativo e a pesquisa e a extensão como princípios pedagógicos.

Com base nessa dimensão, torna-se imprescindível:

- articular a educação profissional com a educação básica mediante a oferta de cursos profissionais técnicos de nível médio na forma integrada, nos termos da Lei nº 9.394/1996;
- conjugar a teoria com a prática, mediante proposta pedagógica que tenha como base, dentre outros construtos: a interdisciplinaridade, a contextualização e a flexibilidade, em todas as formas de ofertas da educação profissional técnica de nível médio;
- promover as atividades de pesquisa e extensão, permeando o processo de ensino/aprendizagem por meio de projetos, simpósios, seminários, debates, núcleos temáticos etc., em sintonia com os avanços tecnológicos, o mundo do trabalho e as demandas sociais;
- desenvolver ações de acompanhamento e avaliação da prática pedagógica numa perspectiva de participação do conjunto da comunidade dos *Campi*;
- desenvolver estudos sistemáticos de identificação de demandas e da capacidade institucional no que se refere às ofertas de cursos;
- ampliar e fortalecer a oferta de educação profissional na forma integrada;
- ampliar a oferta de educação profissional na forma integrada na modalidade de educação de jovens e adultos;
- promover a atualização dos planos dos cursos mediante avaliação sistemática, sempre que se verificar defasagem entre o perfil de conclusão e as exigências advindas da sociedade.

2.2.1.2.3 Educação superior – bacharelados, licenciaturas, cursos superiores de tecnologia e cursos de pós-graduação

A implementação da educação superior pelo Ifal incorpora, nos marcos do seu PPPI, o princípio educativo que advoga uma formação que unifique ciência,

tecnologia e trabalho, bem como atividades intelectuais e instrumentais. O que se almeja, portanto, é a constituição de um processo formativo que busca aliar a concepção de educação à formação profissional integral, este último definido como um processo técnico-pedagógico, que articule os conhecimentos teóricos e práticos da educação profissional com os fundamentos da formação humana no seu sentido pleno.

Incorporando o relevante papel social incumbido às instituições de ensino que trabalham com formação em nível superior e, concebendo esse nível de formação como o ápice da profissionalização, é que o Ifal, levando em conta o processo permanente de formação encampado pelos sujeitos histórico-sociais, na perspectiva de viabilizar o desenvolvimento de uma carreira de formação profissional e tecnológica, deverá possibilitar a articulação verticalizada e a integração com os diferentes níveis e modalidades de ensino, bem como com o trabalho, com a ciência e com a tecnologia.

Nesse universo amplo e diversificado de formação próprio do Instituto, ressalta-se que cada modalidade de graduação deve apresentar objetivos próprios, de maneira que, em decorrência destes, possa-se delinear o perfil e a identidade da instituição com todas as características que lhe são peculiares. Assim, na perspectiva de firmar um movimento de unidade na diversidade, compreende-se a necessidade de se estabelecer eixos norteadores na construção dos currículos dos cursos de graduação.

Pensar o desenho curricular dos cursos superiores do Ifal traz de imediato a concepção que dá razão à existência dessa instituição e seus princípios norteadores. Isso porque o Instituto, enquanto mediador da formação do trabalhador e instância posicionada na condição de agente do desenvolvimento local e regional, deve delinear suas atribuições ao processo de desenvolvimento a partir de sua realidade.

Com enfoque nesse referencial, as composições dos cursos superiores devem apresentar as seguintes características: sintonia com a sociedade e o mundo produtivo; diálogo com os arranjos produtivos culturais, locais e regionais; preocupação com desenvolvimento humano sustentável; possibilidade de estabelecer metodologias que viabilizem a ação pedagógica inter e transdisciplinar dos saberes; realização de atividades em ambientes de formação para além dos espaços convencionais; interação de saberes teórico-práticos ao longo do curso; percepção da pesquisa e da extensão como sustentadoras das ações na construção do conhecimento; construção da autonomia dos estudantes na aprendizagem; mobilidade/intercâmbio/cooperação intra e interinstitucional; comparabilidade/intercâmbio e integração interinstitucional e integração da comunidade discente de diferentes níveis e modalidades de ensino.

Essas características justificam a autonomia didático-pedagógica que é conferida aos institutos cuja perspectiva de verticalização do ensino, mais do que uma identidade e referência, expressa o compromisso com a população brasileira

que ainda está distante da escolaridade desejada e necessária para o mundo moderno englobando a sua complexidade e os diferentes graus de desenvolvimento do país.

Se, por um lado, a oferta da formação inicial e continuada de trabalhadores e a profissionalização no nível médio ainda são necessárias à sociedade brasileira por diferentes agravantes, e se constituem na maior parcela da oferta de formação nos institutos federais, por outro lado, os cursos de graduação e pós-graduação reforçam o formato singular dessas instituições.

Na política de ensino do Ifal, há que se ressaltar a oferta de cursos formação de professores a ser desencadeada por meio das licenciaturas. Nesse âmbito, a formação que se almeja requer que sejam propiciadas condições que permitam ao profissional um perfil que revele consistência teórica, competência técnica e compromisso político com a qualidade social da educação.

A formação de professores – nas três dimensões formativas: licenciatura, segunda licenciatura e formação pedagógica – é absolutamente essencial por ser espaço privilegiado da formação inicial para docentes e pelo importante papel que desempenham no desenvolvimento de pedagogias apropriadas às especificidades da educação básica, ao desenvolvimento da reflexão pedagógica sobre a prática docente, e ao fortalecimento da articulação entre ensino-pesquisa-extensão, dentre outros aspectos. Isso porque os desafios para os professores da educação básica são novos e estão relacionados às mudanças do contexto socioeconômico que afetam as relações profissionais, aos efeitos das inovações tecnológicas, ao novo papel que os sistemas simbólicos desempenham no cotidiano, à exigência de maior atenção à justiça social, às questões éticas e de sustentabilidade ambiental. São demandas urgentes e necessárias à construção e reestruturação dos saberes e conhecimentos fundamentais à análise, à reflexão e a intervenções críticas e criativas em todas as dimensões da existência social.

A graduação e a pós-graduação são canais imprescindíveis para o aprofundamento do diálogo com as demandas sociais, uma vez que, além de oportunizarem a formação (cursos superiores de tecnologia, licenciaturas, bacharelados, especializações, mestrados e doutorados), trazem a pesquisa e a extensão como possibilidade de intervir de forma autônoma na sociedade.

Para tanto, os cursos superiores do Ifal, observando as diretrizes curriculares para esse nível de ensino e para cada curso em sua área específica, devem ensejar uma perspectiva de formação que ultrapasse os limites das aplicações puramente técnicas, visando ao desenvolvimento sustentável de uma nação verdadeiramente cidadã.

Nessa perspectiva, torna-se imprescindível:

- ampliar e fortalecer a oferta de educação superior na instituição no âmbito dos bacharelados, cursos superiores de tecnologia e licenciaturas, sobretudo nas áreas de ciências da natureza e matemática e formação pedagógica para a educação profissional;

- ampliar, em colaboração com outras instituições, a política de incentivo a pós-graduação e a investigação científica, tecnológica e humanística;
- articular as IES públicas em Alagoas e os demais níveis de modalidade de ensino, de modo a garantir um compromisso com a educação básica;
- desenvolver pesquisas que contribuam para a democratização da educação em Alagoas;
- estruturar programas interinstitucionais de pós-graduação;
- constituir política de acompanhamento da infraestrutura de laboratórios, equipamentos e bibliotecas em condições de viabilizar o credenciamento ou reconhecimento enquanto instituição de educação superior, bem como autorização, reconhecimento ou renovação de reconhecimento de curso;
- incentivar o desenvolvimento de pesquisas como elemento integrante dos processos de ensino/aprendizagem na educação superior;
- implantar a prática extensionista como componente curricular;
- instituir a pesquisa como princípio pedagógico para inovação de saberes no processo de ensino/aprendizagem além da inovação tecnológica nessa área;
- fortalecer o sistema próprio de avaliação institucional para o ensino superior;
- realizar pesquisas sobre a demanda da educação superior;
- criar espaços temáticos, de estudos e pesquisas, voltados para a formação acadêmica, na perspectiva da formação crítica e reflexiva e da autonomia do estudante;
- promover o intercâmbio de cooperação técnica com empresas, instituições públicas e privadas;
- institucionalizar e integrar a pesquisa e a extensão, para a prestação de serviços à comunidade, como atividades inerentes ao Ifal enquanto instituição pública.

2.2.1.2.4 Educação a distância

O conceito de Educação a Distância (EaD) engloba um vasto território de informações, com características histórico, político e socialmente situadas, oportunizando o desenvolvimento das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC), como mediação didático-pedagógica da EaD.

Conforme, o Decreto nº 9.057/2017, a EaD é caracterizada como

[...] modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorra com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com pessoal qualificado, com políticas de acesso, com acompanhamento e avaliação compatíveis, entre outros, e desenvolva atividades educativas por estudantes e profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos.

A necessidade de ampliação na oferta educacional na modalidade a distância dá-se pela grande demanda de pessoas excluídas do processo de formação e pela dimensão continental de nosso país, aliada ao avanço dos conhecimentos científicos e tecnológicos. Esse cenário impõe novas exigências às instituições responsáveis pela formação profissional dos cidadãos, necessitando de uma formação que os qualifique para lidar com o avanço científico e tecnológico, situando-os no mundo contemporâneo para dele participar de forma proativa, tanto na sociedade como no mundo do trabalho.

A educação na modalidade a distância vem ganhando relevância com a modernização dos meios e recursos utilizados na difusão da informação e comunicação, propiciada pela *internet*, tendo o professor, como mediador, de interfaces gráficas de comunicação *online* que estejam alinhadas, ao objetivo proposto no currículo, exercendo papel significativo no processo de ensino/aprendizagem. Nessa percepção, exige do profissional docente um amadurecimento de novas perspectivas que articulem os fatores pedagógicos aos tecnológicos.

O Ifal assume a educação a distância como uma ação inclusiva e possibilitadora da formação cidadã. A organização didática para essa modalidade de ensino segue os princípios institucionais, coerente com uma visão omnilateral que requer a formação de cidadãos éticos e atuantes socialmente. Nesse sentido, sua organização curricular está pautada nos princípios “de liberdade e nos ideais de solidariedade humana”, tendo como finalidade “o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Lei nº 9394/1996, art. 2º).

Dessa forma, a educação a distância cumprirá sua missão com base nos princípios e nas concepções de igualdade de condições para o acesso (tendo como premissa a inclusão social) e permanência com sucesso na instituição.

Objetiva-se, ainda, ampliar e diversificar a oferta educativa institucional aos estudantes, rompendo com as barreiras geográficas e temporais, integrando os diversos níveis e as várias modalidades educacionais, proporcionando, também, a inclusão digital mediante o fomento no uso das tecnologias de informação e comunicação dentro do processo de ensino/aprendizagem.

Para tanto, a oferta da EaD no Ifal, observando as diretrizes curriculares para essa modalidade de ensino, deve apontar uma perspectiva de formação que ultrapasse os limites das aplicações puramente técnicas.

Nessa perspectiva torna-se imprescindível:

- ampliar e fortalecer a educação na modalidade a distância, como oportunidade para integração, difusão e expansão das ofertas educacionais;
- promover política de formação em TDIC para servidores da instituição;
- consolidar a oferta institucional própria, nas diversas formas de interação e tecnologias educacionais, contemplando a educação presencial, semipresencial e a distância;

- fomentar a pesquisa e a extensão nas ofertas de educação a distância, com a finalidade de fortalecer essa modalidade de ensino em consonância com as demandas profissionais da região na qual o Ifal está inserido;
- promover cursos de formação continuada para servidores da rede pública, por meio de parcerias e de convênios com as secretarias de educação municipal e estadual;
- incentivar o corpo docente para a utilização das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC), como estratégia de ensino;
- ofertar cursos aos servidores do Ifal, nos mais diversos níveis, utilizando os recursos das TDIC.

2.2.1.3 Políticas estudantis

2.2.1.3.1 Concepção

As políticas estudantis do Ifal são o conjunto de princípios, ações e programas regulamentados por normativos que auxiliam no planejamento, monitoramento, desenvolvimento e avaliação de medidas voltadas para a permanência com qualidade dos estudantes, na perspectiva da inclusão social, da educação inclusiva, da formação ampliada, da produção de conhecimento, da qualidade de vida e da melhoria de desempenho acadêmico.

No que se refere às causas de retenção e evasão escolar, o Plano Estratégico Institucional de Permanência e Êxito (Peipe) dos estudantes do Ifal (2016) apontou os principais fatores por meio de 03 (três) eixos, sendo eles: Técnico-Pedagógico, Prática Social e Estrutura do *Campus*. Essa diversidade de fatores assinala a importância do planejamento de ações integradas no combate à evasão e à retenção, sejam essas intervenções em aspectos institucionais (metodologia de ensino, modelo de avaliação), pessoais, sociais ou psicológicos (trabalhar e estudar, dificuldades financeiras, problemas familiares).

Então, partindo-se do pressuposto de que é essencial que o estudante seja entendido e atendido institucionalmente de forma integral para minimizar as taxas de evasão e retenção, as ações destinadas ao planejamento, criação, revisão e execução das políticas estudantis do Ifal perpassam pelo Fórum Permanente de Assistência Estudantil (Forpae), composto por profissionais das mais diversas áreas, a saber: enfermagem, medicina, nutrição, odontologia, psicologia, serviço social, pedagogia, técnico em assuntos educacionais e dos núcleos de ações afirmativas (Napne e Neabi), conforme Regimento próprio, contando ainda com a representação estudantil.

Dessa forma, é dever da Instituição identificar discentes com baixo rendimento acadêmico e em risco de evasão, bem como fornecer subsídios para a Diretoria de Políticas Estudantis (DPE) propor ações preventivas integradas entre a

equipe de Ensino e da Assistência Estudantil de cada *campus*, com o objetivo de repensar a prática educativa e assegurar as condições de conclusão com êxito.

2.2.1.3.1.1 Assistência estudantil

A Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Alagoas (PAE/Ifal) regulamenta procedimentos, critérios, competências e programas e fornece orientações para gestão, planejamento, monitoramento e avaliação de ações voltadas à ampliação das condições de permanência de estudantes regularmente matriculados, em cursos presenciais de nível médio – nas formas integrado e subsequente – e de nível superior.

As ações da Assistência Estudantil são gerenciadas pela DPE, responsável por promover a democratização e equiparação de oportunidades educacionais, bem como pela formulação da PAE/Ifal, contando com o Forpae, órgão de caráter consultivo e propositivo, como espaço de discussão e assessoramento para a tomada de decisões.

2.2.1.3.1.2 Educação inclusiva

As políticas de inclusão e acessibilidade do Ifal buscam a promoção da autonomia e da independência de pessoas com necessidades específicas, o respeito à diversidade sexual e o fomento de ações de ensino, pesquisa e extensão orientadas às temáticas das identidades e relações étnico-raciais.

As diversas ações desenvolvidas, com base em tais políticas, propõem a permanência com qualidade de todos os estudantes, por meio de acessibilidade arquitetônica, materiais, serviços e os mais diversos recursos que se fizerem necessários durante o seu percurso escolar. Nesse sentido, o objetivo das políticas de inclusão e acessibilidade é garantir processos educativos que possibilitem condições equânimes, que abarquem desde o ingresso até a conclusão do curso.

2.2.1.3.1.3 Protagonismo e organização estudantil

A DPE incentiva a formação de organizações estudantis – entidades representativas, cujos membros são eleitos por seus pares –, a participação e o exercício da cidadania. Em cada *Campus*, o Ifal disponibiliza espaço físico adequado ao desenvolvimento das ações de interesse do corpo discente, viabilizando a interação entre os estudantes e seus representantes, bem como promove momentos de planejamento, discussão e avaliação das políticas institucionais.

No Ifal, os estudantes estão organizados da seguinte forma:

- Grêmios Estudantis: representa os discentes do nível médio, de cada *Campus*;
- Diretório Acadêmico (DA) ou Centro Acadêmico (CA): representa os estudantes do curso superior de cada *Campus*;

- Diretório Central dos Estudantes (DCE): representa todos os estudantes do Ifal.

2.2.1.3.2 Princípios

Os princípios que embasam as Políticas Estudantis, em todos os níveis e modalidades de ensino, são:

- afirmação da educação como uma política de Estado pública, gratuita e de qualidade;
- condições equânimes para assegurar a permanência com qualidade dos estudantes;
- compromisso com a democratização e a qualidade dos serviços de ensino e assistência estudantil prestados aos estudantes;
- defesa da justiça social, promoção do respeito à diversidade e combate a todas as formas de preconceito;
- compromisso com a inclusão e com a acessibilidade;
- apoio a diversas formas de participação, organização e protagonismo estudantil;
- valorização das ações interdisciplinares, objetivando a complementariedade do conhecimento multiprofissional com foco no estudante;
- reconhecimento da liberdade e do pluralismo de ideias como valores éticos primordiais;
- formação baseada no desenvolvimento integral dos estudantes;
- estímulo ao ensino, à aprendizagem, à cultura, à arte e ao esporte, com foco na formação integral dos estudantes e na prevenção de problemas sociais que interfiram no desempenho escolar.

2.2.1.3.3 Diretrizes

Constituem diretrizes das Políticas Estudantis:

- expansão de ações, programas e serviços existentes, ampliando o número de discentes atendidos em todos os *Campi*;
- garantia da existência de equipes multiprofissionais para alcançar e manter a qualidade na prestação dos serviços;
- contribuição nas ações de prevenção à retenção e à evasão escolar;
- oferta de alimentação gratuita aos estudantes;
- acessibilidade na arquitetura, nos transportes, nos mobiliários e equipamentos, nas comunicações, nos recursos didáticos e pedagógicos;
- atendimento a demandas biopsicossociais e pedagógicas dos estudantes;
- criação de condições adequadas, no que se refere à estrutura física dos locais de atuação dos profissionais, que propiciem condições salubres; à

- aquisição de insumos, equipamentos e materiais técnicos necessários às intervenções; ao sigilo profissional e à guarda de documentos;
- garantia da existência de equipes multiprofissionais para alcançar e manter a qualidade na prestação dos serviços;
 - fomento às organizações estudantis representativas e participação de estudantes em instâncias colegiadas, planejamento institucional e eventos político-acadêmicos;
 - promoção de ações interdisciplinares, principalmente voltadas à defesa dos Direitos Humanos, e o combate à violência;
 - garantia da participação dos profissionais ligados à AE no Forpae e nas reuniões periódicas de cada categoria;
 - promoção da descentralização político-administrativa;
 - compromisso com a eficiência, eficácia e efetividade dos recursos orçamentários e financeiros destinados aos estudantes;
 - divulgação das políticas estudantis e socialização das ações desenvolvidas;
 - fortalecimento e institucionalização de núcleos de ações afirmativas;
 - disponibilização de espaço físico adequado ao desenvolvimento das ações de interesse do corpo discente, viabilizando a interação entre os alunos e seus representantes.

2.2.1.3.4 Regulamentação

Os normativos que norteiam as políticas estudantis do Ifal devem ser avaliados continuamente e atualizados sempre que necessário, conforme as demandas apresentadas pela comunidade acadêmica.

2.2.1.3.4.1 Assistência estudantil

a) Política de Assistência Estudantil

A Assistência Estudantil (AE) no Ifal tem-se configurado como uma Política Institucional desde 2010. A regulamentação inicial foi criada por uma equipe multiprofissional da Instituição, por meio da Resolução nº 25/CS, em 19 de julho de 2010. A primeira atualização da PAE/Ifal ocorreu mediante a Resolução nº 22/CS, de 8 de agosto de 2011. Em 2012, foi criado o Fórum Permanente de Assistência Estudantil (Forpae), instância democrática, de caráter consultivo e propositivo, que se constitui como um espaço de discussão para tratar das questões relacionadas à PAE/Ifal. A segunda revisão foi aprovada pela Resolução nº 54/CS, de 23 de dezembro de 2013. A versão vigente foi instituída através da Resolução nº 16/CS, de 11 de dezembro de 2017.

b) Fórum Permanente de Assistência Estudantil

O Forpae tem por finalidade atuar na defesa da Política de Assistência Estudantil, visando contribuir para a inclusão social, permanência e êxito acadêmico dos estudantes do Ifal e é regido pela Portaria nº 3129/GR, de 04 de dezembro de 2018.

c) Planejamento e Execução Orçamentária

Os procedimentos para a distribuição, utilização e prestação de contas do Orçamento destinado anualmente à AE são determinados pela Portaria nº 3063/GR, de 28 de dezembro de 2017.

2.2.1.3.4.2 Educação inclusiva

a) Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas

O Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (Napne) do Instituto Federal de Alagoas é regulamentado pela Resolução nº 45/CS, de 22 de dezembro de 2014, e atua com estudantes cujas necessidades educacionais originam-se em função de deficiências, de altas habilidades/superdotação, transtornos globais de desenvolvimento ou outros transtornos de aprendizagem.

b) Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas

A Resolução nº 29/CS, de 19 de dezembro de 2018, aprova a institucionalização do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas. Essa resolução objetiva constituir um núcleo, em cada *Campus*, como um setor propositivo e consultivo que estimule e promova ações de Ensino, Pesquisa e Extensão orientadas à temática das identidades e relações étnico-raciais, especialmente quanto às populações Afro-Brasileiras e indígenas, no âmbito da instituição e em suas relações com a comunidade externa, contemplando as leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 no âmbito do Ifal.

c) Gênero e Diversidade Sexual

A Resolução nº 17/CS, de 11 de dezembro de 2017, aprova o regulamento que dispõe sobre a utilização do nome social pelas pessoas trans no âmbito do Ifal.

2.2.1.3.4.3 Políticas estudantis, ensino, pesquisa e extensão

a) Regimento do Corpo Discente

A Resolução nº 42/CS, 02 de dezembro de 2013, regulamenta as ações e atividades disciplinares, bem como os direitos e deveres do corpo discente do Ifal.

b) Monitoria de Ensino

A Portaria nº 1130/GR, de 17 de maio de 2013, estabelece as finalidades, objetivos, atribuições e normas para o desenvolvimento e operacionalização das monitorias de Ensino do Ifal, é uma atividade formativa utilizada como estratégia institucional para a melhoria do processo de ensino e aprendizagem.

c) Programa de Apoio à Participação em Eventos

A Portaria nº 1496/GR, de 14 de julho de 2017, normatiza a participação dos discentes em eventos político-acadêmicos, didático-científicos, tecnológicos, culturais, esportivos e artísticos, e visitas técnicas, realizados no Ifal ou fora dele, podendo ser de abrangência regional, nacional e internacional, bem como a disponibilização de recursos financeiros para a participação dos discentes em eventos curriculares e extracurriculares, de curta duração, com a finalidade de contribuir, efetivamente, para a formação acadêmica.

d) Programa de Suporte de Aprendizagem

O Programa Suporte de Aprendizagem na Educação Básica nos *Campi* do Ifal é regulamentado pela Deliberação nº 07/Cepe, de 25 de maio de 2015, e a atuação da AE dá-se pela disponibilização de alimentação e transporte para garantir a frequência dos estudantes em sala de aula.

2.2.1.3.5 Acordo de metas entre MEC e Ifal

De acordo com o Plano de Metas e Compromissos do Ifal com o MEC, assinado em 2008, o Instituto compromete-se a:

Desenvolver programas de apoio a projetos de assistência estudantil como mecanismos que promovam a adoção de políticas afirmativas, a democratização do acesso, a permanência e o êxito no percurso formativo, e a inserção socioprofissional, tendo como pressuposto a inclusão de grupos em desvantagem social.

2.2.1.4 Implantação e descontinuidade de cursos e programas

A proposta de novos cursos e programas deve estar justificada pelo debate com a comunidade, pela demanda dos arranjos produtivos, culturais e sociais, pelo mapeamento da realidade da região e pelo levantamento de dados, conforme os procedimentos estabelecidos para a criação e adequação de cursos nos *Campi* do Ifal.

A descontinuidade ou suspensão de cursos deve dar-se por falta de demanda, a qual pode ser referendada por meio de estudo e pesquisa do setor produtivo, das aspirações e interesses da comunidade, e da coleta de dados sobre o

contexto socioeconômico e cultural da região e da análise criteriosa acerca da viabilidade de continuidade da oferta.

2.2.1.4.1 Princípios

Os princípios norteadores da concepção de abertura de novos cursos pelo Ifal em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino são:

a) Estudo da demanda

O indicativo da oferta do curso dar-se-á mediante estudo e pesquisa no setor produtivo, ouvida a comunidade em suas aspirações e interesses, além da coleta de dados e indicadores oficiais acerca do contexto socioeconômico e cultural, para detectar possíveis demandas, em fontes oficiais de pesquisa – Arranjos Produtivos Locais, IBGE, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Secretarias Estaduais e Municipais e outros órgãos de pesquisa.

b) Condições de exequibilidade

As demandas devem estar identificadas com a vocação da Instituição/*Campus* e as suas reais condições de exequibilidade – recursos humanos, infraestrutura física e orçamentária – assim como o que está proposto neste PDI e no Acordo de Metas e Compromissos firmado com o MEC.

c) Disponibilidade de infraestrutura

Constatada a necessidade de criação de um novo curso ou de adequação no plano de um curso existente, deve-se considerar a disponibilidade e a previsão de instalações e equipamentos suficientes, resguardando-se a existência das instalações básicas dispostas nos Catálogos Nacionais dos Cursos e no Instrumento de Avaliação dos Cursos Superiores, publicados pelo MEC.

São critérios de implantação de cursos:

- alinhamento com o PDI, com as áreas de atuação, a vocação e a missão do Ifal;
- atendimento às demandas da sociedade, relacionadas às temáticas dos cursos e à vocação da região territorial;
- existência de viabilidade orçamentária e de quadro de servidores qualificados;
- atendimento ao Acordo de Metas assinado com o MEC;
- alinhamento com as diretrizes e metas do Plano Nacional de Educação (PNE) para o decênio 2014-2024;
- atendimento ao estabelecido como missão na Lei de Criação dos Institutos (Lei nº 11.892/2008);
- adequação do PPC aos normativos nacionais e institucionais.

A descontinuidade dos cursos, enquanto não houver normatização específica, deve ser aprovada pelas instâncias colegiadas pertinentes, a partir de processo justificável por:

- falta de alinhamento do PPC com o PDI;
- falta de demanda da sociedade;
- falta de infraestrutura e de recursos humanos;
- não atendimento ao Acordo de Metas com o MEC;
- não alinhamento com o Plano Nacional de Educação (PNE) para o decênio 2014-2024;
- não atendimento ao estabelecido como missão na Lei de Criação dos Institutos (Lei nº 11.892/2008);
- não adequação do PPC aos Catálogos Nacionais dos Cursos Técnicos e Tecnológicos do MEC e às DCN próprias;
- relação inadequada entre o número de ingressantes e de concluintes;
- avaliação do curso inapropriada (CPC dos cursos superiores).

2.2.2 Políticas de pesquisa, pós-graduação e inovação

2.2.2.1 Concepção

A indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão, base estruturante da formação científico-tecnológica, transforma as instituições em agentes ativos do processo de desenvolvimento do país à medida que as leva a ultrapassar suas funções iniciais de formação de quadros profissionais, fazendo assumirem, também, núcleos deflagradores do processo de desenvolvimento, por meio da geração de conhecimento.

Nesse sentido, a educação profissional oferecida em ambientes de pesquisa tecnológica ultrapassa a mera preparação que habilite o trabalhador somente para a replicação de tarefas; ao contrário, forma um trabalhador dotado de pensamento científico, de saber tecnológico, de compromisso ambiental, de consciência cidadã e crítica capaz de identificar problemas e de buscar soluções inovadoras, transformando-se ele próprio em elemento capaz de modificar a realidade de seu entorno.

Assim, em observância às finalidades, às características e aos objetivos dos Institutos Federais, instituídos pela Lei nº 11.892/2008, o Ifal incentiva e apoia as atividades de pesquisa, pós-graduação e inovação, a fim de suscitar o desenvolvimento de soluções técnicas, tecnológicas, sociais, culturais e ambientais que contribuam para o enfrentamento dos problemas que afetam a nossa sociedade.

2.2.2.2 Princípios

Os princípios norteadores da concepção de pesquisa, pós-graduação e inovação propostos pelo Ifal são:

a) Articulação com o ensino e a extensão

A pesquisa se desenvolve de forma articulada com o ensino e a extensão, estando baseada no compromisso com a ética e tendo como foco o desenvolvimento sustentável.

b) Sintonia com interesses locais, regionais e nacionais

A pesquisa, preferencialmente aplicada, está focada em soluções técnicas, tecnológicas, sociais, culturais e ambientais, em sintonia tanto com os interesses locais, regionais e nacionais, quanto com os avanços mundiais.

c) Atendimento às demandas sociais

A pesquisa busca a proximidade com os setores produtivos e grupos sociais, devendo estar alinhada às demandas da sociedade, valorizando o compromisso social do pesquisador e a responsabilidade social da Instituição. Nesse sentido, a pesquisa deve estar articulada, ainda, às demandas provenientes dos setores públicos e privados, como forma de atendimento à sociedade na qual se insere.

d) Incentivo à inovação

Devem ser incentivadas a produção científica e a inovação tecnológica, que tenham por objetivo a geração de produtos e processos (métodos e técnicas) passíveis de proteção intelectual, que possam resultar em transferência de tecnologia.

e) Incentivo à pós-graduação

A pesquisa se alinha à política institucional de criação e acompanhamento da pós-graduação, buscando a ampliação, integração e consolidação de linhas, grupos e núcleos de pesquisa intercampi e intracampus.

f) Retroalimentação do conhecimento

No Ifal, as atividades de pesquisa não se esgotam em si mesmas. Juntamente com as de ensino e de extensão, são objetos de constante retroalimentação, sob o ponto de vista tanto do conhecimento produzido, quanto da incorporação de práticas e procedimentos metodológicos.

2.2.2.3 Regulamentação

As atividades de pesquisa, pós-graduação e inovação do Ifal tem por objetivo contribuir para o avanço técnico-científico do país, para a solução de problemas nas suas áreas de atuação e para o aperfeiçoamento da formação e da qualificação profissional, conforme preceitua a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Os normativos regulamentadores da pesquisa, pós-graduação e inovação no Ifal são:

- Resolução nº 19/2010 – Aprova a criação do NIT e estabelece sua estrutura organizacional;
- Resolução nº 29/2010 – Regulamenta as atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão no Ifal;
- Resolução nº 18/2012 – Regulamenta as atividades de Pesquisa no Ifal;
- Resolução nº 55/2012 – Institui o Comitê de Pesquisa e Pós-Graduação, órgão de assessoramento da administração, para subsidiar e acompanhar a execução da política de pesquisa científica e tecnológica, assim como da política de pós-graduação no âmbito do Ifal;
- Resolução nº 28/2013 – Aprova o Regulamento Geral para criação, certificação e avaliação de Grupos de Pesquisa do Instituto Federal de Alagoas;
- Resolução nº 53/2013 – Aprova a Regulamentação Geral dos Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu*, ofertados pelo Instituto Federal de Alagoas;
- Resolução nº 32/2013 – Aprova o Regulamento do Programa de Apoio à Produtividade em Pesquisa (Pappe) do Instituto Federal de Alagoas;
- Resolução nº 26/2016 – Aprova a Regulamentação da Carga Horária Docente no âmbito do Ifal;
- Resolução nº 39/2013 – Aprova o Regulamento da Política Editorial do Ifal;
- Resolução nº 06/2017 – Dispõe sobre propriedade e gestão de direitos sobre Propriedade Intelectual;
- Orientação Normativa nº 02/PRPI/Ifal, de 26 de Abril de 2018 – Estabelece orientações sobre a Política de Ações Afirmativas para negros, quilombolas, indígenas e pessoas com deficiência, nos Cursos de Pós-Graduação *lato e stricto sensu* no âmbito do Ifal;
- Resolução nº 23/2018 – Aprova o Regimento do Comitê de Ética em Pesquisa no âmbito do Ifal.

2.2.2.4 Priorização de linhas e projetos de pesquisa

2.2.2.4.1 Concepção

O crescimento substancial e contínuo da pesquisa no âmbito do Ifal exige a definição de princípios para priorização de linhas e projetos de pesquisa, de modo a permitir que o investimento realizado se reverta em benefício, para a Instituição e a sociedade, de acordo com os princípios norteadores da pesquisa e da inovação no Instituto.

2.2.2.4.2 Princípios

Os princípios norteadores da priorização de linhas e de projetos de pesquisa no Ifal são:

a) Projetos tecnológicos sustentáveis

Devem ser priorizadas iniciativas que envolvam a participação de pesquisadores em linhas e projetos tecnológicos sustentáveis e que mantenham relação com arranjos produtivos sociais e culturais locais.

b) Financiamento externo

A aprovação de projetos de pesquisa em agências de fomento e com financiamento externo é sinônimo de amadurecimento da comunidade científica, tornando-se uma importante sinalização de linhas e projetos de pesquisa a terem prioridade na Instituição.

c) Projetos multidisciplinares

Devem ser priorizados linhas e projetos que incentivem a multidisciplinaridade, transitando entre diferentes áreas do conhecimento, que se dediquem à área de educação profissional e tecnológica e que promovam a integração entre alunos de diferentes níveis e modalidades de ensino.

d) Foco na área dos cursos

Tendo como objetivo uma contribuição mais efetiva da pesquisa para a formação técnica e profissional do corpo discente, devem ser priorizados linhas e projetos que estejam cientificamente relacionados com a área técnica/tecnológica de cada curso.

e) Contribuição para a pós-graduação

O Ifal deve privilegiar o apoio a linhas e projetos de pesquisa que tenham relação direta com as áreas do conhecimento de maior potencial para implantação e sustentação acadêmica de cursos e programas de pós-graduação, em especial os *stricto sensu*, de acordo com as prioridades institucionais.

2.2.2.4.3 Acordo de metas e compromissos entre MEC e Ifal

De acordo com o Plano de Metas e Compromissos do Ifal com o MEC, assinado em 2008, o Instituto se compromete a promover:

Pesquisa e inovação

Apresentação e desenvolvimento de, em média, pelo menos um projeto de pesquisa, inovação e/ou desenvolvimento tecnológico por *Campus*, que reúna, preferencialmente, professores e alunos de diferentes níveis de formação, em todos os *campi*, até o início de 2011, e ampliação em pelo menos 10% ao ano dessas atividades, em parceria com instituições públicas ou privadas que tenham interface de aplicação com interesse social.

2.2.2.5 Fundamentos da pós-graduação

2.2.2.5.1 Concepção

A Lei nº 11.892/2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, aponta a verticalização do ensino como uma das finalidades dos Institutos Federais. Essa verticalização, por sua vez, deve-se pautar na indissociabilidade entre pós-graduação, pesquisa e ensino, principal pilar que norteia as ações da pós-graduação no âmbito do Instituto Federal de Alagoas. Nesse sentido, a pós-graduação configura-se como um dos eixos fundamentais para o desenvolvimento científico da Instituição.

Oferecida em ambientes tecnológicos de ensino e pesquisa, a pós-graduação, *lato* e *stricto sensu*, deve estar voltada para a formação de pesquisadores atentos não somente ao desenvolvimento do pensamento científico, mas também ao saber tecnológico, ao compromisso ambiental e à consciência cidadã. É importante, pois, que esses cursos apresentem-se como respostas aos anseios e necessidades das comunidades onde se situam, a fim de mudar suas realidades.

2.2.2.5.2 Princípios

Os princípios norteadores da pós-graduação propostos pelo Ifal são:

a) Verticalização do ensino

Imprescindível para o aprofundamento e oportunidade de formação profissional; deve-se estimular o pensar e as reflexões sobre a sociedade, sobretudo voltados para as necessidades e demandas regionais, promovendo uma educação profissional que esteja vinculada à formação do indivíduo, fortalecendo a cientificidade e relacionando teoria e prática.

b) Integração com os demais níveis do ensino, com a pesquisa e com a extensão

A pós-graduação deve estar articulada com as políticas definidas para os demais níveis de ensino, bem como para a pesquisa e a extensão, promovendo o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, para geração e inovação tecnológica.

c) Fortalecimento da pesquisa e inovação

O desenvolvimento da pós-graduação deve buscar a integração e a consolidação de linhas, grupos e núcleos de pesquisa no Ifal. Além de incentivar a produção científica, também se faz necessário fomentar a inovação tecnológica, contribuindo para o desenvolvimento de produtos e processos.

d) Consolidação da política de publicação

A consolidação das políticas de publicação é imprescindível para o fortalecimento da pesquisa e da pós-graduação, uma vez que é necessária a circulação das pesquisas desenvolvidas pelos grupos de pesquisa e pelos programas de pós-graduação para fomentar o intercâmbio entre pesquisadores e instituições.

e) Desenvolvimento local e regional

As ações no âmbito da pós-graduação devem estar em sintonia com os aspectos ambientais, sociais, culturais e econômicos da região em que o Ifal está inserido, do mesmo modo que devem estar focadas no interesse local e regional, e aliadas aos avanços e pesquisas desenvolvidas no âmbito internacional.

f) Compromisso socioambiental

O compromisso socioambiental é um dos pilares que fundamenta a pesquisa e a pós-graduação no Ifal, uma vez que a Instituição tem, por aptidão, suas ações voltadas para o desenvolvimento e a mudança da realidade na qual se insere, considerando seus aspectos sociais e ambientais.

2.2.2.6 Mobilidade acadêmica com instituições de ensino e pesquisa

2.2.2.6.1 Concepção

O desenvolvimento de programas de ensino e pesquisa que possibilitem a interação entre os *campi*, assim como a interação de programas interinstitucionais do Ifal com Instituições nacionais e internacionais de ensino e pesquisa é uma necessidade atual, tratada no Termo de Acordo de Metas e Compromissos entre o Ministério da Educação e os Institutos Federais, em sua subcláusula 17.

2.2.2.6.2 Princípios

Os princípios norteadores do intercâmbio do Ifal com Instituições de ensino e pesquisa são:

- Implementação de acordos
O intercâmbio com instituições de ensino e pesquisa deve apoiar e implementar acordos de cooperação técnica, tecnológica, científica e cultural, preferencialmente envolvendo docentes e alunos.
- Intercâmbio de alunos e docentes
Parcerias com instituições de ensino e pesquisa devem viabilizar o intercâmbio de alunos e docentes, assim como acolher aqueles oriundos de instituições nacionais e internacionais, beneficiárias desses acordos.

- Atração de pesquisadores
Parcerias com instituições de ensino e pesquisa devem atrair pesquisadores de instituições nacionais e internacionais para a elaboração de projetos com os pesquisadores do Ifal.

2.2.2.6.3 Acordo de metas e compromissos entre MEC e Ifal

De acordo com o Plano de Metas e Compromissos do Ifal com o MEC, assinado em 2008, o Instituto compromete-se a promover:

- programas de ensino, pesquisa e extensão intercampi e interinstitucionais;
- programas de ensino, pesquisa e extensão integrando os *Campi* do Instituto Federal; e
- programas interinstitucionais realizados entre o Instituto Federal e outras Instituições Nacionais e Internacionais.

2.2.2.7 Articulação da pesquisa com o setor produtivo

2.2.2.7.1 Concepção

Um dos principais limitadores do desenvolvimento no Brasil é a distância entre o setor produtivo e as Instituições de ensino e pesquisa, que têm enorme potencial para a busca tanto de soluções para os problemas enfrentados pelo setor produtivo quanto para o desenvolvimento sustentável do país.

Logo, no Ifal devem estabelecer-se mecanismos de articulação sistemática com o setor produtivo, alargando as possibilidades de inserção na sociedade, de aproveitamento profissional de egressos e de incremento da captação externa de recursos, dando sustentabilidade à pesquisa e à inovação.

2.2.2.7.2 Princípios

Os princípios norteadores da articulação da pesquisa com o setor produtivo são:

a) Compromisso com a ética

A pesquisa realizada no Ifal, mesmo quando em articulação com o setor produtivo, está pautada no compromisso com a ética, com a vida e com a justiça social, assentando-se nos pilares do respeito à saúde, à segurança e ao meio ambiente.

b) Preservação da autonomia científica

A pesquisa realizada no Ifal, mesmo quando em articulação com o setor produtivo, dá-se sob a ótica da autonomia científica, em condições que preservem o direito à liberdade de pensamento e expressão, de modo a evitar pressões que

ponham em risco ou os procedimentos metodológicos adotados ou os resultados alcançados.

2.2.2.8 Incentivo à produção científica e à inovação tecnológica

2.2.2.8.1 Concepção

O incentivo à produção científica e à inovação tecnológica é fundamental para a geração de conhecimento, para o desenvolvimento de produtos e processos, com consequências diretas sobre a qualidade da formação discente e sobre a capacitação do corpo docente. Nesse processo, é fundamental que o incentivo da Instituição faça-se mediante uma infraestrutura adequada ao desenvolvimento dessas atividades.

2.2.2.8.2 Princípios

Os princípios norteadores do incentivo à produção científica e à inovação tecnológica são:

a) Fortalecimento da pós-graduação

O incentivo à produção científica e à inovação tecnológica tem como prioridade a formação de massa crítica capaz de dar sustentação à implantação e à consolidação dos cursos de pós-graduação em áreas determinadas, de modo a viabilizar o alcance dos objetivos institucionais.

b) Priorização da produção científica de alto impacto

Compreendendo a produção científica e a inovação tecnológica como elemento alavancador do processo de desenvolvimento, o Ifal dá prioridade ao apoio de projetos que envolvam a geração de produtos na área de conhecimento ou produtos que tenham potencial de geração e transferência de tecnologia.

2.2.2.8.3 Acordo de metas e compromissos entre MEC e Ifal

De acordo com o Plano de Metas e Compromissos do Ifal com o MEC, assinado em 2008, o Instituto compromete-se a promover:

- Núcleo de inovação tecnológica;
- Implementação de Núcleos de Inovação Tecnológica – NIT; e
- Implementação de programas de estímulo à organização cooperativa que incentivem a pesquisa, a inovação e o empreendedorismo.

2.2.2.9 Incentivo à divulgação científica e tecnológica

2.2.2.9.1 Concepção

A divulgação científica é uma ação importante, pois dá visibilidade ao trabalho desenvolvido na Instituição, devendo, portanto, ser também alvo de incentivo.

2.2.2.9.2 Princípios

Os princípios norteadores do incentivo à divulgação científica e tecnológica no Ifal são:

a) Contribuição da divulgação científica e tecnológica

O incentivo à divulgação científica e tecnológica deve dar maior visibilidade possível ao conhecimento gerado no âmbito do Ifal, socializando-o e, assim, contribuindo para o desenvolvimento técnico e científico do país, e, simultaneamente, consolidando as linhas de pesquisa e pós-graduação da instituição.

b) Priorização da divulgação científica e tecnológica

Ao mesmo tempo em que o Ifal dá prioridade à divulgação científica e tecnológica, como a publicação em periódicos reconhecidos na área de conhecimento ou produtos que tenham potencial de geração e transferência de tecnologia, devem ser priorizados, também, os trabalhos coordenados por servidores que resultem da ação dos grupos de pesquisa.

2.2.2.10 Articulação da pesquisa com as demandas sociais, culturais e ambientais

2.2.2.10.1 Concepção

Os indicadores sociais do estado de Alagoas e as dinâmicas organizativas dos territórios despontam como potencialidades para a realização de diversos estudos. Dessa forma, busca-se identificar as demandas sociais, culturais e ambientais para contribuir, por meio da pesquisa e da inovação, com a melhoria da qualidade de vida das pessoas, fortalecendo a base social excluída, e mediante ações afirmativas e políticas públicas.

É nesse sentido que a pesquisa produzida no contexto da educação, ciência e tecnologia pública deve priorizar ações que visem à construção de um projeto de país que conhece e respeita sua própria história para além dos interesses de mercado. Além disso, os impactos sociais não devem ser mensurados apenas em termos quantitativos, mas também em termos qualitativos que incluem: a) a preservação, conhecimento e publicização de nossas riquezas no que tange ao fomento de pesquisas que tenham como foco a produção dos direitos humanos, do

ponto de vista social; b) a preservação de nossa cultura material e imaterial, do ponto de vista cultural; e c) a preservação e o manejo sustentável, do ponto de vista ambiental.

2.2.2.10.2 Princípios

a) O reconhecimento do saber popular como ferramenta para produção de conhecimento científico.

As comunidades tradicionais são portadoras de um conjunto de conhecimentos construídos e vivenciados ao longo das suas gerações, os quais podem ser refletidos e validados através da ciência, no sentido de buscar soluções para os problemas enfrentados pela sociedade. Essa validação deverá ocorrer a partir de metodologias científicas adequadas para cada situação e realidade desses grupos.

b) Ética e respeito à diversidade cultural, étnica e religiosa

Torna-se importante reconhecer que esses grupos ou categorias sociais podem expressar elementos culturais materiais e não materiais que demarcam suas identidades, as quais a pesquisa e a inovação devem respeitar e potencializar, garantindo seu reconhecimento e inclusão social.

c) Utilização de métodos participativos de pesquisa

A concepção de pesquisa participativa vem ganhando cada vez mais força nas diversas áreas do conhecimento. Isso se torna importante para dar autenticidade às demandas da sociedade em diálogo com os pesquisadores na definição dos objetivos, metodologias, estratégias e ferramentas de coleta de dados. Esse processo poderá garantir maior aplicabilidade aos resultados obtidos tendo em vista uma maior compreensão das estratégias utilizadas pelas comunidades e segmentos sociais assistidos.

d) Estímulo à cidadania e ao protagonismo social/coletivo de comunidades tradicionais e grupos afirmativos (negros, mulheres, LGBTQ+, pessoas com deficiência, entre outros)

As ações de pesquisa e inovação deverão estimular a substituição do assistencialismo historicamente construído pelo Estado por ações que estimulem as relações de cooperação e protagonismo, como também, o fortalecimento da identidade, do reconhecimento de direitos e da luta pela implantação e igualdade no acesso às políticas públicas, promoção social e inclusão produtiva.

e) Fomento de ações de pesquisas que visem à garantia de direitos humanos

O Estado de Alagoas mantém um dos menores Índices de Desenvolvimento Humano do país. Isso reflete, em parte, uma série de violações de direitos humanos como os altos índices de trabalho análogo à escravidão, feminicídio e assassinatos

de integrantes das comunidades tradicionais e dos grupos afirmativos. Nesse sentido, faz-se necessário o fomento de pesquisas que tenham como foco o diagnóstico de tais violações, bem como propostas que visem à garantia e à promoção dos direitos humanos.

f) Fomento de ações que visem à preservação ambiental e ao manejo sustentável de recursos naturais

Diante do atual contexto nacional e mundial, onde se evidencia na prática social a preocupação com as mudanças climáticas, a degradação da natureza, a redução da biodiversidade, os riscos socioambientais locais e globais, as necessidades planetárias, torna-se necessário o incentivo a pesquisas voltadas a mitigar esses problemas.

2.2.3 Políticas de extensão

2.2.3.1 Concepção

A extensão como dimensão acadêmica é parte do processo educativo, cultural e científico, por meio do qual se busca viabilizar a relação transformadora do Ifal com a sociedade, bem como a articulação entre o mundo do trabalho e diferentes segmentos sociais, no incentivo e apoio educativo que colaborem para a geração de oportunidades, de trabalho e renda, e favoreçam a emancipação do cidadão, na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional. Desse modo, as atividades de extensão buscam atender às necessidades da comunidade, em todos os domínios sociais para os quais o Ifal tenha potencial de atuação.

A extensão, indissociável ao ensino e à pesquisa, por meio da relação dialógica, visa gerar impacto na formação do estudante, colaborando para o enriquecimento de sua formação humana e profissional. Também objetiva gerar impacto social mediante um diálogo de saberes e apropriação de conhecimentos. Nesse sentido, é por intermédio da extensão que se revela e se traduz, prioritariamente, a responsabilidade social do Ifal.

Assim definida, a extensão no Ifal será desenvolvida por meio de ações de extensão social e de extensão tecnológica, abrangendo o conjunto de atores externos com os quais seja possível estabelecer mecanismo de interação na perspectiva do desenvolvimento das potencialidades das pessoas e das organizações.

As ações extensionistas do Ifal preconizam o envolvimento da comunidade acadêmica – servidores e alunos – com a comunidade externa, de modo a viabilizar a desejável troca de saberes entre as duas comunidades, e a permitir que o saber científico e tecnológico produzido na instituição reverta-se em real benefício das comunidades atendidas.

2.2.3.2 Objetivos

- desenvolver atividades de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;
- estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional;
- realizar ações voltadas preferencialmente para a população em situação de risco, colaborando para a diminuição das desigualdades sociais mediante a indicação de soluções para inclusão social, geração de oportunidades e melhoria das condições de vida;
- estabelecer ações de formação inicial e continuada de trabalhadores e da população em geral, na perspectiva de melhoria da qualidade de vida;
- colaborar para o firmamento da identidade institucional do Ifal, desempenhando papel de agente transformador da realidade local e regional;
- integrar o ensino e a pesquisa com as demandas da sociedade, seus interesses e necessidades, estabelecendo mecanismos que inter-relacionem o saber acadêmico e o saber popular.

2.2.3.3 Diretrizes

As diretrizes que regem a política de extensão do Ifal são:

- contribuir para o desenvolvimento da sociedade, constituindo um vínculo que estabeleça troca de saberes, conhecimentos e experiências para a constante avaliação e vitalização da pesquisa e do ensino;
- buscar interação sistematizada do Ifal com a comunidade por meio da participação dos servidores nas ações integradas com as administrações públicas, em suas várias instâncias, e com as entidades da sociedade civil;
- integrar o ensino e a pesquisa às demandas da sociedade, seus interesses e necessidades, estabelecendo mecanismos que inter-relacionem o saber acadêmico e o saber popular;
- incentivar a prática acadêmica que contribua para o desenvolvimento da consciência social, ambiental e política, formando profissionais-cidadãos;
- participar criticamente de projetos que objetivem o desenvolvimento regional sustentável em todas as suas dimensões;
- articular políticas públicas que oportunizem o acesso à educação profissional estabelecendo mecanismo de inclusão.

2.2.3.4 Princípios

a) Compromisso com a transformação social

A extensão se rege pelo princípio do compromisso com a transformação social, objetivando desenvolver a educação profissional e tecnológica, atender às demandas sociais e às peculiaridades regionais, realizando ações para comunidades, principalmente aquelas em situação de vulnerabilidade social, com vistas à perspectiva da melhoria da qualidade de vida e do desenvolvimento sustentável.

b) Integração com as organizações

A extensão busca relacionar as demandas das organizações à sua prática curricular, no sentido de retroalimentar sua prática acadêmica, estabelecendo trocas de conhecimentos e promovendo a divulgação científica, bem como empreender ações envolvendo temas e problemas relacionados às áreas de abrangência de seus cursos, os quais possam vir a se tornar referência para o desenvolvimento de linhas de extensão, permeando todas as esferas do trabalho realizado no Instituto.

c) Incentivo à arte e à cultura

A extensão busca incentivar a produção e a disseminação culturais, desenvolvendo ações de preservação e recuperação da memória historicamente construída e validada pelas comunidades, de modo a fortalecer os mecanismos de inclusão.

d) Interação dialógica com a comunidade

A extensão deve ocorrer como ação de mão dupla, entre o Ifal e a sociedade, por meio da qual os atores sociais que participam da ação – membros das comunidades com as quais a ação de extensão é desenvolvida, e membros do Instituto (servidores e alunos) – contribuem para a produção do conhecimento, proporcionando um diálogo entre o conhecimento científico e o popular, entre o saber construído na prática cotidiana e o fazer profissional.

e) Impacto na formação do estudante

Em razão de sua natureza, a inserção em atividades extensionistas constitui aporte decisivo para a formação profissional e cidadã do aluno, seja pela ampliação do universo de referência que ensinam, seja pelo contato direto com as questões sociais, permitindo a reafirmação e a materialização dos compromissos éticos e sociais do Ifal, bem como a consolidação desses compromissos na atuação profissional do discente.

f) Geração de trabalho e renda

Ações que estimulem e apoiem processos educativos que levem à geração de trabalho e renda, tanto quanto à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional.

g) Diminuição de desigualdades sociais

Ações que tenham como foco prioritário a população em situação de risco, colaborando para a diminuição das desigualdades sociais, por meio da indicação de soluções para inclusão social, geração de oportunidades e melhoria das condições de vida.

h) Melhoria da qualidade de vida

Ações que objetivem a melhoria da qualidade de vida, sobretudo com respeito à sustentabilidade, à preservação da identidade e ao resgate da autoestima da população.

i) Transformação da realidade

Ações que ofereçam alternativas de superação da situação atual, por meio da incorporação de conhecimentos, técnicas e metodologias aplicáveis à realidade local, na perspectiva de melhoria da condição humana e do resultado das organizações.

j) Integração com o ensino e a pesquisa e com as demandas sociais

Ações que promovam a integração com o ensino e a pesquisa e com as demandas da sociedade, seus interesses e necessidades.

k) Inovação tecnológica

Apoiar ações que estabeleçam como princípio a inovação em seus mais variados aspectos, de modo a estimular a geração de novos empreendimentos, serviços e produtos.

l) Trabalho solidário

Estimular a associação de pessoas e grupos sociais, de modo a fortalecer a organização e os laços que unem as pessoas em torno da busca do bem-estar individual comunitário.

m) Desenvolvimento social local e regional

As ações extensionistas apoiadas pelo Ifal indicam claramente o atendimento às demandas das comunidades envolvidas, evitando que se criem experiências dissociadas da necessidade das comunidades.

n) Diálogo entre saber acadêmico e saber popular

As ações de extensão devem articular, sistematicamente, o saber acadêmico e o saber popular, com vistas à produção de uma intervenção dialógica, transformadora da realidade local, em benefício das populações.

o) Sintonia com a realidade local ou regional

O desenvolvimento das ações extensionistas deve apresentar-se em sintonia estreita com os problemas a serem enfrentados pelas populações do entorno, na perspectiva de oferecer oportunidade de superação e melhoria das condições de vida.

2.2.3.5 Tipificação das ações extensionistas

As ações de extensão definidas como programas, projetos, cursos e eventos podem ser propostas por servidores e alunos, bem como pela sociedade em geral.

As ações de extensão definidas como programas institucionais são criadas pela Pró-reitoria de Extensão, instância a que cabe designar seu gestor ou responsável, sempre que necessário. A exequibilidade das ações propostas é avaliada sob o ponto de vista da integração de servidores e discentes com as comunidades envolvidas, de modo a garantir o alcance dos objetivos propostos.

- Serão considerados programas o conjunto articulado de projetos e outras ações de extensão, preferencialmente multidisciplinar e associado à pesquisa e ao ensino. Possui caráter orgânico-institucional, integração no território ou grupos populacionais, clareza de diretrizes e orientação para um objetivo comum, sendo executado a médio e longo prazo;
- Serão considerados projetos o conjunto de ações processuais e contínuas, de caráter esportivo, social, artístico, cultural, ou tecnológico, com objetivo específico e prazo determinado, podendo ser associado a um programa ou desenvolvido de forma isolada;
- São considerados cursos as ações pedagógicas de caráter teórico ou prático, presencial ou à distância, planejadas e organizadas de modo sistemático, com carga horária superior a 8 (oito) horas, critérios de avaliação definidos e oferta não regular. Serão classificados como: de formação inicial ou de formação continuada, podendo ser ofertados nas modalidades presencial, semipresencial e a distância;
- São considerados eventos as ações que supõem a apresentação e/ou exibição pública, livre ou com clientela específica, do conhecimento ou produto cultural, artístico, esportivo, científico e tecnológico dos envolvidos, conservado ou reconhecido pelo Ifal. Estão incluídos nessa categoria: campanhas, palestras, ciclos de estudos ou de palestras, circuitos, concertos, espetáculos, recitais, *shows*, exposições públicas, colóquios, conferências, congressos, encontros, exposições, feiras, festivais, fóruns, jornadas,

lançamentos de publicações ou produtos, mesas redondas, jornadas, dias de campo, mostras, rodadas, reuniões, semanas, seminários, simpósios, debates, torneios, campeonatos dentre outros.

2.2.3.6 Regulamentação

As atividades de extensão orientam-se no Ifal pelos seguintes normativos:

- Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008: dispõe sobre o estágio de estudantes;
- Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008: cria os institutos federais;
- Lei nº 13.267, de 6 de abril de 2016: disciplina a criação e organização de empresas juniores;
- Portaria Setec nº 58, de 21 de novembro de 2014: regulamenta a concessão de bolsas;
- Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018: estabelece as diretrizes para a extensão na educação superior;
- Resolução CS/Ifal nº 34, de 30 de agosto de 2013: estabelece as diretrizes para a realização de estágio;
- Resolução CS/Ifal nº 10, de 30 de março de 2011: regulamenta as atividades de extensão no Ifal;
- Resolução CS/Ifal nº 34, de 14 de outubro de 2015: aprova o regulamento para habilitação de empresas juniores no Ifal;
- Deliberação Cepe/Ifal nº 28, de 24 de setembro de 2018: regulamenta a prática extensionista como componente curricular obrigatório nos projetos pedagógicos dos cursos de graduação.

2.2.4 Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão

A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão tem papel fundamental no processo de ensino e aprendizagem, influenciando na proposta de formação do aluno cidadão, devendo, assim, estar alicerçada nos princípios filosóficos e técnico-metodológicos que norteiam as práticas acadêmicas no Ifal. Pressupõe-se que, dessa forma, essas três dimensões possam revelar, a partir de sua constituição em bases sólidas indissociáveis, um processo de formação emancipatório com foco na produção, difusão, socialização e sistematização do conhecimento, concretizando de fato a função social da instituição.

A formação acadêmica dos estudantes não pode restringir-se à transmissão de conhecimentos na sala de aula, tampouco conceder a uma minoria o privilégio de realizar pesquisa e extensão, na maioria das vezes desvinculadas da organização curricular. O aprimoramento da relação entre ensino, pesquisa e extensão torna-se um imperativo no sentido de que a prática pedagógica, de fato, viabilize a

compreensão crítica da realidade, tão necessária à promoção do desenvolvimento sustentável e transformação da sociedade.

Nesse sentido, é necessário fazer da pesquisa e da extensão partes integrantes da estrutura curricular dos cursos, abrindo-se espaços acadêmicos que possibilitem, de fato, a preparação para a totalidade da vida.

As ações de pesquisa e de extensão, relacionadas como parte da estrutura curricular, mantêm uma estreita vinculação com o núcleo epistemológico do curso, a partir do perfil profissional delineado no seu projeto pedagógico. É importante que as ações de extensão possibilitem aos estudantes a vivência de experiências significativas, que deem a elas condições de refletir sobre as grandes questões da atualidade e, a partir da experiência e dos conhecimentos produzidos e acumulados, possam consolidar uma formação compatível com os anseios da sociedade.

Desenvolver ensino, pesquisa e extensão, numa dimensão indissociável, requer a criação de mecanismos de gestão, condição de infraestrutura e provimento de materiais que assegurem a efetivação dessa prática como construção de outro conceito de “sala de aula”, enquanto espaço de formação para além dos muros da instituição.

No âmbito do Ifal, as Políticas Estudantis, articuladas com as atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão, visam minimizar as dificuldades biopsicossociais que possam interferir no processo de ensino e aprendizagem, promovendo a democratização e equiparação de oportunidades educacionais.

É importante ressaltar, também, que as possibilidades de alavancar a pesquisa e a extensão passam pela capacidade de articulação do Ifal com outras organizações, instituições de ensino e empresas, para que, em parceria, somem-se esforços e sejam reveladas novas potencialidades.

Nessa perspectiva torna-se imprescindível:

- consolidar a pesquisa e a extensão como práticas permanentes e fonte de retroalimentação curricular;
- atrelar as atividades de pesquisa e extensão às necessidades da comunidade em todos os domínios sociais para os quais o Ifal tenha potencial de atuação nos âmbitos tecnológico, cultural, político e educacional;
- valer-se da pesquisa e da extensão como mecanismos de consecução da função social do Ifal;
- realizar atividades de pesquisa e de extensão demandadas pela cadeia social e produtiva, bem como a pesquisa em educação e no plano das inovações tecnológicas;
- ampliar o leque de ações do instituto visando, especialmente, atender carências em termos de qualificação profissional;
- incentivar ações permanentes voltadas à formação inicial e continuada de profissionais considerando os aspectos socioeconômicos da região, em parceria com instituições municipais e estaduais, bem como no âmbito da iniciativa privada;

- realizar atividades de pesquisa e extensão no âmbito da educação propiciando a produção didática e científica com vistas à melhoria da qualidade do ensino;
- organizar o currículo a partir de uma perspectiva interdisciplinar;
- promover intercâmbios sistemáticos entre as áreas de conhecimento e as temáticas do cotidiano, conectando aspectos da formação humana, social e profissional;
- assegurar o planejamento coletivo, envolvendo disciplinas, programas e projetos que, em conjunto, compõem as matrizes curriculares dos cursos;
- assegurar ações permanentes voltadas para a formação continuada para atender às especificidades pedagógicas, no sentido de materializar a aproximação das áreas e as dimensões acadêmicas, verificando as necessidades presentes na realidade da qual os estudantes fazem parte;
- vincular as atividades de ensino, pesquisa e extensão às necessidades do contexto no qual a Instituição está inserida;
- incentivar a presença de projetos de pesquisa e extensão no interior dos componentes curriculares, envolvendo práticas pedagógicas inovadoras;
- privilegiar o financiamento de projetos de ensino, de pesquisa e de extensão que apresentem ações integradoras, com participação estudantil.

2.2.5 Gestão democrática

A gestão democrática supõe a abertura de novos espaços de decisões, desenvolvendo projetos e propostas nos âmbitos interno e externo, participando das discussões sobre a aplicação dos recursos financeiros, assegurando a atuação das instâncias colegiadas existentes na estrutura institucional do Ifal.

Essas iniciativas apontam no sentido da articulação da democracia, considerada representativa com legitimidade e participação. O Ifal, por ser uma instituição social, que apresenta objetivos sócio-políticos e pedagógicos, deve apoiar-se na concepção de que as pessoas são agentes de mudanças; portanto, cada membro é indispensável na construção da gestão. Nesse sentido, é imprescindível a autonomia da instituição na tomada de decisão sobre suas diretrizes, seus objetivos e suas metas definidos no Projeto Político Pedagógico Institucional, fazendo valer a decisão coletiva da comunidade acadêmica.

Essas decisões referendam a necessidade de uma organização administrativa e pedagógica voltada para os objetivos sociais e culturais definidos pela sociedade e pelo Estado, numa visão sociocrítica mediatizada pela realidade sociocultural e política mais ampla. Assim, convém destacar que a instituição de ensino não tem mais possibilidade de ser dirigida de cima para baixo sob a ótica do poder centralizador. O desafio institucional é a consolidação da sua autonomia e da sua qualidade.

Com esse entendimento, a participação de todos os segmentos da comunidade acadêmica interna e externa é vital para a garantia de práticas que fortaleçam a visão sistêmica do Ifal. Não se trata, pois, de promover uma mera adaptação pedagógica de modelos anteriores, tampouco de uma instituição simplificada, mas da construção de uma escola radicalmente nova, “uma escola complexa e crítica que não rebaixa os seus objetivos” (CUNHA, 2005).

Nesse cenário, as decisões e os procedimentos organizativos precisarão ser acompanhados e constantemente avaliados, mutuamente, entre a gestão e a comunidade acadêmica, como forma de reorientação de rumos e ações visando à tomada de decisões. Para tanto, é requisitado o desencadeamento de ações como:

- constituir e consolidar as instâncias colegiadas representativas do Ifal;
- garantir o cumprimento dos direitos e deveres de todos os segmentos da instituição (docentes, administrativos e discentes);
- divulgar leis e normas da educação no âmbito da instituição, promovendo estudos e reflexões na observância de sua aplicabilidade;
- assegurar os espaços de atuação das entidades representativas dos estudantes e servidores;
- adotar o orçamento participativo como requisito primordial para o desenvolvimento das ações institucionais;
- constituir comitê representativo da comunidade acadêmica para coordenar a elaboração e acompanhamento do orçamento participativo;
- criar fóruns de discussões e decisões coletivas sobre o desenvolvimento das práticas pedagógicas;
- instituir comitê coordenador na comunidade acadêmica para a implementação do PPPI;
- instituir espaços alternativos de produção acadêmica.

2.2.5.1 Formação e desenvolvimento profissional

A política de formação continuada no âmbito do Ifal, com vistas à promoção da qualidade do ensino, deve estabelecer uma cultura de formação permanente que venha contemplar todos os seus servidores. Tal política deve ter como objetivo principal a superação de práticas de viés elitista e excludente. Para tanto, devem ser implementadas medidas que possam melhorar o desenvolvimento e o acompanhamento do processo de ensino e aprendizagem, a qualidade das relações de trabalho, das relações interpessoais no âmbito institucional e do conhecimento do contexto histórico-social, que possibilite aos servidores atuarem como agentes de transformação da realidade.

O conceito de desenvolvimento profissional dos servidores, requerido no seu PPPI, é entendido como um processo contínuo de formação que se estende, desde o ingresso na profissão até o final da carreira, no qual a formação inicial e a formação continuada apresentam-se como etapas complementares.

Nessa perspectiva, torna-se imprescindível:

- redimensionar ações de formação continuada dos profissionais da instituição, oportunizando condições para o exercício permanente de atualização dos conhecimentos necessários à sua função;
- realizar a identificação das demandas dos docentes e dos demais profissionais da educação, procurando formas de superá-las por meio de cursos de formação e/ou de outras ações;
- promover cursos de relações interpessoais e outros que possam melhorar a qualidade das relações de trabalho no âmbito institucional;
- manter parcerias e convênios com agências formadoras em programas de qualificação, formação inicial e continuada, pós-graduação e pesquisa em educação;
- promover a infoinclusão dos servidores, possibilitando o domínio das tecnologias da informação e comunicação, elementos imprescindíveis nos dias atuais.

2.2.6 Responsabilidade social do Ifal

A educação deve lidar com o mundo em constante transformação, evidenciado pelas mudanças no processo produtivo, oriundas do avanço científico e tecnológico; pela desordenada e crescente urbanização; pelo desenvolvimento e ampliação dos sistemas de comunicação; pela expansão do mercado internacional; pelo refluxo dos movimentos de massa; pela imposição de um modelo democrático, que nem sempre corresponde às realidades diversas e pelo acentuado processo de desemprego e exclusão.

Estando o mundo contemporâneo ancorado na contradição entre capital e trabalho determinando certa forma de divisão social e técnica do trabalho e, tendo clareza dos efeitos sociais perversos que essa lógica vem provocando no plano universal, constata-se a necessidade de repensar a escola, de forma que, enquanto prática social, possa atuar a partir de alguns critérios fundamentais que expressem o comprometimento com os interesses da classe trabalhadora, quais sejam: tomar a prática social como ponto de partida e considerar a concepção do mundo, das formas de aprender, dos interesses e necessidades da maioria da população, particularmente no que diz respeito ao exercício do trabalho e da cidadania, para, então, propor formas de organização flexíveis e adequadas às características do estudante e do seu grupo social.

Dessa forma, é preciso ter claro o perfil de formação que se almeja: [...] a formação integral, que se constitui em socialização competente para a participação social e em qualificação para o trabalho entendido como produção das condições gerais da existência humana (SALGADO apud KUENZER, 1997).

Pautada na unificação entre cultura e trabalho, a escola necessária à contemporaneidade delineia, como perfil para o profissional dela oriundo, a

“formação de homens desenvolvidos multilateralmente, que somem, à sua capacidade instrumental, as capacidades de pensar, de estudar, de criar, de dirigir ou de estabelecer controles sociais sobre os dirigentes” (KUENZER, 1997).

Assim, em razão da crescente cientificidade da vida social e produtiva, a qual exige do cidadão trabalhador, cada vez mais, uma maior apropriação do conhecimento científico, tecnológico e político, é imperativo que esse instituto tenha como premissa a formação histórico-crítica do indivíduo, instrumentalizando-o para compreender as relações sociais em que vive e para participar delas enquanto sujeito, nas dimensões política e produtiva, tendo consciência da sua importância para transformar a sociedade, e o conhecimento científico para dominar a natureza.

Dessa forma, é missão da instituição “Promover educação de qualidade social, pública e gratuita, fundamentada no princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, a fim de formar cidadãos críticos para o mundo do trabalho e contribuir para o desenvolvimento sustentável”. Eis, assim, a missão institucional a que o Ifal é convocado a empreender, para acompanhar a implementação de suas políticas.

2.2.6.1 Referenciais de qualidade da educação

Primando pela efetividade de suas ações, o Ifal, em razão do caráter estratégico de que se reveste a educação enquanto ferramenta de inclusão social, estabelecerá referenciais de qualidade para as ofertas de ensino que desenvolve em atenção permanente à dimensão da responsabilidade social de suas políticas.

Nesse sentido, a iniciativa de composição e/ou instituição do Projeto Político Pedagógico Institucional (PPPI) do Ifal é concebida no plano do desenvolvimento da política de educação tecnológica brasileira, tendo como finalidade precípua elevar o nível de qualidade da educação que se desenvolve no contexto do Estado de Alagoas.

Ao tratar a educação como direito subjetivo e fator de desenvolvimento sustentável individual e coletivo, o Governo Federal tem por diretrizes, nesse campo de ação: a democratização do acesso, a garantia de permanência, a apropriação e a produção de conhecimentos. Ao incorporar o conceito de qualidade para pautar sua ação, o Ifal concebe seu projeto pedagógico nas mesmas dimensões conferidas pelo Governo Federal, na busca da qualidade almejada: as dimensões da igualdade e da inclusão.

Ao construir o seu Projeto Político Pedagógico Institucional na dimensão aqui posta, o Ifal assume a tarefa de ampliar a qualidade da educação que desenvolve. Com essa intencionalidade, projeta como metas a serem perseguidas: a ampliação do acesso aos seus cursos, a permanência com sucesso dos estudantes na Instituição e a sua efetiva aprendizagem.

A tarefa de qualificar a educação diz respeito, também, à ação coordenada de gestores, da comunidade escolar e da sociedade envolvida no processo

educacional, por meio de instâncias que promovam a participação, a exemplo das instâncias colegiadas. Cabe ao Ifal, enquanto espaço de concretização das políticas públicas, a elaboração das diretrizes para suas ações, potencializando suas possibilidades pedagógicas, administrativas e financeiras para a conquista da qualidade social da educação.

Nessa perspectiva, torna-se imprescindível:

- melhorar os resultados da aprendizagem;
- reduzir o índice de abandono e/ou evasão dos estudantes em seus cursos;
- reduzir as desigualdades nas condições de acesso, permanência e êxito do estudante;
- viabilizar a integração efetiva da comunidade externa ao cotidiano escolar;
- adotar uma cultura de avaliação permanente dos seus procedimentos para a melhoria dos resultados;
- estabelecer indicadores para monitoramento interno da qualidade da educação que realiza, como instrumento de aprimoramento de suas ações;
- adequar espaços e tempos escolares às pessoas com necessidades específicas;
- estabelecer uma agenda permanente de formação continuada para os profissionais da instituição;
- adotar alternativas metodológicas diversificadas para o trato das questões pedagógicas;
- constituir espaço de atuação dos estudantes e pais para que a escola seja, de fato, local de exercício da cidadania;
- implementar uma política de pesquisa e extensão indissociável ao ensino.

Todos os pontos mencionados apontam para o fato de que é necessário estruturar o Ifal para o cumprimento da tarefa de amenizar os efeitos da desigualdade social, principal responsável pela exclusão educacional, que somente pode ser combatida por meio de medidas que garantam a permanência e o aprendizado dos estudantes.

2.2.6.2 Diretrizes para a avaliação e o acompanhamento do PPPI

A intencionalidade do Projeto Político Pedagógico do Ifal está na possibilidade de fazer uma instituição que, verdadeiramente, promova uma formação integral a todos que a ela tenha acesso, superando, não apenas os efeitos perversos das retenções e evasões, mas que lhes assegure o acesso crítico ao mundo dos conhecimentos, bem como o desenvolvimento de uma consciência cidadã que lhes permita enfrentar os desafios do mundo contemporâneo, interpretando-o como uma perspectiva de futuro, buscando intervir no mundo real para transformá-lo qualitativamente.

A consecução de um empreendimento dessa ordem requer uma sistemática de acompanhamento que extrapole a apreciação individualizada dos agentes diretos do processo escolar. É fundamental que a comunidade acadêmica institua uma cultura de avaliação sistemática e processual, que traga elementos substantivos para a melhoria da qualidade do trabalho que desenvolve.

No plano institucional, as diretrizes que se estabelecem para a avaliação do PPPI-Ifal, coerentemente com as premissas que lhe dão sustentação, assumem a dimensão emancipatória, compreendendo a função e/ou sentido pedagógico da instituição, onde seus próprios atores devem assumir o protagonismo desse processo avaliativo.

Vinculada ao sistema de avaliação global da educação superior no Brasil, instituído pela Lei Federal nº 10.861/2004, a concepção de avaliação institucional, centrada naquilo que é missão do Ifal e destacada neste PPPI, aponta para a necessidade de aperfeiçoar e redimensionar, atitudinalmente, as ações de uma gestão e suas relações com a sociedade.

O processo avaliativo institucional objetiva, periódica e processualmente, coletar, organizar, analisar e interpretar dados de natureza quali-quantitativa, relativos à efetividade do ensino, com vistas à melhoria do processo educativo global, o qual envolve os contextos interno e externo dessa Instituição Federal de Educação.

Nesse sentido, as diretrizes de avaliação do PPPI-Ifal, em consonância com as premissas oriundas das impressões iniciais da Comissão Própria de Avaliação (CPA) desta Instituição de Ensino, explicitam a tendência de nortear seu processo de avaliação/autoavaliação num plano participativo, envolvendo todos os segmentos da comunidade acadêmica, baseado nos seguintes eixos: estrutura organizacional, desenvolvimento do ensino, infraestrutura física e de equipamentos, e relações intra e interinstitucionais.

O percurso reflexivo feito por meio desses quatro eixos revelará, além do nível das experiências vivenciadas, os conhecimentos disseminados ao longo do processo de formação profissional e a interação entre os cursos e os contextos: local, regional e nacional. Enfim, a avaliação do Projeto Político Institucional do Ifal deve apresentar: a coerência interna entre seus elementos constituintes, a pertinência da estrutura curricular em relação ao perfil desejado, o desempenho profissional e social do egresso, com vistas a possibilitar a viabilização das mudanças de forma sistemática e sistêmica.

A vivência de um Projeto Político Pedagógico pressupõe que seu coletivo esteja em constante e democrático processo de avaliação, cujas bases são a crítica institucional e a criação coletiva, com vistas ao aperfeiçoamento de sua política e à emancipação de seus sujeitos.

Em consonância com o Plano Nacional de Educação (2014-2024), faz-se necessário considerar alguns princípios que contribuirão para a garantia de

resultados exitosos, no decorrer da implementação do Projeto Político Pedagógico Institucional, quais sejam:

- visão ampla do processo educativo;
- universalização do acesso à escola para todos;
- busca de qualidade social;
- busca de integração (via princípio de colaboração) com outros agentes institucionais;
- instituição e fortalecimento de canais de participação popular e democratização da gestão;
- abrangência/articulação com todos os níveis e modalidades de ensino;
- busca de parcerias e intercâmbios;
- humanização das relações.

Dessa forma, o Projeto Político Pedagógico Institucional requer a previsão de instâncias em condições de promover adaptações e medidas corretivas na sua operacionalização, de conformidade com as mudanças e exigências da dinâmica da realidade, por meio de um salutar acompanhamento e de uma constante avaliação no itinerário do desenvolvimento de suas ações.

Torna-se imperativa a criação de um processo contínuo e permanente de ação/reflexão/ação como suporte da consecução do Projeto Político Pedagógico Institucional, de forma que sua tradução possa se dar, na prática pedagógica.

Sendo o PPPI um projeto de cunho institucional, seu processo de acompanhamento e avaliação deve ter correlação direta com a Comissão Própria de Avaliação – CPA na perspectiva de extrair elementos do desempenho institucional que favoreçam a melhoria da qualidade dos seus resultados. Para tanto, é imperativo constituir um grupo de acompanhamento e avaliação, no âmbito da instituição, que mantenha um trabalho sistêmico envolvendo atividades como: contrastar quantidades e/ou qualidades, qualificar desempenhos, acompanhar metas, comparar situações, comparar dinâmicas, propor padrões, permitir/suspender entrada/progressão, evitar excessos e prevenir.

O delineamento de uma sistemática de acompanhamento e avaliação para este PPPI é a evidência da responsabilidade social que a instituição assume no desenvolvimento das atribuições que lhes são postas pelo poder público federal, na consecução da educação profissional pública e gratuita no contexto do Estado de Alagoas.

Nessa perspectiva, torna-se imprescindível:

- constituir um sistema de monitoramento e controle que permita identificar os sucessos, lacunas, desvios e perdas na prática pedagógica do Ifal, a fim de possibilitar a indicação de alternativas que concretizem melhorias e qualidades do processo de ensino e aprendizagem;

- estabelecer sistemas de acompanhamento e avaliação do PPPI, em conjunto com a CPA, com participação representativa dos segmentos que compõem a comunidade acadêmica;
- organizar sistemas de informações estatísticas e de divulgação das avaliações da política e dos resultados das ações pedagógicas;
- avaliar a destinação dos recursos da instituição na manutenção e desenvolvimento do ensino, verificando suas consequências sobre a democratização e a qualidade do ensino, que desenvolve em todos os níveis e modalidades;
- desencadear ações de parcerias e intercâmbios na execução de programas de avaliação externa do rendimento escolar;
- promover a avaliação da política educacional, por meio dos indicadores de qualidade;
- considerar, dentre outros meios, os dados e análises qualitativas e quantitativas fornecidos pelos sistemas de avaliação já operados pelo MEC e pelas instituições e organizações que produzem estudos no campo educacional;
- definir instrumentos e procedimentos de avaliação;
- subsidiar a revisão e ajustes das metas e ações, num contínuo processo de aperfeiçoamento;
- publicizar os resultados obtidos;
- instituir mecanismos de avaliação do desempenho docente pelo corpo docente.

3. ENSINO

3 ENSINO

3.1 Concepção

À luz dos elementos conceituais que subsidiaram a construção do Projeto Político Pedagógico Institucional do Ifal – PPPI, reafirma-se a educação profissional e tecnológica como uma política de qualidade social, pública e gratuita, fundamentada no princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, a fim de formar cidadãos críticos para o mundo do trabalho e contribuir para o desenvolvimento sustentável.

Assim, decorrente do trabalho como princípio geral da ação educativa, destacam-se como pressupostos orientadores da proposição pedagógica que se delinea:

- a gestão democrática entendida como síntese superadora do dogmatismo, do espontaneísmo e do unilateralismo;
- a unificação entre escola da cultura e escola do trabalho, superando dualidade estrutural antidemocrática, própria da lógica excludente;
- a adoção de conteúdo politécnico numa perspectiva histórica;
- a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
- a opção pelo método teórico/prático, tomando o trabalho como forma de ação transformadora da natureza e de constituição da vida social.

3.2 Princípios

A educação profissional e tecnológica, pública e de qualidade socialmente referenciada implica o fortalecimento de uma cultura de formação profissional no âmbito das instituições, redes e sistemas educacionais do país, que apresente uma visão de formação integral do cidadão trabalhador, unificando, assim, as dimensões da formação humana: o trabalho, a ciência, a tecnologia e a cultura, em que o papel da Educação Profissional e Tecnológica deverá garantir os princípios gerais postos como referenciais propulsores na implementação desta política pública no Estado de Alagoas, os quais se traduzem em compromissos com:

- educação como transformação da realidade;
- a redução das desigualdades sociais;
- preparação para a vida cidadã;
- inserção social participativa;
- integração entre formação geral e profissional;
- formação crítica, humanizada e emancipadora;
- o desenvolvimento socioeconômico;
- a vinculação à educação básica;
- a educação pública de qualidade social.

3.3 Diretrizes

O Ifal, direcionando o trabalho para a democratização institucional, em que os sujeitos, coletivamente, assumem posturas transformadoras do fazer pedagógico, reafirma as seguintes diretrizes gerais, enquanto políticas de ensino:

- contribuir na construção de uma sociedade democrática e equitativa, universalizando o ensino, garantindo a inclusão social e assegurando a permanência com oportunidades educacionais, aliadas à diversidade e heterogeneidade de seus estudantes;
- consolidar o processo de gestão democrática na instituição, conforme postula os princípios da educação nacional contidos na Constituição Federal, na LDBEN nº 9.394/1996, na Lei nº 11.892/2008 e legislações correlatas;
- consolidar a política de formação continuada para os profissionais da Instituição;
- consolidar políticas de parceria, cooperação técnico-científica e intercâmbio com outras instituições de ensino superior em programas de pesquisa e pós-graduação, ampliando iniciativas e convênios desencadeados nesse âmbito;
- articular educação básica, educação profissional e tecnológica e educação superior, observando os princípios democráticos de qualidade e equidade, em conformidade com o que preceitua o artigo 205 da Constituição Federal e os artigos 2º e 3º da LDBEN nº 9.394/1996;
- garantir a aplicação dos recursos destinados à Instituição, prioritariamente, para a manutenção e desenvolvimento do ensino;
- garantir padrões de infraestrutura física e de equipamentos dos *Campi* e dos Polos do Ifal, inclusive relativos à acessibilidade de pessoas com deficiências, ampliando, adequando e modernizando laboratórios, salas de aulas, bibliotecas e demais espaços físicos;
- promover o acesso das minorias ao Ifal, contemplando as peculiaridades das pessoas com deficiência e com necessidades educacionais específicas;
- consolidar a oferta da educação de jovens e adultos na instituição;
- consolidar a oferta de cursos de formação de professores, tais como, licenciatura, formação pedagógica e segunda licenciatura;
- consolidar a oferta da educação a distância na instituição;
- instituir programa de avaliação institucional nas instâncias administrativas e pedagógicas, em suas especificidades, com vistas a possibilitar a viabilização das mudanças, de forma sistemática e sistêmica;
- estimular iniciativas educativas inovadoras e divulgação das experiências exitosas;
- consolidar a política de ampliação da oferta para todos os níveis e modalidades, prioritariamente do ensino médio integrado, decorrente de resultados de pesquisa de demanda e considerando as características de cada região;

- promover o desenvolvimento de novas tecnologias numa perspectiva de sustentabilidade;
- assegurar programas da Assistência Estudantil objetivando a permanência com qualidade e a conclusão com êxito;
- observar as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação – PNE, em todos os níveis e modalidades de ensino;
- desenvolver programas de inserção social, mediante a intervenção/interação com a sociedade;
- incentivar a adoção de metodologias inovadoras, no âmbito da educação profissional e tecnológica, por meio de tecnologias, de multimídia e outros mecanismos;
- promover maior interação entre o conhecimento sistematizado, no cotidiano da sala de aula, e o desenvolvimento das pesquisas científicas, evidenciando-se o princípio de contextualização;
- aplicar recursos de inovações tecnológicas capazes de ampliar o alcance institucional em todos os níveis e modalidades.

3.4 Organização didático-pedagógica da Instituição

A organização didático-pedagógica do Ifal pauta-se nos princípios “de liberdade e nos ideais de solidariedade humana”, a partir da visão omnilateral para a formação de cidadãos éticos e atuantes socialmente, atendendo ao disposto na Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional nº 9.394/1996, em seu art. 2º, quando apresenta como finalidade “o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

A organização didática apresenta como princípios a formação integral, a permanência com êxito, a integração das atividades, a formação cidadã; garantindo a igualdade de condições para o acesso na perspectiva da inclusão social, bem como o pluralismo de ideias e a valorização das experiências extracurriculares vinculadas à educação, ao trabalho e às práticas sociais.

Nesse sentido, a organização curricular do Ifal é fundamentada em teorias críticas guiadas pela liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o conhecimento científico, na perspectiva de uma formação integral do estudante, sua preparação para o exercício crítico da cidadania, bem como o desenvolvimento de sua capacidade de elaborar construções intelectuais mais complexas e apropriar-se de conceitos necessários para intervenção consciente na realidade.

A estrutura curricular dos cursos do Ifal parte da perspectiva do trabalho como princípio educativo e da pesquisa e da extensão como princípios pedagógicos; visando ao mundo do trabalho como *lócus* da organização de conteúdos relativos aos conhecimentos científicos, tecnológicos, sócio-históricos e das linguagens, articulados e integrados, atendendo aos princípios de uma educação continuada e à

verticalização de uma carreira de formação profissional e tecnológica. Visa, ainda, à integração dos conhecimentos gerais e profissionais, garantindo a flexibilidade estrutural e pedagógica dos currículos, bem como a autonomia didática do professor, preservando o respeito às diretrizes gerais institucionais.

A partir dessa organização curricular, as práticas pedagógicas devem propor metodologias inovadoras do ensino, que atendam a complexidade do ato de ensino, promovendo uma atuação ativa, interessada e comprometida no processo de aprender, partindo dos princípios da aprendizagem ativa e colaborativa; do respeito ao conhecimento prévio e às diferenças; da formação politécnica; da mediação do professor; do tempo escolar; e da flexibilização dos espaços e tempos escolares.

A organização didático-pedagógica do Ifal tem como premissa, também, a articulação entre os níveis e modalidade de ensino, possibilitando a integração de conteúdos, garantindo a integralidade dos conhecimentos científicos e dos conhecimentos da área de atuação profissional.

Essa articulação se materializa, ainda, entre as modalidades presencial e a distância, a partir dos princípios da equalização das bases curriculares, e integração e verticalização do conhecimento, incorporando os recursos tecnológicos como potencializadores para proporcionar a formação integral dos estudantes nos cursos ofertados pelo Ifal, conforme descrição no **Quadro 2**.

Quadro 2: Relação de cursos da Educação Básica e do Ensino Superior ofertados pelo Ifal

Campus	Curso	Nível	Tipo	Modalidade	Eixos tecnológicos	Vagas
Arapiraca	Eletroeletrônica	Educação Básica	Integrado	Presencial	Controle e Processos Industriais	72
	Informática	Educação Básica	Integrado	Presencial	Informação e Comunicação	72
	Eletroeletrônica	Educação Básica	Subsequente	Presencial	Controle e Processos Industriais	80
	Informática	Educação Básica	Subsequente	EaD	Informação e Comunicação	50
	Ensino de Ciências e Matemática	Ensino Superior	Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i>	Presencial	-	40
	Ciências Biológicas	Ensino Superior	Licenciatura	EaD	-	35
	Hotelaria	Ensino Superior	Tecnológico	EaD	Turismo, Hospitalidade e Lazer	45
	Letras-Português	Ensino Superior	Licenciatura	EaD	-	50

Batalha	Agroindústria	Educação Básica	Integrado	Presencial	Produção Alimentícia	80
	Agroindústria	Educação Básica	Subsequente	Presencial	Produção Alimentícia	80
Benedito Bentes	Enfermagem	Educação Básica	Subsequente	Presencial	Ambiente e Saúde	46
	Logística	Educação Básica	Subsequente	Presencial	Gestão e Negócios	160
	Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional (ProfEPT)	Ensino Superior	Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i>	Presencial	-	24
Coruripe	Edificações	Educação Básica	Integrado	Presencial	Infraestrutura	72
	Soldagem	Educação Básica	Subsequente	Presencial	Controle e Processos Industriais	60
Maceió	Artesanato	Educação Básica	Integrado/EJA	Presencial	Produção Cultural e Design	30
	Edificações	Educação Básica	Integrado	Presencial	Infraestrutura	108
	Eletrônica	Educação Básica	Integrado	Presencial	Controle e Processos Industriais	108
	Eletrotécnica	Educação Básica	Integrado	Presencial	Controle e Processos Industriais	108
	Estradas	Educação Básica	Integrado	Presencial	Infraestrutura	108
	Informática para <i>Internet</i>	Educação Básica	Integrado	Presencial	Informação e Comunicação	97
	Mecânica	Educação Básica	Integrado	Presencial	Controle e Processos Industriais	72
	Química	Educação Básica	Integrado	Presencial	Produção Industrial	108
	Eletrotécnica	Educação Básica	Subsequente	Presencial	Controle e Processos Industriais	50
	Mecânica	Educação Básica	Subsequente	Presencial	Controle e Processos Industriais	50
	Química	Educação Básica	Subsequente	Presencial	Produção Industrial	80

Segurança do Trabalho	Educação Básica	Subsequente	Presencial	Segurança	110
Alimentação Escolar	Educação Básica	Subsequente	EaD	Desenvolvimento Educacional e Social	100
Guia de Turismo	Educação Básica	Subsequente	EaD	Turismo, Hospitalidade e Lazer	50
Infraestrutura Escolar	Educação Básica	Subsequente	EaD	Desenvolvimento Educacional e Social	150
Secretaria Escolar	Educação Básica	Subsequente	EaD	Desenvolvimento Educacional e Social	150
Alimentos	Ensino Superior	Tecnológico	Presencial	Produção Alimentícia	30
Ciências Biológicas	Ensino Superior	Licenciatura	Presencial	-	40
Design de Interiores	Ensino Superior	Tecnológico	Presencial	Produção Cultural e Design	40
Engenharia Civil	Ensino Superior	Bacharelado	Presencial	-	80
Física	Ensino Superior	Licenciatura	Presencial	-	40
Gestão de Turismo	Ensino Superior	Tecnológico	Presencial	Turismo, Hospitalidade e Lazer	80
Hotelaria	Ensino Superior	Tecnológico	Presencial	Turismo, Hospitalidade e Lazer	80
Letras-Português	Ensino Superior	Licenciatura	Presencial	-	40
Matemática	Ensino Superior	Licenciatura	Presencial	-	40
Química	Ensino Superior	Licenciatura	Presencial	-	40
Sistemas de Informação	Ensino Superior	Bacharelado	Presencial	-	80
Administração Pública	Ensino Superior	Bacharelado	EaD	-	50
Ciências Biológicas	Ensino Superior	Licenciatura	EaD	-	30
Letras-Português	Ensino Superior	Licenciatura	EaD	-	50
Docência na Educação	Ensino Superior	Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i>	EaD	-	50

	Profissional					
	Gerenciamento e Desenvolvimento Ágil de <i>Software</i>	Ensino Superior	Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i>	Presencial	-	30
Maragogi	Agroecologia	Educação Básica	Integrado	Presencial	Recursos Naturais	72
	Hospedagem	Educação Básica	Integrado	Presencial	Turismo, Hospitalidade e Lazer	72
	Administração Pública	Ensino Superior	Bacharelado	EaD	-	50
	Ciências Biológicas	Ensino Superior	Licenciatura	EaD	-	35
	Letras-Português	Ensino Superior	Licenciatura	EaD	-	50
	Hotelaria	Ensino Superior	Tecnológico	EaD	Turismo, Hospitalidade e Lazer	45
Marechal Deodoro	Cozinha	Educação Básica	Integrado/EJA	Presencial	Turismo, Hospitalidade e Lazer	40
	Guia de Turismo	Educação Básica	Integrado	Presencial	Turismo, Hospitalidade e Lazer	100
	Hospedagem	Educação Básica	Integrado/ EJA	Presencial	Turismo, Hospitalidade e Lazer	40
	Meio Ambiente	Educação Básica	Integrado	Presencial	Ambiente e Saúde	100
	Gestão Ambiental	Ensino Superior	Tecnológico	Presencial	Ambiente e Saúde	80
	Tecnologias Ambientais	Ensino Superior	Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i>	Presencial	-	20
Murici	Agroecologia	Educação Básica	Integrado	Presencial	Recursos Naturais	96
	Agroindústria	Educação Básica	Integrado	Presencial	Produção Alimentícia	96
	Administração Pública	Ensino Superior	Bacharelado	EaD/ Polo São José da Laje	-	50
	Ciências Biológicas	Ensino Superior	Licenciatura	EaD/ Polo São José da Laje	-	35
	Letras-Português	Ensino Superior	Licenciatura	EaD/ Polo São José da Laje	-	50

	Linguagens e Práticas Sociais	Ensino Superior	Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i>	Presencial	-	40
Palmeira dos Índios	Edificações	Educação Básica	Integrado	Presencial	Infraestrutura	70
	Eletrotécnica	Educação Básica	Integrado	Presencial	Controle e Processos Industriais	70
	Informática	Educação Básica	Integrado	Presencial	Informação e Comunicação	70
	Informática	Educação Básica	Subsequente	EaD	-	50
	Segurança do Trabalho	Educação Básica	Subsequente	Presencial	Segurança	80
	Engenharia Civil	Ensino Superior	Bacharelado	Presencial	-	60
	Engenharia Elétrica	Ensino Superior	Bacharelado	Presencial	-	80
	Ciências Biológicas	Ensino Superior	Licenciatura	EaD	-	35
	Letras-Português	Ensino Superior	Licenciatura	EaD	-	50
Penedo	Meio Ambiente	Educação Básica	Integrado	Presencial	Ambiente e Saúde	80
	Química	Educação Básica	Integrado	Presencial	Produção Industrial	80
	Química	Educação Básica	Subsequente	Presencial	Produção Industrial	80
	Ciências Biológicas	Ensino Superior	Licenciatura	EaD	-	35
	Letras-Português	Ensino Superior	Licenciatura	EaD	-	50
	Guia de Turismo	Educação Básica	Subsequente	EaD	-	50
Piranhas	Agroecologia	Educação Básica	Integrado	Presencial	Recursos Naturais	80
	Agroindústria	Educação Básica	Integrado	Presencial	Produção Alimentícia	80
	Alimentos	Educação Básica	Integrado/ EJA	Presencial	Produção Alimentícia	30
	Engenharia Agrônômica	Ensino Superior	Bacharelado	Presencial	-	40
Rio Largo	Informática para <i>Internet</i>	Educação Básica	Subsequente	Presencial	Informação e Comunicação	144
Santana do Ipanema	Administração	Educação Básica	Integrado	Presencial	Gestão e Negócios	68

	Agropecuária	Educação Básica	Integrado	Presencial	Recursos Naturais	68
	Agropecuária	Educação Básica	Subsequente	Presencial	Recursos Naturais	80
	Informática	Educação Básica	Subsequente	EaD	Informação e Comunicação	50
São Miguel dos Campos	Segurança do Trabalho	Educação Básica	Subsequente	Presencial	Segurança	160
Satuba	Agroindústria	Educação Básica	Integrado	Presencial	Produção Alimentícia	40
	Agropecuária	Educação Básica	Integrado	Presencial	Recursos Naturais	160
	Informática	Educação Básica	Integrado/EJA - FIC	Presencial	Informação e Comunicação	30
	Processamento de Alimentos	Educação Básica	Integrado/EJA - FIC	Presencial	Produção Alimentícia	30
	Agropecuária	Educação Básica	Subsequente	Presencial	Recursos Naturais	120
	Laticínios	Ensino Superior	Tecnológico	Presencial	Produção Alimentícia	30
Viçosa	Informática para <i>Internet</i>	Educação Básica	Integrado	Presencial	Informação e Comunicação	68
	Administração	Educação Básica	Subsequente	Presencial	Gestão e Negócios	160
	Informática para <i>Internet</i>	Educação Básica	Subsequente	Presencial	Informação e Comunicação	100
	Informática	Educação Básica	Subsequente	EaD/ Polo Cajueiro	Informação e Comunicação	50
	Letras-Português	Ensino Superior	Licenciatura	EaD/ Polo Cajueiro	-	50

Fonte: Elaboração Ifal.

3.5 A Educação a Distância no Ifal

3.5.1 Oferta de Educação a Distância

A Educação a Distância (EaD) no Ifal contempla os dois níveis de educação vigentes no Brasil: o ensino básico e o ensino superior (BRASIL, 1996). A modalidade teve início na instituição no ano de 2007, com a oferta de cursos superiores conveniados com a Universidade Aberta do Brasil (UAB). Posteriormente, em 2011, foram ofertados cursos em nível médio, vinculados à Escola Técnica Aberta do Brasil (Rede e-Tec Brasil). Todas essas ofertas ocorrem em parcerias com o governo federal a partir do atendimento a chamadas em editais públicos.

Como proposta de universalizar o acesso à educação e descentralizar a oferta nos grandes centros urbanos, o Ifal tem dado sua contribuição no sentido de proporcionar oportunidades de acesso às populações de municípios mais distantes dos seus diversos *Campi*, através dos seus polos presenciais localizados em todas as regiões do Estado.

Dessa forma, a Educação a Distância no Ifal tem possibilitado o atendimento às demandas por educação básica e superior para uma população que tem dificuldade de acesso a esses níveis de ensino, o que contribui para minimizar as desigualdades educacionais existentes em nosso país.

3.5.2 Abrangência geográfica

Para este novo interstício do PDI, estão previstas ofertas na modalidade a distância nos polos presenciais das cidades de Arapiraca, Cajueiro, Maceió, Maragogi, Palmeira dos Índios, Penedo, Piranhas, Santana do Ipanema e São José da Laje, abrangendo todas as regiões do Estado de Alagoas (Zona da Mata, Litoral, Agreste e Sertão).

3.5.3 Relação de polos de Educação a Distância previstos para a vigência do PDI

Os polos presenciais da UAB/e-Tec que funcionam nos municípios de Maceió, Palmeira dos Índios, Penedo e Piranhas, estão inseridos nos *Campi* do Ifal. Os Polos de Cajueiro, Maragogi, Santana do Ipanema e São José da Laje funcionam em unidades educacionais mantidas pelas prefeituras locais. Em Arapiraca, o polo funciona no *Campus* da Universidade Federal de Alagoas.

3.5.4 Infraestrutura física, tecnológica e de pessoal projetada para a sede e para os polos de Educação a Distância, em consonância com os cursos a serem ofertados

A gestão de cursos na modalidade a distância no Ifal é realizada pela Pró-Reitoria de Ensino, por intermédio da Diretoria de Educação a Distância – Diread. A infraestrutura física, tecnológica e de pessoal dessa Diretoria consiste em espaços que permitem a atuação dos diversos atores que atuam na EaD, dispendo de rede de *internet*, sistemas acadêmicos e de gestão comuns a todo o Ifal (Sipac e Sigaa) e sistemas específicos da Diread (SID e Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA), além de telefonia fixa e móvel.

A Diread é composta pelo Diretor de Educação a Distância, pelo Coordenador de Ensino EaD, pelo Coordenador de Administração e Infraestrutura e por mais 10 (dez) servidores efetivos, sendo: 02 Técnicos de Tecnologia da Informação, 03 Técnicos em Assuntos Educacionais, 02 Assistentes em Administração, 01 Programador Visual e 01 Telefonista. Além disso, a Diread conta com bolsistas vinculados ao Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB/Capes) e bolsistas

vinculados ao Sistema Escola Técnica Aberta do Brasil (Rede e-Tec Brasil) da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica Setec/MEC. Nos dois programas temos coordenadores gerais e adjuntos, coordenadores de curso, de tutoria e equipe multidisciplinar, além dos professores e tutores (presenciais e a distância).

Todos os polos presenciais dispõem de estrutura física que contemplam as indicações exigidas pela Diretoria de Educação a Distância da Capes (DED/Capes), com salas de aula equipadas com multimídia, laboratório de informática, laboratórios específicos para as áreas que necessitam desse espaço, biblioteca com acervo bibliográfico nas áreas ofertadas (física e virtual) e rede de *internet*. No que se refere à estrutura física dos polos, as salas de aula, laboratórios e demais dependências são acessíveis às pessoas com necessidades específicas.

3.5.5 Descrição das metodologias e das tecnologias adotadas e sua correlação com os projetos pedagógicos dos cursos previstos

A concepção de um curso a distância tem peculiaridades que a distinguem da modalidade presencial. Assim, por suas características, a educação a distância considera o aluno como sujeito de sua aprendizagem, o qual necessita desenvolver autonomia e independência em relação ao professor, que o orienta no sentido do “aprender a aprender e aprender a fazer” (DELLORS, 2002).

Os materiais didáticos devem ser pensados e produzidos em consonância com as especificidades da educação a distância, levando em conta as TDIC (Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação), as quais devem facilitar, em grande escala, a comunicação, a troca e a aquisição de informação.

Considerando que a educação a distância aponta para a necessidade do estudo colaborativo e/ou cooperativo, a atuação docente e da tutoria tem sido importante não somente como elemento motivador, mas, também, como forma de garantir a permanência e o êxito dos estudantes.

Assim, o desenvolvimento de um curso ofertado na modalidade a distância envolve procedimentos que devem ser adotados pela equipe que o constitui, tais como:

- estabelecimento de um calendário acadêmico com datas de início e fim de cada componente curricular e dos períodos/semestres letivos;
- apresentação dos conteúdos de todos os componentes curriculares no AVA;
- criação de um espaço, no AVA, destinado à comunicação entre professores-estudantes, estudantes-tutores e estudantes-estudantes, seguindo os princípios da cooperação, do respeito e da autonomia, de modo a alcançar os objetivos pedagógicos propostos;

- relação dialógica como princípio, em um processo de desenvolvimento capaz de conduzir os diferentes sujeitos a uma unidade de ação, tornando-os engajados na tessitura dessa rede real e virtual na qual o curso está inserido;
- procedimentos metodológicos condizentes com o ensino a distância (leituras/atividades/participação nos fóruns de discussão/consultas a Banco de Dados e endereços selecionados) adotados de acordo com a natureza do objeto de estudo de cada componente curricular;
- encontros presenciais obrigatórios, realizados ao longo do curso, buscando oportunizar as vivências necessárias para a produção do conhecimento;
- acesso permanente aos polos presenciais para que os estudantes possam realizar suas atividades didáticas, bem como suporte para realizá-las.

3.5.6 Professores e tutores

A atuação docente visa atender aos estudantes, individual e coletivamente, tendo o professor e o tutor como sujeitos que podem responder com exatidão sobre o desempenho, as características, as dificuldades, os desafios e os progressos de cada um deles. Além do professor, o ensino a distância no Ifal dispõe de dois tipos de tutoria: presencial e a distância. Um dos papéis importantes da tutoria é o de articulação e de suporte ao estudo cooperativo, de modo a garantir, a partir da articulação com os professores, a construção coletiva do conhecimento.

a) Professor

O professor é o sujeito que, em articulação com os tutores, orienta o estudo e a aprendizagem – corresponde à função do professor do ensino presencial; prepara os planos de ensino, bem como o Ambiente Virtual de Aprendizagem; deve estar em constante reflexão sobre sua prática, atualizando-se em teorias e metodologias para os processos de ensino/aprendizagem e avaliação, fornecendo *feedback* aos estudantes.

b) Tutoria presencial

Esse tipo de tutoria é de grande importância, uma vez que possibilita o contato pessoal do tutor com o estudante. No tipo presencial, o tutor será presença constante, reunindo-se com os estudantes já no início do curso, para apresentação dos procedimentos inerentes à sua função. Os encontros com a tutoria presencial representam momentos de acompanhamento dos estudantes nos mais diversos aspectos inerentes à sua formação.

c) Tutoria a distância

Os tutores a distância farão o acompanhamento das atividades dos estudantes no AVA, esclarecendo dúvidas e prestando informações acerca de questões pedagógicas relacionadas aos componentes curriculares. O desafio da

tutoria a distância é o de responder prontamente às dúvidas e às solicitações dos estudantes.

3.5.7 Material didático

Dentre os elementos importantes em um processo de ensino/aprendizagem, o material didático é um dos mais relevantes. A produção, a seleção e o uso de materiais didáticos são determinantes para o educador no que diz respeito ao alcance dos seus objetivos pedagógicos. Cadernos temáticos, vídeo aulas, *e-books*, apresentações, jogos digitais, entre outros, são exemplos de materiais didáticos comumente utilizados no ensino a distância do Ifal.

3.5.8 Encontros presenciais

Os encontros presenciais são realizados para estudos e para avaliação da aprendizagem, tendo como finalidades a troca de experiências entre estudantes, apresentação dos conteúdos dos componentes curriculares, introdução de novas atividades e aplicação de instrumentos de avaliação.

3.5.9 Previsão da capacidade de atendimento do público-alvo

Considerando a infraestrutura física e de pessoal dos polos presenciais e da Diread, o Ifal tem capacidade de atender a um quantitativo de 2000 (dois mil) estudantes distribuídos nos cursos a distância nos níveis médio e superior, além de pós-graduação *lato sensu*.

Para esse atendimento, os estudantes contam, nos polos e na Diread, com a atuação de professores, coordenadores de polo, de curso, de tutoria, tutores presenciais e acompanhamento *on line*, por professores, tutores e/ou professores mediadores a distância.

3.6 Implantação e desenvolvimento de cursos da Instituição

A proposta de novos cursos deve estar justificada pelo debate com a comunidade, pela demanda dos arranjos produtivos, culturais e sociais, pelo mapeamento da realidade da região e pelo levantamento de dados, conforme os procedimentos estabelecidos para a criação e adequação de cursos nos *Campi* do Ifal.

Os princípios norteadores da concepção de abertura de novos cursos pelo Ifal em todos os níveis de ensino, etapas e modalidades educativas são:

a) Estudo da demanda

O indicativo da oferta do curso dar-se-á mediante estudo e pesquisa no setor produtivo, ouvida a comunidade em suas aspirações e interesses, além da coleta de dados e indicadores oficiais acerca do contexto socioeconômico e cultural, para detectar possíveis demandas, em fontes oficiais de pesquisa – Arranjos Produtivos Locais, IBGE, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Secretarias Estaduais e Municipais e outros órgãos de pesquisa.

b) Condições de exequibilidade

As demandas devem estar identificadas com a vocação da Instituição/*Campus* e as suas reais condições de exequibilidade – recursos humanos, infraestrutura física e orçamentária – assim como o que foi proposto neste PDI e no *Acordo de Metas e Compromissos* firmado com o MEC.

c) Disponibilidade de infraestrutura

Constatada a necessidade de criação de um novo curso, deve-se considerar a disponibilidade e a previsão de instalações e equipamentos suficientes para atender a tal necessidade, resguardando-se a existência das instalações básicas dispostas nos *Catálogos Nacionais dos Cursos* e no *Instrumento de Avaliação dos Cursos Superiores*, publicados pelo MEC.

São critérios de implantação de cursos:

- Alinhamento do PDI com as áreas de atuação, a vocação e a missão do Ifal;
- Atendimento às demandas da sociedade, relacionadas às temáticas dos cursos e à vocação da região territorial;
- Existência de viabilidade orçamentária e de recursos humanos;
- Atendimento ao Acordo de Metas assinado com o MEC;
- Alinhamento com as diretrizes e metas do Plano Nacional de Educação (PNE) para o decênio 2014-2024;
- Atendimento ao estabelecido como missão na Lei de Criação dos Institutos (Lei nº 11.892/2008);
- Adequação do PPC aos normativos nacionais e institucionais.

Compreendendo seu papel e sua importância estratégica, o Ifal vem envidando esforços no sentido de contribuir para a melhoria da qualidade da educação do Estado de Alagoas, o que se reflete, nos cursos atualmente ofertados, e na previsão de implantação dos cursos da Educação Básica: técnico integrado ao ensino médio e técnico subsequente, bem como os cursos do Ensino Superior, apresentados no **Quadro 3**.

d) Ampliação das instalações físicas

As obras necessárias para atender os cursos e a estrutura administrativa do Ifal, previstas para o período de 2019 a 2023, encontram-se listadas no Capítulo 6 (Políticas de Gestão) deste PDI, seção 6.1.6, como iniciativas para o objetivo estratégico “Otimizar a oferta de cursos e número de vagas, garantindo a infraestrutura física e tecnológica adequadas para o desempenho das atividades acadêmicas e administrativas”.

Quadro 3: Relação de cursos da Educação Básica e do Ensino Superior a serem implantados por Campus/Ifal, a partir de 2019

Campus	Curso	Nível	Tipo	Modalidade	Eixos tecnológicos	Abertura
Arapiraca	Logística	Ed. Básica	Técnico Subsequente	Presencial	Gestão e Negócios	2019
	Sistemas de Informação	Superior	Bacharelado	Presencial	-	2019
	Letras-Português	Superior	Licenciatura	Presencial	-	2019
	Tecnologia em Educação e Processos de Trabalho	Superior	Tecnológico	EaD	-	2020
	Docência na Educação Profissional	Superior	Pós-graduação <i>lato sensu</i>	EaD	-	2020
	Física	Superior	Licenciatura	Presencial	-	2023
Batalha	Biotechnology	Ed. Básica	Técnico Integrado	Presencial	Produção Industrial	2020
Benedito Bentes	Desenvolvimento Organizacional	Superior	Pós-graduação <i>lato sensu</i>	EaD	-	2019
	Administração	Ed. Básica	Técnico Integrado	Presencial	Gestão e Negócios	2022
	Comércio	Ed. Básica	Técnico Integrado/EJA	Presencial	Gestão e Negócios	2022
	Saúde do Idoso	Ed. Básica	Especialização Técnica	Presencial	Ambiente e Saúde	2022
Coruripe	Mecânica	Ed. Básica	Técnico Integrado	Presencial	Controle e Processos Industriais	2019
	Mecânica	Ed. Básica	Subsequente	Presencial	Controle e Processos Industriais	2020
	Soldagem	Ed. Básica	Técnico Integrado/EJA	Presencial	Controle e Processos Industriais	2021
Maceió	Tecnologia em Educação e Processos de Trabalho	Superior	Tecnológico	EaD	-	2020
	História de Alagoas	Superior	Pós-graduação <i>lato sensu</i>	Presencial	-	2020

	Design de Interiores	Superior	Pós-graduação <i>lato sensu</i>	Presencial	-	2021
Maragogi	Tecnologia em Educação e Processos de Trabalho	Superior	Tecnológico	EaD	-	2020
	Docência na Educação Profissional	Superior	Pós-graduação <i>lato sensu</i>	EaD	-	2020
	Ciências da Natureza e Matemática	Superior	Pós-graduação <i>lato sensu</i>	Presencial	-	2020
	Linguagens	Superior	Pós-graduação <i>lato sensu</i>	Presencial	-	2020
	Restaurante e Bar	Ed. Básica	Técnico Integrado/EJA	Presencial	Turismo, Hospitalidade e Lazer	2021
	Horticultura	Superior	Tecnológico	Presencial	Recursos Naturais	2021
Murici	Alimentos	Ed. Básica	Técnico Integrado/EJA	Presencial	Produção Alimentícia	2020
	Tecnologia em Educação e Processos de Trabalho	Superior	Tecnológico	EaD	-	2020
	Docência na Educação Profissional	Superior	Pós-graduação <i>lato sensu</i> sensu	EaD/Polo São José da Laje	-	2020
	Ensino de Ciências e Matemática	Superior	Pós-graduação <i>lato sensu</i>	Presencial	-	2021
	Sistemas de Produções Agroecológicas e Agroalimentares	Superior	Pós-graduação <i>lato sensu</i>	Presencial	-	2021
Palmeira dos Índios	Tecnologia em Educação e Processos de Trabalho	Superior	Tecnológico	EaD	-	2020
	Engenharia da Computação	Superior	Bacharelado	Presencial	-	2021
	Segurança do Trabalho	Ed. Básica	Técnico Integrado	Presencial	Segurança	2023
Penedo	Química	Ed. Básica	Técnico Integrado	Presencial	Produção Industrial	2019
	Tecnologia em Educação e Processos de Trabalho	Superior	Tecnológico	EaD	-	2020
	Docência na Educação Profissional	Superior	Pós-graduação <i>lato sensu</i>	EaD	-	2020
	Educação Ambiental e Sustentabilidade	Superior	Pós-graduação <i>lato sensu</i>	Presencial	-	2020
	Biocombustíveis	Ed. Básica	Técnico Integrado	Presencial	Produção Industrial	2022
Piranhas	Física	Superior	Licenciatura	Presencial	-	2019
	Agropecuária	Ed. Básica	Técnico	Presencial	Recursos	2020

			Integrado		Naturais	
	Docência na Educação Profissional	Superior	Pós-graduação <i>lato sensu</i>	EaD	-	2020
	Matemática	Superior	Licenciatura	Presencial	-	2022
Santana do Ipanema	Desenvolvimento Sustentável para o semiárido	Superior	Pós-graduação <i>lato sensu</i>	Presencial	-	2019
	Administração	Superior	Bacharelado	Presencial	-	2020
	Tecnologia em Educação e Processos de Trabalho	Superior	Tecnológico	EaD	-	2020
São Miguel dos Campos	Informática	Ed. Básica	Técnico Integrado	Presencial	Informação e Comunicação	2021
	Informática	Ed. Básica	Subsequente	Presencial	Informação e Comunicação	2022
	Engenharia de Segurança do Trabalho	Superior	Pós-graduação <i>lato sensu</i>	Presencial	-	2022
Satuba	Sistema de Integração Lavoura-Pecuária Floresta	Superior	Pós-graduação <i>lato sensu</i>	Presencial	-	2021
	Ciências de Alimentos	Superior	Pós-graduação <i>lato sensu</i>	Presencial	-	2021
Viçosa	Administração	Ed. Básica	Técnico Integrado	Presencial	Gestão e Negócios	2021

Fonte: Elaboração Ifal.

3.7 Projeto Acervo Acadêmico Digital

O Projeto Acervo Acadêmico Digital busca o cumprimento do disposto no inciso VIII, Art. 21, do Decreto nº 9.235, de 2017, que determina que o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI deve conter o “projeto de acervo acadêmico em meio digital, com a utilização de método que garanta a integridade e a autenticidade de todas as informações contidas nos documentos originais”, o que cumpre também ao dispositivo relacionado à “Gestão de Documentos”, conforme Lei de Arquivos nº 8.159/1991.

Entretanto, tendo como base a Lei nº 11.892, de 2008, que cria os Institutos Federais, todas as finalidades e objetivos da instituição possuem sentido utilitário no atendimento à comunidade, ao cidadão, ao desenvolvimento local e regional, o que torna importante, ao se projetar um Acervo Acadêmico Digital, considerar a Lei de Acesso à Informação, nº 12.527, de 2011, incisos I, II, III, IV e V do art. 3º:

Os procedimentos previstos nesta Lei destinam-se a assegurar o direito fundamental de acesso à informação e devem ser executados em

conformidade com os princípios básicos da administração pública e com as seguintes diretrizes:

- I – observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção;
- II – divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitações;
- III – utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação;
- IV – fomento ao desenvolvimento da cultura de transparência na administração pública;
- V – desenvolvimento do controle social da administração pública.

Isso porque o escopo das ações decorrentes do objetivo e resultados esperados desse projeto resultará nos procedimentos e operações técnicas à produção, recolhimento, arquivamento e acesso para guarda permanente do conjunto de documentos produzidos e recebidos pelo Ifal, referentes à vida acadêmica dos estudantes e necessários para comprovar seus estudos, documentos produzidos e recebidos em decorrência do exercício das atividades de Ensino.

3.7.1 Acervo acadêmico

Considera-se acervo acadêmico o conjunto de documentos produzidos e recebidos por instituições de ensino públicas ou privadas, decorrentes das suas atividades-fim, que compreendem o ensino, pesquisa, extensão e assistência estudantil; dizem respeito à vida acadêmica do estudante e são necessários para comprovar seus estudos.

Nesse sentido, em consonância com a Política Arquivística de Documentos do Ifal, aprovada pelo Conselho Superior em 11 de junho de 2018 e com a Portaria nº 315, de 4 de abril de 2018, compete às instituições federais de ensino a gestão, guarda, manutenção e organização desses acervos por meio de instrumentos de gestão próprios, como o Código de Classificação de Documentos de Arquivo relativos às atividades-fim das Instituições Federais de Ensino e a Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivos relativos às atividades-fim das Instituições Federais de Ensino.

Dar-se-á a gestão arquivística dos acervos acadêmicos nos *Campi* do Instituto Federal de Alagoas mediante a designação, em cada *Campus*, de um servidor como Depositário do Acervo Acadêmico – DAA, responsável pela guarda e conservação desse acervo, assim como o atendimento a outras demandas diretamente relacionadas às atividades de reconhecimento e credenciamento de cursos, além do corpo funcional que será responsável pela operacionalização das atividades de gestão arquivística no órgão.

Portanto, cabe ao corpo funcional de cada *Campus* manter organizados os documentos de arquivo que compõem o acervo acadêmico, zelar pela sua qualidade

e preservação, atentar para as formas de produção, tratamento e acesso, assim como cumprir e aplicar as normas e diretrizes emanadas pela Coordenadoria de Arquivo/Proad.

3.7.2 Acervo acadêmico digital

Conforme o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, as IES deverão digitalizar o acervo acadêmico, bem como buscar meios para que os documentos dos novos alunos sejam armazenados completamente em meio digital, observando todos os pré-requisitos de garantia da segurança da informação.

A Portaria MEC nº 315, de 03 de maio de 2018, traz em seus artigos 45 e 46 as orientações necessárias para a conversão do acervo acadêmico:

Art. 45. Nos termos do art. 104 do Decreto nº 9.235, de 2017, os documentos e informações que compõem o acervo acadêmico, independente da fase em que se encontrem ou de sua destinação final, conforme Código e Tabela aprovados pela Portaria AN/MJ nº 92, de 2011, deverão ser convertidos para o meio digital, no prazo de vinte e quatro meses, de modo que a conversão e preservação dos documentos obedeçam aos seguintes critérios:

I – os métodos de digitalização devem garantir a confiabilidade, autenticidade, integridade e durabilidade de todas as informações dos processos e documentos originais; e

II – a IES deverá constituir comitê gestor para elaborar, implementar e acompanhar a política de segurança da informação relativa ao acervo acadêmico, conforme definido nesta Portaria, no Marco Legal da Educação Superior e, de maneira subsidiária, em suas normas institucionais.

Art. 46. O acervo acadêmico, oriundo da digitalização de documentos ou dos documentos nato-digitais, deve ser controlado por sistema especializado de gerenciamento de documentos eletrônicos, que possua, minimamente, as seguintes características:

I – capacidade de utilizar e gerenciar base de dados adequada para a preservação do acervo acadêmico digital;

II – forma de indexação que permita a pronta recuperação do acervo acadêmico digital;

III - método de reprodução do acervo acadêmico digital que garanta a sua segurança e preservação; e

IV – utilização de certificação digital padrão ICP-Brasil, conforme disciplinada em lei, pelos responsáveis pela mantenedora e sua mantida, para garantir a autenticidade, a integridade e a validade jurídica do acervo¹.

1 Portaria nº 315, de 4 de abril de 2018. Dispõe sobre os procedimentos de supervisão e monitoramento de instituições de educação superiores integrantes do sistema federal de ensino e de cursos superiores de graduação e de pós-graduação *lato sensu*, nas modalidades presencial e a distância. Disponível em: <<https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Port-MEC-315-2018-04-04.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2019.

3.7.3 Plano de trabalho

O Projeto Acervo Acadêmico Digital necessitará do envolvimento e participação de diversas áreas e servidores. Para isso, seguem as ações necessárias para a elaboração projeto do acervo acadêmico:

- realizar visitas técnicas a todos os *Campi*, a fim de identificar a situação de guarda e organização do acervo acadêmico;
- escrever relatório apontando os problemas encontrados e as possíveis soluções (diagnóstico arquivístico);
- apresentar à comunidade os problemas identificados nas visitas e as respectivas soluções;
- elaborar calendário de atividades de identificação e organização do acervo físico (aplicação de instrumentos, de normas e diretrizes da gestão arquivística);
- identificar e selecionar, com auxílio do corpo funcional responsável, os documentos de arquivo que serão digitalizados;
- realizar levantamento dos equipamentos e de pessoal disponível para executar o previsto no art. 104, do Decreto nº 9.235/2017;
- buscar em conjunto com a DTI, soluções para o armazenamento dos dados e implantação de um repositório arquivístico digital confiável, a fim de garantir a segurança da informação;
- implantar o sistema de acervo acadêmico em meio digital;
- criar o calendário de digitalização do acervo acadêmico;
- executar o calendário na sua totalidade;
- produzir, emitir, tramitar e utilizar dos documentos de ensino em ambiente digital.

3.7.4 Resultados esperados

Os resultados esperados são:

- tratamento integral das massas documentais arquivadas;
- documentos do ensino organizados em padrão institucional;
- sistema de acervo acadêmico digital em consonância com e-ARQ BRASIL²;
- produção, emissão, tramitação e uso de documentos em ambiente digital;
- acervo acadêmico digital confiável implantado, garantindo a integridade e autenticidade dos documentos originais; e

2 e-ARQ Brasil é um modelo de requisitos para sistemas informatizados de gestão arquivística de documentos elaborado no âmbito da Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos (CTDE) do Conselho Nacional de Arquivos, o qual define uma especificação de requisitos a serem cumpridos pela organização produtora/recebedora.

- séries documentais do ensino digitalizadas.

3.8 Infraestrutura física e instalações acadêmicas

3.8.1 Sistema de bibliotecas

Uma biblioteca com infraestrutura e instalações adequadas apoia e fortalece o projeto pedagógico dos cursos do Ifal, assim como amplia as condições para o êxito do processo educativo. Para isso, é importante dispensar muita atenção na:

- expansão e construção de espaço físico para o funcionamento adequado;
- aquisição de equipamentos e materiais para aprimorar a realização de serviços;
- contratação de recursos humanos para suprir as demandas de usuários e serviços;
- implementação de acessibilidade física e de tecnologias assistivas para necessidades específicas dos usuários.

O Sistema de Bibliotecas do Instituto Federal de Alagoas – Sibi/Ifal está em fase de estruturação e tem como missão prover o acesso e disseminar a informação para a comunidade interna e externa ocupando um papel de destaque no apoio às atividades de ensino, pesquisa e extensão.

O sistema de gerenciamento de bibliotecas utilizado é o Sigaa – Módulo biblioteca, ainda em fase de inserção de acervo por 12 (doze) bibliotecas e sendo já utilizadas por 4 (quatro) das bibliotecas do Sibi/Ifal.

A biblioteca também possui um espaço virtual no *site* do Ifal, onde algumas informações são disponibilizadas, tais como: documentos, serviços, dados sobre suas unidades, estruturas físicas e divulgação de eventos, bem como se pretende permitir o acesso ao sistema Sigaa.

Anualmente, há disponibilização de recursos orçamentários para aquisição de livros, possibilitando assim a atualização periódica dos seus acervos, dispendo de aproximadamente 29.532 títulos, conforme **Quadro 4**, distribuídos entre os 16 *Campi*, composto por diferentes títulos solicitados nos Projetos Pedagógicos dos Cursos – PPC.

3.8.1.1 Acervo bibliográfico

a) Acervo digital

O Ifal disponibiliza o acesso à Biblioteca Virtual *Pearson* que contém milhares de títulos de mais de 40 áreas do conhecimento e de 20 editoras parceiras, com livre acesso de qualquer local por meio de login e senha do Sigaa. A comunidade acadêmica também possui acesso aos livros e periódicos disponibilizados pelo Portal da Capes, podendo, inclusive, acessar remotamente pela rede CAFe. Essas

plataformas podem ser acessadas de forma simples por meio de *link* disponibilizado no *site* do Ifal.

b) Acervo impresso

Os acervos das bibliotecas são adquiridos conforme os projetos dos cursos, e há verba anual disponibilizada para esse fim.

Quadro 4: Quantitativo do acervo impresso, setembro 2018

CAMPUS	QUANTITATIVO DE TÍTULOS (aproximadamente)	QUANTITATIVO DE EXEMPLARES (aproximadamente)
Arapiraca	1.100	4.527
Batalha	163	320
Benedito Bentes	344	811
Coruripe	559	1.034
Maceió	9.573	23.249
Maragogi	570	1.173
Marechal Deodoro	4.556	9.208
Palmeira dos Índios	4.500	9.000
São Miguel dos Campos	301	951
Santana do Ipanema	984	2.110
Satuba	3.000	6.000
Murici	1.566	4.769
Penedo	1.416	2.825
Piranhas	1.036	4.195
Rio Largo	92	510
Viçosa	156	520
	Total de títulos: 29.532	Total de exemplares: 71.202

Fonte: Elaboração Ifal.

3.8.1.2 Expansão das bibliotecas e atualização do acervo

A política de aquisição e atualização do acervo, bem como os serviços disponibilizados pelas bibliotecas, adequam-se de acordo com cada *Campus*/Polo de ensino, destacando-se: empréstimo de materiais informacionais à comunidade acadêmica, elaboração de ficha catalográfica, auxílio quanto ao uso das normas técnicas de trabalhos acadêmicos, serviço de referência.

No tocante à aquisição e atualização do acervo, são princípios norteadores:

- direcionar do uso racional de recursos financeiros disponíveis;
- estabelecer contratos com distribuidoras que se responsabilizam por adquirir os livros demandados pelos cursos ofertados;
- atender as demandas em menor período de tempo;
- garantir as edições mais recentes dos títulos requeridos;

- adquirir obras em consonância com os Projetos Pedagógicos de Curso – PPC conforme diretrizes estabelecidas pelo MEC;
- constituir o acervo conforme normas instituídas na Política de Desenvolvimento de Coleções – PDC do Sibi/Ifal;
- aprimorar os serviços disponibilizados pelas bibliotecas como forma de auxiliar no desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- estreitar o relacionamento das bibliotecas junto à sua comunidade acadêmica;
- garantir acervo adequado a portadores de necessidades específicas observando suas demandas;
- contribuir com o Repositório Institucional Digital para disseminação das produções acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão do Instituto.

3.8.1.3 Espaço físico

As bibliotecas possuem estrutura diferenciada de acordo com o *Campus* a que estão vinculadas. De maneira geral, contam com guarda-volumes, espaço físico e computadores para a prática de estudos e pesquisas, setor de empréstimo, área do acervo, área com mesas para estudo em grupo e cabines para estudo individual, sala administrativa e sala de reunião.

Todas as bibliotecas funcionam de acordo com os dias e horários das aulas dos *Campi* aos quais estão vinculadas e possuem, no mínimo, um bibliotecário lotado e servidores de apoio, conforme o **Quadro 5** a seguir.

Quadro 5: Espaço físico das bibliotecas, setembro 2018

CAMPUS	ESPAÇO FÍSICO	SERVIDORES LOTADOS	HORÁRIO
Arapiraca	Biblioteca em sede própria.	Bibliotecária: 1, Auxiliares de Biblioteca: 2, Servidora cedida pela prefeitura: 1.	8h às 20h
Batalha	Funcionamento em espaço cedido. Construção do <i>Campus</i> e biblioteca em projeto.	Bibliotecária: 1, Auxiliares de Biblioteca: 2.	7h às 12h / 13h às 18h30 / 19h30 às 22h
Benedito Bentes	Funcionamento em espaço cedido. <i>Campus</i> sem sede própria e sem previsão de construção.	Bibliotecária: 1, Auxiliar de Biblioteca: 1.	9h às 21h
Coruripe	Biblioteca em sede própria.	Bibliotecária: 1, Auxiliares de Biblioteca: 2.	7h às 21h
Maceió	Biblioteca em sede própria. Necessita de novo prédio ou expansão.	Bibliotecárias: 3, Auxiliares de Biblioteca: 3, Técnica-Administrativa: 1.	8h às 22h
Maragogi	Biblioteca em sede própria.	Bibliotecária: 1, Auxiliares de Biblioteca: 2.	7h às 19h
Marechal Deodoro	Biblioteca em sede própria.	Bibliotecária: 1, Auxiliares de Biblioteca: 3	7h às 21h

Murici	Biblioteca em sede própria. Necessita de expansão.	Bibliotecária: 1, Auxiliar de Biblioteca: 1.	7h às 19h
Palmeira dos Índios	Biblioteca em sede própria. Necessita de expansão.	Bibliotecária: 1, Auxiliares de Biblioteca: 1, Porteiros: 3, Pedreiro: 1, Auxiliar Administrativo: 1.	7h às 22h30
Penedo	Biblioteca em sede própria. Necessita de expansão.	Bibliotecária: 1, Auxiliar de biblioteca: 1.	9h às 21h
Piranhas	Biblioteca em sede própria. Necessita de expansão.	Bibliotecário: 1, Auxiliar de Biblioteca: 1.	7h às 22h
Rio Largo	Biblioteca em espaço cedido. <i>Campus</i> e biblioteca sem previsão de construção.	Bibliotecário: 1, Auxiliares de Biblioteca: 2.	7h às 17h
Reitoria	-----	Bibliotecária: 1.	-----
Santana do Ipanema	Biblioteca em espaço provisório com previsão de expansão do atual espaço.	Bibliotecária: 1, Auxiliares de Biblioteca: 2.	7h às 19h
São Miguel dos Campos	Biblioteca em espaço provisório. <i>Campus</i> e biblioteca em projeto.	Bibliotecária: 1, Auxiliar de Biblioteca: 1.	12h às 18h
Satuba	Biblioteca em sede própria. Necessita de novo prédio ou expansão.	Bibliotecárias: 2, Auxiliares de Biblioteca: 2, Assistentes Administrativos: 2.	7h às 21h
Viçosa	Funcionamento em sala de aula cedida. Construção do <i>Campus</i> e biblioteca em projeto.	Bibliotecária: 1, Auxiliares de Biblioteca: 2.	7h às 19h

Fonte: Elaboração Ifal.

3.8.2 Laboratórios

Os laboratórios são concebidos com a finalidade de promover o desenvolvimento científico por meio de atividades de cunho prático. São espaços onde o aluno pode experimentar os assuntos que lhe são mostrados de maneira teórica, complementando o ensino.

Os laboratórios do Ifal estão distribuídos de acordo com os cursos ofertados por cada *Campus*. No **Quadro 6**, a seguir, verifica-se que constam atualmente 175 laboratórios no Ifal, um acréscimo de 45 laboratórios quando comparado ao início do PDI anterior (2014-2018).

Quadro 6: Quantitativo de laboratório por Campus, julho 2018

Campus	Nº Laboratórios
Arapiraca	10
Batalha	6
Benedito Bentes	3
Coruripe	11
Maceió	82
Maragogi	6
Marechal Deodoro	6
Murici	15
Palmeira dos Índios	21
Penedo	11
Piranhas	19
Rio Largo	3
Santana do Ipanema	5
São Miguel dos Campos	2
Satuba	21
Viçosa	4
TOTAL	225

Fonte: Elaboração Ifal.

Nos quadros a seguir (**Quadro 7, Quadro 8, Quadro 9, Quadro 10, Quadro 11, Quadro 12, Quadro 13, Quadro 14, Quadro 15, Quadro 16, Quadro 17, Quadro 18, Quadro 19, Quadro 20, Quadro 21, Quadro 22**), pode-se verificar quais são os tipos de laboratórios existentes em cada *Campus*, relacionados aos cursos ofertados.

Quadro 7: Laboratórios por cursos do *Campus Arapiraca*, agosto de 2019

LABORATÓRIOS CAMPUS ARAPIRACA							
ITEM	CURSO	MODALIDADE				LABORATÓRIOS EXISTENTES	QUANTIDADE
		INTEGRADO	SUBSEQUENTE	LICENCIATURA	BACHARELADO		
1	Informática	x				Laboratório de Informática (compartilhados com todos os cursos)	3
						Laboratório de Matemática/ Física (compartilhado entre todos os cursos da formação geral)	1
						Laboratório de Química/ Biologia (compartilhado entre todos os cursos da formação geral)	1
2	Sistemas de Informática				x	Laboratório de Manutenção de Redes (compartilhado entre Informática e Sistemas de Informática)	1
3	Eletroeletrônica	x	x			Laboratório de Eletrônica da Lógica, Digital e Eletricidade	1
						Laboratório de Automação e Microcontroladores	1
						Laboratório de Máquinas Elétricas, Eficiência Energética e Fontes Renováveis	1
						Laboratório de Instalações Elétricas Prediais e Industriais	1
4	Logística		x			-	-
5	Letras/ Português			x		-	-
TOTAL							10

Fonte: Elaboração Ifal.

Quadro 8: Laboratórios por cursos do *Campus Batalha*, agosto de 2019

LABORATÓRIOS CAMPUS BATALHA					
ITEM	CURSO	MODALIDADE		LABORATÓRIOS EXISTENTES	QUANTIDADE
		INTEGRADO	SUBSEQUENTE		
1	Agroindústria	x	x	Laboratório de Análises Físico-Químicas de Alimentos	1
				Laboratório de Análises Microbiológicas de Alimentos	1
				Laboratório de Processamento de Alimentos I – Frutas e Hortaliças	1
				Laboratório de Processamento de Alimentos II – Carnes, Pescados, Leites e Derivados	1
				Laboratório de Informática	1
				Laboratório de Pesquisa e Extensão - NUPEX	1
TOTAL					6

Fonte: Elaboração Ifal.

Quadro 9: Laboratórios por cursos do *Campus Benedito Bentes*, agosto de 2019

LABORATÓRIOS CAMPUS BENEDITO BENTES					
ITEM	CURSO	MODALIDADE		LABORATÓRIOS EXISTENTES	QUANTIDADE
		INTEGRADO	SUBSEQUENTE		
1	Enfermagem		x	Laboratório de anatomia	1
			x	Laboratório de semiologia/ semiotécnica	1
2	Logística		x	Laboratório de informática (compartilha com Enfermagem)	1
TOTAL					3

Fonte: Elaboração Ifal.

Quadro 10: Laboratórios por cursos do *Campus Coruripe*, agosto de 2019

LABORATÓRIOS CAMPUS CORURIFE					
ITEM	CURSO	MODALIDADE		LABORATÓRIOS EXISTENTES	QUANTIDADE
		INTEGRADO	SUBSEQUENTE		
1	Edificações	x		Laboratório de Informática (compartilhado para os 3 cursos)	2
				Laboratório de Desenho (compartilhado para os 3 cursos)	1
				Laboratório de Química/ Biologia (compartilha Edificações e Mecânica)	1
				Laboratório de Física/ Matemática (compartilha Edificações e Mecânica)	1
				Laboratório de Materiais de Construção e Solos	1
2	Mecânica	x		Laboratório de Topografia/ Instalações	1
				Laboratório de Robótica (compartilha Mecânica e Soldagem)	1
				Laboratório de Estruturas	1
3	Soldagem		x	Laboratório de Ensaio Mecânicos	1
				Laboratório de Soldagem (compartilha Mecânica e Soldagem)	1
TOTAL					11

Fonte: Elaboração Ifal.

Quadro 11: Laboratórios por cursos do Campus Maceió, agosto de 2019

LABORATÓRIOS CAMPUS MACEIÓ									
ITEM	CURSO	MODALIDADE					LABORATÓRIOS EXISTENTES	QUANTIDADE	
		INTEGRADO	SUBSEQUENTE	TECNOLOGIA	LICENCIATURA	BACHARELADO			PROEJA
1	Eletrotécnica						Laboratório de Comandos Industriais	1	
							Laboratório de eletricidade	1	
							Laboratório de GTU	1	
							Laboratório de Ensaio e Automação	1	
							Laboratório de Instalações Elétricas	1	
							Laboratório de Transformadores	1	
							Laboratório de Máquinas Dinâmicas	1	
							Laboratório de Subestação	1	
		x	x			Laboratório/ Canteiro de GTDE	1		
						Laboratório didático de CAD	1		
2	Eletrônica						Laboratório de Eletrônica (B1 a B6)	6	
							Laboratório de Telecomunicação	1	
							Laboratório de Eletrônica C2	1	
							Laboratório de Segurança do Trabalho	1	
				x				Laboratório de Automação e Controle	1
3	Mecânica						Laboratório de CAD	6	
							Laboratório de Tratamento Térmico	1	
							Laboratório de Metalografia	1	
							Laboratório de Ensaio Mecânicos: 1- Ensaio dos materiais 2- Materiais	1	
							Laboratórios de Metrologia Dimensional	1	
							Laboratórios de Máquinas Operatrizes Convencional e CNC	1	
							Laboratório de Caldeiraria	1	
							Laboratório de Refrigeração	1	
							Laboratório de Eletropneumático e Eletrohidráulico	1	
							Laboratórios de Fundição	1	
				x	x			Laboratório de Solda	1
								Laboratórios de Motores	1
4	Edificações						Laboratório de Materiais de Construção	1	
							Laboratório de Pavimentação	1	
							Laboratório de Mecânica dos Solos	1	
							Laboratório de Hidráulica	1	
				x				Laboratório de Desenho (compartilhado com todos os campus)	5
5	Estradas	x				Laboratórios compartilhados com Edificações	1		
6	Química						Laboratório de Física	4	
							Laboratório de Biologia	1	
							Laboratório de Informática	1	
							Laboratório de Microbiologia	1	
				x	x			Laboratório de Bioprocessos	1
						x		Laboratório de Análise Instrumental	1
								Laboratório Bromatologia	1
								Laboratório de Processos	1
								Laboratório de Espectroscopia	1
								Laboratório Química (orgânica/analítica)	1
								Laboratório Eletroanalítica	1
7	Segurança do Trabalho		x				Laboratório de EPis	1	
							Laboratório de Conforto Ambiental	1	
8	Informática para Internet	x					Laboratório de informática	5	
							Laboratório da sala de projetos	1	
9	Sistema de Informação					x	Laboratórios compartilhados		
10	Construção de Edifícios			x			Laboratórios compartilhados		
11	Design de Interiores			x			Laboratório de Desenho	2	
							Laboratório de Materiais e Revestimento	1	
12	Alimentos			x			Laboratório de Síntese	1	
13	Gestão de Turismo			x			Laboratório de hotelaria/ turismo	1	
							Laboratório de hospedagem	1	
14	Hotelaria			x			Laboratórios compartilhados		
15	Ciências Biológicas				x		Laboratório de Biologia	1	
							Laboratório Pedagógico/ Sala de Monitoria	1	
16	Letras/ Português				x		Laboratório Life (compartilhado com os cursos de Licenciatura)	1	
							Laboratório interdisciplinar de formação de educadores life acadêmico (compartilhado com os cursos de Licenciatura)	1	
17	Matemática				x		Laboratório de Matemática	1	
							Laboratório de Monitoria	1	
18	Física				x		Laboratório de Física	1	
19	Artesanato					x	Laboratórios compartilhados		
TOTAL								82	

Fonte: Elaboração Ifal.

Quadro 12: Laboratórios por cursos do *Campus Maragogi*, agosto de 2019

LABORATÓRIOS CAMPUS MARAGOGI					
ITEM	CURSO	MODALIDADE		LABORATÓRIOS EXISTENTES	QUANTIDADE
		INTEGRADO			
1	Agroecologia	x		Laboratório de Agroecologia (preparo de amostras, fitotecnia, fitossanidade, solos e água)	1
				Laboratório de Física e Matemática (compartilhado entre os cursos)	1
				Laboratório de Informática (compartilhado entre os cursos)	1
2	Hospedagem	x		Laboratório de Hospedagem (específico)	1
				Laboratório de Linguagens (compartilhado entre os cursos)	1
				Laboratório de Biologia e Química (compartilhado entre os cursos)	1
TOTAL					6

Fonte: Elaboração Ifal.

Quadro 13: Laboratórios por cursos do *Campus Marechal Deodoro*, agosto de 2019

LABORATÓRIOS CAMPUS MARECHAL DEODORO					
ITEM	CURSO	MODALIDADE		LABORATÓRIOS EXISTENTES	QUANTIDADE
		INTEGRADO	TECNOLOGIA		
1	Cozinha (Proeja)	x		Laboratório de Cozinha	1
2	Hospedagem (Proeja)	x		Laboratório de Informática (compartilhado entre os cursos)	1
3	Guia de Turismo	x		-	1
4	Meio Ambiente	x		Laboratório de Física	1
5	Gestão Ambiental		X	Laboratório de Química	1
				Laboratório de Química aplicada	1
TOTAL					6

Fonte: Elaboração Ifal.

Quadro 14: Laboratórios por cursos do *Campus* Murici, agosto de 2019

LABORATÓRIOS CAMPUS MURICI				
ITEM	CURSO	MODALIDADE	LABORATÓRIOS EXISTENTES	QUANTIDADE
		INTEGRADO		
1	Agroindústria	x	Laboratório de Análises de Microbiologia de Alimentos	1
			Laboratório de Físico-Químicas de Alimentos	1
			Laboratório de Produtos de Origem Animal Carnes	1
			Laboratório de Produtos de Origem Animal Pescado e Mel	1
			Laboratório de Produtos de Origem Vegetal	1
			Laboratório de Física/ Matemática (compartilhado entre todos os cursos da formação geral)	1
2	Agroecologia	x	Laboratório de Biotecnologia	1
			Laboratório de Fitossanidade	1
			Laboratório de Fitotécnica	1
			Laboratório de Nutrição de Plantas	1
			Laboratório de Produção Vegetal	1
			Laboratório de Solos	1
			Laboratório de Química/ Biologia (compartilhado entre todos os cursos da formação geral)	1
			Laboratório de Informática (compartilhado entre todos os cursos da formação geral)	1
			Laboratório de Línguas (compartilhado entre todos os cursos da formação geral)	1
TOTAL				15

Fonte: Elaboração Ifal.

Quadro 15: Laboratórios por cursos do *Campus* Palmeira dos Índios, agosto de 2019

LABORATÓRIOS CAMPUS PALMEIRA DOS ÍNDIOS							
ITEM	CURSO	MODALIDADE				LABORATÓRIOS EXISTENTES	QUANTIDADE
		INTEGRADO	SUBSEQUENTE	TECNOLOGIA	BACHARELADO		
1	Edificações	x				Laboratório de Desenho e CAD	1
						Laboratório de Desenho	1
2	Informática	x				Laboratório de Informática	3
						Laboratório de Manutenção de Computadores	1
3	Segurança do Trabalho		x			Laboratório de Segurança do Trabalho	1
4	Engenharia Civil (bacharelado)				x	Laboratório de Materiais de Construção I e II (compartilhado entre Edificações e Engenharia Civil)	1
						Laboratório de Mecânica dos Solos I e II (compartilhado entre Edificações e Engenharia Civil)	1
						Laboratório de Topografia (compartilhado entre Edificações e Engenharia Civil)	1
						Laboratório de Hidráulica	1
5	Eletrotécnica	x				Laboratório de Instalações elétricas e acionamentos elétricos (compartilhado entre Eletrotécnica, Sistemas Elétricos, Laboratório de Eletricidade Básica (compartilhado entre Eletrotécnica, Sistemas Elétricos, Engenharia Elétrica e Laboratório de Máquinas Elétricas (compartilhado entre Eletrotécnica, Sistemas Elétricos e Engenharia Elétrica)	1
						Laboratório de Eletrônica (compartilhado entre Eletrotécnica, Sistemas Elétricos e Engenharia Elétrica)	1
6	Sistemas Elétricos			x		Laboratório de Automação Industrial e Microcontroladores (compartilhado entre Eletrotécnica, Sistemas Elétricos e Laboratório de Biologia (compartilhado entre todos os cursos)	1
						Laboratório de Química (compartilhado entre todos os cursos)	1
7	Engenharia Elétrica				x	Laboratório de Física (compartilhado entre todos os cursos)	1
						Laboratório de Matemática (compartilhado entre todos os cursos)	1
						Laboratório de Tecnologia e Avaliação da Performance Humana (compartilhado entre todos os cursos)	1
TOTAL							21

Fonte: Elaboração Ifal.

Quadro 16: Laboratórios por cursos do *Campus Penedo*, agosto de 2019

LABORATÓRIOS CAMPUS PENEDO					
ITEM	CURSO	MODALIDADE		LABORATÓRIOS EXISTENTES	QUANTIDADE
		INTEGRADO	SUBSEQUENTE		
1	Açúcar e Álcool	x		Laboratório de artes (compartilhado entre os 3 cursos)	1
				Laboratório de desenho (compartilhado entre os 3 cursos)	1
				Laboratório de Informática (compartilhado entre os 3 cursos)	2
				Laboratório de Mecânica dos Fluidos (compartilhado entre Açúcar e Álcool e Química)	1
2	Meio Ambiente	x		Laboratório de Biologia (compartilhado entre os 3 cursos)	1
				Laboratório de Açúcar e Álcool (compartilhado entre os 3 cursos)	1
				Laboratório de Meio Ambiente (compartilhado entre os 3 cursos)	1
3	Química		x	Laboratório de Processos Químicos – (compartilhado entre Açúcar e Álcool e Química)	1
				Laboratório de Química (compartilhado entre os 3 cursos)	1
				Laboratório de Matemática e Física (compartilhado entre os 3 cursos)	1
TOTAL					11

Fonte: Elaboração Ifal.

Quadro 17: Laboratórios por cursos do *Campus Piranhas*, agosto de 2019

LABORATÓRIOS CAMPUS PIRANHAS								
ITEM	CURSO	MODALIDADE					LABORATÓRIOS EXISTENTES	QUANTIDADE
		INTEGRADO	SUBSEQUENTE	BACHARELADO	LICENCIATURA	PROEJA		
1	Agroindústria	x					Laboratório de Físico-Química e Pós-colheita (compartilhado entre Agroindústria e Alimentos)	1
							Laboratório de Microbiologia Geral e de Alimentos (compartilhado entre Agroindústria e Alimentos)	1
2	Alimentos (Proeja)					x	Laboratório de Produção de Alimentos (compartilhado entre Agroindústria e Alimentos)	1
							Laboratório de Produção de Análise Sensorial (compartilhado entre Agroindústria e Alimentos)	1
3	Agroecologia	x					Laboratório de Produção Vegetal (compartilhado entre Agroecologia e Engenharia Agrônoma)	1
							Laboratório de Irrigação e Drenagem (compartilhado entre Agroecologia e Engenharia Agrônoma)	1
							Laboratório de Fertilidade do Solo e Nutrição Mineral de Plantas (compartilhado entre Agroecologia e Engenharia Agrônoma)	1
							Laboratório de Zootecnia (compartilhado entre Agroecologia e Engenharia Agrônoma)	1
							Sala Quente (compartilhado entre Agroecologia e Engenharia Agrônoma)	1
4	Engenharia Agrônoma					x	Laboratório de Melhoramento Vegetal (compartilhado entre Agroecologia e Engenharia Agrônoma)	1
							Laboratório de Física e Classificação do Solo (compartilhado entre Agroecologia e Engenharia Agrônoma)	1
							Laboratório de Topografia (compartilhado entre Agroecologia e Engenharia Agrônoma)	1
5	Física					x	Laboratório de Química (compartilhado entre todos os cursos)	1
							Laboratório de Biologia (compartilhado entre todos os cursos)	1
							Laboratório de Informática (compartilhado entre todos os cursos)	1
							Laboratório de Física I (compartilhado entre todos os cursos)	1
							Laboratório de Física II (compartilhado entre todos os cursos)	1
							Laboratório de Pesquisa em Ensino de Matemática e Física (compartilhado entre todos os cursos)	1
							Laboratório de Desenho Técnico I (compartilhado entre todos os cursos)	1
Laboratório de Desenho Técnico II (compartilhado entre todos os cursos)	1							
TOTAL							19	

Fonte: Elaboração Ifal.

Quadro 18: Laboratórios por cursos do Campus Rio Largo, agosto de 2019

LABORATÓRIOS CAMPUS RIO LARGO					
ITEM	CURSO	MODALIDADE		LABORATÓRIOS EXISTENTES	QUANTIDADE
		INTEGRADO	SUBSEQUENTE		
1	Informática para internet		x	Laboratório de Informática	3
TOTAL					3

Fonte: Elaboração Ifal.

Quadro 19: Laboratórios por cursos do *Campus* Santana do Ipanema, agosto de 2019

LABORATÓRIOS CAMPUS SANTANA DO IPANEMA					
ITEM	CURSO	MODALIDADE		LABORATÓRIOS EXISTENTES	QUANTIDADE
		INTEGRADO	SUBSEQUENTE		
1	Administração	x		Laboratório de Informática (compartilhado entre os cursos)	1
				Laboratório de Desenho (compartilhado entre os cursos)	1
2	Agropecuária	x	x	Laboratório de Ciências (compartilhado entre os cursos)	1
				Laboratório de Água, Solo e Planta	1
				Laboratório de Bromatologia	1
TOTAL					5

Fonte: Elaboração Ifal.

Quadro 20: Laboratórios por cursos do *Campus* São Miguel dos Campos, agosto de 2019

LABORATÓRIOS CAMPUS SÃO MIGUEL DOS CAMPOS					
ITEM	CURSO	MODALIDADE		LABORATÓRIOS EXISTENTES	QUANTIDADE
		INTEGRADO	SUBSEQUENTE		
1	Segurança do Trabalho		x	Laboratório de Segurança	1
				Laboratório de Informática	1
TOTAL					2

Fonte: Elaboração Ifal.

Quadro 21: Laboratórios por cursos do Campus Satuba, agosto de 2019

LABORATÓRIOS CAMPUS SATUBA							
ITEM	CURSO	MODALIDADE				LABORATÓRIOS EXISTENTES	QUANTIDADE
		INTEGRADO	SUBSEQUENTE	TECNOLOGIA	PROEJA		
1	Agroindústria	x				Laboratório de Análise Sensorial (compartilhado com Laticínio)	1
						Laboratório de Físico-química	1
						Laboratório de processamento de carnes (compartilhado com Alimentos)	1
						Laboratório de processamento de frutas (compartilhado com Alimentos)	1
						Laboratório de processamento de leite (compartilhado com Alimentos)	1
2	Agropecuária	x	x			Laboratório de Agronomia	1
						Laboratório de Aquicultura	1
						Laboratório de Apicultura	1
						Laboratório de Avicultura	1
						Laboratório de Bovinocultura	1
						Laboratório de Caprino/ ovinocultura	1
						Laboratório de Suinocultura	1
						Laboratório de Horticultura	1
						Laboratório de Fruticultura	1
						Laboratório de culturas anuais	
3	Laticínios			x	Laboratório de Biologia (compartilhado com todos)	1	
					Laboratório de Química (compartilhado com todos)	1	
4	Informática				x	Telecentro com 10 máquinas obsoletas (compartilhado com todos)	1
						Laboratório de Informática (compartilhado com todos)	1
5	Alimentos				x	Laboratório de Física (compartilhado com todos)	1
						Laboratório de Microbiologia (compartilhado com todos)	1
						Laboratório de Desenho, topografia e construções rurais (compartilhado com todos)	1
TOTAL							21

Fonte: Elaboração Ifal.

Quadro 22: Laboratórios por cursos do Campus Viçosa, agosto de 2019

LABORATÓRIOS CAMPUS VIÇOSA						
ITEM	CURSO	MODALIDADE		LABORATÓRIOS EXISTENTES	QUANTIDADE	
		INTEGRADO	SUBSEQUENTE			
1	Informática para Internet	x	x	Laboratório de informática	3	
2	Administração		x	Laboratório de Administração	1	
TOTAL						4

Fonte: Elaboração Ifal.

3.9 Serviços de atendimento aos estudantes

A Política de Assistência Estudantil do Ifal (Resolução/Consup nº 16, de 11 de dezembro de 2017) tem por finalidade possibilitar condições para o acesso, a permanência com qualidade e a conclusão com êxito das/os estudantes e descreve os programas e serviços ofertados para os estudantes, conforme segue.

3.9.1 Programas universais

Têm como objetivo atender às/aos estudantes, de acordo com suas necessidades e demandas, sem critérios de seleção.

a) Programa de Assistência à Saúde (Pass), vinculado ao Setor de Saúde Escolar – composto por profissionais das áreas de Enfermagem, Medicina, Nutrição e Odontologia –, caracteriza-se pela assistência primária individual de saúde às/aos estudantes, nos *Campi* do Ifal, visando ao bem-estar e à qualidade de vida, de modo a contribuir para sua permanência com qualidade e conclusão com êxito nos cursos desta Instituição.

b) Programa de Educação Alimentar e Nutricional (Pea) vinculado ao Serviço de Alimentação e Nutrição Escolar (Sane) e executado por profissionais de Nutrição do Ifal, é o conjunto de ações formativas voltadas para a orientação alimentar e nutricional, de caráter contínuo e permanente, com foco na promoção do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e na garantia da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), abordando recursos educacionais que favoreçam a reflexão e o diálogo junto às/aos estudantes, considerando todas as fases do curso da vida, as interações e os significados que compõem o comportamento alimentar.

c) Programa de Qualidade na Produção de Refeições (PQPR), vinculado ao Serviço de Alimentação e Nutrição Escolar (Sane) e executado por nutricionistas do Ifal, determina os procedimentos de supervisão, acompanhamento e avaliação das Unidades Produtoras de Refeições (UPR), primando pela segurança alimentar e nutricional dos alimentos servidos aos estudantes no Ifal.

d) Programa Aprendizagem e Psicologia (PAP), vinculado ao Serviço de Psicologia de cada *Campus*, é caracterizado por ações/intervenções voltadas à aprendizagem.

e) O Programa de Intervenção Psicológica (PIP), vinculado ao Serviço de Psicologia de cada *Campus*, é um conjunto de ações voltado ao diálogo entre a Psicologia e a/o estudante.

f) Programa de Orientação Profissional (POP), vinculado ao Serviço de Psicologia de cada *Campus*, é caracterizado pelo acompanhamento das/os estudantes no processo de escolha profissional.

g) Programa de Acompanhamento Social (PAS), vinculado ao Serviço Social, caracteriza-se por um atendimento permanente que busca a viabilização de recursos institucionais internos e externos, mantendo um processo de articulação com a/o estudante e sua família.

h) Programa de Assistência às/aos Estudantes com Necessidades Específicas (Paene), vinculado ao Núcleo de Atendimento às Pessoas com

Necessidades Específicas (Napne) de cada *Campus*, é caracterizado pelo acompanhamento educacional das/os estudantes com deficiência, com altas habilidades/superdotação, com transtornos globais do desenvolvimento ou outros transtornos de aprendizagem. Este Núcleo atua com base em regulamento próprio (Resolução/Consup nº 45, de 22 de dezembro 2014).

i) Programa Inter-Ação (PIA), vinculado à Gestão da AE, é um conjunto de ações educativas, de caráter permanente, voltadas para a construção de uma Instituição de Ensino plural e democrática, em uma perspectiva de atuação profissional interdisciplinar.

3.9.2 Programas de seleção

Têm como objetivo oferecer benefícios e serviços, prioritariamente, aos/às estudantes em situação de vulnerabilidade, identificadas/os nos processos de seleção, considerando as legislações pertinentes e a avaliação dos profissionais da AE.

a) Programa Auxílio Permanência (Paup), vinculado ao Serviço Social, caracteriza-se pela transferência de recursos financeiros a estudantes para custear despesas com transporte, alimentação, moradia, creche, atendimento educacional especializado (AEE) ou outras necessidades socioeconômicas caracterizadas por uma situação de risco e/ou vulnerabilidade social.

b) Programa Bolsa de Estudo (PBE), vinculado ao Serviço Social, é o programa de transferência de recursos financeiros destinado às/aos estudantes que participam de programas/projetos de Pesquisa ou Extensão na condição de colaborador/a.

c) Programa de Incentivo às Práticas Artísticas e Desportivas (Pipad), vinculado ao/a Gestor/a da AE do *Campus*, é um programa de transferência de recursos financeiros, por meio de bolsa, que possibilita aos/às estudantes o despertar para as experiências artísticas ou desportivas, que possam proporcionar o reconhecimento de habilidades nas diversas linguagens artísticas (artes visuais, dança, música ou teatro) e em modalidades desportivas.

d) O Programa de Apoio às Atividades Estudantis (Paae), vinculado à Gestão da AE do *Campus*, é o programa de concessão de recursos materiais que engloba o fornecimento de óculos corretivos, fardamento escolar e material didático.

e) Programa de Residência Estudantil (PRE), vinculado à Gestão da AE do *Campus*, consiste na garantia de moradia às/aos estudantes habilitadas/os em processo seletivo, com vistas a assegurar a permanência exitosa no *Campus*.

f) Programa de Apoio à Mobilidade Estudantil (Pame), vinculado à Gestão da AE do *Campus*, é o programa de transferência de recursos financeiros

destinados às/aos estudantes participantes de processos de intercâmbio e eventos acadêmicos 42 internacionais.

g) Programa Auxílio EJA (Paeja), vinculado ao Serviço Social e às Coordenações da Educação de Jovens e Adultos (EJA) dos *Campi*, caracteriza-se pela transferência de recursos financeiros a estudantes matriculadas/os nos cursos de EJA FIC, articulado ao Ensino Médio, e Cursos Técnicos de Nível Médio Integrado, na modalidade EJA, para custear despesas com transporte, alimentação, moradia, creche, AEE e/ou outras necessidades socioeconômicas determinadas por uma situação de risco 44 e/ou vulnerabilidade social.

h) Programa de Alimentação e Nutrição Escolar (Panex), vinculado ao Serviço de Alimentação e Nutrição Escolar (Sane) e executado por profissionais de Nutrição do Ifal, é o programa que permite o acesso gratuito ao refeitório, primando por uma alimentação saudável e adequada, que garanta o atendimento das necessidades nutricionais das/os estudantes durante o período letivo e atue como um elemento pedagógico, caracterizando uma importante ação de educação alimentar e nutricional.

Ressalta-se que, por meio do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (Neabi), institucionalizado pela Resolução/Consup nº 29, de 19 de dezembro de 2018, o Ifal atende demandas específicas dos estudantes, voltadas para temáticas de identidade e relações étnico-raciais, especialmente quanto às populações afro-brasileiras e indígenas.

3.10 Objetivos estratégicos, indicadores, metas e iniciativas do ensino

Os objetivos estratégicos relacionados ao Ensino, assim como os indicadores que verificam seu alcance, estão descritos nos quadros a seguir (**Quadro 23, Quadro 24, Quadro 25, Quadro 26, Quadro 27, Quadro 28 e Quadro 29**):

Quadro 23: Objetivo estratégico 1, indicadores e metas do ensino 2019/2023

Ampliar e fortalecer a rede de relacionamento com setores público e privado, comunidade ou arranjos/grupos sociais e culturais, com vistas ao intercâmbio de experiências e ao estabelecimento de ações formativas e de colaboração.	
Descrição: Estabelecer mecanismos de articulação sistemática com os atores sociais, desenvolvendo convênios e/ou parcerias com instituições nacionais e internacionais, objetivando a reciprocidade de relações nas áreas de Ensino, Pesquisa e Extensão.	
Indicadores	Metas

Nível de satisfação dos beneficiados pelos programas/projetos/ações.	80%
Número de convênios e acordos de cooperação firmados.	25
Número de parcerias firmadas.	25
Número de pessoas beneficiadas formalmente pelos programas/projetos/ações.	6.000

Fonte: Elaboração Ifal.

Iniciativa:

1. Promover e acompanhar as ações de cooperação técnica de interesse recíproco visando à execução de programas de trabalho, projetos, atividades ou eventos junto às redes pública e privada de ensino, às comunidades ou arranjos/grupos sociais e culturais.

Quadro 24: Objetivo estratégico 2, indicadores e metas do ensino 2019/2023

Assegurar aos discentes condições de permanência e conclusão com êxito.	
Descrição: Planejar e desenvolver ações pedagógicas e administrativas, preventivas e corretivas, com vistas ao controle da retenção e da evasão, a ser implementadas nos <i>Campi</i> /polos, observando o estabelecido no Plano Estratégico Institucional de Permanência e Êxito dos Estudantes do Ifal (Peipe).	
Indicadores	Metas
<i>Campi</i> com oferta de alimentação gratuita para estudantes da Educação Básica.	100%
Discentes elegíveis beneficiados com auxílios/bolsas da assistência estudantil.	75%
Eficiência acadêmica.	65%
Matriculados classificados de acordo com a renda familiar <i>per capita</i> .	70%
Percentual de execução das ações do Peipe.	85%
Relação Aluno por Professor (RAP).	20:1
Taxa de conclusão.	25%
Taxa de evasão	15%

Taxa de retenção.	10%
Taxa de discentes atendidos pela assistência estudantil.	50%

Fonte: Elaboração Ifal.

Iniciativas:

1. atualizar e monitorar a execução do Plano Estratégico Institucional de Permanência e Êxito dos Estudantes;
2. elaborar e atualizar normativos de ensino;
3. promover e monitorar as ações integradas da Assistência Estudantil;
4. planejar e acompanhar a reestruturação dos Planos dos Cursos da Educação Básica;
5. planejar e monitorar a reestruturação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação;
6. planejar e monitorar a atualização cadastral da renda familiar *per capita* dos estudantes do Ifal;
7. ampliar o número de discentes atendidos pela Assistência Estudantil;
8. acompanhar a execução da Política de Assistência Estudantil do Ifal;
9. implementar o Programa de Alimentação e Nutrição Escolar do Ifal;
10. fortalecer o protagonismo estudantil;
11. assegurar espaços de atuação do estudante e de suas entidades representativas.

Quadro 25: Objetivo estratégico 3, indicadores e metas do ensino 2019/2023

Criar condições para atender às demandas das pessoas com necessidades específicas e grupos sociais historicamente excluídos.	
Descrição: Promover iniciativas que possibilitem a consolidação das políticas de inclusão do Ifal que contemplam as pessoas com deficiência, superdotados/altas habilidades, com transtornos globais do desenvolvimento, povos indígenas, população negra e quilombolas.	
Indicadores	Metas
Formação em educação inclusiva.	100
Percentual de implantação dos Neabi.	100%
Percentual de salas do Napne equipadas.	60%
Profissionais especializados contratados.	100%

Proporção de concluintes com necessidades específicas.	43%
--	-----

Fonte: Elaboração Ifal.

Iniciativas:

1. elaborar e atualizar normativos de inclusão e diversidade;
2. acompanhar a implementação dos normativos de inclusão e diversidade nos *Campi*;
3. implantar o Neabi em cada *Campus*;
4. equipar as salas do Napne com recursos que atendam à demanda local;
5. promover a formação continuada de servidores em Educação Inclusiva e questões étnico-raciais e de gênero;
6. flexibilizar os projetos pedagógicos para garantia da inclusão e diversidade;
7. garantir os serviços de técnicos especializados para atender aos estudantes com necessidades específicas;
8. realizar parcerias com outros organismos e instituições para implementar ações de inclusão e diversidade.

Quadro 26: Objetivo estratégico 4, indicadores e metas do ensino 2019/2023

Otimizar a oferta de cursos e número de vagas, garantindo a infraestrutura física e tecnológica adequadas para o desempenho das atividades acadêmicas e administrativas.	
Descrição: Proporcionar à sociedade possibilidade de acesso aos cursos ofertados, assegurando as condições de infraestrutura física/administrativa e pedagógica.	
Indicadores	Metas
Percentual de novos cursos de graduação implantados.	60%
Percentual de novos cursos técnicos implantados.	80%
Relação Candidato por Vaga (RCV).	6:1
Relação de Ingressos por Matrícula Atendida (RIM).	35%
Índice de preenchimento de vagas.	95%

Fonte: Elaboração Ifal.

Iniciativas:

1. planejar e monitorar a implantação de novos cursos técnicos;
2. planejar e monitorar a implantação de novos cursos de graduação;

3. institucionalizar a educação a distância;
4. ampliar a oferta do ensino a distância nos cursos presenciais;
5. ampliar a oferta de cursos da educação a distância.

Quadro 27: Objetivo estratégico 5, indicadores e metas do ensino 2019/2023

Fortalecer a gestão participativa e democrática.	
Descrição: Basear as iniciativas na promoção da participação social e da comunidade acadêmica, como sujeitos ativos em todos os processos institucionais, com base nos princípios da gestão democrática, onde gestores, comunidade acadêmica e sociedade se mobilizam e participam das decisões a serem tomadas pela instituição.	
Indicadores	Metas
Percentual de coordenadores eleitos segundo regulamentação própria.	100%

Fonte: Elaboração Ifal.

Iniciativas:

1. elaborar e institucionalizar a regulamentação para a escolha de coordenadores de curso;
2. divulgar normativos institucionais do ensino, promovendo estudos e reflexões na observância de sua aplicabilidade;
3. criar o Fórum de Ensino para discussões e decisões coletivas sobre o desenvolvimento das práticas educativas.

Quadro 28: Objetivo estratégico 6, indicadores e metas do ensino 2019/2023

Fortalecer a integração das ações de ensino, pesquisa e extensão como ato educativo e pedagógico.	
Descrição: Garantir que o princípio da indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão se expresse pela pedagogia do diálogo por meio de práticas integradas, incluindo outros espaços formativos, colaborando para o relacionamento entre a instituição e a sociedade.	
Indicadores	Metas
Percentual de discentes envolvidos em programas/projetos/ações.	1%
Percentual de docentes envolvidos em programas/projetos/ações.	10%

Percentual de projetos de ensino oriundos da pesquisa e/ou extensão.	10%
Quantitativo de eventos integrados entre ensino/pesquisa/extensão.	85 ³

Fonte: Elaboração Ifal.

Iniciativas:

1. institucionalizar a extensão como componente curricular;
2. realizar eventos integradores entre ensino, pesquisa e extensão;
3. monitorar o desenvolvimento dos projetos de ensino;
4. promover ações que fomentem a pesquisa como princípio pedagógico;
5. promover intercâmbios sistemáticos entre as áreas de conhecimento e as temáticas do cotidiano, conectando aspectos da formação humana, social e profissional;
6. vincular as atividades de ensino, pesquisa e extensão às necessidades do contexto em que a Instituição está inserida;
7. incentivar a presença de projetos de ensino, pesquisa e extensão nos componentes curriculares, envolvendo práticas pedagógicas inovadoras;
8. criar mecanismos de financiamento de projetos de ensino que apresentem ações integradoras de pesquisa e extensão, com participação discente;

Quadro 29: Objetivo estratégico 13 do ensino 2019/2023

Promover a formação continuada dos servidores.
Descrição: Desenvolver iniciativas voltadas à formação em serviço, capacitação e qualificação de servidores, as quais contribuam para o desempenho de suas atividades na instituição, garantindo as condições necessárias para o domínio de conhecimentos, habilidades e atitudes exigidos para o bom desempenho das funções profissionais.

Fonte: Elaboração Ifal.

Iniciativas:

1. realizar formação pedagógica para servidores recém-empossados (vinculados ao ensino);
2. realizar formação em serviço dos servidores vinculados à Assistência Estudantil;
3. ofertar formação pedagógica para os professores com titulação de bacharelado e de tecnólogo, conforme exigências da legislação vigente;

³ Meta conjunta a ser alcançada pela Proen, PRPPI e Proex.

4. realizar ações formativas acerca da Educação Profissional, Educação Inclusiva e Diversidade.

4. PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO

4 PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO

4.1 Concepção

A indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão, que é a base estruturante da formação científico-tecnológica, transforma as instituições em elementos deflagradores do processo de desenvolvimento do país, na medida em que leva a ultrapassar suas funções iniciais de formação de quadros profissionais, fazendo com que estas instituições se assumam, também, como núcleos deflagradores do processo de desenvolvimento por meio da geração de conhecimento.

Nesse sentido, a Educação Profissional oferecida em ambientes de pesquisa tecnológica ultrapassa a mera preparação que habilite o trabalhador somente para a replicação de tarefas; ao contrário, forma um trabalhador dotado de pensamento científico, de saber tecnológico, de compromisso ambiental e de consciência cidadã, capaz de identificar problemas e de buscar soluções inovadoras, transformando-o em um sujeito capaz de modificar a realidade de seus entornos.

Assim, em observância às finalidades, às características e aos objetivos dos Institutos Federais, instituídos pela Lei nº 11.892/2008, o Ifal incentiva e apoia as atividades de Pesquisa e de Inovação, a fim de suscitar o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas que contribuam para o enfrentamento dos problemas, que têm afetado a nossa sociedade.

4.2 Princípios

Os princípios norteadores da concepção de pesquisa proposta pelo Ifal são:

a) Articulação com o ensino e a extensão

A pesquisa se desenvolve de forma articulada com o ensino e a extensão, estando baseada no compromisso com a ética e tendo como foco o desenvolvimento sustentável.

b) Sintonia com interesses regionais e nacionais

A pesquisa, preferencialmente aplicada, está focada em soluções técnicas, tecnológicas, sociais, culturais e ambientais, em sintonia tanto com os interesses regionais e nacionais quanto com os avanços mundiais.

c) Atendimento às demandas sociais

A pesquisa busca a proximidade com o setor produtivo e deve estar em harmonia com as demandas da sociedade, valorizando o compromisso social do pesquisador e a responsabilidade social da Instituição. Nesse sentido, a pesquisa deve estar articulada, ainda, com as demandas provenientes dos setores públicos de Alagoas, como forma de atendimento à sociedade na qual se insere.

d) Incentivo à inovação

A Pesquisa realizada no Instituto deve ser direcionada à aplicabilidade prática do conhecimento, buscando o estímulo à inovação, ao empreendedorismo e ao desenvolvimento científico e tecnológico local e nacional, notadamente nas regiões onde os *campi* encontram-se inseridos.

Induzir a criação de uma cultura de inovação por meio do estímulo ao desenvolvimento de produtos e processos em interação com os vários atores sociais (governo, academia e setor produtivo), visando à geração, difusão e aplicação do conhecimento gerado nas atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação, possibilitando ao Ifal reafirmar seu papel de órgão promotor do progresso científico, tecnológico e empreendedor.

e) Desenvolvimento da pós-graduação

A pesquisa se alinha, organicamente, à política institucional de criação e desenvolvimento da Pós-graduação, buscando a integração e a consolidação de linhas, grupos e núcleos de pesquisa inter e intracampus.

f) Retroalimentação do ensino

No Ifal, as atividades de pesquisa não se esgotam em si mesmas. Juntamente com as de extensão, são objetos de constante retroalimentação do ensino, sob o ponto de vista tanto do conhecimento produzido, quanto da incorporação de práticas e procedimentos metodológicos.

4.3 Diretrizes

As diretrizes orientadoras da Pesquisa, Pós-graduação e Inovação no Ifal são:

- incentivar ações voltadas ao atendimento dos objetivos e indicadores estratégicos do Ifal em alinhamento com os direcionadores estratégicos da instituição;
- promover iniciativas que tenham como princípio a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
- fortalecer políticas institucionais voltadas à produção e à construção de conhecimentos, atualizadas e coerentes, que se prestam ao desenvolvimento inovador de caráter científico, tecnológico e social;
- contribuir para formação integral do estudante, estimulando sua formação como cidadão crítico e responsável;
- implementar outras atividades que, por sua natureza, estejam ligadas às competências e atribuições elencadas no Regimento Geral do Ifal;
- implementar políticas que possibilitem a interação com o setor produtivo, de modo a possibilitar o desenvolvimento de pesquisas aplicadas às

- necessidades de mercado com vistas à geração de tecnologias inovadoras e promotoras do desenvolvimento técnico-científico do estado;
- promover iniciativas de estímulo à proteção intelectual do conhecimento gerado com vistas à transferência tecnológica de modo a possibilitar retorno financeiro para investimento em novas pesquisas.

4.4 Cursos de Pós-Graduação ofertados

No **Quadro 30** a seguir estão listados os cursos de Pós-Graduação ofertados pelo Ifal, tanto *Lato Sensu* quanto *Stricto Sensu*.

Quadro 30: Relação de cursos de Pós-Graduação ofertados pelo Ifal

<i>Campus</i>	<i>Curso</i>	<i>Tipo</i>	<i>Modalidade</i>	<i>Vagas</i>
Arapiraca	Ensino de Ciências e Matemática	<i>Lato Sensu</i>	Presencial	40
Benedito Bentes	Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional (ProfEPT)	<i>Stricto Sensu</i>	Presencial	24
Maceió	Docência na Educação Profissional	<i>Lato Sensu</i>	EAD	50
	Gerenciamento e Desenvolvimento Ágil de Software	<i>Lato Sensu</i>	Presencial	30
Marechal Deodoro	Tecnologias Ambientais	<i>Stricto Sensu</i>	Presencial	20
Murici	Linguagens e Práticas Sociais	<i>Lato Sensu</i>	Presencial	40

Fonte: Elaboração Ifal.

4.5 Implantação de novos cursos de Pós-Graduação

Conforme já relatado no Capítulo 3 deste PDI, a proposta de novos cursos deve estar justificada pelo debate com a comunidade, pela demanda dos arranjos produtivos, culturais e sociais, pelo mapeamento da realidade da região e pelo levantamento de dados, conforme os procedimentos estabelecidos para a criação e adequação de cursos nos *Campi* do Ifal. Tendo estes pré-requisitos sido atendidos, listamos no **Quadro 31** a seguir os cursos de Pós-Graduação previstos para serem implantados no período de 2019 a 2023.

Quadro 31: Relação de cursos de Pós-Graduação a serem implantados por *Campus/Ifal*, a partir de 2019

Campus	Curso	Tipo	Modalidade	Início
Arapiraca	Docência na Educação Profissional	<i>Lato Sensu</i>	EaD	2020
Benedito Bentes	Desenvolvimento Organizacional	<i>Lato Sensu</i>	EaD	2019
Maceió	História de Alagoas	<i>Lato Sensu</i>	Presencial	2020
	Design de Interiores	<i>Lato Sensu</i>	Presencial	2021
Maragogi	Docência na Educação Profissional	<i>Lato Sensu</i>	EaD	2020
	Ciências da Natureza e Matemática	<i>Lato Sensu</i>	Presencial	2020
	Linguagens	<i>Lato Sensu</i>	Presencial	2020
Murici	Docência na Educação Profissional	<i>Lato Sensu</i>	EaD/Polo São José da Laje	2020
	Ensino de Ciências e Matemática	<i>Lato Sensu</i>	Presencial	2021
	Sistemas de Produções Agroecológicas e Agroalimentares	<i>Lato Sensu</i>	Presencial	2021
Penedo	Docência na Educação Profissional	<i>Lato Sensu</i>	EaD	2020
	Educação Ambiental e Sustentabilidade	<i>Lato Sensu</i>	Presencial	2020
Piranhas	Docência na Educação Profissional	<i>Lato Sensu</i>	EaD	2020
Santana do Ipanema	Desenvolvimento Sustentável para o semi-árido	<i>Lato Sensu</i>	Presencial	2019
São Miguel dos Campos	Engenharia de Segurança do Trabalho	<i>Lato Sensu</i>	Presencial	2022
Satuba	Sistema de Integração Lavoura-Pecuária Floresta	<i>Lato Sensu</i>	Presencial	2021
	Ciências de Alimentos	<i>Lato Sensu</i>	Presencial	2021

Fonte: Elaboração Ifal.

4.6 Objetivos estratégicos, indicadores, metas e iniciativas da pesquisa, pós-graduação e inovação

Os objetivos estratégicos relacionados à Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação, assim como os indicadores que verificam seu alcance, estão descritos nos quadros a seguir (**Quadro 32, Quadro 33, Quadro 34, Quadro 35, Quadro 36, Quadro 37 e Quadro 38**):

Quadro 32: Objetivo estratégico 1, indicadores e metas da pesquisa, pós-graduação e inovação 2019/2023

Ampliar e fortalecer a rede de relacionamento com setores públicos e privados, comunidade ou arranjos/grupos sociais e culturais, com vistas ao intercâmbio de experiências e ao estabelecimento de ações formativas e de colaboração.	
Descrição: Estabelecer mecanismos de articulação sistemática com os atores sociais, desenvolvendo convênios e/ou parcerias com instituições nacionais e internacionais, objetivando a reciprocidade de relações nas áreas de Ensino, Pesquisa e Extensão.	
Indicadores	Metas
Número de convênios e acordos de cooperação firmados.	15
Número de parcerias firmadas.	50

Fonte: Elaboração Ifal.

Iniciativas:

1. ampliação e fortalecimento da articulação com instituições públicas e privadas;
2. elaboração e atualização de normativos da Pesquisa, da Pós-Graduação e da Inovação;
3. fortalecimento dos cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu*;
4. fortalecimento dos cursos de Pós-Graduação *Stricto Sensu*;
5. monitoramento dos projetos de pesquisa e inovação;
6. promoção de ações para divulgação da Pesquisa e da Inovação;
7. fortalecimento da cultura de proteção intelectual do conhecimento gerado;
8. desenvolvimento de pesquisas em parceria com o setor produtivo;
9. criação de ambientes promotores de inovação;
10. promoção de ações que visem à transferência das tecnologias geradas em ambientes acadêmicos.

Quadro 33: Objetivo estratégico 2 da pesquisa, pós-graduação e inovação 2019/2023

Assegurar aos discentes condições de permanência e conclusão com êxito.

Descrição: Planejar e desenvolver ações pedagógicas e administrativas, preventivas e corretivas, com vistas ao controle da retenção e da evasão, a ser implementadas nos *Campi*/polos, observando o estabelecido no Plano Estratégico Institucional de Permanência e Êxito dos Estudantes do Ifal (Peipe).

Fonte: Elaboração Ifal.

Iniciativas:

1. implementação de ações para a permanência e conclusão dos cursos de pós-graduação;
2. criar programas de pós-graduação;
3. consolidar os programas de pós-graduação existentes;
4. estimular a transformação dos cursos de especialização existentes em mestrados (profissionais ou acadêmicos);
5. qualificar servidores;
6. ampliar e fortalecer a interação interinstitucional;
7. ampliar a interação e a verticalização da pós-graduação com todos os níveis de ensino;
8. estimular a implantação de estruturas curriculares temáticas que permitam a formação de profissionais para atuar em áreas estratégicas multidisciplinares;
9. incentivar as políticas de inclusão na pós-graduação;
10. aprimorar os mecanismos de acompanhamento, de avaliação continuada e de assessoria aos programas de pós-graduação;
11. incentivar a produção acadêmica qualificada e sua divulgação;
12. ampliar a divulgação interna e externa dos programas de pós-graduação;
13. apoiar e realizar eventos científicos;
14. apoiar a edição e a tradução de textos científicos, por meio do Conselho Editorial do Ifal;
15. incentivar a participação dos programas nas ações de colaboração solidária interinstitucional.

Quadro 34: Objetivo estratégico 4 da pesquisa, pós-graduação e inovação 2019/2023

Otimizar a oferta de cursos e número de vagas, garantindo a infraestrutura física e tecnológica adequadas para o desempenho das atividades acadêmicas e administrativas.

Descrição: Proporcionar à sociedade possibilidade de acesso aos cursos ofertados, assegurando as condições de infraestrutura física/administrativa e pedagógica.

Fonte: Elaboração Ifal.

Iniciativa:

- acompanhamento dos ciclos de matrícula da pós-graduação.

Quadro 35: Objetivo estratégico 6, indicadores e metas da pesquisa, pós-graduação e inovação 2019/2023

Fortalecer a integração das ações de ensino, pesquisa e extensão como ato educativo e pedagógico.					
Descrição: Garantir que o princípio da indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão se expresse pela pedagogia do diálogo por meio de práticas integradas, incluindo outros espaços formativos, colaborando para o relacionamento entre a instituição e a sociedade.					
Indicadores				Metas	
Percentual	de	discentes	envolvidos	em	2,2%
programas/projetos/ações.					
Percentual	de	docentes	envolvidos	em	7,5%
programas/projetos/ações.					
Percentual de projetos de pesquisa oriundos do Ensino e/ou Extensão.					15%
Percentual	de	técnicos	envolvidos	em	1%
programas/projetos/ações.					
Quantitativo	de	eventos	integrados	entre	85 ⁴
Ensino/Pesquisa/Extensão.					

Fonte: Elaboração Ifal.

Iniciativas:

- criação de instrumentos para assegurar a ética em pesquisa;
- fortalecimento da tríade ensino, pesquisa e extensão;
- fortalecimento da divulgação científica;
- monitoramento e avaliação dos indicadores e relatórios gerados pelo ensino, pesquisa e extensão.

Quadro 36: Objetivo estratégico 7 da pesquisa, pós-graduação e inovação 2019/2023

Otimizar a gestão de recursos, maximizando a captação e melhorando a qualidade do gasto.
Descrição: Aumentar o percentual de participação de recursos próprios, recursos externos e melhorar a gestão dos recursos fiscais na composição do orçamento do Ifal.

Fonte: Elaboração Ifal.

⁴ Meta conjunta a ser alcançada pela Proen, PRPPI e Proex.

Iniciativas:

1. consolidação de convênios e parcerias;
2. direcionamento de editais institucionais para as demandas regionais;
3. implementação de ações para a captação de recursos externos.

Quadro 37: Objetivo estratégico 12, indicadores e metas da pesquisa, pós-graduação e inovação 2019/2023

Implementar ações que visem à efetivação e à disseminação do empreendedorismo e da inovação nas suas diferentes formas.	
Descrição: Estimular e difundir a cultura da inovação, propriedade intelectual, empreendedorismo e associativismo, como iniciativas promotoras para o desenvolvimento individual, econômico e social de todos atores sociais envolvidos.	
Indicadores	Metas
Número de ações/atividades nas áreas de associativismo e empreendedorismo.	50
Número de empresas incubadas instituídas.	6
Número de projetos com potencial de inovação.	300
Número de solicitações de propriedade intelectual.	100
Número de transferências de tecnologia geradas.	5

Fonte: Elaboração Ifal.

Iniciativa:

1. estímulo e difusão da cultura da propriedade intelectual e do empreendedorismo apoiados pelo NIT.

Quadro 38: Objetivo estratégico 13, indicadores e metas da pesquisa, pós-graduação e inovação 2019/2023

Promover a formação continuada dos servidores.	
Descrição: Desenvolver iniciativas voltadas à formação em serviço, capacitação e qualificação de servidoras/es, as quais contribuam para o desempenho de suas atividades na instituição, garantindo as condições necessárias para o domínio de conhecimentos, habilidades e atitudes exigidos para o bom desempenho das funções profissionais.	
Indicadores	Metas
Número de convênios/parcerias/acordos firmados para qualificação dos servidores.	20
Número de servidores afastados para qualificação.	200
Número de servidores que concluíram qualificação com incentivos do Ifal.	80

Número de vagas reservadas para servidores nos cursos de pós-graduação.

100

Fonte: Elaboração Ifal.

Iniciativa:

1. promoção da qualificação dos servidores.

5. EXTENSÃO

5 EXTENSÃO

5.1 Conceção

A extensão – indissociável ao ensino e à pesquisa – é parte do processo educativo, cultural e científico, por meio do qual se busca viabilizar a relação transformadora do Ifal com a sociedade, bem como a articulação entre o mundo do trabalho e diferentes segmentos sociais, no incentivo e apoio educativo que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão, na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional. Desse modo, as atividades de extensão buscam atender às necessidades da comunidade, em todos os domínios sociais para os quais o Ifal tenha potencial de atuação, nos âmbitos tecnológico, cultural, político e educacional.

A extensão se torna, portanto, a vertente por meio da qual o Instituto contribui para a construção de uma sociedade mais justa, na medida em que vincula o conhecimento por ele produzido à sua intenção de transformar a realidade social, intervindo de forma a buscar a superação dos problemas da sociedade em que se insere, e transformando essa ação em uma perspectiva de efetiva formação de seus alunos. Nesse sentido, é por meio da extensão que se revela e se traduz, prioritariamente, a responsabilidade social do Ifal.

Assim definida, a extensão no Ifal será desenvolvida por meio de ações e atividades de extensão social e de extensão tecnológica, abrangendo o conjunto de atores externos com os quais seja possível estabelecer mecanismo de interação na perspectiva do desenvolvimento das potencialidades das pessoas e das organizações.

5.2 Princípios

Os princípios norteadores da concepção de extensão propostos pelo Ifal são:

a) Indissociabilidade com o ensino e a pesquisa

A extensão é indissociável do ensino e da pesquisa, por isso deve envolver atividades intercampi e interinstitucionais e refletir a responsabilidade social da Instituição.

b) Compromisso com a transformação social

A extensão se rege pelo princípio do compromisso com a transformação social, objetivando desenvolver a educação profissional e tecnológica, atender às demandas sociais e às peculiaridades regionais, realizando ações para comunidades, principalmente aquelas em situação de vulnerabilidade social, com

vistas à perspectiva da melhoria da qualidade de vida e do desenvolvimento sustentável.

c) Divulgação do conhecimento científico

A extensão busca inter-relacionar os saberes acadêmico e popular, estabelecendo trocas de conhecimentos e promovendo a divulgação científica, bem como empreender ações envolvendo temas e problemas relacionados às áreas de abrangência de seus cursos, os quais possam vir a se tornar referência para o desenvolvimento de linhas de pesquisas, fazendo com que seu compromisso social transpasse todas as esferas do trabalho realizado no Instituto.

d) Incentivo à produção cultural

A extensão busca incentivar a produção cultural, desenvolvendo ações de preservação e recuperação do meio ambiente na perspectiva tecnológica e educacional, integrando-se às políticas públicas que oportunizem o acesso à educação profissional, de modo a fortalecer os mecanismos de inclusão.

e) Interação dialógica com a comunidade

A extensão deve ocorrer como ação de mão dupla, entre o Ifal e a sociedade, possibilitando que os atores envolvidos – membros das comunidades com as quais a ação de extensão é desenvolvida, e membros do Instituto (servidores e alunos) – contribuam para a produção de conhecimento e proporcionem o conhecimento científico e o popular, o saber construído na prática cotidiana e o fazer profissional.

f) Impacto na formação do estudante

Em razão de sua natureza, a inserção em atividades extensionistas tem um forte impacto na formação profissional e cidadã do aluno, seja pela ampliação do universo de referência que ensinam, seja pelo contato direto com as questões sociais, permitindo a reafirmação e a materialização dos compromissos éticos e sociais do Ifal, bem como a consolidação desses compromissos na atuação profissional do discente.

g) Curricularização da extensão

As ações extensionistas devem estar presentes nos projetos pedagógicos de modo a explicitar a designação do professor orientador, os objetivos da ação e as competências dos atores nela envolvidos e a metodologia de avaliação da participação do estudante. A qualificação da formação do estudante, por meio de seu envolvimento em atividades extensionistas, depende também de um diálogo franco e permanente dos órgãos destinados ao fomento das dessas ações com os colegiados de gestão acadêmica, de forma a possibilitar a aplicação efetiva das diretrizes de Extensão e da legislação vigente. Essa estruturação normativa e legal deve orientar o estabelecimento de regras relacionadas ao campo de estágio, composição de matriz curricular, correlação entre carga horária e créditos atribuídos

ou previsão de cronogramas de disciplinas e regras disciplinares, sempre levando em consideração as especificidades de cada localidade.

5.3 Diretrizes

As diretrizes orientadoras da extensão no Ifal são:

- incentivar ações voltadas ao atendimento dos objetivos estratégicos do Ifal, alinhadas com os direcionadores estratégicos da instituição;
- ter como princípio a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
- atuar na produção e na construção de conhecimentos, atualizados e coerentes, voltados para o desenvolvimento social, equitativo, sustentável, com a realidade brasileira;
- contribuir para formação integral do estudante, estimulando sua formação como cidadão crítico e responsável;
- atuar de forma colaborativa com as coordenações de extensão de todos os *campi* do Ifal.

5.4 Objetivos estratégicos, indicadores, metas e iniciativas da extensão

Os objetivos estratégicos relacionados à Extensão, assim como os indicadores que verificam seu alcance, estão descritos nos quadros a seguir (**Quadro 39**, **Quadro 40** e **Quadro 41**):

Quadro 39: Objetivo estratégico 1, indicadores e metas da extensão 2019/2023

Ampliar e fortalecer a rede de relacionamento com setores público e privado, comunidade ou arranjos/grupos sociais e culturais, com vistas ao intercâmbio de experiências e ao estabelecimento de ações formativas e de colaboração.	
Descrição: Estabelecer mecanismos de articulação sistemática com os atores sociais, desenvolvendo convênios e/ou parcerias com instituições nacionais e internacionais, objetivando a reciprocidade de relações nas áreas de Ensino, Pesquisa e Extensão.	
Indicadores	Metas
Nível de satisfação dos beneficiados pelos programas/projetos/ações.	80%
Número de convênios e acordos de cooperação firmados.	250
Número de municípios beneficiados pelos programas/projetos/ações.	80

Número de parcerias firmadas.	1.250
Número de pessoas beneficiadas formalmente pelos programas/projetos/ações.	150.000

Fonte: Elaboração Ifal.

Iniciativas:

1. garantir que o Setor de Relações Institucionais dê celeridade aos processos, promovendo uma atualização constante da realidade externa, com vistas ao atendimento das demandas existentes e, sobretudo, à concretização de acordos e parcerias que viabilizem, além da absorção dos egressos pelo mercado de trabalho, estágio supervisionado, estudos e pesquisas;
2. promover e coordenar ações com os diversos setores da sociedade – governo federal e estadual, prefeituras, associações de classe, constituintes do setor produtivo, e organizações da sociedade civil, entre outros – visando refletir, discutir e divulgar políticas de desenvolvimento regional;
3. criar canais de interlocução com a sociedade e o setor produtivo, para que a instituição absorva as demandas comunitárias que apontem para o desenvolvimento de novos projetos;
4. montar e manter permanentemente atualizado um banco de dados das potencialidades técnicas e científicas do Ifal, visando atender às demandas da sociedade;
5. promover a interação entre a comunidade acadêmico-científica do Ifal e o setor produtivo, no sentido de identificar projetos de extensão de interesse dos setores produtivos;
6. incentivar e apoiar ações de cooperativismo, associativismo e empreendedorismo, como empresas juniores, estágios, incubadoras de empresas de base tecnológica e parques tecnológicos;
7. criar e fortalecer a interação com órgãos de fomento para o estabelecimento de ações empreendedoras em nível local, regional, nacional e internacional;
8. incentivar o desenvolvimento de ações artísticas e culturais, mantendo e preservando as manifestações regionais;
9. vincular o desenvolvimento de ações extensionistas à prévia concordância das partes envolvidas;
10. criar editais específicos para linhas de extensão conforme demanda previamente identificada;
11. manter registro dos instrumentos convenientes assinados pelo Ifal, sobretudo com vistas ao oferecimento de estágios;
12. divulgar mensalmente a relação de convênios ativos para oferta de estágio;
13. divulgar a oferta de empregos nos meios de comunicação do Ifal;

14. promover e coordenar ações com os diversos atores sociais visando refletir, discutir e divulgar políticas de desenvolvimento regional;
15. criar canais de interlocução com os diversos setores, para que a instituição absorva as demandas comunitárias que apontem para o desenvolvimento de novos projetos;
16. promover a interação entre a comunidade acadêmica do Ifal e os variados atores sociais, no sentido de identificar ações extensionistas de interesse destes;
17. promover a participação da comunidade acadêmica no Congresso Brasileiro de Extensão Universitária e demais eventos extensionistas de interesse institucional;
18. realizar pesquisa com público externo envolvido nas ações de extensão, a fim de verificar o grau de satisfação e a necessidade de adequações destas;
19. monitorar a inserção dos egressos no mundo do trabalho;
20. estabelecer estratégias de ação para identificação de oportunidades de inserção do profissional egresso no mundo de trabalho;
21. estimular a participação de egressos e servidores do quadro inativo no desenvolvimento e colaboração em ações extensionistas;
22. promover visitas orientadas às organizações com vistas ao firmamento de ações colaborativas;
23. realizar chamada pública para o credenciamento de propostas extensionistas advindas das organizações;
24. manter atualizados na ferramenta de gestão do planejamento os indicadores e metas anuais.

Quadro 40: Objetivo estratégico 6, indicadores e metas da extensão 2019/2023

Fortalecer a integração das ações de ensino, pesquisa e extensão como ato educativo e pedagógico	
Descrição: Garantir que o princípio da indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão se expresse pela pedagogia do diálogo por meio de práticas integradas, incluindo outros espaços formativos, colaborando para o relacionamento entre a instituição e a sociedade.	
Indicadores	Metas
Percentual de discentes envolvidos em programas/projetos/ações.	7,5%
Percentual de docentes envolvidos em programas/projetos/ações.	20%
Percentual de projetos de extensão oriundos do ensino e/ou pesquisa.	7%

Percentual de técnicos envolvidos em programas/projetos/ações.	2%
Quantitativo de eventos integrados entre ensino/pesquisa/extensão.	85 ⁵

Fonte: Elaboração Ifal.

Iniciativas:

1. priorizar propostas que apresentem estreita vinculação com o ensino e a pesquisa desenvolvidos no Ifal;
2. incentivar ações artísticas e culturais, mantendo e preservando as manifestações culturais regionais, por meio do Programa Institucional de Extensão ARTIFAL;
3. realizar anualmente o Festival de Arte e Cultura do Ifal;
4. realizar eventos extensionistas que promovam a integração entre as comunidades interna e externa;
5. estimular o Programa Institucional de Extensão PROPEQ, que transforme projetos bem-sucedidos de pesquisa aplicada em ações de extensão;
6. estimular o Programa Institucional de Extensão Minha Comunidade, que visa socializar o conhecimento partilhado nos cursos em benefício das comunidades;
7. estimular o Programa Institucional de Extensão PROIFAL, para que os novos alunos tenham mais condições de ingressar com êxito nos cursos do Ifal;
8. implantar a creditação curricular em extensão nos cursos de graduação do Ifal, conforme as normas vigentes;
9. elaboração de relatório das possibilidades de pesquisa aplicada, identificadas a partir das ações extensionistas desenvolvidas;
10. realizar anualmente pesquisa com estudantes bolsistas para mensurar a contribuição da extensão para a permanência e êxito;
11. manter base de dados de egressos para ações de colaboração;
12. promover a apresentação das ações extensionistas no Congresso Acadêmico do Ifal;
13. ofertar cursos de formação inicial e de formação continuada, conforme as demandas existentes;
14. promover a imersão dos estudantes nas organizações, para o desenvolvimento de ações extensionistas;
15. elaborar programa interdisciplinar, interprofissional e intercampi de ações

⁵ Meta conjunta a ser alcançada pela Proen, PRPPI e Proex.

- extensionistas em períodos de recesso escolar, para implantação nos municípios;
16. viabilizar a taxa de bancada para aquisição de insumos necessários ao desenvolvimento das ações de extensão;
 17. consolidar a implantação do módulo de extensão como sistema de gerenciamento de ações extensionistas.

Quadro 41: Objetivo estratégico 12, indicadores e metas da extensão 2019/2023

Implementar ações que visem a efetivação e a disseminação do empreendedorismo e da inovação em suas diversas formas.	
Descrição: Estimular e difundir a cultura da inovação, propriedade intelectual, empreendedorismo e associativismo, como iniciativas promotoras para o desenvolvimento individual, econômico e social de todos atores sociais envolvidos.	
Indicadores	Metas
Número de ações/atividades nas áreas de associativismo e empreendedorismo.	100
Número de empresas juniores instituídas.	5

Fonte: Elaboração Ifal.

Iniciativas:

1. lançar edital anual para credenciamento de empresas juniores conforme normas vigentes;
2. realizar, periodicamente, eventos relacionados ao associativismo, cooperativismo e empreendedorismo, de duração e abrangência variada, como cursos, seminários, oficinas temáticas, fóruns, feiras e intercâmbios;
3. estimular a realização de ações extensionistas de caráter empreendedor por meio de editais específicos ou por linha temática;
4. interagir com órgãos de fomento para o estabelecimento de ações empreendedoras;
5. estimular ações associativas e cooperativas, por meio de projetos e cursos específicos, buscando a disseminação da cultura de equipe e da produção coletiva.

6. POLÍTICAS DE GESTÃO

6 POLÍTICAS DE GESTÃO

6.1 Desenvolvimento institucional

6.1.1 Concepção

A Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional tem como finalidade gerenciar recursos garantindo a infraestrutura física e tecnológica necessária ao desenvolvimento das atividades fins do Instituto (ensino, pesquisa e extensão). É também responsabilidade desta Pró-Reitoria promover a integração institucional de sistematização de dados, informações e de procedimentos entre a Reitoria e os *Campi*; promover e coordenar os processos de planejamento estratégico e institucionais, disponibilizando-os na forma de conhecimento estratégico; planejar e coordenar as atividades relacionadas à tecnologia da informação.

6.1.2 Princípios

a) Provimento de condições de apoio ao desenvolvimento do ensino, pesquisa e extensão

A gestão de desenvolvimento institucional tem por compromisso a adequação da infraestrutura física e tecnológica, para que os cursos e demais atividades fins do Ifal sejam realizados conforme as condições entendidas como as melhores, tendo em vista a utilização adequada de recursos disponíveis, assim como recomendações das instâncias reguladoras e definidoras das referidas atividades. Garantir condições de espaço e ambiente adequados ao desenvolvimento de projetos de pesquisa e extensão, promovendo contato mais próximo do aluno com a ciência e a sociedade e consequente respaldo às atividades de ensino, primando pelo princípio de que estas são faces indissociáveis no processo de aprendizagem e aprimoramento do ser.

b) Promoção da acessibilidade

Atender a toda comunidade, usuários e servidores, incluindo o atendimento prioritário, imediato e diferenciado às pessoas portadoras de necessidades educacionais especiais ou com mobilidade reduzida, para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte, dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, permitindo a inclusão e o desenvolvimento das atividades fins da Instituição de forma satisfatória.

c) Promoção da gestão sustentável dos recursos

As atividades desenvolvidas pelo Ifal devem considerar os impactos gerados no meio ambiente e na sociedade, desde seu período de concepção, execução e entrega. Devem ser pensados prevendo um funcionamento e uso que favoreçam

práticas e hábitos ambientalmente corretos, tendo em vista a sustentabilidade e o desenvolvimento consciente da sociedade a que está inserida, com adequação e uso equilibrado da água, da energia e de insumos, bem como a destinação adequada dos resíduos sólidos e líquidos.

d) Otimização de recursos

A gestão de desenvolvimento institucional deve primar pela utilização eficiente dos recursos financeiros e materiais no planejamento, na execução e no monitoramento de suas atividades, observando sempre a qualidade do que se deseja alcançar, as necessidades e a adequação do orçamento às ofertas educacionais. Os recursos devem ser pensados e utilizados com vistas à otimização em seu uso adequado, consciente e realmente necessário.

6.1.3 Diretrizes

As diretrizes referentes ao desenvolvimento institucional do Ifal são:

- subsidiar o aperfeiçoamento em Governança no Ifal, implementando, acompanhando e avaliando as ações necessárias para este fim, no que se refere à integridade, gestão de riscos e controles internos;
- monitorar e avaliar o desenvolvimento institucional, bem como a participação, a transparência e a divulgação das informações institucionais;
- elaborar métodos e estratégias visando à consecução dos objetivos institucionais, por meio do planejamento estratégico;
- atender com qualidade aos indicadores estabelecidos nos instrumentos de avaliação institucional e de curso;
- auxiliar nas demandas de laboratórios, para que proporcionem instalações adequadas, equipamentos, cursos e programas previstos, bem como os recursos de informática disponibilizados, para atender ao avanço das tecnologias existentes e com a devida correlação pedagógica;
- priorizar as ações que envolvam adequações de acessibilidade; segurança de servidores, usuários e bens; rede elétrica, manutenção e sustentabilidade.

6.1.4 Situação atual dos espaços físicos

O Ifal apresenta, em 2019, uma estrutura de 16 *Campi* distribuídos ao longo de todo o Estado de Alagoas. Dessa infraestrutura, 11 estão instalados em sede definitiva e 5 em sedes provisórias. A previsão é de que, ao longo do período de vigência deste PDI, todos os *Campi* se instalem em sedes definitivas. Destaca-se ainda o prédio da Reitoria, patrimônio próprio do Ifal, localizado em uma região privilegiada da capital alagoana.

A situação das instalações do Ifal é:

a) Reitoria

A Reitoria do Ifal funciona em um edifício de sete andares no bairro de Jatiúca, inaugurado em janeiro de 2012, onde estão distribuídos os vários setores da Reitoria, conforme **Quadro 42**.

Quadro 42: Ambientes da Reitoria, prédio principal, agosto de 2019

Ambiente	Quantidade
Patrimônio	1
Comissão Permanente de Concursos	1
Diretoria de Tecnologia da Informação	4
Coordenação de Infraestrutura, Manutenção e Transportes	2
Protocolo	1
Departamento de Seleção de Ingressos	2
Diretoria de Infraestrutura e Expansão	3
Aposentadoria	2
Cadastro	2
Pagamento	2
Capacitação	1
Contrato e Admissão	2
Saúde do Servidor	2
Diretoria de Gestão de Pessoas	2
Articulação de Ensino/ Registro de Diploma	1
Sala de Reunião Proen	1
Procuradoria Educacional	1
Departamento de Educação Básica	1
Diretoria de Planejamento Institucional	1
Gabinete Pró-reitoria de Ensino	2
Departamento de Graduação	1
Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional	2

Núcleo de Inovação e Tecnologia	1
Departamento de Pesquisa e Inovação	1
Pronatec	1
Comissões CIS e CPA	1
Pró-reitoria de Extensão	4
Gabinete Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação	4
Mulheres Mil	1
Departamento de Contabilidade	2
Coordenação de Finanças	1
Coordenação de Licitações	1
Coordenação de Contratos	1
Arquivo Contabilidade	1
Diretoria de Suprimentos	1
Diretoria de Orçamento e Finanças	1
Coordenação de Gestão de Orçamento	1
Departamento de Compras	2
Gabinete Pró-Reitoria de Administração	2
Auditoria Interna e Externa	2
Secretaria do Gabinete	2
Procuradoria	2
Corregedoria e Ouvidoria	2
Assessoria Executiva	1
Recepção Gabinete do Reitor	1
Gabinete do Reitor	1
Departamento de Comunicação e Eventos	2
Comissão de Ética	1
Comissão Permanente do Pessoal Docente	1
Sala de Convivência	2

Sala do Consup	2
Banheiros em corredores dos 7 andares	6
Banheiros para visitantes – Recepção	3
Recepção	1
Depósito	1
Hall	7
Garagem	1
Escada	1
Copa	1
Almoxarifado (anexo 1)	3
Arquivo (anexo 1)	3
Diretoria de Educação a Distância (anexo 2)	15
Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor (Siass) (anexo 2)	3

Fonte: Elaboração Ifal.

b) Campi

Dos 16 *Campi* distribuídos no Estado de Alagoas, quatro unidades são denominadas pré-existentes, a saber: Maceió, Palmeira dos Índios, Marechal Deodoro e Satuba; e 12 (doze) unidades fazem parte da expansão da rede federal, quais sejam: Arapiraca, Batalha, Benedito Bentes, Coruripe, Maragogi, Murici, Penedo, Piranhas, Rio Largo, Santana do Ipanema, São Miguel dos Campos e Viçosa. No **Quadro 43** a seguir, especificam-se os espaços físicos desses *Campi*.

Quadro 43: Levantamento dos espaços físicos dos *Campi* Ifal, julho de 2018

ESPAÇOS FÍSICOS DOS CAMPIS DO IFAL																	
DESCRIÇÃO	ARAPIRACA	BATALHA	BENEDITO BENTES	CORUIPE	MACEIÓ	MARAGOGI	MARECHAL DEODORO	MURICI	PALMEIRA DOS ÍNDIOS	PENEDO	PIRANHAS	RIO LARGO	SANTANA DO IPANEMA	S. M. DOS CAMPOS	SATUBA	VIÇOSA	TOTAL
Salas de aula	12	8	8	16	69	12	16	12	18	12	14	4	12	4	28	6	251
Salas de Direção-Geral	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	2	1	17
Salas de Equipe Pedagógica	1	2	1	1	1	2	1	1	1	1	2	0	4	3	1	1	23
Blocos de Sala de Professores	1	1	1	1	15	1	1	1	1	2	1	1	2	1	0	1	31
Salas de Coordenação de Curso	1	1	1	0	12	2	3	0	1	1	1	1	5	1	2	0	32
Secretárias	1	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	1	1	0	11
Salas Administrativas	1	1	1	1	46	5	11	1	12	12	29	2	2	3	34	1	162
Salas de Direção Administrativa	1	1	1	1	1	1	1	0	1	1	3	1	2	1	2	1	19
Bibliotecas/Salas de Leitura/Computação	1	1	1	1	10	1	1	1	3	1	1	1	2	1	1	1	28
Miniauditórios	0	0	1	0	3	0	0	0	0	1	0	0	1	0	1	0	7
Reprografias	0	1	0	0	1	1	0	0	1	1	1	0	1	0	1	0	8
Auditórios	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	1	1	12
Laboratórios	10	6	3	11	82	6	6	15	21	11	19	3	5	2	21	4	225
Áreas de Convivência	1	0	1	1	8	0	2	1	1	1	1	2	1	1	2	1	24
Ginásios cobertos com vestiário	1	0	1	1	1	1	0	1	1	0	0	0	0	0	2	0	9
Banheiros	17	8	8	17	53	22	9	21	17	14	28	5	13	6	96	2	336
Refeitórios	0	1	0	0	2	1	1	0	0	1	1	0	0	0	1	0	8
Copas	1	1	0	1	5	1	1	1	1	1	1	1	1	1	5	0	22
Cozinhas	1	1	1	1	2	1	0	1	0	0	1	0	0	0	1	1	11
Almoxarifados/Depósitos	1	3	2	1	34	3	1	1	2	2	1	1	1	1	3	1	58
Vagas de Estacionamento	51	15	21	51	140	35	70	51	21	70	35	0	14	0	42	8	624
Salas de Terceirizados com banheiro	0	0	1	1	2	0	1	1	1	0	0	0	0	0	3	0	10
DML	1	0	1	1	0	1	0	2	1	0	0	1	0	0	1	0	9

Portarias/Guaritas com banheiro	1	0	0	1	4	1	0	1	1	1	1	0	0	0	1	0	12
Cantinas	1	0	0	1	2	1	1	1	1	1	1	0	1	0	1	0	12
CPD	1	1	0	0	1	0	0	0	1	1	0	0	0	0	2	0	7

Fonte: Elaboração Ifal.

6.1.5 Tecnologia da informação e da comunicação

O Ifal dispõe de links redundantes de *internet* em todos os seus *Campi* e Reitoria, garantindo uma alta disponibilidade. O link principal é ofertado pela RNP - Rede Nacional de Pesquisa, enquanto que o link secundário é mantido pelo próprio instituto por meio de contratação de empresa especializada para tal.

Respeitando os períodos de vigência legal, o Ifal elabora o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação – PDTIC, com representantes de todos os *Campi* e das diversas Pró-reitorias, para planejar as políticas do Instituto no que diz respeito à Tecnologia da Informação e da Comunicação, bem como a aquisição de serviços e bens. Tais membros constituem o Comitê de Tecnologia da Informação – CTI.

O parque tecnológico do Ifal conta hoje com os seguintes sistemas:

a) ERP – Enterprise Resource Planning

Desde 2012 o Ifal utiliza-se do ERP SIG/UFRN, que são softwares que integram todos os dados e processos de uma organização em um único sistema, composto pelos módulos SIGAdmin, Sipac, Sigrh e Sigaa.

b) Sipac

Oferece diversos módulos para viabilizar o melhor ambiente de trabalho para a administração do Ifal, bem como seus usuários. Nele é encontrado sistema de protocolo de documentos, memorandos eletrônicos, catálogo de materiais, almoxarifado, patrimônio, compras, licitações, gestão de contratos, liquidação de despesas, boletim de serviços, bolsas, financeiro e infraestrutura.

c) Sigrh

Oferece os seguintes módulos para a gestão de recursos humanos: cadastro, férias, plano de saúde, serviços e auxílios, frequência, colegiados e comissões, aposentadoria, banco de vagas e concursos, dimensionamento, assistência ao servidor.

d) Sigaa

Sistema acadêmico, disponibilizado para atender às demandas de todos os cursos ofertados pelo Ifal em todas as suas modalidades.

e) Sistema de exames e concursos

Sistema utilizado para divulgação e inscrição de candidatos às vagas ofertadas nos nossos diversos cursos, bem como para concorrer aos cargos disponibilizados para concurso público.

6.1.6 Objetivos estratégicos, indicadores, metas e iniciativas do desenvolvimento institucional

Os objetivos estratégicos relacionados ao Desenvolvimento Institucional, assim como os indicadores que verificam seu alcance, estão descritos nos quadros a seguir (**Quadro 44** e **Quadro 45**):

Quadro 44: Objetivo estratégico 4, indicadores e metas do desenvolvimento institucional 2019/2023

Otimizar a oferta de cursos e número de vagas, garantindo a infraestrutura física e tecnológica adequadas para o desempenho das atividades acadêmicas e administrativas.	
Descrição: Proporcionar à sociedade possibilidade de acesso aos cursos ofertados, assegurando as condições de infraestrutura física/administrativa e pedagógica.	
Indicador	Meta
Percentual de obras entregues.	100%

Fonte: Elaboração Ifal.

Iniciativas:

a) Da infraestrutura e expansão:

1. *Campus* Batalha – Construção do *Campus*;
2. *Campus* Maceió – Adequação das instalações de combate a incêndio e pânico e SPDA;
3. *Campus* Maceió – Readequação das calçadas e reforma guaritas;
4. *Campus* Maceió – Reforma da piscina;
5. *Campus* Maceió – Reforma do Bloco de Manutenção, Laboratório de Alimentos e acessibilidade;
6. *Campus* Maceió – Reforma do espaço multieventos;
7. *Campus* Maragogi – Adequação dos laboratórios especiais;
8. *Campus* Marechal Deodoro – Adequação da acessibilidade do *Campus*;
9. *Campus* Marechal Deodoro – Adequação das instalações de combate a incêndio e pânico e SPDA;
10. *Campus* Marechal Deodoro – Construção dos laboratórios multidisciplinares;
11. *Campus* Palmeira dos Índios – Adequação das instalações de combate a incêndio e pânico;

12. *Campus* Palmeira dos Índios – Obra de construção do novo bloco de ensino;
13. *Campus* Penedo – Adequação das instalações de combate a incêndio e pânico;
14. *Campus* Penedo – Construção do bloco de salas de aula e laboratórios;
15. *Campus* Penedo – Reforma refeitório;
16. *Campus* Piranhas – Adequação das instalações de combate a incêndio e pânico;
17. *Campus* Piranhas – Construção de bloco administrativo e pedagógico, cantina;
18. *Campus* Piranhas – Reforma do refeitório;
19. *Campus* Rio Largo – Obra de construção do *Campus*;
20. *Campus* Rio Largo – Reestruturação elétrica *Campus* provisório;
21. *Campus* Santana do Ipanema – Obra de complementação do *Campus*
22. *Campus* São Miguel dos Campos – Obra de complementação do *Campus*;
23. *Campus* Satuba – Adequação das instalações de combate a incêndio e pânico;
24. *Campus* Satuba – Ampliação e modernização da rede elétrica.

b) Da tecnologia da informação e comunicação:

25. implantar equipamentos de videoconferência em todos os *Campi* do Instituto;
26. consolidar a implantação do serviço de rede WiFi Institucional em todos os *Campi* do Instituto;
27. fazer cumprir as definições delimitadas no PDTIC;
28. zelar para que os PDTIC previstos para o período de vigência deste PDI sejam elaborados de acordo com o que versa a legislação pertinente;
29. implantar uma ferramenta de BI - Business Intelligence, que tem o objetivo de reunir e analisar os dados gerados pelos sistemas institucionais e transformá-los em informações relevantes para os processos de tomada de decisão da gestão do Ifal.

Quadro 45: Objetivo estratégico 8, indicadores e metas do desenvolvimento institucional 2019/2023

Assegurar práticas de gestão sustentável e eficiente dos recursos socioeconômicos e ambientais.	
Descrição: Implementar práticas socioambientais responsáveis, observando prioritariamente o Plano de Gestão de Logística Sustentável do Ifal (PLS).	
Indicador	Meta
Número de ações de sustentabilidade do PLS realizadas no Ifal.	500

Fonte: Elaboração Ifal.

Iniciativas:

1. elaboração do Plano de Gestão de Logística Sustentável;
2. instituição das comissões sistêmica e locais de sustentabilidade;
3. construção do Plano de Gestão Sustentável das unidades;
4. monitoramento dos Planos de Gestão Sustentável das unidades;
5. registro das ações e metas institucionais para a sustentabilidade na ferramenta de gestão do planejamento estratégico – Geplanes;
6. realização de eventos de educação para a sustentabilidade.

6.2 Comunicação

6.2.1 Concepção

A comunicação como instrumento de gestão é um conjunto articulado de princípios, diretrizes e ações com o objetivo de aprimorar a interação entre a instituição e seus públicos estratégicos. Ela é parte do processo educativo, cultural e científico. Estabelece um canal de diálogo entre o público interno e a sociedade, fortalece a imagem institucional e reflete os valores compartilhados por todo o Instituto Federal de Alagoas.

Tendo em vista o interesse público, a comunicação deve ser planejada e precisa caminhar ao lado da equipe de gestão da Reitoria e dos *Campi*, de forma estratégica e sistêmica. Também é necessário o compromisso organizacional para a criação de uma cultura de comunicação em que as ações se desenvolvam de forma integrada.

Atualmente, o Ifal conta com o Departamento de Comunicação e Eventos na Reitoria e possui um jornalista ou agente de comunicação nos *Campi* para viabilizar as ações do setor – a alimentação e a produção de conteúdo para o *site* institucional, a comunicação interna com estudantes, servidores, terceirizados e também com o público externo, a assessoria para ações da gestão, o contato com a imprensa, a assessoria e o acompanhamento de eventos, a elaboração de materiais jornalísticos, entre outras atividades.

6.2.2 Princípios

Os princípios que norteiam as ações de comunicação no Ifal são:

- a) Democratização e universalização da informação

O acesso à informação é fundamental para o exercício pleno da cidadania, de forma crítica e participativa. Nesse sentido, a comunicação do Ifal deve atuar para garantir o acesso à informação sobre os fatos que envolvem a instituição. Quanto

maior o conhecimento sobre as atividades realizadas pelo Ifal, sua abrangência e relevância, melhor será a qualidade de participação da sociedade.

b) Transparência e ética no planejamento e execução das atividades

O cidadão tem direito à informação e a equipe de comunicação do Ifal deve agir com transparência e ética, pautando-se pela verdade, respeito e diálogo.

c) Valorização das pessoas que integram a comunidade acadêmica

A comunicação é feita por pessoas. A ajuda de professores, técnicos-administrativos, terceirizados, demais colaboradores e estudantes é essencial para a divulgação do que acontece no Ifal.

d) Profissionalismo e zelo pela imagem institucional

A eficácia das ações de comunicação da instituição depende de planejamento. Na Reitoria e nos *Campi*, o setor de Comunicação precisa estar integrado com outros setores estratégicos do instituto para que as informações possam ser trabalhadas da melhor forma para serem divulgadas. É necessário também o compromisso de todos pelo zelo da imagem institucional, refletindo os valores do Ifal e preservando sua reputação perante a sociedade.

6.2.3 Diretrizes

As diretrizes norteadoras dos princípios do Departamento de Comunicação do Ifal são:

- garantia da estrutura para a execução das ações propostas pela Comunicação, o que inclui a ampliação do quadro funcional referente à Comunicação nos *Campi* e na Reitoria, com a contratação de jornalistas, designers, publicitários e relações públicas, além da aquisição, renovação e manutenção dos equipamentos necessários para o trabalho das equipes;
- fortalecimento das ações do Departamento de Comunicação de forma integrada entre a Reitoria e os *Campi*;
- promoção da comunicação de forma mais eficaz para os públicos de interesse do Ifal, com ações mais pontuais no portal institucional e sites de *Campi* na prestação de informações de impacto positivo na sociedade;
- ações coordenadas para minimizar ruídos referentes aos processos comunicacionais e gerenciar crises;
- estímulo da conscientização de todos os atores da instituição quanto às suas responsabilidades na construção da imagem e da identidade organizacional.

6.2.4 Objetivo estratégico, indicador, meta e iniciativas da comunicação

O objetivo estratégico relacionado Comunicação, assim como o indicador que verifica seu alcance, está descrito no **Quadro 46** a seguir:

Quadro 46: Objetivo estratégico 10, indicador e metas da comunicação 2019/2023

Estabelecer uma política de comunicação integrada e continuada, para desenvolver a cultura de comunicação entre os diversos segmentos do Ifal.	
Descrição: Integrar as ações de comunicação no Instituto Federal de Alagoas, promovendo atividades de fluxo contínuo, estruturadas, sistemáticas e que envolvam todos os segmentos e públicos estratégicos da instituição.	
Indicador	Meta
Grau de satisfação dos públicos estratégicos da Comunicação do Ifal.	70%

Fonte: Elaboração Ifal.

Iniciativas:

1. construir, implantar e consolidar a Política de Comunicação;
2. fortalecer a comunicação interna e externa, com o objetivo de consolidar a imagem institucional;
3. articular ações de comunicação entre a Reitoria, os *Campi* e a imprensa;
4. estimular a transparência, o uso do *site* do Ifal e de outras ferramentas para oferecer informações institucionais à comunidade;
5. criar ou adequar a estrutura de Comunicação na Reitoria e nos *Campi*, de acordo com a Política de Comunicação;
6. construir e implementar Planos de Comunicação para a Reitoria e para os *Campi*, de acordo com a Política de Comunicação;
7. assessorar os eventos da agenda institucional;
8. instituir periodicamente encontros com os profissionais da comunicação do Ifal;
9. promover encontros periódicos com os profissionais da imprensa local;
10. realizar pesquisas periódicas de satisfação para monitorar as ações estratégicas em desenvolvimento;
11. articular ações de comunicação digital, fortalecendo a presença do Ifal nas redes sociais e plataformas digitais.

6.3 Gestão de Pessoas

6.3.1 Concepção

A Gestão de Pessoas do Ifal tem como princípio o desenvolvimento de iniciativas fundamentadas no respeito e valorização do servidor público. Nesse sentido, a Diretoria de Gestão de Pessoas (DGP), enquanto órgão sistêmico, juntamente com a Coordenação de Gestão de Pessoas (CGP) dos *Campi*, busca a implementação de ações que estejam alinhadas às necessidades da instituição e demandas dos servidores que a compõem. Para tal, compromete-se com a regulamentação vigente pertencente à área de Gestão de Pessoas, estabelecendo políticas e desenvolvendo instrumentos eficazes de acompanhamento e gestão.

A DGP é estruturada nas seguintes áreas: Contrato e Admissão, Cadastro, Pagamento, Capacitação, Aposentadoria, Saúde do Servidor e Siass. A atuação em todos os subsistemas de Gestão de Pessoas busca ser de maneira colaborativa, contribuindo para o estabelecimento de relações de engajamento e pertencimento à instituição.

No que concerne aos aspectos legais, a Gestão de Pessoas no Ifal é regulamentada prioritariamente pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, a qual dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Em seu âmbito interno, o Ifal fundamenta-se em seu Regimento Geral, o qual estabelece as competências e atribuições das áreas que compõem a Instituição.

Além disso, de acordo com o Art. 3º, do Decreto nº 93.215, a DGP é órgão seccional do Sipec – Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal, o que significa que a diretoria segue, no que diz respeito às normas, regulamentos e procedimentos, as diretrizes e procedimentos emitidos pelos órgãos centrais e setoriais do MEC e Ministério da Economia.

6.3.2 Princípios

Os princípios que fundamentam a atuação de Gestão de Pessoas no Ifal são:

- cumprimento da legislação pertinente aos servidores públicos federais, contribuindo para a execução dos direitos e deveres destes;
- valorização das pessoas que integram a instituição;
- reconhecimento e respeito à diversidade;
- transparência e ética nos processos pertinentes à Gestão de Pessoas;
- compromisso com a qualidade de vida e desenvolvimento das pessoas.

6.3.3 Diretrizes

As diretrizes orientadoras da área de Gestão de Pessoas do Ifal são:

- desenvolver iniciativas voltadas ao atendimento dos objetivos estratégicos do Ifal, alinhadas com os direcionadores estratégicos da instituição;
- participar e facilitar os processos de tomada de decisão relativos à Gestão de Pessoas;
- gerar dados confiáveis e relevantes que possibilitem uma gestão mais precisa e eficiente;
- atuar de forma colaborativa com as áreas de Gestão de Pessoas de todos os *Campi* do Ifal.

6.3.4 Corpo docente

6.3.4.1 Quadro de docentes

O quadro de docentes do Ifal é atualmente composto por 979 professores, distribuídos entre a Reitoria e os 16 *Campi* em funcionamento. Em relação à qualificação de seu corpo docente, a instituição possui 559 mestres, 213 doutores e mais de 160 são especialistas, conforme se apresenta no **Quadro 47** apresentado abaixo.

Quadro 47: Titulação do corpo docente, dezembro de 2018

Formação	Feminino	Masculino	Total
Graduação	10	31	41
Aperfeiçoamento	---	1	1
Especialização	61	104	165
Mestrado	195	364	559
Doutorado	70	143	213
Total	336	643	979

Fonte: Elaboração Ifal.

A medida de banco de professor-equivalente simplifica o processo de contratação dos professores nas universidades e institutos federais, permitindo

definir, anualmente, para cada universidade/instituto federal, um número de vagas docentes, com base em unidades de professor-equivalente. O banco será capaz de refletir, a cada ano, o potencial de aproveitamento de vagas de cada instituição, levando em conta professores efetivos e substitutos em exercício, além das perspectivas de expansão.

Tal medida confere mais autonomia aos reitores para que possam planejar o preenchimento das vagas docentes, observando os limites do banco de professores-equivalentes; a própria universidade/instituto poderá promover concurso público para provimento de cargo docente, além de contratar professor substituto, a partir da existência de cargo vago no quadro da universidade.

O Ministério da Educação criou esse parâmetro para balizar a contratação de professores pelas universidades/institutos federais. Cada instituição tem o seu quadro virtual de docentes, a partir desse modelo. Nos institutos, a referência dos docentes efetivos, com 40 horas e dedicação exclusiva, terá peso 1,59; já os professores substitutos com 40 horas semanais têm fator 1,0 do professor-equivalente.

6.3.4.2 Requisitos de formação

De acordo com a Lei nº 12.772/2012, os docentes do Ifal fazem parte da carreira do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico e, conforme disposto em seu art. 10º, ao ingressarem no instituto, para ministrarem aulas na Educação Básica, precisam possuir, no mínimo, diploma de curso superior em nível de graduação. Caso o profissional selecionado não possua licenciatura ou outro tipo de formação pedagógica equivalente, esta deve ser obtida durante seu estágio probatório.

Por outro lado, de acordo com o art. 66º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/1996, os professores que atuam no ensino superior devem ser pós-graduados, preferencialmente em programas de mestrado ou doutorado. Logo, tanto a titulação quanto a experiência do docente – na esfera acadêmica e na profissional – são consideradas no processo seletivo. A titulação do corpo docente, para além do atendimento à determinação legal, revela o compromisso da instituição com a elevação da qualidade da educação oferecida, promovendo o reconhecimento da sociedade em geral, enquanto a experiência profissional revela a busca constante da articulação entre teoria e prática.

Apenas quando da contratação de docentes para o Cargo Isolado de Professor Titular-Livre do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, existem condições diferenciadas: quanto à titulação, obrigatoriamente, os docentes devem ter o título de doutor; quanto à experiência, devem apresentar dez anos ou mais de experiência profissional ou da obtenção de título de doutor, sempre na área de conhecimento do concurso.

6.3.4.3 Seleção e classificação

De acordo com o art. 10º da Lei nº 12.772/2012, o ingresso nos cargos de Professor da Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, pelo qual é regido o Ifal, dá-se pela aprovação em concurso público, organizado em etapas, de acordo com um edital de seleção.

Os editais de seleção são elaborados de modo a atender às necessidades da instituição, e apresentam, obrigatoriamente, os critérios e as condições da realização do concurso. Usualmente são previstas três etapas, sendo duas de natureza eliminatória: uma prova teórica, envolvendo os conhecimentos técnicos da área do concurso e em Fundamentos da Educação; uma prova prática, de desempenho didático; e uma etapa classificatória, na qual são avaliados os títulos do candidato.

Apenas quando há a abertura de vagas para Cargo Isolado de Professor Titular-Livre do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico há, obrigatoriamente, etapas que constam de prova escrita, de prova oral e de defesa de memorial. Além disso, o concurso deve ser realizado por comissão especial composta, no mínimo, por 75% de profissionais externos ao Ifal.

Os concursos para docentes, incluindo a elaboração do edital e a fiscalização de seu andamento, são acompanhados por comissão designada pela Reitoria.

A previsão de ingresso de professores está expressa na tabela a seguir. Nela é apresentado o Cronograma de Expansão do Corpo Docente com titulação mínima de graduação. Estão detalhadas as quantidades atuais de servidores docentes e a previsão de contratação para o período de vigência deste PDI.

Quadro 48: Distribuição dos servidores docentes por *Campus*, considerando a situação atual e a projeção de expansão, dezembro de 2018

Reitoria/ <i>Campus</i>	Quant. Atual	Quant. Ideal	Cronograma de expansão para docentes					Total
			2019	2020	2021	2022	2023	
Maceió	305	350	6	5	5	6	0	22
Palmeira dos Índios	94	90	0	0	0	0	0	0
Marechal Deodoro	72	90	0	1	8	5	4	18
Satuba	74	90	0	1	8	6	1	16

Arapiraca	50	70	4	5	5	3	3	20
Penedo	50	70	1	2	6	0	4	13
Maragogi	49	70	0	6	7	6	2	21
Piranhas	56	70	4	2	4	2	2	14
Murici	48	70	0	0	10	4	8	22
São Miguel dos Campos	15	70	0	12	10	5	5	32
Santana do Ipanema	38	70	4	2	8	5	4	23
Batalha ¹	28	70	0	2	10	0	0	12
Coruripe ¹	34	70	6	1	8	4	2	21
Rio Largo ¹	13	70	1	0	15	15	13	44
Benedito Bentes-Maceió ¹	20	20	0	0	0	0	0	0
Viçosa ¹	30	70	1	1	14	8	5	29
Total	976	1410	27	40	118	69	53	307

¹ Campi novos em fase de implantação.

² Quantitativo ideal de servidores técnicos-administrativos conforme definição do MEC.

Fonte: Elaboração Ifal.

6.3.4.4 Plano de carreira e regime de trabalho

O Plano de Carreira de Docente no Ifal, criado pela Lei nº 11.784/2008 e alterado pelas Leis nº 12.772/2012 e 12.863/2013, é segmentado em classes e níveis, conforme apresentado no **Quadro 49**, a seguir:

Quadro 49: Plano de carreira de servidores docentes, dezembro de 2018

Classe	Nível
Titular	1
D IV	4
	3
	2
	1
D III	4
	3
	2
	1
D II	2
	1
D I	1
	2

Fonte: Elaboração Ifal.

Todo docente, ao ingressar no Ifal para o cargo de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, por meio de concurso público, assume a primeira classe (DI). Seu avanço na carreira se dá por meio de progressão e promoção.

6.3.4.4.1 Progressão

Progressão é a passagem do servidor para o nível de vencimento imediatamente superior, dentro de uma mesma classe, desde que tenha passado por, no mínimo, um interstício de 24 meses de efetivo exercício no nível em que se encontra, e tenha passado por processo de avaliação de desempenho individual.

6.3.4.4.2 Promoção

Promoção é a passagem do servidor de uma classe para outra subsequente. Para que isso ocorra, além de ser aprovado em avaliação de desempenho, deve ser observado o intervalo de 24 meses no último nível da classe em que se encontra, isto é, a classe anterior à da pretensa promoção. No Ifal, a avaliação de desempenho, tanto para progressão como para promoção, é realizada da mesma maneira. A exceção se faz, no tocante à promoção, em dois casos:

a) Classe titular

Para que o docente possa ser enquadrado nessa classe, deve possuir o título de doutor, ser aprovado na avaliação de desempenho, lograr aprovação de memorial que considere as atividades de ensino, pesquisa, extensão, gestão acadêmica e produção profissional relevante, ou de defesa de tese acadêmica inédita.

b) Aceleração da promoção

O docente pode requerer promoção mediante obtenção de titulação superior à que possuía anteriormente, desde que já tenha concluído o estágio probatório.

No Ifal, a Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD) é a responsável por acompanhar os processos de progressão e promoção.

6.3.4.4.3 Estrutura de remuneração

A estrutura de remuneração dos docentes obedece à prevista na Lei nº 12.772/2012, aplicada ao magistério superior, em que o salário do servidor é composto por:

- vencimento básico, conforme valores e vigências para cada carreira, cargo, classe e nível;
- retribuição por titulação – RT, conforme disposto no art. 17º da referida Lei.

6.3.4.4.4 Regime de trabalho

No que tange à carga horária docente, os professores efetivos podem seguir os seguintes regimes de trabalho:

- regime de tempo integral de 40 horas semanais, com dedicação exclusiva às atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão institucional;
- regime de tempo parcial de 20 horas semanais de trabalho.

Aos docentes que obedecem ao regime de 40 horas com dedicação exclusiva é vedado o exercício de outra atividade remunerada, pública ou privada. As

exceções previstas para esse caso se encontram disponíveis no art. 20º da Lei nº 12.772/2012.

Já os docentes de 20 horas podem, temporariamente, ter 40 horas sem dedicação exclusiva definitiva, quando ocuparem funções de direção gratificadas e coordenações de cursos, ou quando estiverem engajados em ações de interesse institucional, definidas e validadas pelo Conselho Superior do Ifal. Para qualquer uma dessas situações, o docente não pode acumular cargos.

6.3.4.5 Substituição eventual

Para atender à necessidade temporária de pessoal docente, a Lei nº 8.745/1993 possibilita a contratação de professor substituto, por tempo determinado de até um ano, sendo passível de prorrogação até o máximo de dois anos.

A seleção de professores substitutos deve ser feita por meio de processo seletivo simplificado, constituído de prova de desempenho didático e prova de títulos, que permitam a seleção de docentes com competências técnicas e didáticas necessárias à atuação com qualidade na área específica.

Nos termos da Lei nº 8.745/93, a contratação de professor visitante e de professor visitante estrangeiro tem por objetivo: apoiar a execução dos programas de pós-graduação *stricto sensu*; contribuir para o aprimoramento de programas de ensino, pesquisa e extensão; contribuir para a execução de programas de capacitação docente; ou viabilizar o intercâmbio científico e tecnológico.

Atendidos os demais requisitos estabelecidos nos §§ 6º a 9º da Lei nº 8.745/93, a contratação de professor visitante e professor visitante estrangeiro terá duração de, respectivamente, 01 (um) ano prorrogável até o máximo de 02 (dois) anos e de até 04 (quatro) anos. Atualmente, não existem professores visitantes ou professores visitantes estrangeiros no âmbito do Ifal.

6.3.5 Corpo técnico-administrativo

6.3.5.1 Quadro técnico-administrativo

O quadro técnico-administrativo do Ifal é constituído atualmente por 818 servidores distribuídos entre a Reitoria e os dezesseis *Campi* do Instituto.

O corpo técnico-administrativo apresenta um perfil de qualificação elevada, uma vez que mais de 74,14% se encontram em um nível de formação compreendida entre a graduação e o doutorado, conforme apresentado no **Quadro 50**:

Quadro 50: Formação do corpo técnico-administrativo, dezembro de 2018

Formação	Feminino	Masculino	Total
Alfabetizado sem curso regular	--	6	6
Ensino Fundamental Incompleto	1	3	4
Ensino Fundamental Completo	--	6	6
Ensino Médio	51	127	178
Graduação	108	132	240
Aperfeiçoamento	--	--	--
Especialização	154	122	276
Mestrado	72	28	100
Doutorado	5	3	8
Total	391	427	818

Fonte: Elaboração Ifal.

6.3.5.2 Seleção

O ingresso para a carreira de servidor técnico-administrativo em educação no Ifal é regulamentado pela Lei nº 11.091/2005, e se dá por meio de concurso público.

O edital do concurso deve informar:

- o que é o concurso;
- o quantitativo e a natureza das vagas a serem preenchidas;
- as fases do processo seletivo, com suas respectivas características;
- os requisitos de escolaridade e titulação;
- a formação especializada e a experiência profissional requeridas;
- os critérios eliminatórios e classificatórios;
- as possíveis restrições e condicionantes provenientes do ambiente ao qual são destinadas as vagas.

As características do concurso – incluindo suas fases, requisitos, critérios – são decididas pelo Ifal, a partir de avaliação das necessidades do Instituto em relação às vagas a serem preenchidas e às especificidades técnicas exigidas pela legislação vigente, quando aplicável.

A realização do concurso também é de competência da instituição, cabendo a ela decidir qual a melhor forma de realizá-lo, isto é, se todos os processos realizados ficam de fato a cargo do instituto – desde a elaboração do edital até a divulgação do resultado final – ou se deve ser contratada outra instituição para realizar parte das

atividades do processo seletivo, caso em que uma comissão designada pelo Reitor acompanha o desenvolvimento dos procedimentos delegados, zelando pela sua boa ocorrência. Os servidores que passarem na seleção do concurso público devem responder aos trâmites necessários de contratação definidos no edital.

No que se refere ao segmento Técnico-Administrativo em Educação (TAE), a expansão também se constitui em política da instituição, com a previsão de contratação de novos servidores presente no **Quadro 51**; nele é apresentado o Cronograma de expansão do corpo TAE com cargos e funções variados; são detalhadas as quantidades atuais de servidores TAE e a previsão de contratação para o período de vigência do PDI.

Quadro 51: Distribuição dos servidores técnicos-administrativos por Campus, situação atual e projeção de expansão, dezembro de 2018

			Cronograma de expansão para Técnico-administrativo em Educação					
Reitoria/ <i>Campus</i>	Quant. Atual	Quant. Ideal	2019 ³	2020	2021	2022	2023	Total
Maceió	167	200	5	7	7	7	7	33
Palmeira dos Índios	67	60	--	--	--	--	--	--
Marechal Deodoro	52	60	1	2	2	2	1	8
Satuba	93	70	--	--	--	--	--	--
Arapiraca	39	45	--	2	1	1	2	6
Penedo	30	45	--	3	3	3	6	15
Maragogi	26	45	--	5	5	5	4	19
Piranhas	34	45	--	2	3	3	3	11
Murici	28	45	--	4	4	4	5	17
São Miguel dos Campos	20	45	--	6	6	6	7	25
Santana	24	60	--	9	9	9	9	36
Batalha ¹	15	45	1	8	8	8	5	30
Coruripe ¹	17	45	--	7	7	7	7	28
Rio Largo ¹	17	45	--	7	7	7	7	28
Viçosa ¹	17	45	--	7	7	7	7	28
Benedito Bentes-Maceió ¹	9	13	--	1	1	1	1	4
Reitoria	187	180	1	--	--	--	--	1
Total	823	1.052	8	70	70	70	71	289

¹ Campi novos em fase de implantação.

² Quantitativo ideal de servidores técnico-administrativos conforme definição do MEC.

³ Vagas prevista no Edital nº 73/2019

Fonte: Elaboração Ifal.

6.3.5.3 Plano de Carreira

No Ifal, o plano de carreira dos servidores técnico-administrativos em educação é regulamentado pela Lei nº 11.091/2005. Atendendo aos interesses da instituição, no que tange à distribuição de vagas, o plano de carreira se encontra estruturado em 5 níveis de classificação, cada um deles subdividido em 4 níveis de capacitação (**Quadro 52**).

Quadro 52: Plano de carreira dos servidores técnico-administrativos em educação, dezembro de 2018

Nível de classificação	Nível de capacitação	Nível de tempo de serviço
A	I	01 a 16
	II	01 a 16
	III	01 a 16
	IV	01 a 16
B	I	01 a 16
	II	01 a 16
	III	01 a 16
	IV	01 a 16
C	I	01 a 16
	II	01 a 16
	III	01 a 16
	IV	01 a 16
D	I	01 a 16
	II	01 a 16
	III	01 a 16
	IV	01 a 16
E	I	01 a 16
	II	01 a 16
	III	01 a 16
	IV	01 a 16

Fonte: Elaboração Ifal.

São atribuições gerais dos servidores técnico-administrativos em educação, segundo a Lei nº 11.091/2005:

- planejar, organizar, executar ou avaliar as atividades inerentes ao apoio técnico-administrativo ao ensino, à pesquisa e à extensão;

- executar tarefas específicas, utilizando-se de recursos materiais, financeiros e outros de que a Instituição disponha, a fim de assegurar a eficiência, a eficácia e a efetividade das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Essas atribuições devem ser exercidas no ambiente organizacional em que o servidor se insira, sem que haja prejuízo no exercício das atribuições específicas e inerentes a cada cargo.

6.3.5.3.1 Progressão

O servidor técnico-administrativo, ao ingressar na Instituição, será sempre enquadrado no padrão inicial do primeiro nível de capacitação do respectivo nível de classificação para o qual prestou concurso público. Seu desenvolvimento na carreira se dá de duas formas:

a) Progressão por capacitação profissional

Mudança de nível de capacitação, no mesmo cargo e nível de classificação. Provém do alcance pelo servidor de certificação em cursos condizentes com as atividades que desempenha e com o ambiente ao qual está alocado. Para tal, o servidor deve observar o intervalo de 18 meses na posição que ocupava anteriormente, além de apresentar uma carga horária mínima exigida, tal como disposto na Lei nº 11.091/05, assim como apresentar resultados positivos na avaliação de desempenho.

b) Progressão por mérito profissional

Mudança para o padrão de vencimento imediatamente subsequente, a cada 18 meses de efetivo exercício, desde que o servidor também apresente um bom resultado na avaliação de desempenho profissional, observado o respectivo nível de capacitação. Para fazer jus à progressão, o servidor técnico-administrativo deve entrar com processo junto à Coordenação de Desenvolvimento de Pessoal, a fim de que seu direito seja confirmado, com o decorrente ajuste nos vencimentos. Esse tipo de progressão sempre considera o tempo decorrido desde a última progressão.

6.3.5.3.2 Regime de trabalho e remuneração

O regime de trabalho desempenhado pelo servidor do Ifal é o de 40 horas semanais. A remuneração dos técnicos-administrativos é composta pelo vencimento básico, referente ao valor estabelecido para os níveis de classificação e de capacitação ocupados pelo servidor, adicionado dos incentivos previstos na Lei nº 11.091/2005, além de outras vantagens estabelecidas na legislação pertinente.

6.3.6 Desenvolvimento de pessoal

A Gestão de Pessoas do Ifal tem como propósito o desenvolvimento dos servidores que a integram, por meio de ações de capacitação e educação continuada, as quais contribuam para o desempenho de suas atividades na instituição, bem como crescimento profissional. Nesse sentido, as políticas e processos instituídos estão fundamentados na Política e as Diretrizes para Desenvolvimento de Pessoal da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, regulamentada por meio do Decreto nº 9.991/2019, bem como pela Instrução Normativa nº 201/2019.

São consideradas ações de capacitação aquelas que compreendem a realização de cursos internos e externos ao Ifal, com carga horária inferior a 360 horas – excluindo-se assim graduações e pós-graduações – as quais promovam o desenvolvimento de competências técnicas e comportamentais que auxiliem o servidor na condução de seu trabalho, contribuindo, dessa forma, para o fortalecimento institucional.

A Coordenação de Capacitação e Desenvolvimento de Pessoal (CDCP) elabora o Plano de Desenvolvimento de Pessoas para os Servidores do Ifal, a partir do Levantamento de Necessidades de Capacitação, com a finalidade de identificar as principais demandas dos servidores e necessidades institucionais. Com isso, pretende-se agregar valor à organização e ao indivíduo, com foco na promoção individual e em resultados.

Os cursos de capacitação podem ser:

- a) cursos externos: organizados e realizados por terceiros, com vagas abertas ao público em geral, dos quais servidores se dispõem a participar, mediante aprovação da Direção-Geral do *Campus* ou, no caso de servidores da Reitoria, do Pró-reitor ou Reitor e validação da CDCP.
- b) cursos internos: realizados especificamente para grupos de servidores, na própria Instituição ou em locais por ela definidos, ministrados por instrutores próprios ou contratados, sob a supervisão do Ifal, presencialmente ou a distância.

6.3.7 Gestão de Desempenho e Carreira

O plano de carreira dos servidores é estabelecido por legislações, havendo distinção nas formas de avaliação nos diferentes cargos. A estruturação de carreira está em consonância com o Decreto nº 9.991/2019, que institui a Política e as Diretrizes para Desenvolvimento de Pessoal da Administração Pública Federal. No caso dos técnicos-administrativos em educação, a estruturação do plano de carreira está fundamentada na Lei nº 11.091/2005 e no Decreto nº 5.824/2006. A Lei nº 12.772/2012 dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal.

No âmbito do Ifal, para a carreira docente, temos a Resolução nº 42-CS-2014, que regulamentou as normas para Progressão Funcional Docente; para os técnicos administrativos, temos a Resolução nº 09/CS, de 2 de setembro de 2009, que regulamentou o programa de avaliação de desempenho. No âmbito do Ifal, a avaliação de desempenho funcional é um processo que envolve a participação do servidor avaliado e sua chefia, como também a avaliação das condições de trabalho e das atividades realizadas em equipe. A operacionalização das avaliações de técnicos-administrativos e docentes seguem as legislações correlatas a cada cargo, cabendo à Gestão de Pessoas a execução e o acompanhamento desse procedimento junto aos técnicos, e à Comissão Permanente de Pessoal Docente, junto aos professores. Entretanto, a Gestão de Pessoas do Ifal objetiva que esse processo não seja meramente burocrático, mas uma ferramenta eficaz de acompanhamento e desenvolvimento dos servidores.

A gestão de desempenho funcional visa à modernização, com foco na desburocratização e simplificação da Gestão Pública por meio do desempenho das competências funcionais dos servidores em seus ambientes institucionais. Nesse sentido, a instituição possui como ferramentas a avaliação de estágio probatório, a avaliação de desempenho funcional e a capacitação profissional, que servem de balizadores para o processo de desenvolvimento de carreira dos servidores, as quais já foram detalhadas.

O desenvolvimento na carreira de técnicos-administrativos se dá pela mudança de nível de capacitação e de padrão de vencimento, mediante as progressões por capacitação profissional e mérito profissional. A Carreira do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico de docentes do Instituto Federal de Alagoas ocorrerá mediante progressão funcional e promoção, sendo operacionalizado pela Comissão Permanente de Pessoal Docente e a portaria apenas publicada pela CDCP. No âmbito do Ifal, para a carreira docente, temos a Resolução nº 42-CS-2014, que regulamentou as normas para Progressão Funcional Docente; para os técnicos-administrativos, temos a Resolução nº 09/CS, de 2 de setembro de 2009, que regulamentou o programa de avaliação de desempenho.

Atualmente, a avaliação de desempenho individual de técnico administrativo é feita eletronicamente pelo próprio servidor e a chefia, sendo homologada pela Coordenação de Desenvolvimento e Capacitação de Pessoal. A avaliação docente é feita manualmente, via processo no Sipac, pela Comissão Permanente de Pessoal Docente.

O Estágio Probatório dos técnicos-administrativos e docentes se fundamenta na Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; e, no caso de docentes, também pela Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, considerando outros fatores além dos previstos no art. 20 da Lei nº 8.112, de 1990. A avaliação especial de desempenho docente em estágio probatório será realizada por Comissão de Avaliação de Desempenho designada no âmbito de cada *Campus*. A avaliação de estágio probatório dos técnicos-administrativos também é realizada por comissão designada

no âmbito de cada *Campus*. As portarias de ambos os cargos são emitidas pela CDCP.

6.3.8 Saúde e qualidade de vida no trabalho

O trabalho ocupa um espaço central na vida das pessoas, pois é por meio dele que os indivíduos satisfazem suas necessidades e emancipam-se. Além disso, ele jamais é neutro, pois tanto pode favorecer a saúde quanto contribuir para sua desestabilização. Dessa forma, promover um ambiente de bem-estar, seguro e saudável no tocante às relações, com boas condições e organização do trabalho e com oportunidades de reconhecimento e crescimento profissional é essencial para as instituições que valorizam os servidores e os consideram como protagonistas do processo laboral.

A Política de Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho da Instituição visa nortear a prática de promoção à saúde e qualidade de vida no trabalho para os servidores do Ifal, promovendo a sua qualidade de vida e bem-estar em seu ambiente de trabalho, nas dimensões física, psicológica e social. Para a efetivação da política de promoção à saúde, considera-se a necessidade de realizar ações dirigidas à saúde do servidor, por meio da ampliação do conhecimento da relação saúde/doença e trabalho, que desenvolva práticas de gestão, de atitudes e de comportamentos que contribuam para a proteção da saúde do servidor no âmbito individual e coletivo.

A referida política visa promover iniciativas que contribuam para o exercício da atividade profissional, com satisfação, de forma efetiva, participativa e reconhecida. Assim, é necessária a criação de um ambiente de trabalho com condições adequadas, mediante uma organização que possibilite uma boa relação de trabalho entre os servidores (pares e chefia), contribuindo para a manutenção da sua saúde física e mental.

Ressalta-se que as políticas de atenção à saúde do servidor, pautadas pela democratização das relações de trabalho, tornou-se um eixo fundamental por trazer unidade e planejamento para o conjunto dos servidores à luz da equidade e universalização do cuidado à saúde. Conforme art. 7º da Constituição Federal, são descritos os direitos sociais dos trabalhadores e traz disposições que especificam a aplicação de princípios como a igualdade, o reconhecimento profissional e o suporte e a prevenção de riscos à saúde do trabalhador. A Lei nº 8.112/1990 estabelece os direitos e deveres dos servidores públicos, mecanismos para o seu desenvolvimento e motivação no trabalho, assim como previsões legais de prevenção, proteção e indenização com relação às atividades exercidas em operações ou locais considerados penosos, insalubres ou perigosos.

Com a criação dos Subsistemas Integrados de Atenção à Saúde do Servidor (Siass), por meio do decreto nº 6833, de 29 de abril de 2009, a organização de unidades em diferentes órgãos distribuídos em diversas cidades e apoiadas por um

sistema de informação, possibilitou a criação de uma rede Nacional de Serviços de Saúde do Servidor para apoiar as políticas de recursos humanos na área de promoção da saúde, qualidade de vida no trabalho, que devem existir em todos os órgãos e entidades da Administração Pública Federal.

O Siass tem por objetivo coordenar e integrar ações e programas nas áreas de assistência à saúde, perícia oficial, promoção, prevenção e acompanhamento da saúde dos servidores da administração federal direta, autárquica e fundacional, de acordo com a política de atenção à saúde e segurança do trabalho do servidor público federal, estabelecida em Lei. A portaria SRH nº 797, de 22 de março de 2010, que institui o Manual de Perícia Oficial em Saúde objetiva orientar os órgãos do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal – Sipec – quanto aos procedimentos relativos à perícia médica e odontológica, de que trata o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União.

Em 2012, o Ifal estabeleceu acordo de cooperação técnica com o Siass/INSS-AL, junto a outros órgãos da administração Pública Federal. Em outubro de 2017, foi implantado o Siass próprio, sem acordo de cooperação técnica com outros órgãos, com o objetivo de execução das atividades direcionadas ao perfil do servidor da Instituição. Para o desenvolvimento de suas ações, o Siass-Ifal conta com 02 médicos, 01 odontóloga, 01 psicóloga, 01 nutricionista, 01 auxiliar em enfermagem e 01 assistente em administração que trabalham exclusivamente no Siass, e outros servidores que atuam no Siass e em seus Campi de lotação, sendo estes 04 médicos e 01 psicóloga.

Dentre as ações da Política de Atenção à Saúde e Segurança do Trabalho do Servidor Público Federal, destaca-se a Vigilância em Saúde do Servidor. É o conjunto de ações contínuas e sistemáticas, que possibilita detectar, conhecer, pesquisar analisar e monitorar os fatores determinantes e condicionantes da saúde relacionados aos ambientes e processos de trabalho, e tem por objetivo planejar, implantar e avaliar intervenções que reduzam os riscos ou agravos à saúde, conforme a Portaria Normativa nº 03, de 07 de maio de 2010.

Foi publicado no dia 17 de agosto de 2018, no D.O.U., o Decreto nº 9.473, que altera os Decretos do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal (Sipec), onde se deu a inclusão do tema "atenção à saúde e à segurança do trabalho" enquanto uma das funções básicas da Administração de Pessoal no Poder Executivo Federal, e, dessa forma, configurando como importante conquista para este campo de atuação. Essa inserção é fruto do trabalho do Projeto de Revitalização da Gestão Institucional da Política de Atenção à Saúde do Servidor (Pass) e do Subsistema Siass, da Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP/MP).

Ainda não existe no Ifal área estruturada de vigilância, com servidores para desenvolver as atribuições específicas dessa área. Tendo em vista a relevância dessas ações, é necessário o fortalecimento da vigilância em saúde, com o intuito de garantir um ambiente seguro, com ações preventivas contra acidentes de trabalho e doenças ocupacionais ou profissionais.

6.3.9 Objetivos estratégicos, indicadores, metas e iniciativas da gestão de pessoas

Os objetivos estratégicos relacionados à Gestão de Pessoas, assim como os indicadores que verificam seu alcance, estão descritos nos quadros a seguir (**Quadro 53, Quadro 54 e Quadro 55**):

Quadro 53: Objetivo estratégico 9 da gestão de pessoas 2019/2023

Consolidar a gestão de processos no Ifal.

Descrição: Fazer uso do mecanismo de gerenciamento de processos para medir e melhorar o desempenho das atividades, garantindo sua eficiência e eficácia.

Fonte: Elaboração Ifal.

Iniciativa:

1. implantar o sistema de digitalização do assentamento funcional dos servidores.

Quadro 54: Objetivo estratégico 11, indicadores e metas da gestão de pessoas 2019/2023

Implantar a Política de Qualidade de Vida no Trabalho, visando ao desenvolvimento pessoal e à melhoria das condições laborais dos servidores.

Descrição: Implantar a Política de Qualidade de Vida no Trabalho, promovendo um ambiente laboral saudável, de maneira a, se possível, conciliar a entrega dos resultados institucionais com as necessidades de saúde e equilíbrio de seus servidores.

Indicadores	Metas
Execução das ações de valorização e engajamento de servidores.	90%
Percentual de servidores afastados por motivo de saúde.	20%
Rotatividade de servidores.	3%
Taxa de <i>Campi</i> com implantação de ações de Qualidade de Vida.	75%
Índice de satisfação de servidores.	80%

Fonte: Elaboração Ifal.

Iniciativas:

1. construir e implantar a Política de Gestão de Pessoas do Ifal;
2. construir e implantar uma Política de Capacitação de Servidores, em consonância com as diretrizes propostas pela legislação vigente, alinhada ao PCCTAE e a Carreira EBTT;
3. desenvolver iniciativas direcionadas para a qualificação do processo de avaliação de desempenho e desenvolvimento de pessoas;
4. elaborar e/ou atualizar normativos e instrumentos que regulamentam a prática de gestão e movimentação de pessoal na Instituição;
5. desenvolver iniciativas voltadas para a promoção de qualidade de vida e saúde dos servidores;
6. implementar a Coordenadoria de Qualidade de Vida no Trabalho e a sua equipe;
7. elaborar o Projeto de Qualidade de Vida no Trabalho do Ifal;
8. projetar e implementar a infraestrutura física necessária para viabilizar o serviço de atenção à saúde;
9. realizar capacitação na área de Qualidade de Vida no Trabalho para servidores de Gestão de Pessoas do Ifal;
10. criar e assessorar Comissões de Qualidade de Vida no Trabalho dos *Campi* e Reitoria do Ifal;
11. compor equipe mínima do Siass;
12. implantar o Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho;
13. implantar a Comissão Interna de Saúde do Serviço Público (Cissp);
14. implantar o Programa de Controle Médico e de Saúde Ocupacional no Ifal, com o objetivo de promoção e preservação da saúde do conjunto dos trabalhadores;
15. implantar o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais no Ifal, visando à preservação da saúde e da integridade dos trabalhadores;
16. implantar o Programa de Ergonomia no Ifal;
17. implantar e coordenar o Programa de Exames Periódicos dos servidores do Ifal;
18. compor a Equipe Multiprofissional de Suporte à Perícia Oficial em Saúde;
19. desenvolver iniciativas que visem atuar nas áreas de prevenção e promoção à saúde;
20. revisar o atual sistema de avaliação dos técnicos-administrativos, com o objetivo de melhoria do processo.

Quadro 55: Objetivo estratégico 13, indicador e meta da gestão de pessoas 2019/2023

Promover a formação continuada dos servidores.	
Descrição: Desenvolver iniciativas voltadas à formação em serviço, capacitação e qualificação de servidores, as quais contribuam para o desempenho de suas atividades na instituição, garantindo as condições necessárias para o domínio de conhecimentos, habilidades e atitudes exigidos para o bom desempenho das funções profissionais.	
Indicador	Meta
Percentual de servidores participantes em capacitações.	55%

Fonte: Elaboração Ifal.

Iniciativas:

1. estabelecer suporte, orientação e comunicação sistemática junto às Coordenações de Gestão de Pessoas dos *Campi*;
2. realizar o mapeamento das competências organizacionais e dos cargos, a fim de subsidiar o Plano de Capacitação de servidores;
3. elaborar e implantar um Programa de Desenvolvimento de Gestores, a fim de capacitar os gestores da Instituição para o exercício de suas atividades;
4. contribuir com iniciativas que promovam a inclusão de pessoas com necessidades específicas;
5. elaborar o Plano de Desenvolvimento de Pessoas anualmente, propondo um cronograma de treinamento e aperfeiçoamento por linhas de desenvolvimento e com uma metodologia de execução do orçamento de capacitação nos diversos *Campi*;
6. implantar um Programa de Iniciação ao Serviço Público, em consonância com as diretrizes previstas na legislação vigente, que venha contemplar não somente o acolhimento dos ingressantes, mas também o conhecimento a respeito da função do Estado, das especificidades do serviço público, da missão da IFE e da conduta do servidor público e sua integração no ambiente institucional;
7. incluir no Plano de Desenvolvimento de Pessoas formações para os servidores que atuam diretamente com estudantes com necessidades específicas, vistas ao cumprimento das políticas públicas em prol da Educação Inclusiva;
8. instrumentalizar os servidores para realização da avaliação de maneira qualificada;
9. formar os gestores para condução dos processos institucionais de avaliação de desempenho;

10. elaborar um manual digital do servidor contendo as rotinas administrativas da área de gestão de pessoas para consulta das coordenações de gestão de pessoas e para servidores em geral.

6.4 Administração

6.4.1 Concepção

A Pró-Reitoria de Administração é o órgão executivo da administração superior do Instituto Federal de Alagoas que tem como objetivo dar suporte às ações de ensino, pesquisa e extensão, por intermédio de ações de planejamento, superintendência, coordenação, fomento, proposição, condução e acompanhamento das políticas de gestão orçamentária, financeira, administrativa, patrimonial e de suprimentos do Instituto. É responsável, ainda, pela infraestrutura da sede da Reitoria.

Suas atividades são desenvolvidas em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, buscando constante adequação de procedimentos administrativos voltados às necessidades acadêmicas e institucionais, dirigindo ações que levem a soluções coerentes, adequadas e compatíveis com a legislação.

6.4.2 Princípios

São princípios da administração:

- eficiência e eficácia nos processos administrativos;
- cumprimento das legislações das áreas técnicas garantindo a legalidade e moralidade de todas as aquisições do Instituto Federal;
- uso dos recursos financeiros e patrimoniais de forma responsável e planejada com foco na qualidade do gasto público;
- planejamento e transparência nos processos orçamentários;
- compromisso com a qualidade de vida dos servidores;
- zelo pela vida e segurança dos servidores na execução de atividades laborais;
- garantia de estrutura física adequada para o trabalho;
- preservação e controle do patrimônio público.

6.4.3 Diretrizes

As diretrizes da administração são:

- fortalecimento da integração das atividades com as demais Pró-reitorias e *Campi*;
- assessoramento das áreas administrativas dos *Campi*;
- divulgação e comunicação eficaz interna e externa;
- agilidade e desburocratização preservando a legalidade dos processos administrativos;
- geração de resultados dentro da expectativa do planejamento Institucional.

6.4.4 Demonstrativo de capacidade e sustentabilidade financeiras

6.4.4.1 Aspectos orçamentários e financeiros

Orçamento é um instrumento de planejamento e de execução das finanças públicas. Adotado pela gestão pública por força de lei, nele estão contidas a previsão das receitas e a fixação das despesas em um determinado exercício que, no Brasil, coincide com o ano civil.

A Constituição Federal introduziu medidas modernizadoras e inovadoras ao orçamento público; a principal delas foi a introdução de três instrumentos de planejamento: o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). O PPA estabelece o planejamento de médio prazo, por meio dos programas e iniciativas do governo, enquanto a LOA fixa o planejamento de curto prazo, ou seja, materializa anualmente as ações e programas a serem executados; à LDO, por sua vez, cabe o papel de estabelecer a ligação entre esses dois instrumentos, destacando do PPA os investimentos e gastos prioritários que deverão compor a LOA, e de definir as regras e normas que orientam a elaboração da lei orçamentária que vigorarão no exercício seguinte ao da edição da LDO.

O orçamento do Ifal integra o orçamento da União e submete-se às regras do processo orçamentário impostas pela legislação. Esse processo busca atender os programas, objetivos e iniciativas estipulados no Plano Plurianual, por meio da execução das Ações orçamentárias definidas na Lei Orçamentária Anual, seguindo as diretrizes da LDO.

Nesse sentido, o orçamento é uma ferramenta para a tomada de decisões da gestão, onde os gestores se utilizam desse instrumento para demonstrar seus planos e programas de trabalho dentro de um período definido. Dessa forma, a correta alocação e a utilização eficiente dos recursos são fundamentais para o alcance dos objetivos e das metas institucionais.

Na condição de Autarquia Federal, o Instituto Federal de Alagoas é subordinado ao Governo Federal, por intermédio do Ministério da Educação,

vinculado diretamente à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec/MEC) e apresenta sua sustentabilidade financeira apoiada primordialmente em recursos oriundos da União, que é sua mantenedora.

O orçamento do Ifal é constituído pelos seguintes Grupos de Natureza de Despesa: Pessoal e Encargos Sociais; Outras Despesas Correntes; e Investimentos.

O orçamento destinado às despesas com Pessoal e Encargos Sociais, inclusive os benefícios aos servidores, é definido a partir de projeções realizadas pela Subsecretaria de Planejamento e Orçamento do Ministério da Educação (SPO/MEC) em conjunto com o Ministério da Economia, com base no número de servidores e na projeção de vagas liberadas para provimento. A contratação de servidores depende de autorização prévia, então, o aporte de recursos, nesse caso, é consequência do número de servidores do quadro e da política salarial do Governo Federal. Fica evidente que a projeção de expansão do quadro de pessoal para os próximos cinco anos, de certa forma, independe das ações do Ifal na área orçamentária, mas sim do resultado das políticas governamentais para a educação profissional e para o funcionalismo público.

Os orçamentos para Outras Despesas Correntes e Investimentos são definidos para o Ifal pela Matriz Orçamentária de Custeio e Investimento para as Instituições Federais da Rede de Ensino Profissional e Tecnológico, denominada Matriz Conif. Essa matriz é um modelo matemático, elaborado pelo Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif), por meio do seu Fórum de Planejamento e Administração (Forplan) e homologada pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (Setec/MEC).

A composição da Matriz considera vários aspectos, dentre eles, o número de matrículas, carga horária do curso e período de integralização do curso, dias em que o estudante ficou matriculado, número de laboratórios (que define o peso referente ao custo de cada curso), além de outras especificidades.

Além dos Recursos do Tesouro já descritos, o Ifal conta com recursos adicionais decorrentes de receita própria, que são os recursos diretamente arrecadados, os de emendas parlamentares e os de convênios e instrumentos congêneres com entidades públicas e privadas. São ações justificadas para manter a crescente despesa com a manutenção e a necessidade de ampliação no nível de investimentos.

Os orçamentários são consignados anualmente no Orçamento Geral da União por meio de lei específica, a Lei Orçamentária Anual (LOA), o que permite visualizar de forma clara os limites da gestão financeira, com foco no exercício financeiro. O orçamento inicial do Ifal em 2019 – Recursos do Tesouro – atingiu quase R\$ 409 milhões, compreendendo as despesas com pessoal ativo, pessoal inativo, pensionistas, encargos sociais, benefícios aos servidores, manutenção e investimentos, não incluindo as receitas próprias, convênios e as emendas parlamentares.

Os recursos diretamente arrecadados são captados por meios de ações como prestação de serviços educacionais diversos, aluguel de ambientes, realização de concursos e processos seletivos, receitas agropecuárias e outros, compondo uma parcela que correspondeu em 2019 a menos de 0,4% do valor oriundo da União, e as emendas parlamentares representaram 4,4% desse valor, conforme **Quadro 56**.

Quadro 56: LOA exercício 2019

LEI Nº 13.808/2019 - LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – EXERCÍCIO 2019								
RECURSOS DE TODAS AS FONTES								
CATEGORIA ECONÔMICA	GRUPO DA DESPESA	AÇÃO ORÇAMENTÁRIA	PLANO	LOA 2019	%			
DESPESAS CORRENTES	Pessoal e Encargos Sociais	Pagamento Pessoal Civil	Específico	227.337.109,00	52,82			
		Pagamento Aposentadorias e Pensões		57.434.000,00	13,34			
		Sentenças Judiciais - Precatórios		2.215.250,00	0,51			
		Contribuição para Previdência		40.703.000,00	9,46			
		TOTAL				327.689.359,00	76,14	
	Outras Despesas Correntes	Assistência Médica e Odontológica			3.932.772,00	0,91		
		Benefícios aos Servidores			13.281.993,00	3,09		
		Ajuda de Custo para Moradia			108.000,00	0,03		
		TOTAL				17.322.765,00	4,02	
				TOTAL - PESSOAL E BENEFÍCIOS		345.012.124,00	80,16	
DESPESAS DE CAPITAL	Outras Despesas Correntes	Anuidade CONIF		78.764,00	0,02			
		Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica		51.477.751,00	11,96			
		Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica		11.371.560,00	2,64			
		TOTAL - CUSTEIO			62.928.075,00	14,62		
	Investimentos	Reestruturação e Modernização de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica		Emenda	14.635.710,00	3,40		
		PRDI		2.000.923,00	0,46			
Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica			Campi	2.310.962,00	0,54			
			Emenda	3.501.883,00	0,81			
		TOTAL - INVESTIMENTOS		22.449.478,00	5,22			
		TOTAL		430.389.677,00	100,00			

Fonte: Elaboração Ifal.

6.4.4.2 Previsão orçamentária e financeira 2019-2023

Para avaliar a efetividade das ações planejadas do Ifal no período deste PDI é necessário apresentar, inicialmente, uma previsão a médio prazo dos recursos orçamentários que poderão estar disponíveis para o desenvolvimento das atividades. É certo que diversos fatores influenciam nessa estimativa; dentre os principais, apontamos: a) projeção de crescimento da economia e, conseqüentemente, da arrecadação do Estado; b) saldo das contas públicas, ou seja, o déficit ou superávit primário; c) projeção de inflação para o período; d) taxas de juros de mercado; e) lei que fixa o teto de gasto governamental; e f) política educacional brasileira para a Rede Federal.

Para o ano de 2019 foi considerada a Lei nº 13.808, de 15 de janeiro de 2019, Lei Orçamentária Anual referente ao exercício financeiro de 2019. E, para o exercício financeiro 2020, observou-se o respectivo Projeto da Lei Orçamentária Anual.

Para projetar as despesas nos demais anos deste PDI, observada no **Quadro 57**, consideramos os seguintes critérios:

- para as despesas com Pessoal Ativo e com Benefícios aos Servidores, utilizou-se o valor médio dos salários e dos benefícios em relação ao ano de 2019, a projeção do número de servidores de 2020 a 2023, além da projeção do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) como índice de correção da inflação;
- para as despesas com Aposentadorias e Pensões e com a Contribuição para Previdência, utilizou-se o percentual da evolução orçamentária entre os anos de 2019 e 2020, mais a projeção do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) como índice de correção inflacionária;
- para as despesas com funcionamento e manutenção das atividades, com a assistência estudantil e com os investimentos, excluindo as receitas próprias, convênios e as emendas parlamentares, considerou-se o produto entre valor da matrícula *per capita* do exercício financeiro de 2019 pelo número de matrículas previstas, aplicando-se ainda o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) para o período;
- para os recursos diretamente arrecadados – receita própria –, observou-se a meta estipulada no PDI, acréscimo de 10% (dez por cento) ao ano, aplicando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), como índice de correção inflacionário.

Quadro 57: Projeção de recursos 2019-2023

RECURSOS DO TESOUREIRO						
OUTRAS DESPESAS CORRENTES						
DESPESAS	2019	2020	2021	2022	2023	
Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica	50.304.901	50.304.901	52.257.386	54.141.789	55.980.882	
Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica	11.371.560	11.371.560	11.812.925	12.238.899	12.654.631	
INVESTIMENTOS						
DESPESAS	2019	2020	2021	2022	2023	
Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica	2.017.637	2.017.637	2.095.948	2.171.528	2.245.290	
Reestruturação e Modernização de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica	2.000.923	2.000.923	2.078.585	2.153.539	2.226.690	
RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS						
OUTRAS DESPESAS CORRENTES						
DESPESAS	2019	2020	2021	2022	2023	
Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica	1.172.850	1.172.850	1.335.876	1.519.559	1.726.979	
INVESTIMENTOS						
DESPESAS	2019	2020	2021	2022	2023	
Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica	293.325	293.325	334.097	380.036	431.910	

Fonte: Elaboração Ifal.

6.4.4.3 Captação de recursos

Além da dotação definida na Lei Orçamentária Anual, o Ifal necessitará de aporte de recursos extraorçamentários para consolidação e adequação da infraestrutura, visando ampliar suas atividades acadêmicas. Nos últimos anos, o Ifal recorreu ao Ministério da Educação para obter suplementação orçamentária, por meio de descentralização de crédito, a fim de implementar suas ações e financiar sua modernização, reestruturação e expansão.

Essa providência tem ocorrido em função do crescimento das despesas do Ifal com manutenção das suas atividades, principalmente com materiais de consumo, serviços públicos e terceirização de mão de obra, confirmando o desequilíbrio entre a dotação orçamentária autorizada para a Instituição e sua crescente despesa. Esse desequilíbrio foi causado principalmente pela expansão que ocorreu na educação profissional, gerando a necessidade de investimentos em manutenção e infraestrutura, e pelas restrições orçamentárias e financeiras que o país enfrenta nos últimos anos.

Outras formas de captar recursos são a participação em editais de pesquisa e de extensão de órgãos que fomentam essas atividades, a viabilização, a pactuação de emendas com parlamentares e as parcerias com entidades públicas e privadas. Com essas ações, o Ifal busca aumentar suas receitas, além de melhorar a qualidade do gasto e melhoria contínua da gestão dos processos.

6.4.4.4 Estratégia de gestão econômico-financeira

A necessidade de melhorar a aplicação dos recursos levou o Instituto Federal de Alagoas a adotar a descentralização de sua execução, respeitando os critérios da Matriz Conif, que define o valor destinado a cada unidade da Instituição. É estabelecido, também, um percentual do orçamento de cada unidade para utilização em demandas institucionais sistêmicas, como atividades do ensino, da pesquisa e da extensão, ações da assistência estudantil, a realização de capacitações e qualificações.

Ao longo da execução deste PDI o Ifal implementará uma matriz interna própria para distribuição dos recursos entre as suas unidades, que estará alinhada aos princípios da Matriz Conif, pois, com isso, possibilitará que os esforços da Instituição acarretem em crescimento do orçamento, além de atender ao disposto no Decreto nº 7.313/2010, que estabelece critérios para a elaboração da proposta orçamentária dos Institutos Federais.

A matriz interna tem como principal característica a melhoria contínua do desempenho institucional, que conduzirá ao alcance de um maior repasse de recursos e melhores resultados à sociedade. Serão acrescentados novos elementos que considerem os desafios da pesquisa e da extensão, da observância à educação inclusiva e até medidas que estimulem a sustentabilidade, dentre outros. A nova

metodologia garantirá, ainda, a cada unidade, o valor para o seu funcionamento e manutenção, fundamentado no seu custo de operação, além de estabelecer dotação orçamentária suficiente para impulsionar atividades como a pesquisa e a extensão.

A metodologia utilizada visa à participação de toda a comunidade acadêmica, para garantir a manutenção e o crescimento suas atividades. Visa, também, instrumentalizar o contínuo caminho para um orçamento verdadeiramente participativo, e, sobretudo, buscar maior eficiência, eficácia e efetividade na gestão da despesa pública.

Nesse sentido, o PDI define a implementação do orçamento participativo, processo pelo qual a comunidade do Instituto Federal de Alagoas decide, de forma direta, a aplicação de recursos em investimentos e custeio. Os diversos segmentos da Instituição decidirão, conforme metodologia aprovada, a alocação de recursos nas áreas de ensino, da pesquisa, da extensão, da assistência estudantil, da infraestrutura e tecnologia, da gestão, da qualificação, dentre outras, sempre com foco nas definições deste PDI.

Esse processo tem como objetivo sistematizar e integrar três processos fundamentais da gestão administrativa: o planejamento, a execução e o acompanhamento e o controle orçamentário. Objetiva proporcionar maior eficiência e transparência ao ciclo orçamentário anual do Ifal, envolvendo os gestores e a comunidade da Instituição no seu processo.

Dada a necessidade de permitir a realização das políticas institucionais, disposta neste PDI, relacionam-se as ações voltadas à sustentabilidade orçamentária e financeira:

- aprimorar os mecanismos de acompanhamento e controle dos gastos;
- aprimorar a relação entre o planejamento estratégico, plano anual de aquisições e a execução orçamentária, utilizando a metodologia de detalhamento das despesas por meio do Plano Interno, dentre outras ferramentas;
- adotar mecanismos que permitam ampliar a participação da comunidade escolar no processo orçamentário;
- oferecer aos gestores ferramentas que colaborem com o processo decisório e de gestão estratégica.

6.4.5 Objetivos estratégicos, indicadores, metas e iniciativas da administração

Os objetivos estratégicos relacionados à Administração, assim como os indicadores que verificam seu alcance, estão descritos nos quadros a seguir (**Quadro 58, Quadro 59, Quadro 60 e Quadro 61**):

Quadro 58: Objetivo estratégico 4, indicadores e metas da administração 2019/2023

Otimizar a oferta de cursos e número de vagas, garantindo a infraestrutura física e tecnológica adequadas para o desempenho das atividades acadêmicas e administrativas.

Descrição: Proporcionar à sociedade possibilidade de acesso aos cursos ofertados, assegurando as condições de infraestrutura física/administrativa e pedagógica.

Indicador	Meta
Execução do planejamento de contratações.	90%

Fonte: Elaboração Ifal.

Iniciativas:

1. adotar a utilização de Parecer Referencial da Procuradoria Federal para aquisição de bens e prestação de serviços;
2. estabelecer e manter atualizados modelos de Termos de Referência, Edital e Contrato;
3. otimizar as descrições e os quantitativos dos itens nos processos licitatórios;
4. instituir metodologia de planejamento, execução e controle das contratações.

Quadro 59: Objetivo estratégico 5, indicadores e metas da administração 2019/2023

Fortalecer a gestão participativa e democrática.

Descrição: Basear as iniciativas na promoção da participação social e da comunidade acadêmica, como sujeitos ativos em todos os processos institucionais, com base nos princípios da gestão democrática, onde gestores, comunidade acadêmica e sociedade se mobilizam e participam das decisões a serem tomadas pela instituição.

Indicador	Meta
Percentual de Orçamento Participativo.	20%

Fonte: Elaboração Ifal.

Iniciativas:

1. definir o modelo de implementação do Orçamento Participativo no âmbito do Instituto;
2. aprovar o modelo junto às instâncias colegiadas do Ifal;
3. nomear Comissão para implementação do Orçamento Participativo.

Quadro 60: Objetivo estratégico 7, indicadores e metas da administração 2019/2023

Otimizar a gestão de recursos, maximizando a captação e melhorando a qualidade do gasto.

Descrição: Aumentar o percentual de participação de recursos próprios, recursos externos e melhorar a gestão dos recursos fiscais na composição do orçamento do Ifal.

Indicadores	Metas
Taxa de crescimento da captação de recursos.	10%
Índice de eficiência no planejamento orçamentário.	Entre 0,9 e 1,1

Fonte: Elaboração Ifal.

Iniciativas:

1. elaborar documento contendo metodologia de aferição dos índices e procedimentos orçamentários;
2. elaborar documento contendo orientação às áreas do Ifal sobre formas de arrecadação e utilização dos recursos.

Quadro 61: Objetivo estratégico 9, indicadores e metas da administração 2019/2023

Consolidar a gestão de processos no Ifal.

Descrição: Fazer uso do mecanismo de gerenciamento de processos para medir e melhorar o desempenho das atividades, garantindo sua eficiência e eficácia.

Indicador	Meta
Implementação do Processo Eletrônico Nacional – PEN.	100%

Fonte: Elaboração Ifal.

Iniciativas:

1. padronizar as atividades de gestão documental;
2. mapear e otimizar o fluxo dos processos licitatórios e de solicitações de diárias e passagens;
3. manter atualizado o módulo Protocolo do Sipac;
4. implementar a criação e tramitação eletrônica de solicitações de diárias e passagens;
5. implementar a criação e tramitação eletrônica dos processos licitatórios;
6. implementar a utilização dos módulos Compras e Licitações do Sipac.

6.5 Internacionalização

6.5.1 Concepção

Internacionalizar significa reconhecer a necessidade de aprimorar a qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão para preparar os estudantes e servidores para atuarem em uma sociedade plural e diversa.

A política de internacionalização do Ifal procura adequar-se às tendências mundiais no quesito ensino, pesquisa e extensão, preparando a comunidade acadêmica para a competição no mundo globalizado, promovendo uma educação de qualidade para que o Instituto exerça um papel de protagonismo no cenário mundial.

6.5.2 Princípios

Os princípios norteadores da concepção de internacionalização levam em consideração a indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão, além dos interesses institucionais pautados em suas políticas internas.

Esses princípios têm como base os valores de cooperação, parceria e benefícios mútuos para aprimoramento das atividades desenvolvidas pelo Ensino, Pesquisa, Extensão e Gestão com o objetivo de complementar e estender a dimensão local, garantindo que os estudantes e servidores estejam mais preparados para viver e trabalhar num mundo mais interconectado.

6.5.3 Regulamentação

A atividade de internacionalização do Ifal tem por objetivo contribuir para inserir o instituto no cenário internacional e, para isso, conta com a Política de Internacionalização aprovada pela Portaria de nº 2862/GR, de 14 de novembro de 2018.

6.5.4 Objetivo estratégico, indicadores, metas e iniciativas da internacionalização

O objetivo estratégico relacionado à Internacionalização, assim como os indicadores que verificam seu alcance, estão descritos no quadro a seguir (**Quadro 62**):

Quadro 62: Objetivo estratégico 1, indicadores e metas da internacionalização 2019/2023

Ampliar e fortalecer a rede de relacionamento com setores público e privado, comunidades ou arranjos/grupos sociais e culturais, com vistas ao intercâmbio de experiências e ao estabelecimento de ações formativas e de colaboração.	
Descrição: Estabelecer mecanismos de articulação sistemática com os atores sociais, desenvolvendo convênios e/ou parcerias com instituições nacionais e internacionais, objetivando a reciprocidade de relações nas áreas de Ensino, Pesquisa e Extensão.	
Indicadores	Metas
Número de convênios e acordos de cooperação firmados.	4
Número de discentes envolvidos em mobilidade acadêmica.	10

Fonte: Elaboração Ifal.

Iniciativas:

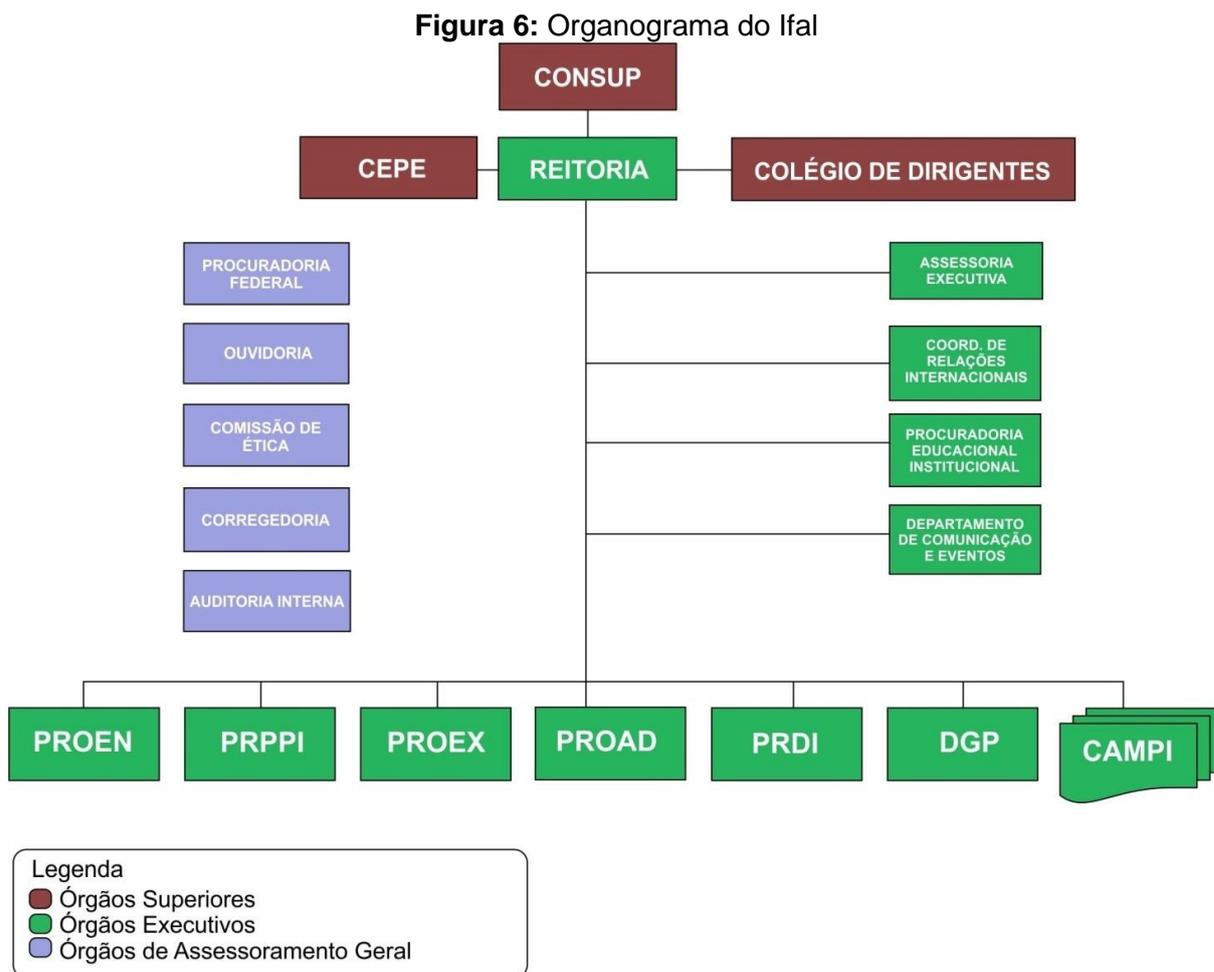
1. divulgar oportunidades e eventos de âmbito internacional;
2. participar em instâncias de fomento à internacionalização e à capacitação em gestão de assuntos internacionais;
3. desenvolver acordos e parcerias com instituições internacionais de reconhecido prestígio acadêmico em todos os continentes;
4. fomentar o ensino de língua estrangeira para que o estudante tenha condição de ser inserido no mundo globalizado/internacionalizado;
5. promover a internacionalização da matriz curricular dos Cursos de Graduação e dos Cursos de Pós-Graduação;
6. desenvolver iniciativas para apoiar atividades de Pesquisa e Extensão em parceria com instituições internacionais.

7. ESTRUTURAS ADMINISTRATIVAS

7 ESTRUTURAS ADMINISTRATIVAS

7.1 Organização administrativa

O Ifal está estruturado administrativamente conforme o organograma da **Figura 6** abaixo.



Fonte: Elaboração Ifal.

7.1.1 Estruturas internas de governança e de apoio à governança

- **Alta administração:** abrange o Reitor, nomeado pelo Presidente da República para mandato de 4 anos, após consulta à comunidade acadêmica, e os 5 Pró-reitores (Ensino; Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação; Extensão; Administração e Desenvolvimento Institucional), nomeados pelo Reitor. Suas competências encontram-se no Regimento Geral do Ifal (Resolução nº 15/2018-Consup).
- **Conselho Superior (Consup):** possui caráter consultivo e deliberativo, sendo o órgão máximo do Ifal. É composto pelo Reitor (presidente) e por

representantes dos docentes, dos discentes, dos técnicos-administrativos, dos egressos, da sociedade civil, do Ministério da Educação e dos Diretores-Gerais dos *Campi*. Para mais detalhes a respeito do quantitativo de cada representação, bem como das competências institucionais do Consup, consultar os artigos 20 e 21 do Regimento Geral do Ifal, respectivamente.

- **Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepe):** é um órgão normativo, propositivo, consultivo e deliberativo sobre matérias de ensino, pesquisa e extensão, sobretudo de ordem acadêmica, didático-pedagógica, artístico-cultural e desportiva, sendo subordinado ao Consup. É composto pelo Reitor (presidente); Pró-reitores de Ensino, de Pesquisa e de Extensão; pedagogo; técnico-administrativo; dois docentes; um representante do corpo de coordenadores de projetos de pesquisa; um representante do corpo de coordenadores dos projetos de extensão; um representante do corpo de coordenadores dos projetos de ensino e um membro da representação estudantil de cada nível de ensino. As competências estão listadas no art. 27 do Regimento Geral do Ifal.
- **Colégio de Dirigentes:** possui caráter consultivo, sendo órgão de apoio ao processo decisório. É composto pelo Reitor (presidente) e por todos os Pró-reitores e Diretores-Gerais dos *Campi*. As competências estão listadas no art. 24 do Regimento Geral do Ifal.
- **Auditoria Interna (Audint):** é órgão técnico de controle responsável por assessorar e otimizar a gestão, bem como racionalizar as ações do Ifal e prestar apoio e informação aos Órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e ao Tribunal de Contas da União, com a finalidade de avaliar a conformidade dos atos administrativos com a legislação e as normas internas pertinentes. Todas as competências estão dispostas na Resolução nº 46/CS, de 22 de dezembro de 2014, que aprova o Regimento Interno da Auditoria Interna do Ifal.
- **Ouvidoria:** é órgão de controle responsável por empreender ações na defesa dos direitos individuais e coletivos da comunidade do Ifal, e aperfeiçoamento das atividades institucionais destinadas a atender os segmentos da sociedade civil e os diversos setores, com jurisdição nas áreas acadêmica e administrativa dos *Campi*. Todas as competências estão dispostas no art. 190 do Regimento Geral do Ifal.
- **Corregedoria:** é órgão encarregado das atividades relacionadas à prevenção, detecção e apuração de possíveis irregularidades disciplinares e administrativas de servidores públicos e pessoas jurídicas no âmbito do Ifal, exercendo suas atividades com autonomia e independência. Todas as competências estão dispostas no art. 184 do Regimento Geral do Ifal.

- **Comissão de Ética (CE):** promove atividades sobre a conduta ética, orienta e aconselha dirigentes e servidores da Instituição nos assuntos relacionados à ética profissional do servidor público e apura responsabilidades ou procedimentos contrários à ética. Suas competências estão no Decreto nº 1.171/94.
- **Comitê de Governança, Riscos e Controles:** composta pelo Reitor (presidente), os 5 Pró-reitores, os 16 Diretores-Gerais dos *Campi* e 1 Assessor Especial de Controle Interno. Suas competências são dadas pelo art. 23, § 2º, da Instrução Normativa Conjunta CGU/MP nº 1/2016, que, dentre elas, incluem-se: institucionalizar estruturas adequadas de governança, gestão de riscos e controles internos; estabelecer limites de exposição a riscos globais do órgão; aprovar e supervisionar método de priorização de temas e macroprocessos para gerenciamento de riscos e implementação dos controles internos da gestão.
- **Comissão Própria de Avaliação (CPA):** elabora e desenvolve, junto à comunidade acadêmica, à administração e aos conselhos superiores a ela (Cepe e Consup), uma proposta de autoavaliação institucional, além de coordenar e articular os processos externos da avaliação do Ifal. As competências estão listadas no art. 147 do Regimento Geral do Ifal.

7.1.2 Formas de participação dos docentes e estudantes nos órgãos colegiados responsáveis pela condução dos assuntos acadêmicos

Os docentes e discentes possuem participação na composição do Conselho Superior (Consup) e Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepe), cujas competências citamos no item 7.1.1 deste Capítulo.

Além disso, também possuem participação no Conselho de *Campus* (Concamp) que, nos termos do artigo 157 do Regimento Geral do Ifal, é o órgão máximo de caráter consultivo e deliberativo dos *Campi*. Tem como finalidade regulamentar a execução das normas aprovadas pelo Consup e pelo Cepe, podendo complementá-las, no âmbito do *Campus*, a fim de democratizar a tomada de decisão nas políticas de ensino, pesquisa, extensão, pós-graduação e administração geral do *Campus*.

a) Participação no Consup:

- **Docentes:** representação de 1/3 (um terço) do número de *Campi*, destinada aos servidores docentes, sendo o máximo de 5 (cinco) representantes e igual número de suplentes, eleitos por seus pares, na forma regimental.

- Discentes: representação de 1/3 (um terço) do número de *Campi*, destinada ao corpo discente, sendo o máximo de 5 (cinco) representantes e igual número de suplentes, eleitos por seus pares, na forma regimental.

b) Participação no Cepe:

- Docentes: dois representantes dos docentes do Ifal, eleitos por seus pares;
- Discentes: um membro da representação estudantil de cada nível de ensino (médio, graduação e pós-graduação, quando houver tal oferta), eleito entre seus pares, dentre os alunos regularmente matriculados.

c) Participação no Concamp:

- Docentes: 2 (dois) representantes titulares e dois suplentes do corpo docente, em efetivo exercício no *Campus*, eleitos por seus pares, na forma regimental;
- Discentes: 1 (um) membro da representação estudantil de cada nível de ensino (médio, graduação e pós-graduação, quando houver tais ofertas), sendo o máximo de 2 (dois) representantes, eleitos entre seus pares, desde que regularmente matriculados no *Campus*.

7.2 Avaliação institucional

A Avaliação Institucional está relacionada à melhoria da qualidade da educação superior, sendo um dos componentes do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), o qual foi instituído pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004.

Existem duas modalidades de avaliação, a Autoavaliação e a Avaliação externa, as quais devem permitir a integração das diversas dimensões da realidade avaliada, assegurando as coerências conceitual, epistemológica e prática.

7.2.1 Autoavaliação

Ocorre, no mínimo, uma vez ao ano e resulta num relatório contendo o resultado da percepção da comunidade do Ifal (docentes, discentes e técnicos-administrativos) acerca das ações desenvolvidas, bem como recomendações.

É orientada pelas diretrizes e pelo roteiro da autoavaliação institucional da Conaes, por meio da Nota Técnica Inep/Daes/Conaes nº 065, de 09 de outubro de 2014.

A Comissão Permanente de Avaliação do Ifal (CPA), autônoma em relação aos Conselhos e demais órgãos colegiados existentes no Instituto, é a responsável por conduzir o processo de autoavaliação, bem como sistematizar e prestar as informações solicitadas pelo Inep nos processos de avaliações externas. É

composta por representantes docentes, discentes, técnico-administrativos e da sociedade civil, conforme Regimento Interno do Ifal.

7.2.2 Avaliação externa

É realizada por comissões designadas. Tem como referência os relatórios das autoavaliações e os padrões de qualidade para a educação superior expressos nos instrumentos de avaliação.

Esses instrumentos contêm 50 indicadores para as 10 dimensões determinadas pelo art. 3º da Lei do Sinaes, que são: a missão e o plano de desenvolvimento institucional; a política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação e a extensão; a responsabilidade social da instituição; a comunicação com a sociedade; as políticas de pessoal; a organização e gestão da instituição; a infraestrutura física; o planejamento e a avaliação; as políticas de atendimento aos estudantes e a sustentabilidade financeira.

A conclusão dessas avaliações é a socialização dos resultados, de modo que a equipe de Gestão possa definir estratégias para solucionar as questões apresentadas, garantindo, assim, que as informações levantadas sirvam de subsídio para as políticas institucionais.

Portanto, a avaliação deve tornar-se uma atividade intrínseca ao processo de planejamento, servindo como instrumento para permitir um realinhamento permanente com a sua missão institucional. Por isso, constituem ainda atribuições da CPA, de forma permanente: a avaliação das metas de todas as dimensões deste PDI e dos resultados institucionais, assim como a avaliação do processo de ensino/aprendizagem (diretrizes do PPPI).

7.3 Transparência

Para promover a publicidade e a transparência das iniciativas da gestão e de dados de interesse público, são disponibilizados os seguintes meios:

a) Portal da Transparência: página do Ifal no Portal da Transparência do Governo Federal, onde se encontram dados sobre as despesas do órgão, vínculo dos servidores e visão geral das licitações e contratações.

b) Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (E-SIC): sistema desenvolvido pela CGU, no qual qualquer pessoa, física ou jurídica, sem necessidade de apresentar motivo, pode solicitar o recebimento de informações públicas da instituição, em cumprimento à Lei de Acesso à Informação (LAI).

c) Portal de Dados Abertos: disponibiliza dados e informações públicas que estejam catalogadas no Plano de Dados Abertos do Ifal (PDA) como, por exemplo, séries históricas de indicadores educacionais e dados relativos aos exames de seleção.

d) Geplanes: ferramenta utilizada pelo Ifal para permitir que seja acompanhado o planejamento anual e sua execução, ou seja, as iniciativas adotadas e seu plano de ação, bem como os indicadores da instituição, todos vinculados aos objetivos estratégicos.

e) Relatórios de Gestão: divulgação da prestação de contas anual da instituição encaminhada ao Tribunal de Contas da União.

f) Licitações: divulgação das licitações da instituição, bem como das dispensas e inexigibilidades.

g) Plano Anual e Relatório Anual da Auditoria Interna: divulgação do plano de atividades da Auditoria Interna do Ifal, bem como dos resultados dos trabalhos realizados por esta equipe.

h) Relatório de autoavaliação institucional: divulgação da avaliação institucional coordenada pela CPA.

i) SIGRH e Sipac: sistemas onde qualquer interessado pode consultar os nomes dos servidores lotados em cada unidade (SIGRH), bem como os processos protocolados na instituição e as portarias emitidas (Sipac).

REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: 20 de dezembro de 1996.

_____. Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9057.htm>. Acesso em:
07 out. 2019.

_____. Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Brasília: MEC, 2012.

_____. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para Educação Básica. Brasília: MEC, 2010.

_____. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília: MEC, 2010.

_____. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm>. Acesso em: 07
out. 2019.

_____. Portaria MEC nº 315, de 03 de maio de 2018. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=108221-portaria-315&category_slug=fevereiro-2019-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 07 out. 2019.

CUNHA, Luiz Antonio. *Ensino profissional na irradiação do industrialismo*. São Paulo: Editora: Unesp. 2005.

DELLORS J. *Educação: um tesouro a descobrir*. Relatório para UNESCO da comissão internacional sobre educação para o século XXI. Ed. São Paulo: Cortez DF MEC Unesco; 2002.

DELUIZ, Neise, SOUZA, Donaldo Bello de & SANTANA, Marco Aurélio. *Trabalho e educação: centrais sindicais e reestruturação produtiva no Brasil*. Rio de Janeiro: Quartet, 1999.

DEMO, Pedro. *Educação hoje: "novas" tecnologias, pressões e oportunidades*. São Paulo: Atlas, 2009.

FARTES, Vera Lúcia Bueno. *Qualificação e Competências na Reforma da Educação Profissional de Nível Técnico*. s/d.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 21 fev. 2019.

Ifal – Instituto Federal de Alagoas. Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2018.

Inep – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Indicadores Educacionais. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/indicadores-educacionais>>. Acesso em: 21 fev. 2019.

KUENZER, A.Z. Ensino médio e profissional: as políticas do Estado neoliberal. São Paulo: Cortez, 1997.

OTTI, Margaret B. Currículo: um sobreviver no estrangeiro e um sobreviver na própria terra. In: *Revista de educação AEC*, jan/mar. 1987; p.16-19.

Pnud – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Humano. Disponível em: <<https://www.br.undp.org>>. Acesso em 21 fev. 2019.

Portal Alagoas em Dados. Disponível em: <<http://dados.al.gov.br/>>. Acesso em: 21 fev. 2019.

Qualificação profissional, trabalho e formação. In: SEMINÁRIO QUALIFICAÇÃO, TRAJETÓRIA OCUPACIONAL E SUBJETIVIDADE. 2011, [Rio de Janeiro], 2011.

UNITED NATIONAL EDUCATIONS. Educação de qualidade para todos: um assunto de direitos humanos. 2. ed. Brasília: Unesco, Orealc, 2008.



**INSTITUTO
FEDERAL**
Alagoas